

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

75

Neste número:

**Desigualdades de Progressão Educacional no Brasil
Vizinhança, Violência Urbana e Educação no Rio de Janeiro
Migração Internacional de Mulheres das Periferias de Belém
Desigualdade de Renda no Brasil, Estados Unidos e México**

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2011-2012)

Presidente: Marcos Costa Lima (UFPE); *Secretária Executiva:* Maria Filomena Gregori (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Andréa Zhouri (UFMG); Flávia Biroli (UnB); Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Conselho Fiscal: Angela Maria de Randolpho Paiva (PUC-RJ); Carlos Arturi (UFRGS); Carlos Guilherme O. Valle (UFRN)

Coordenação: Maria Filomena Gregori (Unicamp)

Editora: Rossana Reis (USP)

Comissão Editorial: André Botelho (UFRJ); Andrei Koerner (Unicamp); Arlei Sander Damo (UFRGS)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC-SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV-RJ); Magda Almeida Neves (PUC-MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Copidesque/preparação/revisão de textos: Ponto Final Serviços Editoriais e Pedro Carvalho

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e André Villalobos (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice; Sumários.org

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário****Apresentação**

- O Brasil que sai do censo: Apresentação das monografias
aprovadas no concurso da Fundação Ford/Anpocs 5
Duval Fernandes

Artigos

- Desigualdades de progressão educacional no Brasil:
Interação entre características familiares e contextuais 13
Arnaldo Mont'Alvão
- Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro:
Efeitos territoriais e resultados escolares 41
Eduardo Ribeiro
- Migração internacional de mulheres das periferias
de Belém e suas relações com outras cidades:
Identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010 89
Marcel Hazeu e Lucia Isabel Silva
- Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade
interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México 131
Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

Colaboraram nesta edição:

Duval Fernandes, doutor em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e atualmente é professor visitante da Universidad Peruana Cayetano Heredia. E-mail: <duvalfernandes@hotmail.com>.

Arnaldo Mont'Alvão é doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Youth Development Study, University of Minnesota. E-mail: <almontalvao@gmail.com>.

Eduardo Ribeiro é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ) e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ). Atualmente é pesquisador visitante na Lancaster University, no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE-Capes). Email: <eduardoribeirobr@gmail.com>.

Marcel Hazeu é doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Naea-UFPA) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: <celzeu@gmail.com>.

Lucia Isabel Silva é professora adjunta do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (Iced-UFPA). E-mail: <luciibel@yahoo.com.br>.

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza é doutorando em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc-Ipea). E-mails: <pedrosouza@gmail.com> e <pedro.ferreira@ipea.gov.br>.

Introdução

O projeto Brasil que Sai do Censo: Perspectivas das Ciências Sociais tem como linha de ação promover ampla discussão sobre os resultados do Censo Demográfico de 2010, sob a ótica das ciências sociais.

A proposta tem por base a estruturação de um *reader* sobre o Brasil que sai do Censo 2010. O objetivo maior do projeto é a preparação de uma publicação estruturada com a colaboração de vários especialistas que se debruçariam sobre os resultados do Censo, buscando, dentro da área de interesse de cada um, construir um quadro analítico sobre os resultados, e procurando entender os fenômenos sociais a eles ligados. Os textos estariam respondendo a um conjunto de perguntas tratando de temas diversos e que colocam questões acerca da evolução do quadro econômico e social do país na primeira década do século XXI. Assim, são indicados como questões maiores os seguintes pontos:

- Vamos parar de crescer?
- Avançamos na questão da mulher?
- Somos mais idosos?
- Ficamos mais negros?
- Diminuímos nossa pobreza?
- Diminuímos nossas desigualdades regionais?
- Avançamos em educação?
- Somos mais religiosos?
- Somos menos metropolitanos?
- Temos mais estrangeiros?
- Temos mais brasileiros no exterior?

As atividades do projeto estão configuradas em cinco módulos que se complementam e preveem desde estudos tratando de temas específicos e incentivo à realização de monografias, passando pela realização de cursos sobre a utilização das bases do IBGE e chegando até a preparação de material para uma divulgação ampla dos resultados do Censo de 2010, inspirados nos estudos realizados.

Em relação ao curso proposto em 2012, em parte semelhante a outros realizados no âmbito dos encontros da Anpocs, este teve como objetivo maior proporcionar a aproximação dos estudantes de pós-graduação em Ciências Sociais e, eventualmente, pesquisadores, aos resultados do Censo Demográfico 2010. Essa situação contribuiu para a elaboração das monografias indicadas para o apoio da Fundação Ford.

No entanto, nem todas as atividades previstas no projeto chegaram a ser implementadas e, até o momento, dois tópicos receberam apoio para sua concretização: o curso sobre a utilização de bases de informações do IBGE e o concurso de monografias.

O curso apresentou breve histórico dos Censos Demográficos e a evolução dos temas neles investigados; discutiu os processos de elaboração e execução da operação censitária; frações amostrais aplicadas conforme o tamanho populacional dos municípios; características do entorno dos domicílios e o cadastro de endereços; inovações e alterações introduzidas e as implicações na série histórica; conteúdo dos questionários

básicos e amostra; resultados já divulgados; e apresentou as possibilidades de acesso às bases de dados do IBGE.

O concurso de monografias recebeu apoio da Fundação Ford e foi dirigido aos alunos dos cursos de doutorado dos programas de pós-graduação de instituições filiadas à Anpocs. Essa premiação visou incentivar a elaboração de trabalhos científicos pautados nos resultados do Censo Demográfico de 2010 e de outros produtos disponibilizados pelo IBGE.

A seleção das propostas de monografia foi realizada mediante inscrição dos interessados, atendendo ao edital publicado pela Associação no primeiro semestre de 2012. As monografias deveriam estar relacionadas a uma das três áreas de conhecimento indicadas no estatuto da Anpocs, a saber: antropologia, ciência política e sociologia.

O Comitê Científico do projeto¹ foi encarregado de fazer a avaliação das propostas e escolher as quatro melhores.

Ao final do prazo de inscrição, 18 projetos haviam sido apresentados por doutorandos de várias instituições de ensino², abordando temas relacionados a desigualdades sociais (5), dinâmica populacional, migração e envelhecimento (4), educação (3), a questão urbana (2), política (2) e religião (2).

Após criteriosa avaliação que levou em conta a relevância dos estudos propostos e o conteúdo dos projetos apresentados, o Comitê

Científico indicou os quatro trabalhos vencedores, que são apresentados nesta publicação:

- *Desigualdades de progressão educacional no Brasil: Interação entre características familiares e contextuais*, de Arnaldo Lôpo Mont'Alvão Neto;
- *Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: Efeitos territoriais e resultados escolares*, de Eduardo Ribeiro;
- *Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: Identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010*, de Marcel Hazeu e Lucia Isabel Silva;
- *Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México*, de Pedro Herculanô Guimarães Ferreira de Souza.

Os artigos

Os textos apresentados nesta publicação fizeram uso de informações dos Censos Demográficos, de outras fontes disponibilizadas pelo IBGE e de dados de outros órgãos governamentais que produzem e disponibilizam estatísticas.

No entanto, observando os trabalhos no que se refere à utilização dos dados censitários, encontra-se uma enriquecedora manipulação desse grande acervo de informações,

1 O Comitê Científico que avaliou as propostas era formado pelos professores José Alberto Magno de Carvalho – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar-UFMG); Roberto Ramos Santos – Universidade Federal de Roraima (UFRR); Eduardo Rios Neto – Cedeplar-UFMG; e Duval Fernandes – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGG-PUC-MG).

2 Universidade Federal do Pará (UFPA) – 1, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – 1, Universidade de São Paulo (USP) – 1, Universidade Federal de Goiás (UFG) – 1, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 3, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – 3, Universidade de Brasília (UnB) – 2, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 2, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 1.

que atende aos objetivos do projeto Brasil que Sai do Censo.

Dos quatro textos, três utilizaram as informações censitárias em modelos estatísticos para avaliar o comportamento das variáveis consideradas.

O primeiro trabalho, *Desigualdades de progressão educacional no Brasil*, utiliza dados sobre a educação dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e aplica uma abordagem municipal na construção de indicadores sobre a progressão educacional. Foram também considerados aspectos ligados à situação do domicílio e o diferencial por sexo.

O segundo texto, *Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro*, utiliza as informações do Censo de 2010, para a cidade do Rio de Janeiro. Trabalhando com hierarquização territorial, o autor considera as áreas de ponderação definidas para a cidade como os limites geográficos e os setores censitários na recomposição de áreas subnormais. O modelo construído utilizou tanto os dados coletados pelo questionário da amostra como aqueles levantados no questionário do universo (básico). Os aspectos de raça/cor e gênero foram também considerados nas análises.

O texto *Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades* fez uso de informações contidas no questionário do universo que, no Censo de 2010, buscaram levantar dados sobre a emigração dos brasileiros. O território analisado foi o municipal, considerando 11 capitais estaduais. Nessas áreas, com o auxílio de vários instrumentais, foram criadas categorias com aglomerados de bairros tratados como de classe média e periferia. Os aspectos relacionados aos diferenciais regionais e de gênero foram considerados nas análises.

O último trabalho, *Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos*

e México, utiliza as informações do Censo de 2010 considerando vários níveis hierárquicos tendo por base os municípios, chegando à construção de aglomerados macrorregionais. As variáveis aplicadas ao modelo proposto para mensurar as desigualdades regionais estão relacionadas, principalmente, a renda e educação. Aspectos da desigualdade de gênero foram também considerados.

A seguir são apresentados, resumidamente, os quatro artigos que compõem esta publicação, destacando aspectos metodológicos e principais resultados.

Desigualdades de progressão educacional no Brasil: interação entre características familiares e contextuais

Este estudo analisa desigualdades de progressão em seis transições no sistema educacional brasileiro, integrando a análise do efeito das características socioeconômicas familiares (dimensão micro) à da influência de efeitos contextuais relacionados aos municípios brasileiros (dimensão macro). Partindo da base de dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010, o autor constrói uma série de indicadores educacionais que cobrem várias áreas.

Dentre os resultados, o primeiro que salta aos olhos são as reduções das desigualdades na progressão educacional durante o período estudado (1991 a 2010), ampliando o acesso à escola de diversos segmentos populacionais. No entanto, esses avanços não ocorrem em todas as transições estudadas, sendo maiores os avanços entre períodos da educação básica do que nos progressos entre períodos mais à frente na escala educacional, como a passagem do ensino médio ao superior.

O estudo indica que ainda são importantes os diferenciais de progressão por sexo, mesmo que com pequenas reduções ao longo do período estudado.

Quanto à questão cor/raça, são abordados os diferenciais na progressão que, com o tempo, tendem a diminuir entre brancos e não brancos, sendo favoráveis a estes últimos.

Quando os diferenciais na progressão escolar são analisados considerando a situação domiciliar (rural e urbano), observam-se importantes reduções nesses diferenciais, principalmente no tocante aos níveis baixos da escala educacional, o que sugere um efeito da ampliação da educação em áreas rurais.

O trabalho caminhou também no sentido de uma proposta de integração das dimensões micro e macro do processo educacional, avançando no entendimento de como a variação nos indicadores educacionais dos municípios influencia no processo de estratificação educacional, ou seja, na relação entre as origens socioeconômicas e a progressão dos estudantes no sistema educacional, considerando o período entre 1991 e 2010. A partir de dados dos Censos Demográficos e de modelos hierárquicos, verificou-se que as diferenças entre os municípios respondiam por parte importante do processo de alocação das oportunidades educacionais no Brasil em 1991, mas essa importância diminuiu progressivamente em 2010, respondendo por menos de 10% em todas as transições dentro dos ensinos fundamental e secundário. Essa tendência indica que a melhoria dos indicadores educacionais municipais, principalmente nas cidades que possuíam estrutura precária no início do período analisado, tem levado a uma diminuição da importância relativa das diferenças entre os municípios sobre as desigualdades educacionais.

Como indica o autor:

[...] o indicador agregado para cada município brasileiro tem efeito positivo sobre o progresso dos estudantes no sistema, independentemente das características socioeconômicas da família, confirmando o pressuposto básico deste estudo. Todavia, o segundo pressuposto, de que em municípios

com indicadores educacionais mais favoráveis estudantes dependem menos dos recursos fornecidos pelos pais, só pode ser aceito parcialmente. Embora essa relação seja verificada para o efeito da raça em todos os níveis, para o status socioeconômico e a educação dos pais isso se verifica somente nas transições iniciais de educação básica.

Concluindo o estudo, o autor observa que, levando em conta os resultados encontrados,

[...] é possível argumentar que, embora existam práticas institucionais (variações de currículo, disciplina, recursos disponíveis etc.) que organizam o sistema escolar desde um nível maior de tomada de decisões, variações na organização dos sistemas locais e nos indicadores educacionais municipais são importantes para se entender o processo de estratificação educacional, embora venham perdendo força nas últimas décadas. Nesse sentido, efeitos contextuais não são triviais, ou mero reflexo de processos que ocorrem no nível dos indivíduos, de forma que o clima educacional que rodeia os estudantes, para além daquele fornecido pelo ciclo familiar imediato, é importante para o sucesso educacional.

Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: efeitos territoriais e resultados escolares

O artigo propõe discutir os efeitos da comunidade e do território sobre o desempenho escolar dos estudantes das escolas municipais do Rio de Janeiro do nível fundamental.

A hipótese central do trabalho é que

[...] características ambientais, presentes nos territórios em que as pessoas desempenham cotidianamente suas rotinas espaço-temporais, são capazes de influenciar resultados individuais, provocando efeitos relevantes nas suas trajetórias de vida. Esse tipo de influência pode também ser notado sobre as instituições, de modo que, em distintas esferas da vida social, seria possível distinguir efeitos territoriais que atuariam tanto sobre indivíduos quanto sobre instituições.

O estudo oferece especial atenção à questão da violência urbana que, em con-

textos de cidades como o Rio de Janeiro, poderia desempenhar um papel relevante na explicação da distribuição territorial das desigualdades educacionais.

Como objetivos específicos propõe-se investigar o impacto potencial da proximidade das escolas e residência dos alunos de áreas de ocupação irregular, chamado pelo autor de *efeito favela*. Coloca-se também, na mesma linha, investigar o impacto da violência urbana considerando as mortes em conflito com a polícia e homicídios. Como último objetivo, o autor propõe observar o impacto, sobre os resultados escolares, de outras dimensões como renda, infraestrutura urbana, estrutura domiciliar e composição familiar, tendo em conta o local de moradia dos alunos e a localização das escolas.

Foram utilizadas informações de várias bases de dados combinadas com resultados do Censo de 2010. Em relação à avaliação do desempenho dos alunos, lançou-se mão dos resultados da Prova Rio, que é um teste de proficiência padronizado, aplicado anualmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro, desde 2009, aos alunos da rede municipal nas séries determinadas.

As informações sobre a escola foram levantadas no acervo do Censo Escolar, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os dados do Censo Escolar de 2010, tanto os colhidos pelo questionário da amostra como os do questionário básico (universo) foram utilizados para a caracterização dos indivíduos, vizinhanças e territórios.

As áreas de ponderação foram utilizadas para a definição da área de análise das vizinhanças e os dados do universo com os aglomerados subnormais permitiram estabelecer aproximações para identificar as favelas da cidade.

Os dados relativos à violência urbana foram levantados junto ao Instituto de Se-

gurança Pública (ISP), do governo estadual, que disponibiliza informações sobre as ocorrências criminais registradas pelas delegacias da Polícia Civil.

O banco de dados utilizado nas análises combinou três níveis analíticos hierarquizados (alunos, escolas e vizinhanças), cada qual proveniente de diferentes fontes, e com suas peculiaridades em termos tanto de consecução quanto de processamento e tratamento das informações.

As análises utilizaram modelos de regressão multinível, com classificação cruzada, para testar concomitantemente efeitos das escolas e das vizinhanças onde os alunos residem e estudam.

Em termos de resultados vale registrar os seguintes pontos:

Os indicadores mais locais e imediatos de vitimização, como mortes no entorno das escolas e da residência dos alunos, não se mostraram significativos, de modo que uma vizinhança mais ampla, a vizinhança do bairro, representada pelas áreas de ponderação, se mostraram mais relevantes. Outro ponto interessante está no fato de que as taxas de vitimização significativas foram as de 2007 e não de 2010, ano da Prova Rio. Além disso, foram os conflitos armados contra a polícia que importaram, e não os homicídios de modo geral.

As variáveis que identificavam a vinculação aos territórios denominados favelas foram significativas em diferentes níveis, mesmo com o controle pelo nível socioeconômico dos alunos e das escolas. O fato de o aluno residir em favela reduz seu desempenho, assim como o fato de estudar em uma escola próxima ou dentro de uma favela. Foi encontrada ainda uma interação entre a moradia em favela e a região da cidade. Na Zona Sul a diferença entre morar ou não em favelas é maior, em termos de seus efeitos educacionais, do nas zonas Norte e Oeste, o que evidencia o supracitado o impacto do modelo de segregação carioca.

Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010

O texto aborda a questão da migração internacional fazendo uso dos dados do universo (questionário básico) do Censo de 2010. Nesse censo, pela primeira vez, foram introduzidas questões que permitem estimar o número de brasileiros no exterior, o país de destino, além de características do migrante.

Ao identificar as tendências migratórias, os autores apontam quatro possíveis situações que poderiam estar associadas ao processo migratório observado. Seriam elas:

- (i) a migração de mão de obra (pouca ou não qualificada e qualificada), decorrente da permanente (re)divisão internacional do trabalho e (re)alocação da produção, continua, principalmente dentro dos próprios países ou entre países em uma mesma região, especialmente na Ásia e América Latina;
- (ii) a disputa permanente pelo acesso e domínio sobre os recursos naturais que tem envolvido estratégias extremas, provocando consequências sociais e migratórias abrangentes;
- (iii) os desdobramentos e contradições das migrações consideradas de mão de obra. Observando que não se trata de migração de mão de obra estritamente, mas a mobilidade de sujeitos complexos, membros de redes familiares e comunitárias e que estimulam, com sua migração, migrações de familiares, vizinhos, colegas etc., que, sem a migração pioneira, não teriam se inserido nos movimentos migratórios, que assumem a forma de redes e formam muitas vezes famílias e comunidades transnacionais, possibilitadas pelo avanço tecnológico de comunicação e transporte, que assumem dinâmicas migratórias às vezes diferentes daquelas que originaram a migração inicial ou que outros fatores poderiam induzir;

- (iv) a tendência migratória que se constitui a partir da metropolização da economia global e da globalização cultural, na qual os grandes centros urbanos se tornam centros de serviços, de comércio, de poder político e de consumo, com consumidores permanentemente informados sobre os produtos do mercado globalizado.

Além de um olhar mais atento sobre a região Norte, o autor propõe observar a emigração internacional que tem por local de origem 11 capitais brasileiras, a saber: Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campo Grande, Belém, Recife, Fortaleza, Manaus, Boa Vista e Porto Velho.

Nessas cidades, por meio de categorizações já existentes, os bairros foram agrupados em bairros de classe média e bairros de periferia.

A classificação de bairros de cada cidade foi feita a partir de fontes disponíveis, selecionando os bairros considerando os mais baixos e mais altos índices por indicador escolhido. Lembra o autor que

[...] cada cidade tem realidades específicas e, portanto, o valor de um indicador de diferenciação dos bairros numa cidade pode ser diferente para a realidade de outra cidade, ainda que seja o mesmo indicador, como o IDH. Muitas fontes apresentaram indicadores próprios sobre a realidade dos bairros de certas cidades e, em alguns casos, as informações foram menos precisas, como indicações de bairros de periferia e de classe média por parte de pesquisadores ou representantes do governo local.

Entre os resultados encontrados, vale apontar que, por exemplo, nos estados que tem fronteira internacional, a emigração internacional tem forte participação dos deslocamentos para os países vizinhos, principalmente na região Norte.

Nas capitais analisadas fica nítida a diferença entre as duas classes de bairros consideradas. Enquanto nos bairros de classe média a tendência é emigrar para o Estados Unidos ou mesmo Reino Unido, países centrais do sistema capitalista, nos bairros da periferia os emigrantes escolhem como destino Espanha e Portugal.

Importante também considerar que nas cidades onde há forte concentração de comunidades de estrangeiros, estas influenciam nas opções de destinos. Tal situação foi observada em São Paulo e Campo Grande, onde um dos destinos mais procurados pelos emigrantes foi o Japão. Isso acontece por conta da comunidade de japoneses e seus descendentes que vivem nessas duas cidades.

Ao observar a questão gênero ligada à emigração, o autor aponta que, em geral, nos bairros de classe média, há uma tendência a se ter um número maior de mulheres do que de homens que fazem o trajeto migratório. Tal situação não se observa nos bairros classificados como de periferia, onde homens e mulheres emigram em proporções semelhantes, com ligeira tendência a maior participação masculina nesse processo.

A parte final do estudo, utilizando resultados de outros trabalhos, trata, com maiores detalhes, da migração feminina que tem origem na cidade de Belém. Observa o autor que

[...] ser jovem na periferia de Belém (e da Amazônia), para além das questões de exclusão econômica, configura processos de identidade distintos, de confinamento em uma realidade periférica de exclusão de direitos básicos, mas também de não possibilidade de acesso a experiências diversificadas e negociação de novos processos identitários, pautados, por exemplo, em maior *status* e poder na família e comunidade; de valorização cultural e autonomia, já que a negação de direitos condiciona as possibilidades ou impossibilidades de buscar este acesso; e de trabalhar condições de melhoria da vida em geral, de realização de sonhos ou expectativas.

Indica o autor que, segundo as pesquisas consideradas no texto,

[...] migrar significou, de fato, a possibilidade de colocar em cheque identidades produzidas em um certo contexto, neste caso periferias de Belém, por meio de confronto com novos contextos e sujeitos. A insatisfação com a identidade de uma mulher segregada numa periferia de Belém poderia ser alterada, por exemplo, em novas realidades sociais que pediriam novos posicionamentos, possibilitando novas leituras de ser mulher e ser brasileira.

Acrescenta o autor que

[...] ser brasileira no exterior parece ter um significado diferente do que ser brasileira numa periferia de Belém, inclusive para a família ou comunidade que fica, denotando às vezes maiores possibilidades de negociação e mobilidade social e espacial. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, migrar significou carregar um novo olhar e preconceito que recaí sobre as mulheres de classes populares quando saem dos papéis femininos tradicionais, de mães e esposas, de donas de casa e dependentes financeiramente de seus maridos. Aqui se inclui a necessidade de conviver e negociar com os estigmas da prostituição que em geral têm sido colados às mulheres que migram para o exterior.

Conclui o texto indicando

[...] que diversos fatores importantes se inter-relacionam para explicar a migração internacional de mulheres na periferia da Amazônia. Para além dos fatores de flutuação do mercado de trabalho ou disparidade de renda, estão as redes sociais e a presença de uma experiência familiar e histórica de migração e os processos simbólicos de negociação e construção de identidades dos sujeitos amazônidas, particularmente as mulheres. Esses processos são mesclados pelas questões de gênero, raça e classe social. Nesse contexto, o tipo e condições de inserção no mercado de trabalho no destino têm papel importante.

Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México

O texto tem por objetivo investigar os efeitos das desigualdades regionais sobre a

desigualdade interpessoal de renda domiciliar *per capita* no Brasil e comparar os resultados com os encontrados nos Estados Unidos e no México.

O autor trabalha com cinco hipóteses, mutuamente excludentes, que foram formuladas e buscaram avaliar as consequências das desigualdades regionais. A primeira hipótese

[...] é a de que ainda hoje um percentual significativo da desigualdade interpessoal de renda brasileira decorre de diferenças na renda média *per capita* entre recortes regionais pouco detalhados. Ou seja, a primeira hipótese prevê que, não obstante as mudanças recentes, as disparidades entre macrorregiões, Unidades da Federação (UFs) e mesorregiões permanecem fundamentais para explicar por que o Brasil é tão desigual. A segunda hipótese é a de que a estruturação regional das desigualdades não se esgota nesses recortes amplos, pelo contrário: no limite, é possível identificar recortes geográficos municipais e submunicipais capazes de explicar a maior parte da desigualdade de renda no Brasil. A terceira hipótese é a de que, em comparação internacional, não só a desigualdade total no Brasil é alta, mas também a regional, de modo que apenas mudanças no nosso nível de desigualdade regional seriam suficientes para aproximar a desigualdade interpessoal de renda no Brasil ao patamar dos países desenvolvidos.

A essas três hipóteses foram incorporadas mais duas. Uma indica que a variação na desigualdade interna entre regiões definidas de modo amplo é tão importante para explicar a desigualdade interpessoal de renda quanto a desigualdade nas rendas médias entre essas regiões. E a última hipótese indica que tal fato é uma característica peculiar da desigualdade brasileira.

As regiões definidas foram as macrorregiões adotadas pelo IBGE (Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) e a menor unidade espacial adotada foi o município e as áreas de ponderação. Os dados do Censo de 2010 foram combinados em sete variáveis relacionadas a educação, renda, situação familiar (cônjuge e crianças), sexo, situação domiciliar e idade.

Além dos dados censitários do Brasil, foram considerados os resultados dos censos dos Estados Unidos e do México no ano de 2000, tendo sido as informações levantadas na plataforma do Integrated Public Use Microdata Series, International (Ipums-I), do Minnesota Population Center.

Os resultados encontrados indicam que

[...] a maior parte da desigualdade é local, seja no Brasil como um todo ou em cada macrorregião agregada separadamente. Nesse sentido, de um ponto de vista igualitarista, o problema é muito mais profundo do que a superação de quaisquer supostas dicotomias entre o moderno e arcaico – ou entre o centro e a periferia – e permanece constitutivo da experiência brasileira, apesar dos avanços recentes.

Agrega o autor que

[...] as desigualdades regionais não devem ser ignoradas, mas sim reinterpretadas com algumas nuances fundamentais. Primeiro, a clivagem principal continua sendo entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Diferenças entre recortes regionais mais detalhados têm papel apenas secundário, pelo menos até os níveis mais locais. Esse padrão indica a persistência de um problema estrutural de desenvolvimento, por assim dizer, que, *ceteris paribus*, deverá persistir por longo tempo. Segundo, quase tão importante quanto as diferenças de renda média entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste são as diferenças nas desigualdades internas dessas macrorregiões agregadas, mesmo quando consideramos grupos tão pequenos quanto as áreas de ponderação. Diminuir a desigualdade local no Norte/Nordeste pode ser uma contribuição fundamental para reduzir a desigualdade de renda brasileira. No entanto, esses efeitos de segunda ordem da desigualdade regional costumam ter pouca visibilidade e é razoável especular que muitas intervenções cujo objetivo é “promover o desenvolvimento” das macrorregiões Norte e Nordeste podem acabar tendo efeitos contraditórios sobre a desigualdade de renda, na medida em que podem contribuir para aumentar a desigualdade local.

Desigualdades de progressão educacional no Brasil: Interação entre características familiares e contextuais¹

Arnaldo Mont'Alvão²

Introdução

Este estudo analisa as desigualdades de progressão no sistema educacional brasileiro, levando em conta: 1) o efeito das origens socioeconômicas; 2) o efeito do sistema educacional local; e 3) a interação entre essas duas dimensões. Enquanto o efeito das características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos e suas famílias sobre o sucesso educacional está altamente documentado na literatura internacional, a influência do contexto tem recebido menos atenção, assim como a interação entre esse e as características familiares.

Parte-se aqui do pressuposto de que o contexto educacional do município tem um efeito positivo sobre o progresso dos estudantes no sistema educacional e independente das características socioeconômicas das famílias. Assume-se também que a relação entre origens socioeconômicas e o sucesso dos estudantes nos pontos de transição do sistema varia de acordo com o contexto educacional da área de moradia, de forma que, em contextos locais favoráveis, com sistema educacional mais estruturado – professores qualificados, presença de escolas de ensino médio e superior etc. – e apoio de adultos

mais escolarizados, a influência das características socioeconômicas dos pais é menos intensa do que em locais onde o clima educacional é desfavorável.

Para investigar essa questão são usados dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, período marcado por expansão do sistema educacional em todos os níveis. Na seção **Desigualdades educacionais: abordagens e tendências**, discute-se a literatura que trata do processo de estratificação educacional, enquanto na seção **Efeitos contextuais da estratificação**, analisa-se o papel do contexto no estudo das desigualdades educacionais. Na seção **Indicadores educacionais gerais e dos municípios brasileiros**, são apresentados indicadores educacionais dos municípios brasileiros. Na seção **Fontes de dados e métodos**, apresenta-se a metodologia de análise dos dados dos Censos, e na seção **Resultados**, apresentam-se os resultados obtidos, os quais são discutidos na seção final.

Desigualdades educacionais: abordagens e tendências

Os recursos de caráter econômico, social e cultural disponibilizados pelas famílias são

1 Trabalho vencedor do Prêmio “O Brasil que Sai do Censo”, oferecido pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e pela Fundação Ford.

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Youth Development Study, University of Minnesota.

fonte de grande diferenciação na realização das oportunidades educacionais. Não somente o capital econômico, convertido em melhores escolas e acesso a oportunidades extracurriculares, mas também os hábitos culturais familiares e a própria estrutura de convivência entre os estudantes, seus pais e outros adultos influentes a seu redor, são fatores importantes para se entenderem as desigualdades educacionais (Haller e Portes, 1973; Bourdieu e Passeron, 1977; Bourdieu, 1986; Coleman, 1988).

Em geral, os estudos têm mostrado duas dimensões das desigualdades de progressão no sistema escolar. A primeira refere-se ao declínio do nível de desigualdades à medida que se avança no sistema, ou seja, as principais barreiras encontram-se nas transições iniciais. Isso porque os estudantes de status socioeconômico mais baixo que superam as barreiras iniciais são aqueles com maior nível de dedicação e desempenho acadêmico, e, à medida que se avança no sistema, diminui a correlação entre origem socioeconômica e variáveis como habilidades e motivações, levando, conseqüentemente, a uma maior homogeneização do perfil dos estudantes nos pontos de transição finais (Spady, 1967; Mare, 1980). Esse padrão confirmou-se em estudos para vários países (Shavit e Blossfeld, 1993; Muller e Karle, 1993), inclusive para o Brasil (Fernandes, 1999, 2005; Silva, 2003; Ribeiro, 2011)³.

A segunda dimensão refere-se à evolução temporal desses efeitos. No modelo proposto pelos teóricos da modernização (Lenski, 1966; Parsons, 1970; Treiman,

1970), argumentava-se que, à medida que uma sociedade se desenvolve economicamente e o seu sistema educacional se expande, o nível de desigualdades escolares tenderia a diminuir. Evidências vinham apontando, todavia, para a estabilidade das desigualdades nas últimas décadas em vários países (Mare, 1981; Shavit e Blossfeld, 1993; Ribeiro, 2011). Estudos recentes, por outro lado, vêm mostrando que tem havido sim redução nas desigualdades em vários países europeus (Breen *et al.*, 2009, 2010), e sinais dessas quedas, tanto em termos socioeconômicos como em relação a desigualdades raciais, também começam a aparecer no Brasil, seja na educação básica (Silva, 2003; Marteleto, 2012), seja no ingresso na educação superior (Mont'Alvão, 2013).

Efeitos contextuais da estratificação

Os estudos discutidos na seção anterior destacam como as características socioeconômicas familiares influenciam a carreira educacional dos estudantes. No entanto, poucos deles se detiveram na possibilidade da existência de efeitos contextuais, os quais dizem respeito ao impacto do local de moradia (bairro, município, região etc.) sobre as diferenças nas oportunidades educacionais. A publicação do *Coleman Report* (1966), que indicou que nos Estados Unidos a contribuição das escolas para os resultados escolares dos alunos era pequena ou nula diante da força das características da família, reforçou essa tendência. Desde então alguns estudos apontam que o efeito do contexto socioeconômico onde a

3 Muller e Karle (1993) procuraram explicar essa queda ao longo das transições como a diminuição da dependência dos filhos em relação aos recursos econômicos dos pais. No entanto, a elevação das desigualdades na transição para o ensino superior em muitos países limita o alcance dessa explicação e aponta para que, à medida que o sistema educacional se expande e as transições iniciais saturam-se, há um deslocamento progressivo da seletividade para os níveis mais altos do sistema educacional (Shavit e Blossfeld, 1993; Raftery e Hout, 1993). Esse padrão foi encontrado também no Brasil em relação à raça (Fernandes, 1999) e às origens socioeconômicas (Mont'Alvão, 2011).

escola está inserida é pequeno e deve ser menosprezado (Mayer e Jencks, 1989; Lauen e Gaddis, 2013).

Ao longo das últimas décadas, todavia, estudos têm revisitado essa questão para mostrar que efeitos contextuais existem e são importantes determinantes das trajetórias dos indivíduos. Desigualdades na alocação dos recursos entre os grupos que habitam as diferentes áreas das cidades, ou mesmo entre as diferentes cidades, tendem a reforçar os padrões de estratificação educacional para além do efeito das características da família. Assim, ao mesmo tempo em que os sistemas locais variam em função da organização institucional e das diferenças na distribuição de recursos, os estudantes também respondem às variações na estruturação dos sistemas educacionais locais (Arum, 2000). Dessa forma, existiria um processo duplo, que, de um lado, limita as oportunidades de estudantes em áreas com menor nível de infraestrutura educacional e, de outro, impacta diferentemente a forma como os estudantes e suas famílias, em seus variados níveis educacionais e socioeconômicos em geral, respondem a esse diferencial de oportunidades.

Alguns estudos a respeito do impacto do contexto local sobre as desigualdades educacionais têm mostrado que fatores sociais, demográficos e econômicos, num nível agregado – seja na vizinhança, na cidade, no estado ou região – influenciam o desempenho dos estudantes. Alguns desses fatores dizem respeito a níveis de concentração da pobreza, de infraestrutura urbana e social, de segregação racial, índices de criminalidade, além da própria presença de escolas e da variação das características entre elas. Dessa forma, condições desfavoráveis nas áreas de moradia como concentração de indivíduos com baixo nível de escolaridade e ausência de estrutura escolar e urbana em geral influenciam negativamente o desem-

penho dos estudantes, mesmo controlando-se características familiares.

Vários estudos para o caso americano exploraram o efeito de características demográficas das áreas locais sobre o desempenho educacional e encontraram efeito significativo (Duncan, 1994; Ensminger, Lamkin e Jacobson, 1996). Estudos sobre o caso escocês (Garner, 1988; Garner e Raudenbush, 1991) também mostram que, mesmo controlando-se as origens socioeconômicas e níveis de habilidade cognitiva, estudantes que moram em áreas com maior concentração de pobreza têm pior alcance educacional.

Duas críticas a estudos desse tipo precisam ser consideradas. A primeira aponta que a maioria desses estudos não incorpora nenhuma medida da variação dos níveis de escolaridade entre as áreas analisadas, partindo assim do pressuposto de que o desempenho escolar varia somente em função das características demográficas do contexto (Arum, 2000). A segunda vai mais longe e argumenta que as variações de processos sociais individuais, que são expressivamente maiores que aquelas para os grandes agregados sociais, são expressões legítimas de processos sociais, de forma que a análise da influência do contexto social, que já é resultado de processos originados pelos indivíduos, torna-se algo trivial (Hauser, 1970). O presente estudo procura considerar essas questões. Para tal, vale-se de modelos estatísticos que levam em conta a estrutura multinível das relações sociais, minimizando problemas de falácia ecológica. Nesses modelos são introduzidos, a partir dos microdados dos Censos Demográficos e da Educação Básica, indicadores múltiplos das variações das características educacionais entre os municípios – o que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), por exemplo, não permitem. Os modelos estimam as possibilidades de progressão ao longo de todo o sistema educacio-

nal, da entrada no sistema escolar até o acesso ao ensino superior, indicando a medida na qual a progressão dos estudantes depende da estrutura do sistema educacional local.

Entende-se aqui que o contexto no qual o indivíduo vive catalisa interações que acabam influenciando as aspirações e o desempenho educacional, de forma que morar em um contexto geral de baixo nível educacional tende a afetar as aspirações dos estudantes, mesmo quando educação é um fator importante no contexto familiar. Da mesma forma, morar num bairro ou município com disponibilidade de escolas até os níveis superiores do sistema escolar, assim como estar cercado por mais pessoas que valorizam a educação e incentivam os estudantes a prosseguir até esses níveis mais altos, são fatores que podem exercer um efeito adicional àquelas das características dos pais sobre o desempenho dos estudantes.

Estudos anteriores, no entanto, têm analisado a inter-relação entre características familiares e contextuais no Brasil. Influenciados pela abordagem da modernização, alguns procuraram avaliar variações no efeito das características socioeconômicas dos pais sobre os alcances educacional e ocupacional dos filhos de acordo com a região e seu nível de desenvolvimento econômico. Holsinger (1975) analisou diferenças na transmissão intergeracional de educação e status em quatro cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Volta Redonda), segundo seus respectivos níveis de desenvolvimento econômico, e encontrou que a transmissão de status é mais forte nas cidades menos desenvolvidas, mas que a transmissão educacional não é necessariamente menor nas cidades mais desenvolvidas.

Bills e Haller (1984), por sua vez, argumentam acerca da limitação dos dados utilizados por Holsinger e propõem uma análise mais sólida das mesmas questões, utilizando

dados da PNAD de 1973 para toda a população brasileira, regionalizada em cinco grandes áreas, de acordo com indicadores socioeconômicos. Seus resultados rejeitam a hipótese de que a transmissão de status é mais fraca em áreas mais desenvolvidas, mas confirmam resultados de Holsinger acerca da não existência de relação entre nível de desenvolvimento e estratificação educacional.

Haller e Saraiva (1991) estendem essa análise para levar em conta mudanças entre 1973 e 1982 e encontram que, quanto mais alto o nível de desenvolvimento regional, maior o nível de transmissão de status, ao mesmo tempo em que o efeito da classe de origem sobre o alcance educacional do filho se torna mais forte.

Em geral, esses estudos sugerem que diferenças nos níveis regionais de desenvolvimento econômico implicam diferenças nos processos de alocação de status e de alcance educacional. No entanto, estudo posterior (Neves, Fernandes e Helal, 2007) estende essa análise até 1996 e encontra que diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e de composição do mercado de trabalho não implicam variações no processo de alocação de status no Brasil, nem que houve qualquer mudança temporal nessa relação.

Estudos recentes têm revisitado essa questão, focando a atenção nas desigualdades educacionais. Na coletânea organizada por Ribeiro *et al.* (2010), mostrou-se que padrões de segregação e desigualdades de “clima educativo” são significantes sobre o desempenho acadêmico de estudantes no Rio de Janeiro. Já os estudos realizados por Rios-Neto, César e Riani (2002) e Riani e Rios-Neto (2008) mostraram que indicadores da oferta, da qualidade e da infraestrutura educacional dos municípios brasileiros são importantes para entender as probabilidades de progressão no ensino fundamental e de adequação entre idade e série. Este últi-

mo estudo encontrou também que, quanto melhores os indicadores do sistema escolar local, “a probabilidade de o aluno frequentar a escola na idade correta não difere quanto ao nível educacional da mãe” (Riani e Rios-Neto, 2008, p. 265). Ou seja, quanto melhor o sistema educacional local, menor a influência das características socioeconômicas dos pais na realização educacional dos filhos.

Tendo esses estudos como referência, busca-se aqui então investigar efeitos contextuais sobre o processo educacional. Não se procura analisar a influência dos níveis de desenvolvimento regional, mas sim tomar as estatísticas educacionais da população e do sistema educacional dos municípios – não de grandes regiões – como indicadores do contexto educacional no qual o estudante se insere, para além daqueles relacionados ao círculo familiar imediato.

Indicadores educacionais gerais e dos municípios brasileiros

A melhoria geral dos indicadores educacionais no Brasil é atestada pelas altas taxas de matrícula no ensino fundamental e a melhoria progressiva no acesso e rendimento do ensino médio (Silva, 2003; Soares e Alves, 2003; Mont’Alvão, 2011). O ensino superior, embora ainda altamente seletivo e contraído, tem aumentado progressivamente sua cobertura, saindo de 5% no início deste século para cobrir quase 15% da população entre 18 e 24 anos de idade em 2010 (Mont’Alvão, 2013).

No que concerne aos indicadores por municípios, também é possível verificar melhorias. Resende *et al.* (2008) construíram um índice de desenvolvimento educacional dos municípios a partir de variáveis como qualificação dos professores, rendimento do sistema escolar (taxas de distorção entre idade e série) e nível geral de instrução da po-

pulação adulta local, com dados dos Censos de 1991 e 2000. Resultados indicaram que os municípios das regiões Sul e Sudeste têm os melhores indicadores, mas também que houve melhoria considerável dos indicadores na grande maioria dos municípios brasileiros no período estudado.

Comparando-se dados agregados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010, é possível identificar essa melhoria geral. A escolaridade média dos indivíduos com 25 ou mais anos de idade, por município, subiu de 3,4 para 4,3 anos entre 1991 e 2000, e para 5,7 em 2010. O percentual de indivíduos matriculados na educação básica (ensinos fundamental e médio) subiu, no mesmo período, de 65% para 93% em média por município, enquanto o percentual de estudantes na série adequada para sua idade subiu de 36% para 73%.

Fontes de dados e métodos

Sobre os Censos Demográficos

Embora pesquisas de bom nível sobre estratificação educacional no país venham sendo realizadas, principalmente a partir de dados da PNAD, dados dos Censos Demográficos, fonte de grande potencial para esse tipo de estudo, são pouco utilizados. Os Censos, assim como a PNAD, trazem informações sobre as características sociodemográficas, socioeconômicas e educacionais dos indivíduos, o que permite estimar o efeito das características dos pais e responsáveis sobre a progressão educacional dos estudantes. Mas os dados do Censo têm vantagem sobre aqueles da PNAD porque com eles é possível estimar indicadores socioeconômicos agregados para as áreas de residência dos estudantes (setores censitários, municípios, micro e mesorregiões), as quais podem também ser importantes no processo de alocação das oportunidades educacionais.

As fontes de dados aqui utilizadas são os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, coletados pelo IBGE. Foram selecionadas seis diferentes subamostras para cada ano do Censo, uma para cada transição educacional. As transições analisadas, conforme indicadas a seguir, permitem identificar o fluxo dos estudantes nos pontos decisivos do sistema educacional, que representam o término do ciclo educacional ou a progressão para o nível subsequente (Mare, 1980; Shavit e Blossfeld, 1993).

- Transição 1 (t1): investiga o acesso ao sistema educacional, contrapondo indivíduos que completaram pelo menos um ano de escola em relação àqueles que não completaram.
- Transição 2 (t2): analisa as desigualdades de progressão até a 4^a/5^a série do ensino fundamental, dado que entrou no sistema educacional.
- Transição 3 (t3): trata da progressão até a 8^a/9^a série do ensino fundamental, dado que completou a 4^a/5^a série.
- Transição 4 (t4): analisa o acesso ao ensino médio, dado que completou o ensino fundamental.
- Transição 5 (t5): dado que iniciou o ensino médio, se o concluiu ou não.
- Transição 6 (t6): analisa o acesso ao ensino superior, dado que concluiu o ensino médio⁴.

A Tabela 1 traz o tamanho das subamostras para cada transição e ano analisados. As percentagens nessa tabela indicam o aumento relativo do percentual de estudantes que faz as transições entre 1991 e 2010. É possível visualizar que os valores absolutos nas transições 1 (acesso à educação primária) e 2 (4^a série do ensino fundamental) aumentam entre 1991 e 2000, mas caem drasticamente em 2010, e aqueles das transições 4 (chegar ao ensino médio) e 5 (completar o ensino médio) se estabilizam, ilustrando mudanças na estrutura demográfica da população brasileira que começaram a afetar nos últimos anos o sistema educacional ao diminuir progressivamente a população de crianças e adolescentes nessas faixas etárias⁵.

Indicador educacional dos municípios

Um indicador educacional é construído para cada município brasileiro a partir de informações presentes nos Censos Demográficos e nos Censos de Educação Básica e Superior. As informações dizem respeito a quatro dimensões do processo educacional:

Estrutura

- Presença de instituições escolares de nível fundamental, médio e superior no município. Codificada como variável categórica: 0 para lugares sem nenhuma

4 Não é viável analisar o impacto das origens socioeconômicas sobre a conclusão do ensino superior, já que nessa etapa do ciclo de vida a probabilidade de um indivíduo residir fora da casa dos pais aumenta consideravelmente. Para o acesso ao ensino superior, estudos indicam que a grande maioria dos estudantes entre 18 e 24 anos de idade ainda reside com os pais e suas características não se alteraram marcadamente ao longo das últimas três décadas (Collares, 2010; Mont'Alvão, 2013).

5 Segundo estimativas feitas por Corbucci (2009), o número bruto de matrículas no ensino médio aumentou progressivamente até 2005 e começou a declinar a partir de então, indicando diminuição do número de coortes de estudantes que concluem o ensino fundamental e, principalmente, redução da distorção entre idade e série no ensino médio.

Tabela 1
Subamostras, Censos de 1991, 2000 e 2010

Transições	1991		2000		2010	
	Fez	Não fez	Fez	Não fez	Fez	Não fez
1	257.489	371.671	276.408	199.151	104.788	31.903
	(40,9%)	(59,1%)	(58,1%)	(41,9%)	(76,7%)	(23,3%)
2	164.547	363.292	234.592	296.737	106.524	71.316
	(31,2%)	(68,8%)	(44,2%)	(55,8%)	(59,9%)	(40,1%)
3	64.268	323.727	146.884	345.567	151.684	271.490
	(16,6%)	(83,4%)	(29,8%)	(70,2%)	(35,8%)	(64,2%)
4	44.282	60.318	124.021	108.076	122.206	109.299
	(42,3%)	(57,7%)	(53,4%)	(46,6%)	(52,8%)	(47,2%)
5	46.258	109.545	129.042	208.554	117.413	184.914
	(29,7%)	(70,3%)	(38,2%)	(61,8%)	(38,8%)	(61,2%)
6	70.975	164.833	144.860	378.190	290.991	405.748
	(30,1%)	(13,9%)	(27,7%)	(72,3%)	(41,8%)	(58,2%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

instituição, 1 para aqueles com apenas instituições da educação básica, 2 para aqueles que possuem escolas de nível médio, e 3 para as que também possuem instituições de nível superior.

- Nível educacional médio dos professores locais: estudos brasileiros mostram que quanto mais qualificados os professores, melhor o desempenho e maior as chances de progressão dos estudantes (Rios-Neto, César e Riani, 2002; Barbosa, 2011). Variável codificada em anos médios de escolaridade dos indivíduos que declararam sua ocupação como professores, em cada município.

Acesso

- Percentual de indivíduos em idade escolar matriculados na educação básica: essa variável indicará a capacidade de retenção do sistema escolar municipal.
- Percentual de indivíduos entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior, por município.

Rendimento

- Atraso escolar: geralmente utilizado como indicador indireto do desempenho do estudante na educação básica

(Soares e Alves, 2003), esta variável é construída como o percentual médio de distorção entre idade e série na educação básica, por município.

Resultados

- Anos médios de escolaridade dos indivíduos com 25 ou mais anos de idade.

Essas informações são combinadas em um indicador educacional único para cada município, construído a partir de análise fatorial (ou de componentes principais). Esse indicador, de caráter multidimensional, posiciona cada município em uma escala (de zero a um)⁶, na tentativa de capturar o contexto ou “clima” educacional de cada município⁷. Informações referentes à construção desse indicador são encontradas na Tabela 2. O teste KMO aponta que as correlações entre as variáveis nas escalas geradas nos três anos analisados são compactas – quanto mais próximo de 1, mais compactas as correlações. Os valores do Alfa de Cronbach indicam a consistência da escala, que, em todos os casos, é próxima de 0,6, valor considerado aceitável. Os eigenvalues obtidos em cada fator (devem ser considerados, segundo a convenção, somente aqueles superiores a 1) explicam 64%, 57% e 47% da variância total das escalas em 1991, 2000 e 2010, respectivamente⁸. O carregamento das variáveis indica que a variável com maior peso nas escalas geradas é a escolaridade média dos adultos em 1991 e 2000, e a adequação entre idade e série em 2010, enquanto a presença

de escolas é aquela com menor carregamento, embora esse seja superior a 0,5 em 1991 e 2000 e a 0,4 em 2010. Em geral, os indicadores apontam que, embora todas as escalas geradas sejam sólidas, essa solidez decresce um pouco ao longo do período, sendo a mais confiável em 1991 e a menos a de 2010.

A última parte da Tabela 2 apresenta estatísticas descritivas das escalas em cada ano. O valor mais importante aqui é a média, que indica a melhoria geral do indicador ao longo do período: de 0,440 em 1991 a 0,616 em 2010.

As Figuras 1 a 3 ilustram a distribuição do indicador criado em cada ano. É possível observar que a distribuição é aproximadamente normal em todos os anos, e a média, cada vez mais à direita do gráfico, confirma a melhoria relativa do indicador educacional dos municípios entre 1991 e 2010.

Modelos de transição educacional

São empregados modelos de regressão logística binária com 2 níveis de análise. O nível 1 abrange os indivíduos e suas características sociodemográficas e socioeconômicas. O nível 2 indica a dimensão dos municípios e seus respectivos indicadores educacionais. Modelos multinível têm representado um avanço na análise de dados relacionados a questões sociológicas, ajudando a analisar a relação entre unidade e grupo, micro e macro, indivíduo e sociedade. Esses modelos funcionam de acordo com a própria natureza das hierarquias sociais (Bryk e Raudenbush, 1992), considerando a hetero-

6 O fator, ou índice, resultante da análise fatorial, tem originalmente uma escala padronizada com média 0 e desvio padrão 1. Para facilitar a apresentação dos resultados, a escala foi convertida para ter amplitude 0 a 1.

7 O componente educação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-Educação), por exemplo, utiliza apenas taxas de analfabetismo e escolarização.

8 Eigenvalues indicam a força da contribuição de cada variável para a escala que se está construindo.

Tabela 2
Informações e estatísticas descritivas do Indicador Educacional dos Municípios

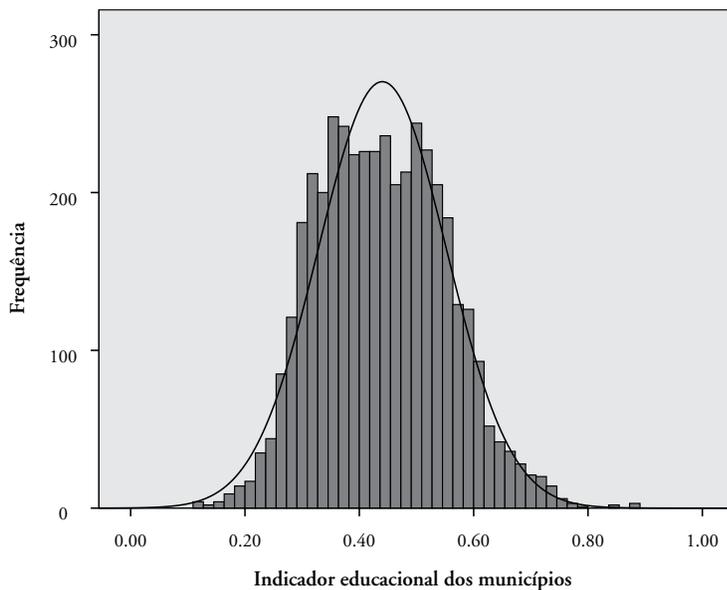
Indicadores	1991	2000	2010	
Kaiser-Meyer-Olkin (medida de adequação amostral)	0,873	0,853	0,761	
Eigenvalues	3,863	3,430	2,846	
Variância explicada	64,4	57,2	47,4	
Carregamentos (Comunalidades)	Presença de escolas	0,521	0,502	0,404
	Escolaridade média de professores	0,854	0,783	0,749
	% Idade-série adequadas – Educação Básica	0,822	0,803	0,790
	% Matrículas – Educação Básica	0,825	0,627	0,559
	% Matrículas – Educação Superior	0,813	0,848	0,614
	Escolaridade média de adultos (25+)	0,918	0,899	0,594
Alfa de Cronbach	0,618	0,611	0,581	
Estatísticas descritivas	Valor mínimo	0,089	0,106	0,112
	Valor máximo	0,888	0,894	0,911
	Média	0,440	0,469	0,616
	Desvio padrão	0,112	0,106	0,089

geneidade intra e intergrupos, e permitindo estimar a importância relativa de níveis – ou hierarquias – distintos da organização social em relação ao fenômeno em questão.

Modelos desse tipo relaxam os pressupostos de independência das observações, tão importantes em modelos de regressão com um só nível, pois a estrutura multinível considera que observações dentro de grupos apresentam características comuns e, dessa forma, não são distribuídas de forma aleatória pela população, não sendo assim independentes (Bryk e Raudenbush, 1992; Luke, 2004). Nesse sentido, modelos logísticos re-

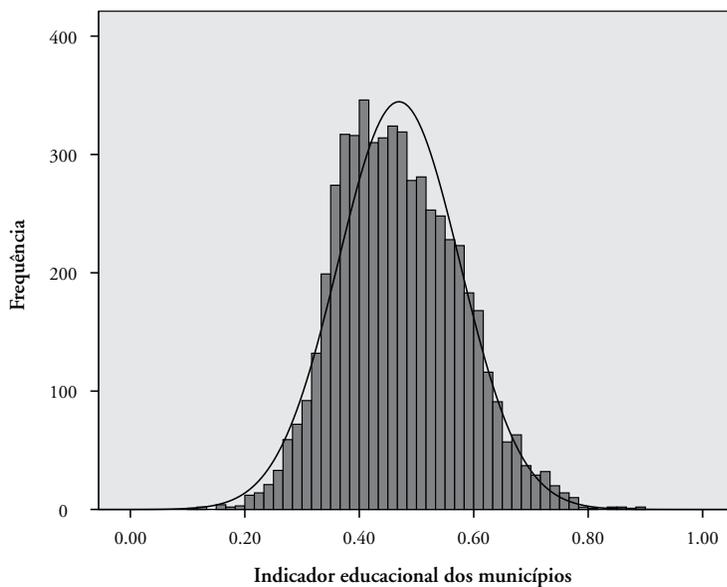
gulares produzem parâmetros tendenciosos se os dados necessitarem de uma estratégia multinível (Guo e Zhao, 2000). Como a estrutura de erros em modelos hierárquicos é correlacionada, obtêm-se erros menores do que em modelos de regressão de um só nível (Luke, 2004). Além disso, a estrutura desse modelo permite que se evitem falácias ecológicas (quando relações observadas apenas no nível dos grupos sejam assumidas também para os indivíduos), assim como falácias atomísticas (quando relações no nível dos indivíduos são aplicadas erroneamente para o nível dos grupos).

Figura 1 – Distribuição do indicador educacional dos municípios, 1991



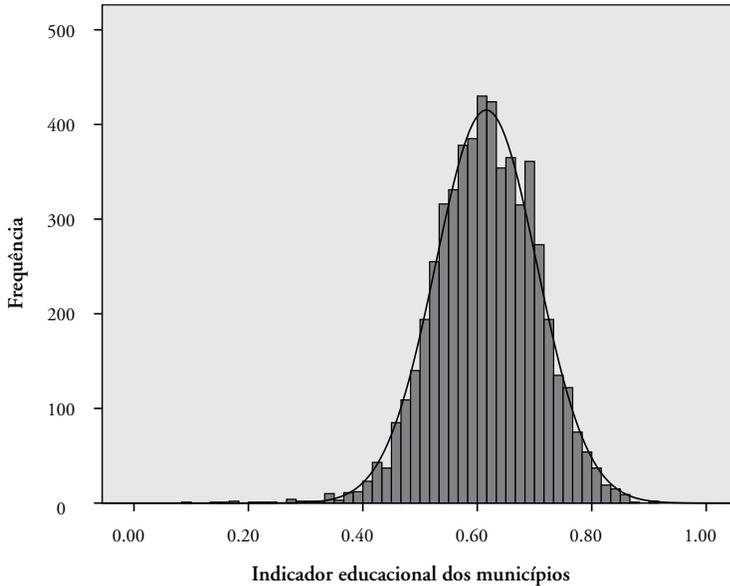
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 2 – Distribuição do indicador educacional dos municípios, 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 3 – Distribuição do indicador educacional dos municípios, 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A equação para os modelos estimados pode ser definida como:

$$\text{Nível 1: } \ln\left(\frac{p_{ijk}}{1-p_{ijk}}\right) = \beta_0 + \Sigma\beta_1 x_{Rijk} + \Sigma\beta_2 x_{Sijk} + \Sigma\beta_3 x_{Tijk} + \eta_{jk}^{(2)}$$

Onde a probabilidade logística $\ln\left(\frac{p_{ijk}}{1-p_{ijk}}\right)$ de o indivíduo j fazer a transição no ano i é função das origens socioeconômicas (x_{Rijk}), de variáveis de controle (x_{Sijk}), do indicador educacional do município (x_{Tijk}) e de um intercepto aleatório para indivíduo j em um município k ($\eta_{jk}^{(2)}$). Interações entre os dois níveis de análise também são empregadas para estimar em que medida variações do indicador educacional dos municípios impactam a relação entre as origens socioeconômicas e a progressão educacional.

O pacote *glamm* (Rabe-Hesketh, Skrondal e Pickles, 2004) para o programa Stata é utilizado para estimar os modelos.

Variáveis

A variável dependente é do tipo binário e indica se o estudante fez ou não a transição em questão: código 0 para os que não conseguiram fazer a transição e código 1 para os que fizeram. As variáveis independentes, no nível do indivíduo e do grupo familiar, dizem respeito a:

Características sociodemográficas

- Sexo: variável dicotômica para homens (0) e mulheres (1).

- Raça: codificada em uma variável indicadora, com 0 para brancos (brancos e amarelos) e 1 para não brancos (pardos e pretos).

Origens sociais

- Status socioeconômico dos pais/responsáveis: variável codificada de acordo com o International Socioeconomic Index (ISEI), que situa as ocupações em uma escala padronizada que tem amplitude de 10 a 90, em que, quanto mais alto o *score*, maior o status da ocupação⁹. Essa variável visa indicar os recursos econômicos disponibilizados pelos pais ou responsáveis para os estudantes.
- Nível educacional dos pais: variável utilizada como indicador de recursos culturais transmitidos pelos pais para os filhos, codificada em anos de educação da mãe e, quando essa informação está ausente, é utilizada aquela relativa ao pai ou responsável. A educação da mãe é um dos fatores mais decisivos na alocação de oportunidades e aspirações educacionais (Barbosa e Randall, 2004), e é com base nessa força que Silva e Hasenbalg (2000) acreditam que a melhoria geral do alcance educacional no Brasil tem como chave a melhoria do nível educacional das mulheres.

Estrutura familiar

- Esta dimensão procura registrar a intensidade da participação dos adultos no cotidiano das crianças (Downey, 1995; Silva, 2003), sendo assim, é indicativa

da dimensão de capital social (Bourdieu, 1986; Coleman, 1988):

- família monoparental: variável dicotômica que indica se o estudante vive num domicílio com apenas um dos pais ou responsáveis;
- número de irmãos (presentes no domicílio): indica o peso da composição familiar sobre as possibilidades de alcance educacional.

Situação do domicílio

- Codificada em variável binária, com código 0 para áreas rurais, e 1 para urbanas ou metropolitanas.

No nível do município, que representa o nível 2 dos modelos, a variável independente é o indicador educacional sintético, apresentado na seção anterior **Indicador educacional dos municípios**.

Resultados

O indicador educacional dos municípios

A Figura 4 apresenta a distribuição acumulada do indicador nos três anos analisados, ao passo que as Figuras 5 a 7 ilustram a distribuição acumulada do índice, por região do Brasil, por ano de análise. Cada curva representa a distribuição do índice para cada ano, na Figura 4, e para cada região nas outras figuras. Nesse tipo de gráfico, quanto mais à direita estiver uma curva, maior a distribuição do indicador. Na Figura 4, as diferenças entre as linhas indicam a melhoria gradativa do indicador educacional dos mu-

9 Esse índice foi construído inicialmente para compatibilização com a International Standard Classification of Occupations de 1968 (ISCO-68) e vem sendo atualizada cada nova versão da ISCO, resultando no ISEI-88 e, mais recentemente, no ISEI-08 (Ganzeboom, De Graaf e Treiman, 1992; Ganzeboom, 2010).

nicipios ao longo das últimas duas décadas. Nas outras três figuras é possível observar que nas regiões Sul e Sudeste se encontram os municípios com melhores indicadores educacionais, e as regiões Nordeste e Norte têm os municípios com os piores indicadores. Diferenças entre as figuras apontam que as linhas se concentram mais à direita ao longo dos anos, o que indica que tem havido melhoria progressiva dos indicadores entre 1991 e 2010.

Modelos de regressão

Ajuste dos modelos

Para cada transição e ano foram estimados dois tipos de modelos. O modelo 1 é um modelo com intercepto aleatório, ou seja, permite que a constante do nível 1 (indivíduos) seja influenciada pela variação do nível 2 (municípios). O modelo 2, por sua vez, é um com interceptos e coeficientes aleatórios, ou seja, permite que não só a constante, mas também os coeficientes do nível 1 sejam influenciados pela variação entre os municípios. A Tabela 3 traz as estatísticas de ajuste (log-likelihood) para os dois tipos de modelos e mostra que, em comparação, o modelo 2 (interceptos e coeficientes aleatórios), que apresenta menor valor do log-likelihood, é o que se ajusta melhor aos dados, sendo por isso o preferido para as análises¹⁰. Esse é o primeiro indicador de que a variação da realidade educacional dos municípios brasileiros implica também variação na estratificação

educacional, ou seja, na relação entre características familiares e progressão educacional.

A importância relativa do contexto educacional

Os modelos hierárquicos estimados permitem avaliar a importância da variação entre os municípios em relação à variação total (indivíduos e municípios). A estatística usada para esse fim é o coeficiente de correlação intraclasse (CCI), estimado segundo a seguinte equação:

$$\rho = \sigma_{u0}^2 / (\sigma_{u0}^2 + \frac{\pi^2}{3})$$

Onde σ_{u0}^2 representa variância do nível 2 e $\frac{\pi^2}{3}$ indica a variância do nível 1, cujo valor é fixo e igual a 3,29. Os valores do CCI obtidos nos modelos estão reportados na Tabela 4. Para cada ano e transição, são mostrados os CCI do modelo nulo (modelo sem variáveis independentes) e do modelo completo¹¹. Em geral, os coeficientes obtidos nos modelos nulos indicam que a estrutura multinível é necessária, uma vez que a variação entre os municípios explica parte importante do processo de progressão educacional no Brasil. Quando as variáveis independentes de nível 1 são inseridas (modelos completos), o percentual explicado pelo nível 2 cai, mas, em geral, não pode ser desprezado.

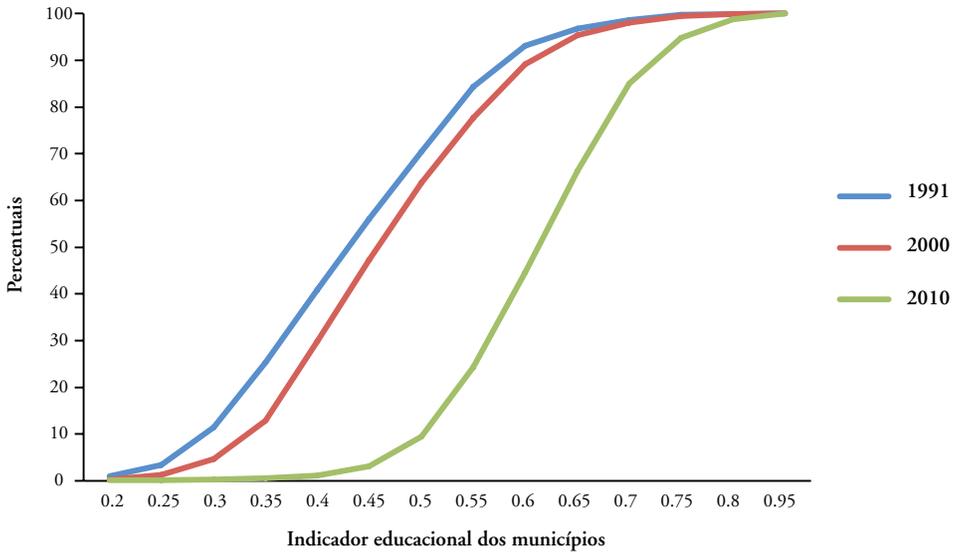
Verifica-se queda do percentual explicado em cada transição ao longo do período. Dessa forma, na transição 1, a variação entre os municípios, que explicava um total

10 A estatística log-likelihood é aqui apresentada por seu valor vezes -2, transformação conhecida como *deviance* (Luke, 2004). A comparação da estatística log-likelihood indica o nível de ajuste aos dados, de forma que, quanto menor o seu valor, melhor o ajuste.

11 A estimação de modelos hierárquicos sem as variáveis independentes (modelos nulos) é recomendada como primeiro passo para se estimar se modelos deste tipo são necessários ou se modelos com apenas um nível são suficientes para a análise (Luke, 2004).

Figura 4

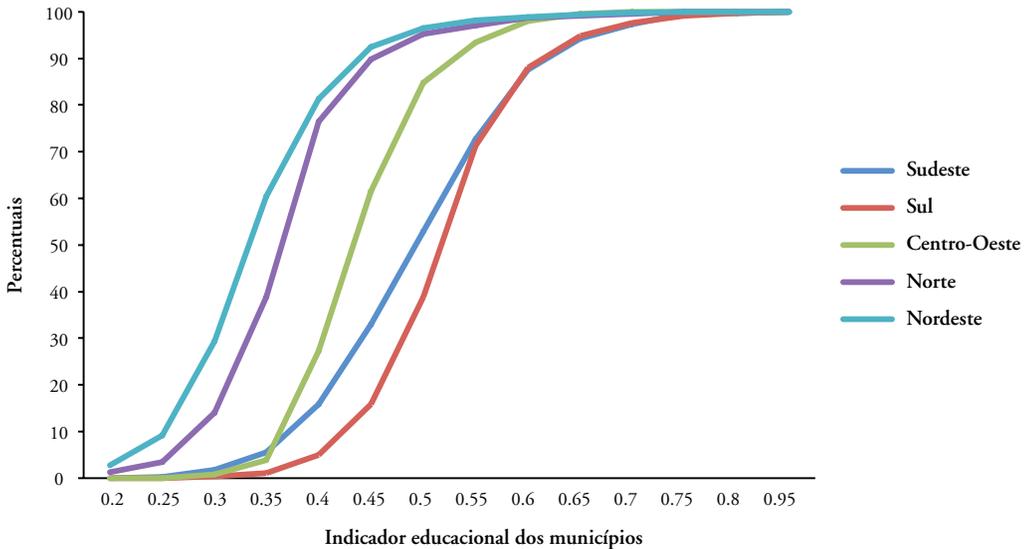
Distribuição acumulada do indicador educacional dos municípios, 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 5

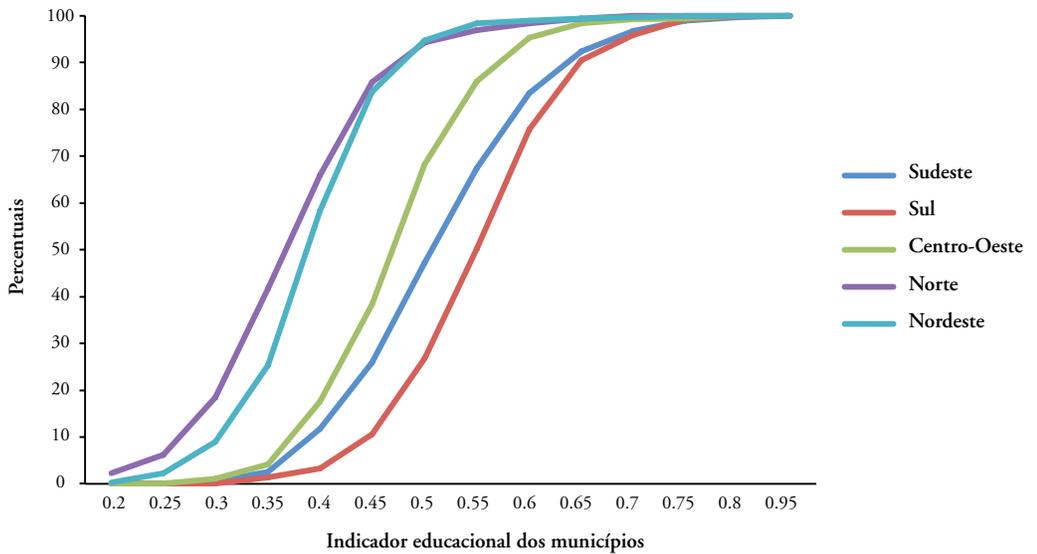
Distribuição acumulada do indicador educacional dos municípios brasileiros por região, 1991



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 6

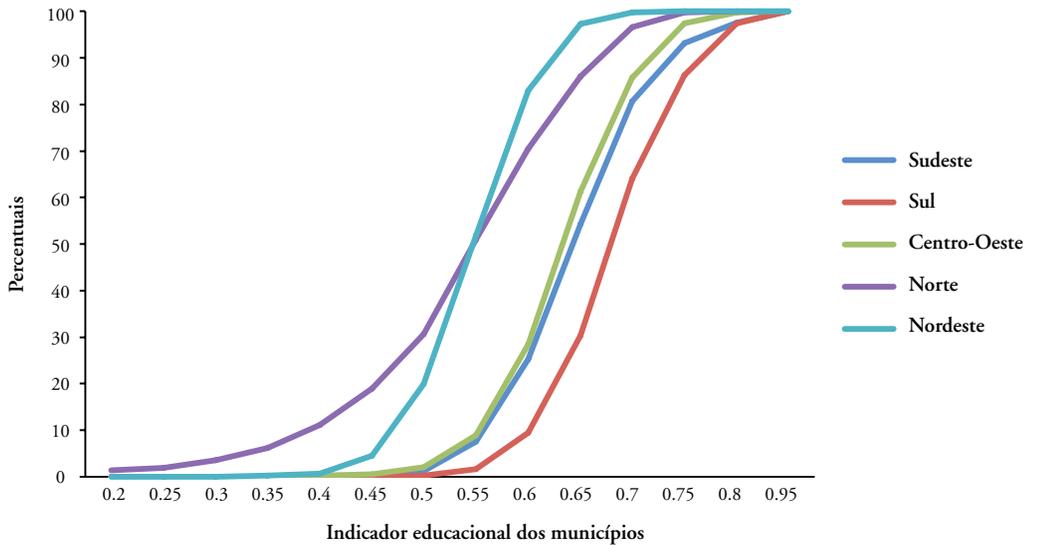
Distribuição acumulada do indicador educacional dos municípios brasileiros por região, 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 7

Distribuição acumulada do indicador educacional dos municípios brasileiros por região, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 3
Estatística log-likelihood dos modelos hierárquicos

Transições	1991		2000		2010	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
t1	562.920,7	562.884,9	363.731,2	363.728,6	85.833,9	85.820,5
t2	444.257,4	444.036,7	395.137,6	394.495,5	132.500,8	132.477,4
t3	415.918,1	414.890,1	355.224,4	348.741,4	324.711,8	324.689,6
t4	112.196	112.113,2	214.910,1	214.096,6	217.636,1	217.629,9
t5	137.900,6	137.757,8	283.788	282.326,4	263.179,3	263.165,7
t6	198.879,5	198.490	377.442,1	376.334	552.688,5	552.646,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 4
Coefficientes de correlação intraclasse

Transições	Parâmetros	1991		2000		2010	
		Modelo nulo	Modelo completo	Modelo nulo	Modelo completo	Modelo nulo	Modelo completo
t1	Intercepto	0,010	0,098	0,283	0,052	0,229	0,014
	Ind. Educ. Mun.	0,275	0,009	0,408	0,001	0,636	0,019
t2	Intercepto	0,244	0,105	0,272	0,190	0,225	0,081
	Ind. Educ. Mun.	0,395	0,061	0,373	0,110	0,773	0,070
t3	Intercepto	0,211	0,036	0,024	0,045	0,312	0,017
	Ind. Educ. Mun.	0,720	0,002	0,633	0,051	0,604	0,003
t4	Intercepto	0,197	0,038	0,403	0,156	0,173	0,001
	Ind. Educ. Mun.	0,475	0,040	0,299	0,271	0,313	0,020
t5	Intercepto	0,175	0,073	0,338	0,193	0,101	0,009
	Ind. Educ. Mun.	0,642	0,066	0,419	0,448	0,074	0,008
t6	Intercepto	0,161	0,204	0,231	0,255	0,030	0,079
	Ind. Educ. Mun.	0,689	0,316	0,615	0,388	0,323	0,039

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

de 10,7% (9,8% + 0,9%) em 1991, passa a explicar 5,3% em 2000 e 2,3% em 2010. Na transição 2, esse percentual sai de 16,6% para 15,1% em 2010. Na transição 3, sai de 3,8% para 2%, enquanto na 4 sai de 7,8% para 2,1%, na 5 cai de 13,9% para 1,7%, e na 6 cai de 52% para 11,8%. As transições 2 e 6 são, assim, aquelas com maior proporção da variância explicada pelas diferenças entre os municípios em 2010. A queda desses percentuais indica que a importância das diferenças educacionais entre os municípios, em relação à progressão dos estudantes, tem diminuído nas últimas duas décadas.

Coefficientes dos modelos

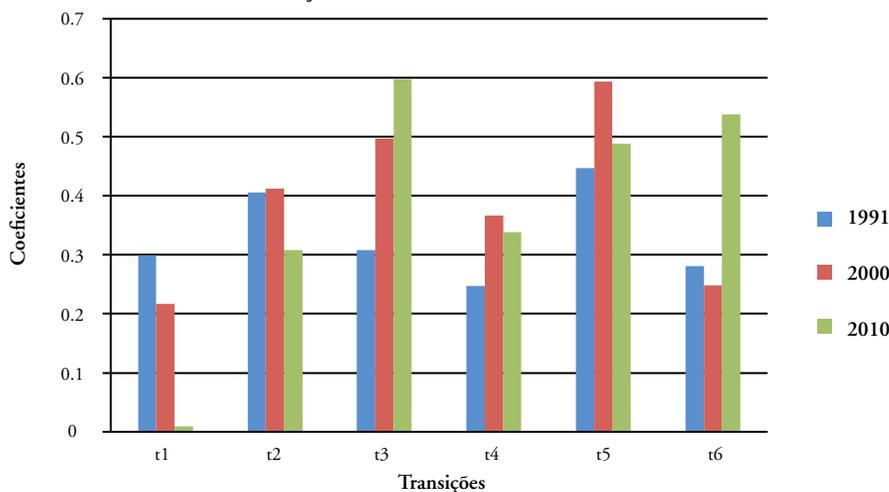
Cada subseção a seguir apresenta gráficos que permitem visualizar as desigualdades nas chances de completar a transição para cada

dimensão. Quanto mais alta a coluna, acima ou abaixo do eixo 0, maior a desigualdade¹².

Características sociodemográficas

A Figura 8 ilustra os diferenciais nas chances de mulheres realizarem cada transição educacional em relação a homens, para os três anos analisados. Em geral, observa-se a vantagem de mulheres em todas as transições. As tendências temporais apontam queda das vantagens das mulheres nas duas primeiras transições, principalmente na primeira, onde praticamente desaparece, o que indica uma convergência nas chances de homens e mulheres ingressarem no sistema educacional. No entanto, a partir da transição 3 (completar o ensino fundamental, dado que completou a 4^a/5^a série), a tendência é o aumento das vantagens das mulheres.

Figura 8
Evolução do efeito do gênero nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010

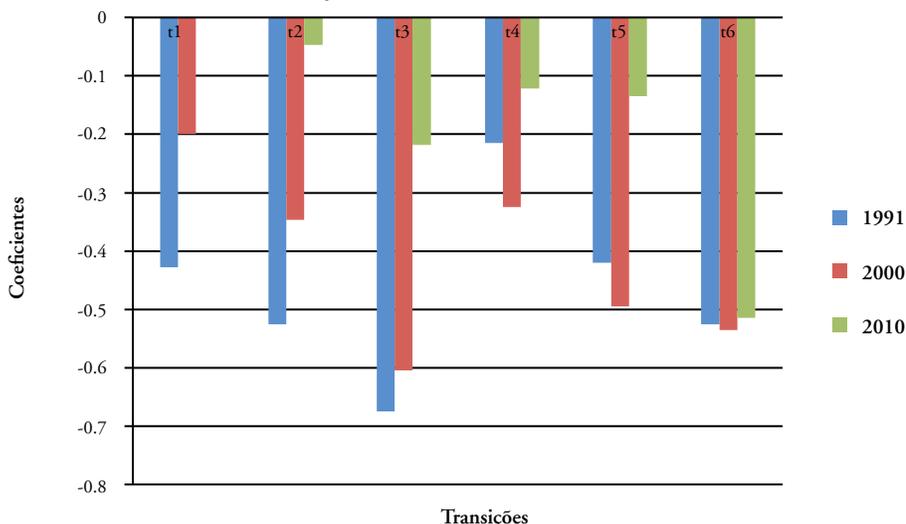


Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

12 As tabelas com os coeficientes dos modelos não foram inseridas no trabalho, para evitar repetição. Caso haja interesse, podem ser disponibilizadas pelo autor.

Figura 9

Evolução do efeito da raça nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A Figura 9, por sua vez, ilustra diferenças entre grupos de cor nas transições educacionais, desvelando as desvantagens de não brancos em todas as transições, mas destacadamente nas transições 3 e 6. Observa-se uma queda das desigualdades raciais em todas as transições durante o período, mas bem mais acentuada nas transições iniciais. Assim como em relação às diferenças de gênero, observa-se uma tendência à convergência nas chances de entrada no sistema educacional entre brancos e não brancos.

Origens socioeconômicas

O efeito do status socioeconômico familiar nas chances de realizar as transições é ilustrado na Figura 10. Verifica-se que, enquanto em 1991 esse efeito era maior nas primeiras transições, ao longo do período esse efeito se desloca para as transições 3

(conclusão do ensino fundamental) e 6 (acesso ao nível superior). Assim, observa-se queda do impacto do status dos pais em todas as transições entre 1991 e 2010, exceto por aquela referente à entrada no ensino superior, que permanece relativamente estável.

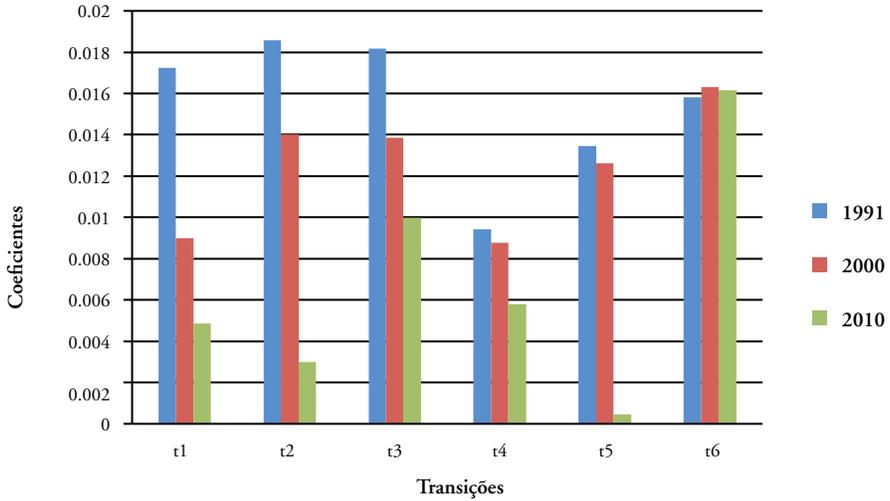
A Figura 11 ilustra o efeito da educação dos pais e aponta padrão semelhante ao do status socioeconômico. Ao longo do período, há redução geral do efeito, de forma que esse se desloca das transições 1 e 2 para a 3 e a 6, fazendo com que a estrutura de desigualdades no sistema educacional deixe de ter o formato de U para adquirir o formato de N.

Estrutura familiar

Variáveis desta dimensão indicam em que medida a intensidade da convivência dos estudantes com seus pais influencia a progressão educacional. Crescer em uma

Figura 10

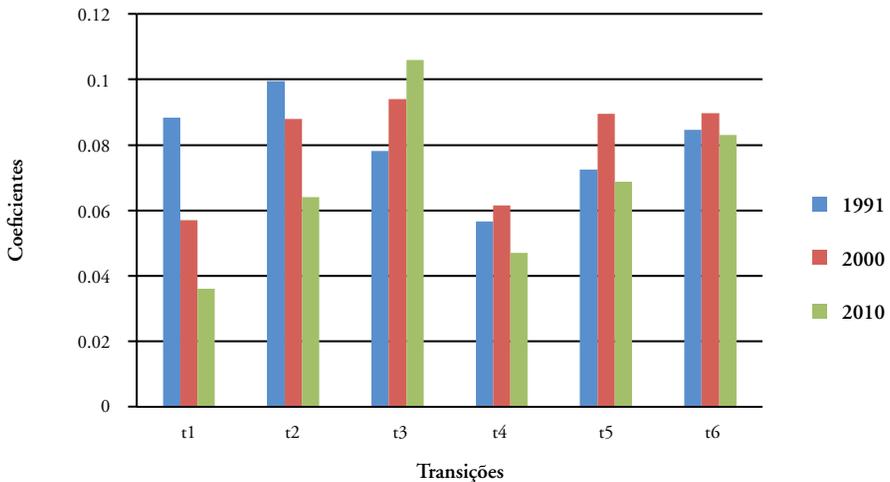
Evolução do efeito do status socioeconômico nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 11

Evolução do efeito do nível educacional dos pais nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

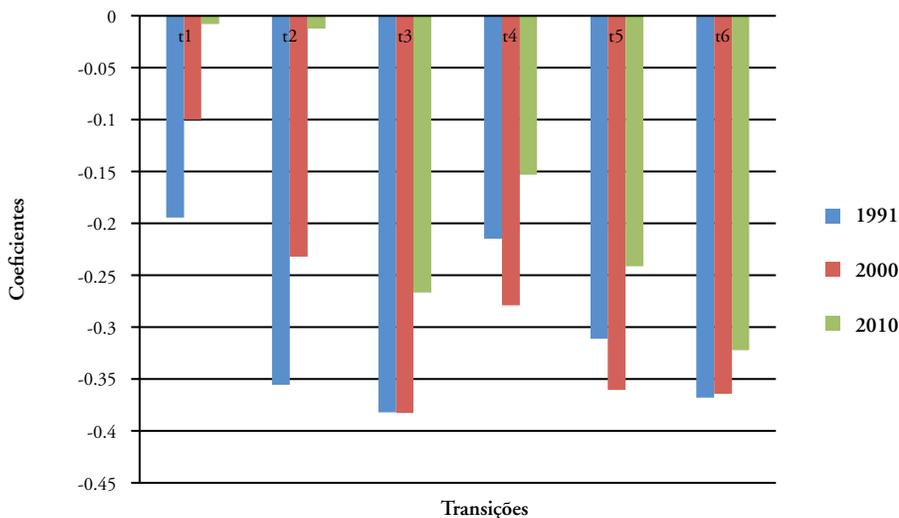
família com apenas um dos pais leva a desvantagens nas transições, como indica a Figura 12. Essas desvantagens diminuíram bastante no período, de forma que tendem a desaparecer nas transições 1 e 2, mas ainda persistem em um nível ainda considerável nas transições subsequentes.

A Figura 13 mostra as desvantagens relacionadas ao tamanho da família, de forma que cada irmão a mais implica desvantagem maior nas chances de realizar as transições. Em geral, verifica-se queda desse efeito nas cinco primeiras transições, mas aumento na transição para o ensino superior. Também para essa dimensão verifica-se o deslocamento da pressão para as transições 3 e 6, assim como para a da família monoparental.

Situação do domicílio

A Figura 14 ilustra as vantagens de estudantes que residem em áreas urbanas em relação àqueles que residem em áreas rurais. O efeito mais alto é encontrado na transição 5, que indica a conclusão do ensino médio. Também se observa para essa dimensão uma queda considerável das diferenças, para todas as transições, indicando que, ao longo do período, foi expandido o número de escolas de ensino básico nas áreas rurais, assim como pode ter aumentado a quantidade de estudantes que frequentam ensino superior em áreas urbanas próximas ou mesmo cursos a distância.

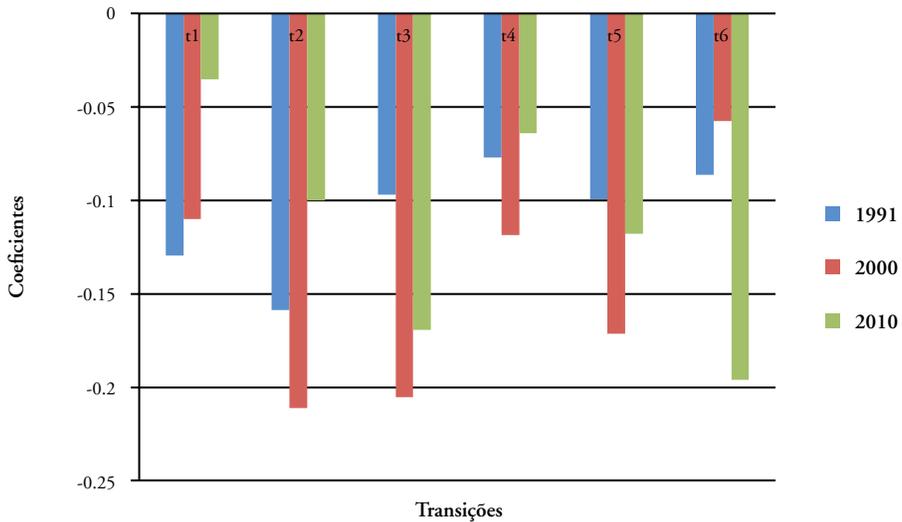
Figura 12
Evolução do efeito de uma família monoparental nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 13

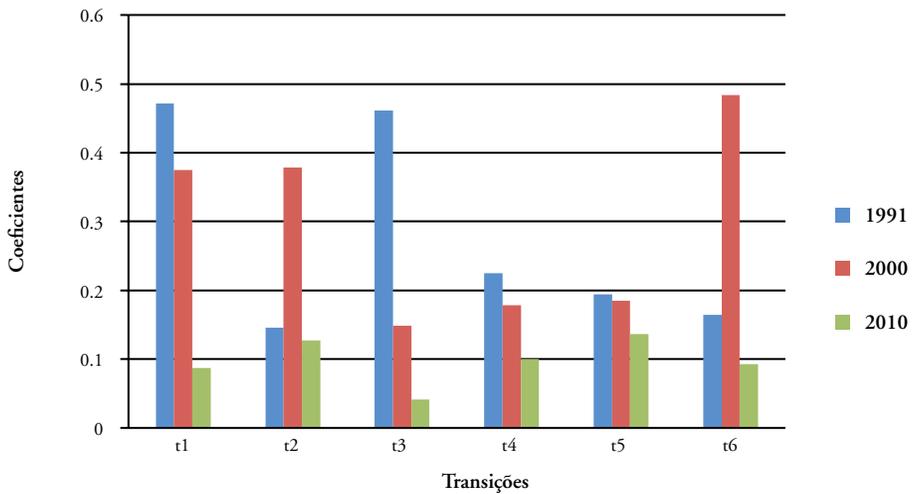
Evolução do efeito do número de irmãos nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 14

Evolução do efeito da situação do domicílio nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Efeitos contextuais

O indicador educacional dos municípios apresenta efeito significativo positivo em todas as transições, ou seja, quanto melhores as estatísticas educacionais do município, mais propício é o ambiente para o sucesso educacional e mais facilmente o estudante fará sua progressão, independentemente das origens sociais. Ao longo do período estudado, o efeito do indicador cai na primeira transição, mas sobe para todas as seguintes. Em geral, a estrutura do efeito, que tinha formato de U em 1991, com maiores desigualdades nas transições 1 e 6, adquire também o formato de N.

Interação entre efeitos contextuais e características dos indivíduos

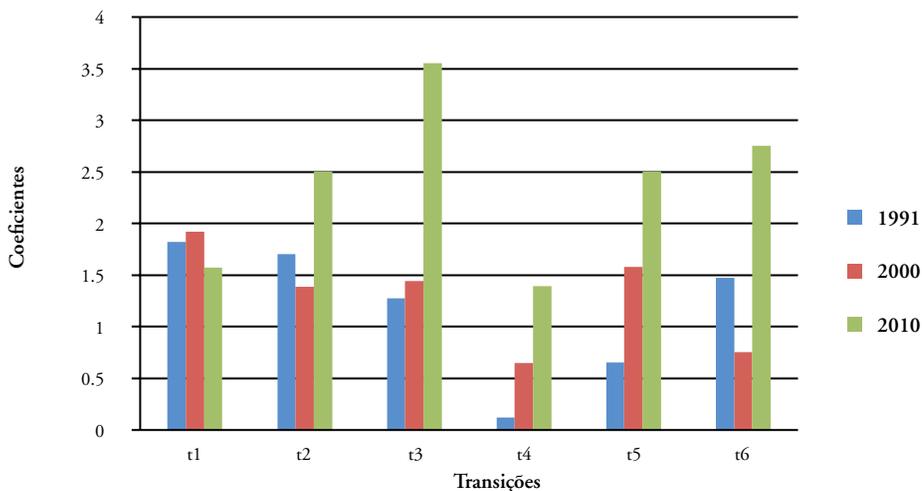
Modelos adicionais estimaram a interação entre o indicador educacional dos municípios e as origens socioeconômicas e diferenças ra-

ciais, no intuito de entender em que medida variações no clima educacional do contexto levam a variações no efeito das origens sociais sobre a progressão educacional. A Tabela 5 traz os coeficientes para essas interações.

O termo interativo para a raça aponta que, para a transição 1, entre 1991 e 2000, e para a transição 2 em 1991, quanto mais alto o indicador educacional, menores as desvantagens dos grupos de cor. Essa relação, todavia, desaparece para as duas transições em 2010, o que pode ser um indicativo de que a melhoria dos indicadores educacionais locais tem alcance geral, levando a uma convergência das oportunidades para brancos e não brancos na primeira parte do ensino fundamental. Para as transições 3 e 6, verifica-se o padrão oposto, passando de uma relação inexistente no início do período para uma negativa em 2010, o que aponta que, quanto maior o indicador educacional do município, maiores as vantagens de brancos para completar o ensino fundamental.

Figura 15

Evolução do efeito do indicador educacional municipal nas chances de completar seis transições educacionais no Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Já o segundo termo interativo indica, para as três primeiras transições, que quanto mais alto o índice educacional municipal, menor o efeito do status socioeconômico sobre as chances de os estudantes completarem essas transições. Observa-se, todavia, diminuição da força dessa relação, desaparecendo na transição 1 e perdendo força na 3, sendo relativamente estável na 2. O padrão para a transição 6 mais uma vez contraria o anterior, pois, quanto maior o indicador do município, maior o efeito do status socioeconômico sobre as chances de os estudantes chegarem ao ensino superior.

Por fim, o terceiro termo interativo indica, para as quatro primeiras transições, que, entre 1991 e 2000, quanto maior o índice municipal, menor o efeito da escolaridade dos pais. Em 2010 esse padrão se inverte, de forma que o contexto municipal reforça a influência dos pais para as três primeiras, e a relação desaparece para a quarta transição. A transição 6 apresenta padrão semelhante, apontando que, em 2010, a melhoria dos indicadores educacionais regionais tem proporcionado diminuição do efeito da escolaridade dos pais sobre a progressão dos filhos.

Discussão

Os resultados encontrados aqui para 1991 indicam uma estrutura com queda das desigualdades ao longo das transições, mas reforço das desigualdades na transição para o ensino superior (formato de U), tanto para as origens socioeconômicas como para a raça. Todavia, ao longo do período estudado, verifica-se uma complexificação dessa estrutura, de forma que em 2010 o formato se assemelha mais a um N, ou seja, os dois picos das desigualdades acontecem na transição 3 (conclusão do ensino fundamental) e na transição 6 (entrada no ensino superior). Essa mudança causa a queda das de-

sigualdades nas duas primeiras transições e nas transições 4 (acesso ao ensino médio) e 5 (completar o ensino médio), e o deslocamento progressivo da pressão para as transições superiores, a 3 e a 6, respectivamente.

Além de mostrar essas tendências, este trabalho procurou integrar a análise das dimensões micro e macro do processo educacional, avançando no entendimento de como a variação nos indicadores educacionais dos municípios influencia o processo de estratificação educacional, ou seja, a relação entre as origens socioeconômicas e a progressão dos estudantes no sistema educacional, entre 1991 e 2010. A partir de dados dos Censos Demográficos e de modelos hierárquicos, verificou-se que as diferenças entre os municípios respondiam por parte importante do processo de alocação das oportunidades educacionais no Brasil em 1991, mas essa importância diminuiu progressivamente em 2010, respondendo por menos de 10% em todas as transições dentro dos ensinos fundamental e secundário. Essa tendência indica que a melhoria dos indicadores educacionais municipais, principalmente naqueles que possuíam estrutura precária no início do período analisado, tem levado a uma diminuição da importância relativa das diferenças entre os municípios sobre as desigualdades educacionais.

O indicador agregado para cada município brasileiro tem efeito positivo sobre o progresso dos estudantes no sistema, independentemente das características socioeconômicas da família, confirmando o pressuposto básico deste estudo. Todavia, o segundo pressuposto, de que em municípios com indicadores educacionais mais favoráveis estudantes dependem menos dos recursos fornecidos pelos pais, só pode ser aceito parcialmente. Embora essa relação seja verificada para o efeito da raça em todos os níveis, para o status socioeconômico e a

Tabela 5

Coefficientes dos termos interativos entre o indicador educacional dos municípios e origens socioeconômicas e grupos raciais

Termo interativo 1: Indicador educ. município x raça	1991	2000	2010
t1	0,283*	0,176*	0,327
t2	0,370*	0,079	0,036
t3	-0,005	-0,004	-0,519*
t4	-0,272	0,078	-1,177
t5	-0,473*	0,099	0,147
t6	-0,977	-1,610*	-0,915*
Termo interativo 2: Indicador educ. município x ISEI	1991	2000	2010
t1	-0,050*	-0,035*	0,015
t2	-0,022*	-0,038*	-0,039*
t3	-0,020*	-0,015*	-0,009*
t4	-0,001	-0,003	0,002
t5	0,001	-0,003	0,001
t6	0,021*	0,031*	0,024*
Termo interativo 3: Indicador educ. município x educ. país	1991	2000	2010
t1	0,025*	0,024*	-0,148*
t2	0,090*	0,063*	-0,101*
t3	0,060*	0,075*	-0,076*
t4	0,047*	0,034*	-0,001
t5	0,037	0,013	-0,192
t6	0,075*	0,216*	0,027

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

educação dos pais isso se verifica somente nas transições iniciais da educação básica. Dessa forma, enquanto as desvantagens de grupos de cor, em todas as transições, são menores em municípios com melhores indicadores educacionais, as desvantagens de estudantes de famílias de baixo status socioeconômico e baixo capital cultural são menores apenas nas primeiras transições do sistema educacional.

Levando-se em conta esses resultados, é possível argumentar que, embora existam práticas institucionais (currículo, disciplina, recursos disponíveis etc.) que organizam o

sistema escolar desde um nível maior de tomada de decisões, variações na organização dos sistemas locais e nos indicadores educacionais municipais são importantes para se entender o processo de estratificação educacional, embora venham perdendo força nas últimas décadas. Nesse sentido, efeitos contextuais não são triviais ou mero reflexo de processos que ocorrem no nível dos indivíduos, de forma que o clima educacional que rodeia os estudantes, e que vai além daquele fornecido pelo ciclo familiar imediato, é importante para o sucesso educacional.

Bibliografia

- ALISSON, P. D. (1999), "Comparing Logit and Probit Coefficients Across Groups". *Sociological Methods & Research*, 28: 186-208.
- ARUM, R. (2000), "Schools and Communities: Ecological and Institutional Dimensions". *Annual Review of Sociology*, 26: 395-418.
- BARBOSA, M. L. O. (2011), *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- BARBOSA, M. L. O.; RANDALL, L. (2004), "Desigualdades sociais e formação de expectativas familiares e de professores". *Caderno CRH*, 17: 299-308.
- BILLS, D. B.; HALLER, A. O. (1984), "Socioeconomic Development and Social Stratification: Reassessing the Brazilian Case". *The Journal of Developing Areas*, 19: 59-70.
- BOURDIEU, P. (1986). "The forms of capital", in J. Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova York, Greenwood.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. (1977), *Reproduction in Education, Society and Culture*. Londres, Sage.
- BREEN, R. et al. (2009), "Nonpersistent Inequality in Educational Attainment: Evidence from Eight European Countries". *American Journal of Sociology*, 114: 1475-521.
- _____. (2010). "Long-Term Trends in Educational Inequality in Europe: Class Inequalities and Gender Differences". *European Sociological Review*, 26: 31-48.
- BRYK, A. S; RAUDENBUSH, S. W. (1992), *Hierarchical linear models: Applications and Data Analysis Methods*. Newbury Park, Sage.
- COLEMAN, J. S. (1988), "Social Capital in the Creation of Human-Capital". *American Journal of Sociology*, 94: 95-120.
- COLEMAN, J. S. et al. (1966), *Equality of Educational Opportunity*. Washington, DC, US Department of Health, Education and Welfare.

- COLLARES, A. C. M. (2010), *Educational Inequalities and the Expansion of Postsecondary Education in Brazil, from 1982 to 2006*. Tese de doutorado, Madison (EUA), University of Wisconsin.
- CORBUCCI, P. (2009), *Sobre a redução das matrículas no ensino médio regular*. Brasília, Ipea. (Texto para Discussão 1421).
- CRAMER, J. S. (2007), "Robustness of Logit Analysis: Unobserved Heterogeneity and Mis-Specified Disturbances". *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 69: 545-55.
- DOWNEY, D. (1995), "When Bigger is Not Better: Family Size, Parental Resources, and Children's Educational Performance". *American Sociological Review*, 60: 746-61.
- DUNCAN, G. J. (1994), "Families and Neighbors as Sources of Disadvantage in the Schooling Decisions of Black and White Adolescents". *American Journal of Education*, 103: 20-53.
- ENSMINGER, M. E.; LAMKIN, R. P.; JACOBSON, N. (1996), "School Leaving: A Longitudinal Perspective Including Neighborhood Effects". *Child Development*, 67: 2400-16.
- FERNANDES, D. C. (1999), *Educational Stratification, Race and Socioeconomic Development in Brazil*. Tese de doutorado, Madison (EUA), University of Wisconsin.
- _____ (2005). Race, Socioeconomic Development and the Education Stratification Process in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, 22: 365-422.
- GANZEBOOM, H. B. (2010), "A New International Socio-Economic Index (ISEI) of Occupational Status of the International Standard Classification of Occupation 2008 (ISCO-88) Constructed with Data from the ISSP 2002-2007, with an Analysis of Quality of Occupational Measurement in ISSP". *Annual Conference of the International Social Survey Programme*. Lisboa, Portugal.
- GANZEBOOM, H. B.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. (1992), "A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status". *Social Science Research*, 21: 1-56.
- GARNER, C. L. (1988), "Educational Attainment in Glasgow: The Role of Neighborhood Deprivation", in E. Bondi, M. Mathews (eds.), *Education and Society*, Londres, Routledge.
- GARNER, C. L.; RAUDENBUSH, S. W. (1991), "Neighborhood Effects on Educational Attainment: A Multilevel Analysis". *Sociology of Education*, 64: 251-62.
- GUO, G.; ZHAO, H. (2000), "Multilevel Modeling for Binary Data". *Annual Review of Sociology*, 26: 441-62.
- HALLER, A. O.; PORTES, A. (1973), "Status Attainment Processes". *Sociology of Education*, 46: 51-91.
- HALLER, A. O.; SARAIVA, H. U. (1991), "Ascription and Status Transmission in Brazil", in J. G. Scoville (ed.), *Status Influences in Third World Labor Markets*, Berlin/Nova York, Walter de Gruyter.
- HAUSER, R. (1970), "Context and Consex: A Cautionary Tale". *American Journal of Sociology*, 75, (4): p. 645-64. Parte 2: Status and Achievement in the U.S.
- HOLSINGER, D. B. (1975), "Education and the Occupational Attainment Process in Brazil". *Comparative Education Review*, 19: 267-75.
- LAUEN, D. L.; GADDIS, S. M. (2013), "Exposure to Classroom Poverty and Test Score Achievement: Contextual Effects or Selection?". *American Journal of Sociology*, 118: 943-79.
- LENSKI, G. E. (1966), *Power and Privilege: A Theory of Social Stratification*. Nova York, McGraw-Hill.
- LUKE, D. A. (2004), *Multilevel Modeling*. Londres, Sage University Paper.

- MARE, R. D. (1980), "Social Background and School Continuation Decisions". *Journal of the American Statistical Association*, 75: 295-305.
- _____. (1981), "Change and Stability in Educational Stratification". *American Sociological Review*, 46: 72-87.
- MARTELETO, L. J. (2012), "Educational Inequality by Race in Brazil, 1982-2007: Structural Changes and Shifts in Racial Classification". *Demography*, 49: 337-58.
- MAYER, S.; JENCKS, C. (1989), "Growing Up in Poor Neighborhoods: How Much Does it Matter?". *Science*, 243: 1441-5.
- MONT'ALVÃO, A. (2011), "Estratificação educacional no Brasil do século XXI". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 54: 389-430.
- _____. (2013), *Estratificação do acesso ao ensino superior no Brasil*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.
- MULLER, W.; KARLE, W. (1993), "Social Selection in Educational Systems in Europe". *European Sociological Review*, 9: 1-23.
- NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (2007), "Region, Industry, and Intergenerational Status Transmission in Urban Brazil". *Population Review*, 46: 12-28.
- PARSONS, T. (1970), "Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revised", in E. O. Laumann (ed.), *Social Stratification: Research and Theory for the 1970s*. Indianapolis, Bobbs-Merrill.
- RABE-HESKETH, S.; SKRONDAL, A.; PICKLES, A. (2004), *Gllamm Manual*. Disponível em: <<http://www.gllamm.org/manual.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.
- RAFTERY, A.; HOUT, M. (1993), "Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-1975". *Sociology of Education*, 66: 41-62.
- RESENDE, G. M.; CAMARGO, R. S.; DA MATA, D. (2008), "Uma análise da educação nos municípios brasileiros no período 1991-2000", in A. X. Y. Carvalho *et al.* (orgs.), *Dinâmica dos municípios*. Brasília, Ipea.
- RIANI, J. L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. (2008), "Background familiar *versus* perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros?". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25: 251-69.
- RIBEIRO, C. A. C. (2011), "Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 54: 41-87.
- RIBEIRO, L. C. Q. *et al.* (orgs.) (2010), *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIOS-NETO, E. L. G.; CÉSAR, C. C.; RIANI, J. L. R. (2002), "Estratificação educacional e progressão escolar por série no Brasil", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 32: 395-415.
- SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H.-P. (1993), *Persistent Inequality: A Comparative Study of Educational Attainment in Thirteen Countries*. Boulder/San Francisco/Oxford, Westview Press.
- SILVA, N. V. (2003), "Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil", in N. V. Silva; C. Hasenbalg (eds.), *Origens e destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*, Rio de Janeiro, Topbooks.
- SILVA, N. V.; HASENBALG, C. (2000), "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 43: 423-45.

- SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. (2003), "Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica". *Educação e Pesquisa*, 29: 147-65.
- SPADY, W. G. (1967), "Educational Mobility and Access: Growth and Paradoxes". *The American Journal of Sociology*, 73: 273-86.
- TREIMAN, D. J. (1970), "Industrialization and Social Stratification", in E. O. Laumann (ed.), *Social Stratification: Research and Theory for the 1970s*, Indianapolis, Bobbs-Merrill.

Resumo

Desigualdades de progressão educacional no Brasil: interação entre características familiares e contextuais

Este estudo analisa desigualdades de progressão em seis transições no sistema educacional brasileiro, integrando a análise do efeito das características socioeconômicas familiares (dimensão micro) à da influência de efeitos contextuais relacionados aos municípios brasileiros (dimensão macro). São utilizados dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 para investigar em que medida variações nos indicadores educacionais dos municípios implicam variações na influência das características socioeconômicas dos pais sobre o percurso dos filhos no sistema educacional. Modelos hierárquicos são empregados para realizar essa análise e os principais resultados indicam que o contexto educacional dos municípios tem efeito positivo sobre a trajetória dos estudantes, mesmo controladas as características socioeconômicas familiares; e quanto maior o indicador educacional do município, menor o efeito da raça e das origens socioeconômicas sobre a progressão na educação básica.

Palavras-chave: Progressão educacional; Desigualdades; Efeitos contextuais.

Abstract

Inequalities of educational progression in Brazil: interactions between family backgrounds and contextual effects

The study examines inequalities of educational progression, involving six progressive transitions in basic education. Drawing upon data from the 1991, 2000, and 2010 demographic census, the article discusses the interaction between family socioeconomic background (micro) and the contextual effects resulting from the municipalities' educational structure (macro). The main results of the investigation indicate that the educational context of the municipalities has a significant effect on the students' trajectories and likelihood of completing those progressive educational transitions, even when controlled the families' socioeconomic characteristics. The better the educational indicator of a municipality, the smaller are the effects of race and socioeconomic origins on the students' chances of progression along the steps of primary school.

Keywords: Educational transitions; Inequalities; Contextual effects.

Résumé

Inégalités de la progression scolaire au Brésil : interaction entre les caractéristiques familiales et les facteurs contextuels

Le texte examine les inégalités de progression dans le système éducatif brésilien à la lumière des caractéristiques socio-économiques familiales (dimension micro) et des facteurs contextuels liés aux communes brésiliennes (dimension macro). Les données des recensements démographiques de 1991, 2000 et 2010 sont prises en compte pour mesurer le rôle des indicateurs éducatifs des villes sur les caractéristiques socioéconomiques des parents et, par voie de conséquence, sur le parcours scolaire de leurs enfants. À partir des modèles hiérarchiques utilisés, les principaux résultats montrent que le contexte éducatif des communes a un effet positif sur la trajectoire de l'élève, même quand les caractéristiques socioéconomiques des familles sont contrôlées. En outre, plus l'indicateur éducatif de la commune est élevé, moins les questions de race et d'origines socioéconomiques influent sur la progression au niveau de l'éducation de base.

Mots-clés: Système éducatif; Inégalités; Effets contextuels.

Introdução

Toda escola está localizada em um território, um espaço social capaz de alterar a rotina de suas atividades cotidianas, o processo de ensino-aprendizagem ou mesmo suas interações internas, no universo intramuros, entre os diferentes atores que fazem parte do que a sociologia da educação comumente denomina *comunidade escolar*¹. Esse impacto dos territórios, por sua vez, não se restringe aos contatos habituais estabelecidos com indivíduos e instituições do ambiente extramuros, mas se dá também como resultante de fenômenos de alcance mais amplo, que se projetam sobre lugares concretos e se atualizam nas experiências individuais. O território atua nas relações sociais, e sobre a vida das pessoas.

Nessa linha, Abramovay (2002) e Ferrião (2011) ressaltam que as escolas não são instituições isoladas de seu contexto. Assim, qualquer tentativa de compreensão de suas dinâmicas e processos merece um olhar sobre os aspectos socioeconômicos, culturais e políticos que se evidenciam em seu entorno. Tais elementos contextuais precisam, portanto, ser incorporados às análises sobre os cotidianos e resultados escolares, como elementos dialógicos, que afetam as escolas e que por elas são afetados.

Embora a preocupação com os efeitos dos territórios sobre desfechos individuais remeta à Escola de Chicago, os estudos sobre a influência da organização social do território sobre as desigualdades educacionais, sobretudo no que diz respeito a estudos empíricos, são relativamente recentes, tendo ganhado impulso na década de 1980 (Koslinski e Alves, 2012).

Na América Latina, e mais especificamente no Brasil, tal interesse se justificou pelo crescimento e intensificação, desde as últimas décadas do século XX, da concentração da pobreza e da vulnerabilidade nas cidades, fenômenos encontrados em diversas cidades brasileiras e latino-americanas. Nessas cidades, segregação residencial, isolamento sociocultural e violência urbana podem ser pensados como integrantes de um conjunto bastante diversificado de efeitos negativos associados às desigualdades socioterritoriais, efeitos que limitam o acesso de indivíduos, grupos e instituições à estrutura de oportunidades das cidades formais, em diversas dimensões da vida social (Kaztman, 1999, 2000, 2001; Kaztman e Retamoso, 2005, 2007; Sant'Anna, 2009; Ribeiro, 2005; Ribeiro e Koslinski, 2010).

Nesse contexto, as escolas, representadas como lugares privilegiados para a

1 A comunidade escolar constitui o grupo de pessoas responsáveis pela oferta dos serviços educacionais das escolas (direção, professores e funcionários), bem como pelas pessoas que recebem esses serviços diretamente (alunos) ou indiretamente (pais e mães dos alunos) (Brooke e Soares, 2008).

construção da cidadania, apesar de todos os problemas e questionamentos historicamente enfrentados (Faleiros e Faleiros, 2007), constituem um objeto importante para compreendermos a reprodução das desigualdades sociais e como seus diferentes mecanismos operam (Sant'Anna, 2009). Sob algumas perspectivas, pressupõe-se que oportunidades educacionais mais equitativas podem levar a maior igualdade social (Salata e Sant'Anna, 2009), ajudando na conformação de uma sociedade mais igualitária.

O efeito do território e da comunidade sobre as instituições e atores escolares, principalmente pela falta de dados apropriados para a operacionalização dos estudos, é uma questão relativamente pouco estudada na produção acadêmica brasileira, tanto no âmbito da sociologia da educação quanto no que tange à sociologia urbana. Essa situação se torna ainda mais delicada quando esses efeitos territoriais dizem respeito à violência urbana, bem como a outras formas de violência, no entorno das escolas e na vizinhança das moradias dos alunos.

Nesse sentido, a combinação de diversas fontes de informação para mensurar as características dos territórios (observando indicadores para dimensões como violência, pobreza, infraestrutura urbana e domiciliar) passíveis de influenciar os resultados escolares foi uma das propostas deste artigo.

Estudos sobre Efeito Escola

No campo da sociologia da educação, os estudos sobre os condicionantes dos resultados escolares fazem parte de uma discussão histórica sobre a eficácia das escolas e sua capacidade de promover mudanças sociais. Tais discussões tiveram como bases empíricas grandes *surveys* e avaliações educacionais financiados por governos de paí-

ses como Estados Unidos, Inglaterra e França, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, motivados pelas políticas de bem-estar social e por um possível potencial das escolas na promoção de uma sociedade igualitária (Brooke e Soares, 2008; Palermo, 2011; Alves e Soares, 2007b; Koslinski e Alves, 2012).

Tão importante para o campo quanto essa profusão de dados produzidos talvez tenham sido os usos (e abusos) que alguns desses trabalhos fizeram de tais dados. Como apontam Alves e Soares (2007b), essa fase embrionária dos estudos sobre os resultados escolares, caracterizada pelo empirismo metodológico, produziu alguns trabalhos teoricamente frágeis e tecnicamente imprecisos, considerando o estado da arte das técnicas de modelagem estatística, ainda bastante limitadas para tratar corretamente a estrutura dos dados educacionais. O modelo metodológico largamente empregado seguia uma lógica de insumo-produto, desconsiderando os processos e relações sociais e institucionais que ocorriam nas escolas. Acreditava-se que as escolas, vistas como “caixas pretas”, faziam de modo linear a transformação de insumos financeiros e recursos escolares em resultados educacionais de seus alunos.

O Relatório Coleman (Coleman *et al.*, 1966) pode ser apontado como um dos mais emblemáticos trabalhos desse período. Visando estudar os determinantes das diferenças existentes nos resultados educacionais das escolas norte-americanas, o estudo concluiu que as variáveis contextuais mensuradas para as escolas (infraestrutura, currículo, corpo docente etc.) não eram capazes de explicar grande parte da variabilidade individual entre alunos de diferentes escolas. Em suma, as características pessoais dos estudantes eram o que realmente importava e as variações entre

escolas simplesmente não faziam diferença² (Brooke e Soares, 2008).

É importante ressaltar que as críticas ao estudo de Coleman, e aos demais estudos realizados sob o mesmo modelo, fomentaram uma série de estudos elaborados sob uma nova perspectiva teórico-metodológica. Essas pesquisas, preocupadas em mostrar que as escolas poderiam efetivamente produzir mudanças nos resultados dos alunos, passaram a se preocupar com os processos que ocorriam no interior das escolas. Os estudos de caso produzidos mostraram que existiam variações importantes nos contextos institucionais e no modo como os processos de ensino-aprendizagem se davam entre as escolas. Estes pautaram uma nova concepção de eficácia escolar (Brooke e Soares, 2008; Brandão, 2010; Palermo, 2011).

Foi apenas a partir da década de 1980, com a implementação computacional e a incorporação na pesquisa educacional dos modelos de regressão hierárquica, formulados na década anterior por pesquisadores como Goldstein e Bryk, que os estudos quantitativos sobre os efeitos das escolas ganharam novo ânimo. Na medida em que essa técnica permitia incorporar sem vícios de agregação³ variáveis de outros níveis analíticos, como turma e escola, possibilitaram respostas a problemas de pesquisa antes intratáveis.

No Brasil, esses estudos sobre os fatores associados aos resultados escolares, sobretudo aqueles relacionados ao desempenho, se desenvolveram de modo consistente somente após a consolidação, em 1995, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, posteriormente, da Prova Brasil. Ambos abordam questões sobre os efeitos das escolas, eficácia e equidade escolar na educação básica (Alves e Franco, 2008; Brooke e Soares, 2008).

Em suma, assim como nas pesquisas internacionais, os estudos brasileiros buscam estimar o potencial que as escolas têm de influir negativa ou positivamente nos resultados de seus alunos, tentando identificar as características institucionais e práticas que afetariam concretamente o aprendizado. As análises aqui realizadas inscreveram-se justamente no âmbito desses estudos, buscando, dentro e fora das escolas, atributos que permitissem explicar variações existentes nos resultados de diferentes instituições. Tais atributos, por sua vez, podem ser sistematizados, como aponta Sant'Anna (2009), sobre a noção de Efeito Escola⁴.

Territórios e interações espaciais

Territórios nada mais são do que relações sociais, econômicas e políticas projetadas em espaços concretos (Leal e Fonseca, 2008),

2 Como nessa época ainda não tinham sido implementadas as técnicas de modelagem hierárquica, o peso da escola estava, de certa forma, mais fortemente condicionado pelo olhar do pesquisador, na medida em que a proporção da variância explicada (que representava a importância da escola) dependia das variáveis contextuais colocadas nos modelos.

3 Ocorre quando uma variável possui interpretação diferente, ou remete a efeitos diferentes, quando é observada em um nível analítico ou de agregação diferente.

4 Após verificar, na literatura sobre avaliação educacional, uma pluralidade de terminologias e usos nem sempre convergentes, Palermo (2011) propôs três acepções diferentes para expressar os efeitos das instituições escolares sobre seus alunos: (a) Efeito Escola, quando se trata do impacto global das escolas em termos do percentual de variância explicada por esse nível em um modelo hierárquico; (b) Efeito da Escola, para falar sobre o efeito de uma escola em particular sobre os resultados de seus alunos; e (c) Efeitos das Escolas, para tratar das variáveis contextuais e das características das escolas identificadas como significativas nas análises.

bem como as representações sociais geradas sobre esses espaços. As relações de dominação que comunidades humanas e grupos sociais estabelecem sobre seus territórios, bem como a apropriação simbólica que fazem destes, geram processos identitários e marcas espaciais (geossímbolos), que promovem a atração ou a repulsão de fluxos, recursos e pessoas (Santos, 1988; Corrêa, 1995; Leal e Fonseca, 2008).

Falar sobre territórios consiste em falar sobre diferenciações espaciais que caracterizam contextos sociais geograficamente conformados, a partir de um emaranhado de dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais, historicamente determinadas, que lhes conferem especificidade. A partir daí, no conjunto interligado de representações sobre estes espaços, estabelecem-se as definições sobre pertencimento, indicando, em um contraste dicotômico, quem está dentro e quem está fora desses territórios (Massey, 1993; Haesbaert, 2006).

O conceito de território é importante aqui porque diferentes contextos distinguem os territórios segundo o acesso a diferentes capitais (econômicos, sociais e culturais) e segundo as interações e padrões de sociabilidade que neles se estabelecem (Bourdieu, 2011).

Os efeitos do território, assim como as noções similares de efeito de lugar (Bourdieu, 2011) ou efeito vizinhança (Ellen e Turner, 1997; Sampson *et al.*, 1997, 2002) fazem parte de um quadro mais geral de modelos explicativos que, segundo Alves, Franco e Ribeiro (2008), se fundam na hipótese da existência de relacionamentos causais entre determinados fatos e acontecimentos na vida dos indivíduos e os contextos sociais, de modo que certos desfechos sociais, trajetórias ou resultados pessoais poderiam ser compreendidos em função da relação entre motivações, escolhas e comportamentos individuais e esses contextos sociais conformados por processos territoriais que concentra-

riam em diferentes espaços das cidades certas populações, grupos e classes de pessoas com determinadas semelhanças. O mesmo acontecendo com trajetórias de instituições inseridas nas dinâmicas desses territórios.

No que tange especificamente aos serviços e políticas educacionais, segregação residencial, distribuição de riqueza e violência urbana, como exemplos de fenômenos fortemente territorializados e parte integrante de um conjunto de outros efeitos associados às desigualdades socioespaciais, encontradas em muitas cidades brasileiras e da América Latina (Kaztman e Ribeiro, 2008; Ribeiro e Koslinski, 2010), incidiriam tanto sobre o cotidiano das atividades escolares quanto sobre as trajetórias individuais dos alunos, atuando nas relações sociais e contextos de interação circunscritos em seus lugares de moradia.

O efeito do território sobre as escolas diz respeito a um conjunto de mecanismos sociointeracionais e institucionais que operam com base em aspectos peculiares dos bairros, comunidades e vizinhanças (características sociais, culturais e econômicas das populações dos territórios), incidindo, por um lado, sobre o aprendizado e sobre os demais resultados escolares dos alunos e, por outro lado, sobre a oferta de serviços educacionais, o trabalho dos professores e o ambiente escolar.

Não existe qualquer consenso sobre os mecanismos sociais que operam na mediação entre características dos territórios e resultados individuais. Alguns modelos conceituais sobre os Efeitos de Vizinhança, ou pelo menos sobre aqueles passíveis de serem utilizados para descrever os mecanismos através dos quais os territórios poderiam afetar indiretamente as escolas e os resultados escolares dos alunos, correspondem aos chamados modelos de socialização coletiva, que são apresentados por Ribeiro e Koslinski (2010), além de Flores (2008), Salata e Sant'Anna (2009).

Estes modelos defendem que a vizinhança constitui um espaço de socialização fundamental, para além da família e da escola, que opera a partir de diferentes mecanismos, e que, por isso, é capaz de afetar fortemente as trajetórias e projetos individuais, inclusive no que tange à educação. O isolamento sociocultural e a concentração territorial da pobreza e das vulnerabilidades sociais, fenômenos aos quais a violência urbana se associa e com os quais interage intensificando seus efeitos, produziriam impactos negativos na estrutura de oportunidades econômicas, sociais e educacionais nas vizinhanças, reforçando fragilidades já existentes e afetando as condições de vida dessas populações.

Esse efeito da socialização que ocorre na vizinhança é diferente, como apontam Ribeiro e Kaztman (2008), entre crianças e adolescentes. Para as primeiras, o contexto social mais imediato tenderia a ter maior influência, de modo que o território que faz diferença, enquanto instância na qual ocorrem a maioria das interações, a sociabilidade e a exposição aos modelos de conduta, pensamento e ação, é aquele mais próximo do domicílio. Essa é a vizinhança que importa e que possui a maior contribuição para a interiorização da cultura e das regras societárias, sendo povoada pelos pais da criança, a sua família e pelos vizinhos e amigos mais próximos. Para os adolescentes e jovens, segundo Ribeiro e Kaztman (2008), a partir dos 10 anos de idade, a quantidade de relações sociais dos indivíduos se multiplica e, por conseguinte, aumenta o tamanho da vizinhança ou do território capaz de exercer impactos sobre a socialização dos indivíduos.

Dentro dessa categoria explicativa mais ampla, a socialização coletiva, podem ser elencados mecanismos mais específicos, que associam contextos territoriais a trajetórias individuais, mais especificamente aos resultados educacionais. Entre esses mecanismos

estão os modelos de papel social e os modelos epidêmicos, relacionados por Ribeiro e Koslinski (2010), mas também o modelo de privação relativa, apontado por Salata e Sant'Anna (2009).

A perspectiva dos papéis sociais, também conhecidos como indivíduos-modelo (*role models*), diz respeito aos modelos sociais e profissionais disponíveis nas vizinhanças em que residem os alunos, com os quais crianças e adolescentes aprenderiam os hábitos, condutas e comportamentos aceitáveis e mais socialmente valorizados. Esse modelo trata da capacidade ou incapacidade das vizinhanças de oferecer bons modelos de papéis sociais. É possível antecipar que o isolamento socioespacial, intensificado pelo domínio dos grupos armados, restringe a diversidade e a qualidade dos contatos com pessoas e grupos (outros significativos em potencial) que possibilitem a crianças, adolescentes e jovens interiorizar hábitos e comportamentos associados a um bom aproveitamento escolar.

Os modelos epidêmicos, também chamados modelos de contágio social, em analogia aos modelos epidemiológicos de difusão de doenças transmissíveis, têm como premissa um efeito mútuo entre pares, isto é, o fato de que decisões, bem como atitudes e condutas individuais, poderiam ser realizadas com base em comportamentos coletivos realizados pelos grupos nos quais os indivíduos estão inseridos, sobretudo aqueles presentes na vizinhança em que residem.

Esses indivíduos poderiam estar sujeitos a pressões ou regras específicas definidas pelos grupos de pares, ou poderiam simplesmente ser influenciados por um clima de permissividade da vizinhança, na medida em que determinados comportamentos, recorrentes entre amigos, vizinhos e colegas, poderiam passar a ser vistos como aceitáveis. No campo da sociologia

da educação, esse modelo de contágio social está associado ao chamado Efeito dos Pares, utilizado como referência para efeitos que ocorrem dentro de turmas ou relacionados às amizades dos alunos.

Na teoria criminológica, a perspectiva da privação relativa refere-se basicamente a uma percepção comparada, por parte de indivíduos que contrapõem o que o outro possui, ou o que os outros alcançaram, ou ainda o que é socialmente possível para alguns, ao contexto social de seu grupo de pares, ou à condição individual e específica na qual se encontram (Ribeiro, 2008).

No contexto das relações de vizinhança, como colocam Salata e Sant'Anna (2009), o modelo indica conjunturas em que indivíduos que convivem em uma mesma vizinhança possuem situações socioeconômicas discrepantes, de modo que aqueles com condição menos favorável poderiam tanto sofrer impactos sociais e psicológicos positivos – no sentido de que o contato com indivíduos e estilos de vida bem-sucedidos e socialmente aceitos poderia servir de estímulo à escolarização –, quanto negativos, nos casos em que a percepção da diferença e o sentimento de injustiça resultariam em desmotivação, frustração e baixa autoestima. No último caso, a frustração gerada pela percepção dessa desigualdade, ou a impossibilidade de superação dessa desigualdade, traria, por um lado, agressividade e violência e, por outro lado, poderia provocar o distanciamento de crianças e adolescentes das trajetórias escolares e de autonomização profissional baseadas nos modelos convencionalmente estabelecidos pelos valores societários dominantes.

No Rio de Janeiro, esse modelo poderia representar, por exemplo, a situação das favelas da Zona Sul da cidade, onde a segregação residencial se configura sob uma forma que conjuga distanciamentos sociais e proximidades físicas (Alves, Franco e Ribeiro, 2008;

Ribeiro e Kaztman, 2008). De fato, Alves, Franco e Ribeiro (2008) descobriram que, no Rio de Janeiro, a proximidade territorial entre favelas e os bairros mais ricos aumentava as chances de atraso escolar de alunos de 4ª a 8ª série. Comentando esse resultado, Ribeiro e Kaztman (2008) afirmaram que este desafiava as postulações sobre efeitos educativos positivos da heterogeneidade social das vizinhanças para as crianças. Cabe salientar que essas formas de isolamento social e simbólico afetam diretamente a escola como instituição e também os seus alunos, sendo ainda reforçadas pelo estigma que associa a violência urbana aos moradores desses territórios já fragilizados.

Outro mecanismo, apontado por Ribeiro e Koslinski (2010), corresponde aos chamados modelos de socialização institucional, que elencam déficits na qualidade, quantidade e diversidade de serviços e instituições como um dos efeitos deletérios das vizinhanças pobres e violentas. Essa situação se torna ainda mais delicada para as escolas, se considerarmos o fato de que, como apontou o relatório do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec, 2011), em muitos territórios e vizinhanças, elas constituem o único equipamento público disponível, recebendo, por conta disso, toda ordem de demandas socioassistenciais.

O modelo de socialização institucional supõe que os resultados dos indivíduos são diretamente afetados pelas instituições e serviços oferecidos nos territórios em que vivem ou habitam. O número de instituições, bem como sua qualidade e diversidade, varia de vizinhanças para vizinhança. Territórios mais pobres estariam desprovidos de recursos institucionais suficientes e qualificados, sendo preteridos na priorização da distribuição dos investimentos estatais (Ribeiro e Koslinski, 2010).

Observar o impacto diferencial das características do entorno imediato e da vizinhança das escolas sobre os cotidianos e resultados escolares, remete, na sociologia da educação, aos fatores exógenos sugeridos por Willms (1992, 2008) em seus estudos sobre estimação dos efeitos da escola sobre o desempenho dos alunos. O autor os classificou como fatores sociais e econômicos exógenos, que constituem uma parcela do chamado Efeito do Tipo A.

O Efeito do Tipo A é uma estimativa dos efeitos da escola sobre os resultados dos alunos que inclui, além das políticas e práticas escolares próprias de cada estabelecimento de ensino, aspectos que não dependem, pelo menos não inicialmente, dos funcionários e professores das escolas, como a composição do alunado e fenômenos contextuais (Willms, 1992, 2008). Estes fatores tratam justamente de aspectos estruturais – social, geográfica e historicamente constituídos – das localidades em que as escolas estão situadas e onde atuam (Soares, 2004; Willms, 2008; Palermo, 2011).

Assim, os efeitos do território sobre as escolas dizem respeito ao conjunto de mecanismos interacionais e institucionais que operam com base em aspectos peculiares dos bairros, comunidades e vizinhanças; e que incidem, por um lado, sobre o aprendizado e demais resultados escolares dos alunos e, por outro lado, sobre a oferta de serviços e oportunidades educacionais, sobre o trabalho dos professores e sobre o ambiente escolar.

Favela e modelo carioca de segmentação residencial

Ribeiro (2008b), assim como Ribeiro e Koslinski (2010) e Alves, Lange e Bonamigo (2010), destaca a existência, na

cidade do Rio de Janeiro, de um modelo peculiar de configuração espacial do território, que teria como traço mais marcante a conjugação de dois princípios de segregação social residencial. Esse modelo próprio de segregação presente do Rio de Janeiro se traduziria na combinação da distância entre as periferias suburbanas das Zonas Norte e Oeste e o centro socioeconômico e cultural da cidade (Centro, Zona Sul e Barra da Tijuca), em um tradicional modelo centro-periferia, com a proximidade residencial entre camadas mais abastadas (altas e médias) e camadas populares, promovida pelo fenômeno das favelas.

Esse é um modelo que traz tanto as velhas características das cidades desiguais, com periferização e segregação espacial, provocadas pelas grandes distâncias físicas e precariedade de transporte e formas de acesso, quanto dinâmicas de microsegregação (que incluem práticas de distinção social e isolamento sociocultural), caracterizadas pela proximidade entre favelas e habitações de luxo nos bairros mais abastados da cidade. Como apontam Ribeiro e Koslinski (2010) e Ribeiro (2008b), essa proximidade física que compartilha espaços e aproxima pessoas e grupos, por uma série de mecanismos políticos, culturais, econômicos, institucionais e simbólicos, hierarquiza interações e limita acessos a bens urbanos. É uma proximidade espacial atrelada a uma distância social.

De fato, as características anteriores, reunidas ao forte lugar simbólico das favelas no imaginário da cidade formal, faz com que as favelas possam ser interpretadas como territórios que expressam melhor os efeitos da segregação social urbana (Burgos, 2009). Os efeitos das favelas, nesse caso, iriam além da concentração da pobreza e do acesso a melhores condições de vida.

Violência urbana e educação: especificidades e efeitos potenciais

A discussão sobre violência urbana assume contornos bastante singulares na cidade do Rio de Janeiro, de modo que as especificidades do caso carioca chegam a tal ponto que não é possível perceber precisamente sua relevância contextual, como Efeito de Vizinhança que incidiria direta ou indiretamente sobre o desempenho dos alunos, ou seus impactos e consequências sobre os diferentes aspectos da vida da cidade, sem que sejam dimensionados a magnitude e o alcance desse fenômeno ou que se compreenda minimamente os mecanismos associados à gênese dessa violência, mecanismos que tornam o território uma dimensão tão fundamental.

Falar sobre violência passa, nesse contexto, por lidar com um complexo de relações de interdependência historicamente estabelecidas entre atores sociais legais e extralegais, cujo resultado perverso consiste em um conjunto de práticas conflituosas e interações violentas que resultam em medo, vitimização e, principalmente, em um elevado número de vítimas fatais. De fato, um dos principais diferenciais do contexto carioca, como ocorre em outras cidades da América Latina, é o altíssimo nível de letalidade. Outro ponto bastante característico no perfil dos contextos de vitimização cariocas diz respeito à ampla utilização de armas de fogo, que constituem o principal instrumento utilizado nos assassinatos e responderam, na última década, por 84% de todos os homicídios cometidos na cidade.

Cabe ainda destacar o caráter acentuadamente territorial da violência urbana no Rio de Janeiro. Em conformidade com o supramencionado modelo de segregação social e residencial carioca, a distribuição da violência letal apresenta taxas mais elevadas nas regiões periféricas e suburbanas

da cidade (Zonas Norte e Oeste), e também nas favelas, em relação a áreas com outras formas de ocupação habitacional (Cano e Ribeiro, 2012).

Essas peculiaridades da cidade do Rio de Janeiro, em termos da concentração dos homicídios em determinadas localidades, respondem por um lado à própria configuração espacial da pobreza, das carências habitacionais e culturais, e do abandono do Estado, remetendo também, por outro lado, às formas específicas com que determinados grupos criminosos desempenham e reproduzem suas atividades ilegais, justamente nesses territórios desamparados.

Em última análise, esses pontos de concentração de violência – *hotspots* de vitimização letal encontrados na cidade –, são expressões espaciais dessas dinâmicas de apropriação e domínio ilegítimo de espaços não inseridos na cidade formal por grupos armados organizados, são consequências desse domínio.

Para compreendermos os mecanismos relacionados à reprodução da violência letal no Rio de Janeiro, é necessário observarmos um quadro marcado pela presença de grupos ilegais e extralegais, armados e relativamente organizados, cuja configuração das atividades criminosas precisa do domínio dos territórios em que atuam. O fato de esses grupos serem fortemente territorializados implica formas de controle social, diretas e indiretas, sobre pessoas, relações de poder e recursos, nas áreas controladas, e também na sujeição das populações à violência cotidiana e reiterada de conflitos mais ou menos regulares, entre facções criminosas rivais ou envolvendo a polícia (Dowdney, 2003; Misse, 2003).

São três os principais atores envolvidos nos conflitos e interações violentas associadas aos homicídios na cidade: os grupos e facções do tráfico varejista de drogas, as milícias e a própria polícia – seja como instru-

mento histórico de uma política de repressão violenta e belicista, ou pelas relações de cumplicidade, não menos históricas, que alguns de seus membros estabelecem com o crime.

As vinculações com o território são essenciais para as práticas das atividades tanto de traficantes quanto de milicianos. Esses territórios, base para exercício dos poderes paralelos, são, no Rio de Janeiro, constituídos predominantemente por favelas, mas também por conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e localidades mais pobres e periféricas. É de fato nesses espaços, sobretudo nas favelas, onde estão sediados os grupos armados, e onde ocorre grande parte dos confrontos, entre facções rivais do tráfico de drogas e entre traficantes e milicianos. Esses também são os locais onde ocorre a grande maioria das incursões policiais, que provocam sistematicamente conflitos e morte.

O domínio dos grupos armados organizados se dá em campos que vão além do controle físico do espaço. Nesse caso, a noção de territorialidade desses grupos, sobretudo no que tange às facções do tráfico de drogas, deve considerar influências que se dão também em instâncias simbólicas, emotivas e normativas. Assim, os impactos da violência urbana sobre os alunos vão do acentuado risco de vitimização e da violência dos tiroteios até efeitos que incidem sobre a socialização e, por conseguinte, sobre a sociabilidade de crianças, adolescentes e jovens, passando pelo aprendizado de práticas ilegais e modelos comportamentais, até o próprio recrutamento pelas redes criminosas (Mafra, 2006; Leeds, 2006; Machado da Silva, 2008).

Quando se observa o domínio exercido por grupos armados organizados nos territórios em que as escolas estão inseridas ou onde moram os alunos, os efeitos esperados da violência urbana na vida escolar podem estar relacionados a fenômenos da seguinte ordem:

1. **À incidência de eventos violentos e/ou criminais**, isto é, à violência objetiva, e **suas consequências**. Trata-se da ocorrência concreta de eventos violentos no entorno ou no interior da escola, e da exposição à qual a comunidade escolar está sujeita. Os tiroteios são seu exemplo mais relevante, tendo como consequências mortes e ferimentos acidentais ou intencionais por armas de fogo. Homicídios e execuções, bem como agressões, humilhações e ameaças de traficantes, milicianos ou policiais são exemplos do impacto do domínio territorial extralegal, que resulta em vítimas mesmo em momentos em que não há confrontos.
2. **À percepção de insegurança e do risco sentidos pelas pessoas, a chamada violência subjetiva**, e ainda às formas como as pessoas respondem a essa percepção e ao risco. O medo, a tensão e o sentimento muitas vezes continuado de insegurança, reflexos diretos dos confrontos, da atuação policial e do domínio territorial dos grupos armados, sobretudo nas favelas, provoca sequelas psicológicas e sociais de diferentes magnitudes nos atores que integram a comunidade escolar. E podem influir mais tarde nos resultados educacionais.
3. **Aos fenômenos objetivos decorrentes da própria dominação (física) do território e da prática de atividades ilegais**. A dominação territorial pelos grupos extralegais limita em diferentes aspectos a autonomia e a liberdade de pessoas e instituições, que precisam negociar com seus códigos e normas, e se submeter à sua territorialidade. Além disso, as dinâmicas necessárias ao funcionamento e reprodução das atividades ilegais operadas por esses grupos muitas vezes são contrárias ao acesso das populações residentes nesses territórios a direitos como os educacionais;

4. **Às dinâmicas que são resultado da apropriação (simbólica) dos territórios, da socialização e sociabilidades exercidas pelos grupos armados organizados.** A apropriação histórica de alguns territórios, realizada pelos grupos armados, principalmente pelo tráfico de drogas, e a proximidade social de seus integrantes com as comunidades dominadas, possibilita a ocorrência de diversos efeitos territoriais condizentes com os chamados modelos de socialização coletiva (Ribeiro e Koslinski, 2010; Salata e Sant'Anna, 2009). A apropriação que os grupos armados organizados operam nos territórios ocupados ultrapassa, portanto, o uso da coação e da força, assumindo aspectos mais sutis relacionados à atribuição de identidades, e à interiorização de lógicas e práticas próprias a esses grupos, com considerável peso de referências simbólicas de demarcação de fronteiras e definição de rivalidades (Silva, Fernandes e Braga, 2008). Traficantes e milicianos passam, em certas circunstâncias, a serem modelos profissionais e sociais aceitáveis, suas atividades passam a ser legitimadas e seus códigos, normas e formas de sociabilidade podem ser incorporados por crianças, adolescentes e jovens.

A configuração e a magnitude de tais efeitos, e seus impactos sobre as oportunidades educacionais e sobre as atividades escolares, não constituem elementos fixos, variam

conforme as características das escolas, as formas de intervenção dos grupos no território e seus vínculos com a comunidade, entre outros fatores contextuais localizados.

Metodologia e desenho de pesquisa: explorando múltiplos efeitos

Este artigo traz parte das reflexões desenvolvidas no âmbito de minha tese de doutorado, que possui como tema as relações entre educação e violência urbana, analisadas a partir da observação do impacto da redução dos tiroteios e da violência armada, em territórios onde foram implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), sobre resultados educacionais e cotidianos escolares. Está ainda inserido em um projeto mais amplo, denominado Observatório Educação e Cidade⁵, que tem como objetivo principal investigar a importância do território (e das segmentações territoriais) em dimensões como equidade e eficácia na escolarização de crianças, adolescentes e jovens (Koslinski, Lasmar e Alves, 2012).

Sob essas perspectivas, de inscrição acadêmica e institucional, as questões que orientaram a realização da pesquisa diziam respeito à possível influência de características das vizinhanças sobre resultados educacionais individuais (dos próprios alunos) e coletivos, no que tange às turmas e escolas. O estudo oferece especial atenção à questão da violência urbana que, em contextos de cidades como o Rio de Janeiro, pode desempenhar um papel relevante na explicação da distribuição territorial das desigualdades educacionais.

5 O projeto Observatório Educação e Cidade (Inep/Capes/CNPq) é fruto da colaboração institucional entre o Observatório das Metrópoles (Ippur-UFRJ), o Laboratório de Avaliação da Educação (Departamento de Educação-PUC-RJ), o Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE), da Faculdade de Educação da UFRJ e o Laboratório de Análise da Violência (LAV), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS-Uerj), ao qual este trabalho está mais diretamente vinculado.

Tais impactos territoriais podem ser considerados fatores socioeconômicos exógenos às escolas (Willms, 1992; Raudenbush e Willms, 1995), configurando assim uma parcela do chamado Efeito Escola. Nesse sentido, o presente estudo se enquadra entre aqueles no campo da sociologia da educação que procuram analisar quantitativamente os fatores associados às oportunidades educacionais em seus diferentes níveis analíticos, buscando variáveis de alunos, turmas, escolas (e, mais recentemente, de vizinhanças), relevantes para a explicação da variabilidade inerente aos resultados escolares.

A proposta metodológica consistiu em ajustar modelos de regressão linear, tomando como variável dependente o desempenho do aluno. Por sua vez, como variáveis independentes, foram consideradas características dos alunos (individuais, familiares e domiciliares) e das escolas, bem como informações sobre as vizinhanças das escolas e dos alunos. Se, por um lado, a inclusão de variáveis sobre vizinhança já representa em si um diferencial qualitativo em relação aos estudos sobre Efeito Escola, a observação de efeitos de pertencimento cruzado (alunos em escolas e vizinhanças) é ainda pouquíssimo explorada na literatura – tanto de Efeito Escola quanto no que tange aos Efeitos das Vizinhanças.

Buscou-se explorar as formas como esses efeitos territoriais interagem entre si, e com atributos dos alunos e características das escolas que também afetam, em ampla medida, os resultados educacionais de interesse. A identificação dessas características territoriais e a observação das interações entre os diferentes níveis analíticos constituíram um objetivo mais geral da pesquisa.

Cabe salientar que esse tipo de análise dos efeitos territoriais precisa considerar, no caso da cidade do Rio de Janeiro, por tudo o que se comentou até então, as seguintes particularidades:

- (i) O **modelo de segregação social e residencial** carioca, que conjuga o tradicional formato núcleo-periferia, traduzido na distância das periferias nas Zonas Norte e Oeste em relação ao centro socioeconômico e cultural da cidade, e dinâmicas de microsegregação (que incluem práticas de distinção social e isolamento sociocultural), caracterizadas pela proximidade entre favelas e regiões mais abastadas;
- (ii) O **contexto de Segurança Pública** da cidade, caracterizado pelo altíssimo nível de letalidade, distribuída de modo desigual segundo territórios e perfis de vitimização e com a recorrência do uso de armas de fogo, e o caráter acentuadamente territorial da violência urbana, um quadro marcado pela presença de grupos ilegais e extralegais, armados e relativamente organizados, cuja configuração das atividades criminosas precisa do domínio dos territórios em que atuam;
- (iii) A **variabilidade dos perfis socioterritoriais das centenas de favelas** espalhadas pelo perímetro urbano, na medida em que a cidade comporta em seu território inúmeras favelas de tamanho reduzido, com menos de mil domicílios, e grandes complexos formados por milhares de domicílios.

Essas características da cidade complexificam o estudo dos Efeitos de Vizinhança e remetem cada qual a problemas de pesquisa particulares que nos permitem delinear alguns objetivos específicos:

1. **Investigar o impacto potencial de um *Efeito Favela* tanto na vizinhança da residência do aluno quanto no entorno da escola.** Considerando a geografia física da cidade do Rio de Janeiro e a sua geografia humana, é possível verificar

cenários territoriais diferentes, alternando a localização das escolas e dos alunos (dentro ou fora de áreas de favela), assim como as zonas (Oeste, Norte e Sul). Essas operações permitirão evidenciar regimes espaciais diferenciados para os efeitos das favelas nas diferentes regiões da cidade. A sobreposição não absoluta entre a concentração da pobreza e as áreas de favela constitui uma questão adicional. À medida que o nível socioeconômico das regiões for controlado por procedimentos estatísticos, o Efeito Favela pode se tornar irrelevante. Pode ainda ser um efeito que ocorre de modo diferente nas distintas zonas da cidade.

2. **Verificar o impacto da violência urbana**, operacionalizada através das mortes em conflito com a polícia e homicídios.
3. **Observar o impacto de outras dimensões** (como renda, escolaridade, infraestrutura urbana e domiciliar e composição familiar) sobre os resultados escolares, mais uma vez observando moradia dos alunos e localização das escolas. A variabilidade dos contextos sociais nas favelas, e também em bairros populares e outros assentamentos precários, como determinados conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares em áreas semiurbanas (localizadas, sobretudo, na Zona Oeste da cidade), conferem grande variabilidade de cenários entre os segmentos populares e os territórios por eles habitados.

A hipótese mais geral é que características ambientais, presentes nos territórios em que as pessoas desempenham cotidianamente suas rotinas espaço-temporais, são capazes de influenciar resultados individuais, provocando efeitos relevantes nas suas trajetórias de vida. Esse tipo de influência pode também ser notado sobre as instituições,

de modo que, em distintas esferas da vida social, seria possível distinguir efeitos territoriais que atuariam tanto sobre indivíduos quanto sobre instituições.

A noção de rotina espaço-temporal (Seamon, 1980) remete à organização do tempo segundo projetos de vida e estratégias individuais para concretização de demandas, necessidades e expectativas materiais e simbólicas. A rotina espaço-temporal se aproxima do conceito de rotinização, como aparece em Giddens (1989), que representa o caráter habitual da grande maioria das atividades da vida social cotidiana, se traduzindo em estilos e formas de conduta sistemáticos e familiares. As atividades desempenhadas pelos indivíduos cotidianamente são componentes elementares na definição dos estilos de vida dos atores sociais, sendo também importantes os padrões de consumo social e cultural.

No que tange especificamente às oportunidades educacionais, a hipótese é que pelos diversos mecanismos sobre os quais discorremos anteriormente, vizinhanças com maiores níveis de violência, degradadas, e que concentram pobreza e precariedade habitacional (entre alguns exemplos) limitam oportunidades educacionais e interferem negativamente tanto nos resultados dos alunos quanto no cotidiano das escolas. Espera-se que os alunos que estudam em escolas situadas em territórios que concentram desvantagens, bem como aqueles que residem nessas localidades, obtenham, em média, piores resultados educacionais. A mesma lógica se aplica às escolas.

Modelos de regressão multinível com classificação cruzada

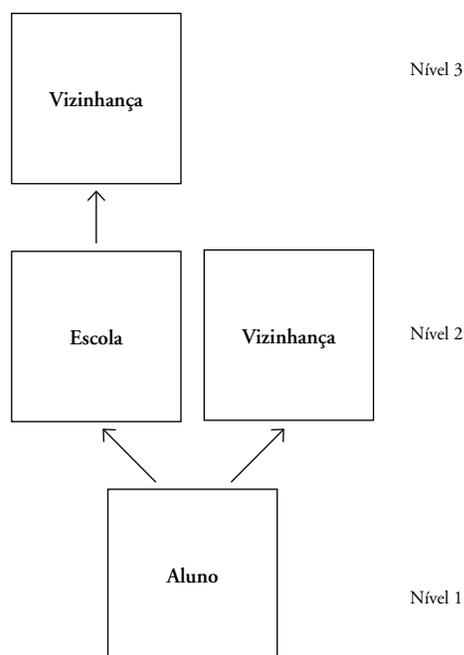
No campo da educação, as análises sobre os resultados dos alunos são usualmente realizadas com o uso de uma família particular de modelos de regressão denominados modelos de regressão hierárquicos (*Hierarchical Linear*

Models [Bryk e Raudenbush, 1992]) e modelos multinível (*Multilevel Models* [Goldstein, 1995]), ainda chamados de modelos mistos de regressão (*Mixed-Effects Models* [Pinheiro e Bates, 2000]). Esses são modelos adequados para lidar com a estrutura de organização aninhada, natural aos dados escolares, nos quais encontramos alunos agrupados em turmas, assim como turmas dentro de escolas.

Como os indivíduos dentro de um mesmo grupo tendem, em muitas situações, a ser mais semelhantes entre si do que em relação a indivíduos presentes em outros grupos, justamente por partilharem de características que lhes são comuns, como um mesmo professor em uma turma, ou um mesmo projeto pedagógico em uma escola, a independência dos erros, uma premissa fundamental para os modelos de regressão linear simples, é violada. A dependência existente entre os indivíduos dentro de um mesmo grupo traz redundância de informação (unidades agrupadas têm valores muito próximos entre si para seu conjunto de variáveis), alterando o poder explicativo do modelo e a significância dos parâmetros estimados. Em suma, considerar como observações independentes indivíduos provindos de agregações ou grupos específicos pode conduzir a resultados enganosos.

Um dos interesses, entretanto, transversal aos objetivos e hipóteses testados, dizia respeito à diferenciação entre os efeitos territoriais que incidem sobre as escolas, com impacto claramente institucional, e aqueles que atuam nas trajetórias individuais dos alunos, mais próximos dos modelos de socialização. Basicamente, interessava estimar efeitos distintos para essas duas vizinhanças. Uma análise com esse escopo, entretanto, foge à supracitada estrutura aninhada dos dados, e abre possibilidade de um pertencimento paralelo. A estrutura da análise possui agora, dentro do mesmo modelo, a seguinte apresentada na Figura 1.

Figura 1
Estrutura de análise: modelo multinível com classificação cruzada



Tais modelos estatísticos são chamados Modelos Multinível com Classificação Cruzada (*Cross-Classified Multilevel Models*; Fielding e Goldstein, 2006; Roberts e Bates, 2010; Leckie, 2013) e configuram uma flexibilização dos modelos hierárquicos tradicionais. A utilização desses modelos permite analisar separadamente a importância das vizinhanças (dos alunos e das escolas) e seu peso na partição da variabilidade total, permitindo ainda a comparação com a proporção da variância devida aos demais níveis analíticos – aluno e escola.

Os modelos multinível como classificação cruzada podem ser expressos a partir da seguinte formulação:

$$y_{i(j,k)l} = \beta_{000} + u_{0j} + u_{0kl} + u_{00l} + e_{i(j,k)l} \quad (1)$$

$$u_{0j} \sim N(0, \sigma_{u_j}^2), u_{0kl} \sim N(0, \sigma_{u_{0kl}}^2), u_{00l} \sim N(0, \sigma_{u_{00l}}^2), e_{i(j,k)l} \sim N(0, \sigma_e^2)$$

Assim, a variável resposta $y_{i(j,k)l}$ consiste no resultado atingido pelo estudante i (o escore obtido na Prova Rio), que está matriculado na j -ésima escola e reside na k -ésima vizinhança. A j -ésima escola, por sua vez, está situada na l -ésima vizinhança. Os efeitos aleatórios representados por u (u_{0j} , u_{0kl} , u_{00l}) dizem respeito à variabilidade existente entre escolas ou vizinhanças, e o termo residual $e_{i(j,k)l}$ se refere à variabilidade natural existente entre indivíduos.

Construção da base de dados

O banco de dados utilizado nas análises combinou três níveis analíticos hierarquizados (alunos, escolas e vizinhanças), cada qual proveniente de diferentes fontes, e com suas peculiaridades em termos tanto de consecução quanto de processamento e tratamento das informações. Na prática, tal construção consistiu na elaboração de três bases de dados, que foram posteriormente agregadas.

No âmbito do projeto Observatório Educação e Cidade foram obtidas, junto à Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro, bases de dados dos sistemas de cadastro e acompanhamento dos movimentos dos alunos, além de bancos com informações sobre as escolas. Foram cedidos ainda os resultados da Prova Rio.

A Prova Rio é um teste de proficiência padronizado aplicado anualmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro, desde 2009, aos alunos da rede municipal nas séries determinadas. Os alunos realizam provas de Leitura e Matemática⁶, mas em cada ano a prova é

aplicada a séries diferentes, com o intuito de manter um acompanhamento longitudinal dos alunos. Em 2009, por exemplo, os anos contemplados foram o 3º e o 7º anos; em 2010 foi a vez dos alunos de 4º e 8º anos. Além das avaliações, são aplicados, como ocorre na Prova Brasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), questionários aos alunos, professores e diretores, dos quais podem ser obtidos dados sobre a vida escolar dos alunos, e seus contextos familiares, bem como sobre o contexto institucional das escolas.

As análises apresentadas neste artigo se referem aos alunos que cursaram no ano de 2010 o 4º ano do Ensino Fundamental (equivalente à antiga 3ª série). O interesse especial pelo ano de 2010 se justificava pelo fato de este ser um ano censitário, de modo que estariam disponíveis as informações do último Censo Demográfico, necessárias para a caracterização das vizinhanças. Por sua vez, a opção pela série em questão ocorreu por conveniência, na medida em que, no âmbito do projeto Observatório Educação e Cidade, já vinha sendo realizado um esforço de no sentido de georreferenciar os endereços desses alunos.

A listagem original da Prova Rio para o 4º ano em 2010 possuía cerca de 62 mil alunos, dos quais 15% faltaram no dia do exame. Os demais, aproximadamente 52.500 estudantes, foram tomados como base para os procedimentos de geocodificação dos endereços e localização de vizinhanças.

Entre as informações disponíveis no cadastro de alunos da SME estavam dados so-

6 Utiliza a mesma matriz de questões da Prova Brasil.

bre os locais de residência. Assim, os alunos que fizeram a Prova Rio tiveram seus endereços sistematicamente georreferenciados por equipes do projeto Observatório Educação e Cidade. Os procedimentos de geocodificação consistem na atribuição de coordenadas geográficas e mapeamento de um código de identificação do aluno, que poderia ser posteriormente vinculado às demais bases de dados disponíveis para análise.

Aproximadamente 92% dos estudantes puderam ser georreferenciados, depois de rodadas sucessivas de tentativas de localização dos endereços não localizados. No final do processamento das informações, após a retirada dos alunos com endereço não localizado e dos alunos sem registro na variável que trazia a pontuação na prova, e após perdas residuais por conta de inconsistências na junção de bases providas de diferentes fontes, o banco de dados a ser utilizado possuía cerca de 41 mil casos, aproximadamente 78% dos alunos presentes no dia da prova.

Uma vez geocodificados, esses casos puderam ser incorporados a um SIG (Sistema de Informações Geográficas), junto com outros planos de informação, com o intuito de gerar, a partir do cruzamento com outras bases espaciais, indicadores espacializados. Dessa forma, foram identificados os alunos que residiam em favelas e foram associados alunos e escolas às respectivas áreas de ponderação, entre outras referências territoriais.

A variável dependente escolhida para representar o desempenho dos alunos foi o rendimento na prova de matemática. A pontuação das provas é apresentada em uma escala que abarca valores entre 0 e 500. A pontuação média dos alunos foi igual a 191 e o intervalo de variação das notas obtidas pelos alunos ficou entre 79 e 328 pontos.

No que tange às escolas, as informações foram retiradas principalmente das bases de turmas e escolas do Censo Escolar, que con-

siste em um levantamento de dados anual, realizado nacionalmente pelo Inep, com o apoio das secretarias de educação locais (estaduais e municipais). O levantamento contempla todas as escolas públicas e privadas do país, e coleta informações sobre as características físicas das escolas, além de matrículas, dados sobre docentes, fluxo de alunos e rendimento. Outras informações sobre as escolas foram obtidas junto à SME.

O último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 foi utilizado como fonte de informação fundamental na caracterização das vizinhanças e territórios, tanto no que tange ao Questionário da Amostra, através dos dados disponíveis segundo áreas de ponderação (por definição, intramunicipais), como no que se refere ao Questionário do Universo, com a utilização dos dados agregados por setores censitários, dos quais foram retiradas também as informações sobre os chamados aglomerados subnormais, que funcionariam como aproximação para identificar as favelas da cidade.

As informações sociodemográficas do Censo 2010 foram coletadas basicamente por meio de 108 tópicos, consultados com dois instrumentos de coleta: o Questionário do Universo (ou Questionário Básico) e o Questionário da Amostra. Existem 37 perguntas que são aplicadas a todos os domicílios (e que representam a totalidade do Questionário Básico); e outras 71 questões que são aplicadas a uma fração bem inferior da população, o que impossibilita estimativas para unidades intraurbanas, como setores censitários e bairro (IBGE, 2010a).

As informações do Questionário do Universo são disponibilizadas de forma agregada para os setores censitários, que são unidades operacionais de coleta de informação e controle cadastral, sendo a menor unidade de agregação para a qual o IBGE divulga informações censitárias.

A área de ponderação é a menor unidade para a qual o IBGE identifica os microdados da amostra. Elas constituem subdivisões intraurbanas nos 133 municípios com mais de 190 mil habitantes. Essas áreas são formadas pela agregação de setores censitários contíguos com, no mínimo, 400 domicílios particulares ocupados (IBGE, 2010a). No Rio de Janeiro, existem 200 áreas de ponderação, definidas em conjunto com o Instituto Pereira Passos – IPP (Souza, 2012).

O IBGE divulga em sua página eletrônica a malha digital dos setores censitários e uma listagem com os setores e suas respectivas áreas de ponderação. Assim, para a definição das vizinhanças, é possível trabalhar diretamente com as áreas de ponderação, agregando os setores censitários conforme a definição dessas regiões, disponíveis na documentação dos microdados da amostra.

No estudo, foram escolhidas as áreas de ponderação como unidade de análise das vizinhanças. Essas áreas permitem acesso a um número maior de variáveis, embora tenham como ponto negativo maior heterogeneidade interna em relação aos setores censitários. Por outro lado, seu tamanho permite agrupar maior número de escolas, o que seria perdido com a utilização de setores.

Das bases de dados do Questionário do Universo, agregados por setores censitários, foram retiradas as informações sobre os chamados aglomerados subnormais, que funcionam como aproximação para identificar favelas da cidade. A definição utilizada pelo IBGE tem um limite mínimo de 51 unidades domiciliares para que seja definida como aglomerado subnormal, de modo que nem todas as favelas são classificadas nessa categoria. Com essa informação disposta no espaço, foram computados indicadores espaciais de proximidade ou pertencimento das escolas e dos alunos às áreas de favela.

Uma última fonte de dados que precisa ser mencionada corresponde ao Instituto de Segurança Pública (ISP). Ele disponibiliza informações sobre as ocorrências criminais registradas pelas delegacias da Polícia Civil, e foi a base utilizada na mensuração da violência urbana. Foram consideradas as ocorrências de mortes de civis em intervenções ou operações policiais, e os homicídios dolosos. As bases de dados foram obtidas por intermédio do Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj), para uma avaliação de impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

O intuito inicialmente era georreferenciar os locais de ocorrência desses crimes para o ano de 2010. A espacialização dos dados sobre violência seguiria assim procedimentos similares aos realizados com os endereços dos alunos. A geocodificação dessas ocorrências, entretanto, não foi finalizada até o momento da redação deste artigo, de modo que não foram obtidos, para 2010, a localização exata de todos esses casos, mas apenas as áreas de ponderação e somente para as mortes de civis em confronto com a polícia. Alternativamente, foram utilizados dados levantados e geocodificados em uma pesquisa anterior do LAV, para ano de 2007. Para esse ano, existiam dados com a localização pontual de homicídios e mortes em confrontos com a polícia.

As análises foram realizadas considerando diferentes formas de operacionalizar a violência, sejam elas: (a) considerando um raio de 100 metros no entorno das escolas e dos endereços dos alunos, e procedendo a uma contagem dos crimes ocorridos naquele raio; ou (b) considerando, a partir da sobreposição de planos de informação geográfica, todos os crimes ocorridos na área de ponderação e no setor censitário, polígonos que representam vizinhança.

Ajuste do Modelo Nulo e variações entre escolas e territórios

Para analisar os fatores associados ao desempenho dos alunos de 4º ano das escolas municipais do Rio de Janeiro, foram ajustados modelos multinível com três níveis: alunos, escolas e vizinhanças. No entanto, para acessar os impactos dos contextos territoriais sobre esses resultados, buscando ainda identificar diferentes mecanismos teóricos que traduzem a mediação entre esses contextos e as realizações individuais, as vizinhanças foram consideradas como dois níveis analíticos, um de segundo nível (a vizinhança do aluno) e outro de terceiro nível (a vizinhança da escola). Como visto, essa estrutura de aninhamento, com dois pertencimentos paralelos ou formas de agrupamentos concomitantes, pode ser denominada classificação cruzada, sendo abarcada por um tipo específico de modelo multinível.

Embora a opção por um modelo multinível se justifique teoricamente, ela também possui uma justificativa técnica, já que permite incorporar adequadamente variáveis dos diferentes níveis hierárquicos sem prejuízo às estimativas ou vieses de agregação. Cabe averiguar empiricamente a relevância desse caminho metodológico, avaliando se o modelo multinível se justifica do ponto de vista estatístico. Assim, todo exercício de modelagem hierárquica, antes de se preocupar com variáveis explicativas e de controle, costuma ter início com o ajuste do chamado Modelo Nulo.

Os modelos nulos são ajustados sem variáveis explicativas, considerando apenas as variáveis que identificam as unidades de análise e agregação dos níveis elencados. Eles possibilitam captar as variações da variável resposta (o desempenho dos alunos, por exemplo) entre as agregações utilizadas, como escolas e vizinhanças, com o intuito de

vislumbrar a contribuição ou peso de cada uma delas. Se o percentual da variância atribuído a um nível é elevado, então é mais alta a probabilidade de que características dessas instituições ou grupos afetem os resultados.

No âmbito deste artigo, e no que se refere ao desempenho dos alunos do sistema de ensino público carioca, interessou verificar a partição da variância do score obtido pelo aluno na Prova Rio. A estrutura observada contemplou aproximadamente 40 mil alunos, que residiam em 200 vizinhanças (áreas de ponderação) e estudavam em 731 escolas municipais ou Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Essas instituições de ensino, por sua vez, estavam situadas em 189 vizinhanças.

Foram ajustados sete modelos nulos, com graus variados de complexidade. Os três primeiros modelos foram mais simples, sendo especificados como modelos multinível que tinham como primeiro nível o aluno e como segundo nível, respectivamente: vizinhança do aluno, escola e vizinhança da escola, este último sem considerar a intermediação da escola. Os três seguintes foram um modelo tradicional com três níveis – com alunos em suas escolas e escolas consideradas no interior das vizinhanças em que estão localizadas – e dois modelos com classificação cruzada com dois níveis agregados – escolas e vizinhanças, por um lado, e vizinhanças do aluno e da escola, por outro lado. O último modelo nulo ajustado foi aquele com estrutura mais complexa, na medida em que combinou os dois últimos modelos citados. Este possuía, portanto, efeitos cruzados de segundo nível e um terceiro nível, associado à escola. A Tabela 1 traz a partição da variância.

Alguns estudos no campo da sociologia da educação utilizam o termo Efeito Escola para denominar o percentual de variância explicada pelo nível da escola em um modelo multinível. Este remete a um efeito

Tabela 1
Partição da variância entre níveis analíticos (Modelo Nulo)

Modelos	Níveis	Variância	Vizinhança do aluno	Escola	Vizinhança da escola	Total
Modelos com dois níveis	Alunos	1967,123	3,00%			3,00%
	Vizinhança do aluno	60,745				
	Alunos	1823,4		9,89%		9,89%
	Escola	200,1				
	Alunos	1916,58			6,22%	6,22%
	Vizinhança da escola	127,16				
Classificação cruzada	Alunos	1821,408	0,21%	9,75%		9,95%
	Escola	197,124				
	Vizinhança do aluno	4,199				
	Alunos	1909,542	0,581%		6,18%	6,76%
	Vizinhança da escola	126,574				
	Vizinhança do aluno	11,894				
Modelo com três níveis	Alunos	1823,571		7,38%	2,66%	10,04%
	Escola	149,688				
	Vizinhança da escola	53,873				
Classificação cruzada e terceiro nível	Alunos	1821,639	0,18%	7,34%	2,65%	10,17%
	Escola	148,8246				
	Vizinhança do aluno	3,7031				
	Vizinhança da escola	53,6955				

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.

global do impacto exercido pelo conjunto total de escolas no universo pesquisado (Palermo, 2011). Por analogia, poderíamos tratar por Efeitos de Vizinhança as parcelas da variabilidade total dos resultados individuais dos alunos passíveis de serem explicadas pelos territórios.

Observando os resultados para os modelos com apenas dois níveis, é possível constatar que o Efeito Escola representa cerca de 10% da variância do desempenho dos alunos. Embora esse valor esteja, em um primeiro momento, próximo aos percentuais encontrados na literatura internacional – Teddlie e Reynolds (2000) citam valores próximos a 12% na Alemanha, 11% na Holanda e 10% em escolas dos Estados Unidos –, ele representa uma configuração bastante singular no que concerne à realidade brasileira.

De fato, Palermo (2011)⁷ mostrou que, no Brasil, os percentuais de variância atribuídos às escolas (e também a outros níveis analíticos diferentes dos alunos) possuem amplo espectro de variação. Como exemplo dessa discrepância de magnitudes, a autora citou o estudo de Alves e Soares (2007a), utilizando dados do projeto Geres (Estudo Longitudinal da Geração Escolar), que estimou em 6% o percentual de variância atribuído às escolas no município de Belo Horizonte; e, em outro extremo, a estimativa de 52% calculada por Mambrini *et al.* (1999), também em Minas Gerais, mas para escolas de todo o estado. Enquanto nos estudos internacionais parece haver, em média, certa constância no Efeito Escola, independentemente de localidades e tipos de escola, no Brasil, contextos regionais, diferentes redes de ensino ou mesmo disciplinas e séries analisadas podem levar a grandes disparidades em termos da relevância das escolas.

Assim, o valor de 9,89% encontrado neste estudo pode ser considerado uma especificidade condizente principalmente com as redes públicas municipais de ensino (cujas escolas e o alunado são mais homogêneos) e, em menor medida, com realidades regionais. Ele é condizente com outras análises realizadas com dados de escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, como o estudo de Ribeiro e Koslinski (2010), que utilizou dados da Prova Brasil 2005 para 4ª série (5º ano), e encontrou um percentual de 10,31%; Koslinski *et al.* (2011), que encontraram, também com dados da Prova Brasil 2005, um percentual de 10,86%, para alunos de escolas públicas municipais na 8ª série (9º ano); e Palermo (2011), que encontrou 10,73%, utilizando dados da Prova Brasil 2007 para o 5º ano. Os três estudos utilizaram notas de matemática.

O percentual de variância explicada foi menor entre os modelos de dois níveis que consideraram a vizinhança como unidade de agregação. A vizinhança da escola apresentou uma parcela de variabilidade igual a aproximadamente 6%, enquanto a vizinhança dos alunos foi responsável por apenas metade desse valor.

A análise da partição da variância nos modelos com maior complexidade mostrou que o peso direto das vizinhanças (operacionalizadas através das áreas de ponderação) pode ser, comparativamente, ainda menor. De fato, esperava-se que determinadas parcelas de variação, que os estudos sobre Efeito Escola atribuem comumente às escolas, pudessem, na verdade, ser atribuídas a diferenças entre bairros, de modo que o percentual de variância do nível das escolas pudesse ser reduzido, sendo dividido com a vizinhança quando essas fossem incluídas nos modelos.

7 A autora observou 46 análises em 17 estudos.

O que ocorreu, entretanto, foi que a parte da variabilidade comum entre os níveis foi alocada nas escolas de maneira desproporcional. A inclusão concomitante de escolas e vizinhanças (classificação cruzada e terceiro nível) reduz de 9,89% para 7,34% o percentual de variância associado ao nível da escola, uma redução de 2,55 pontos percentuais, ou 26% do efeito total. Para a vizinhança da escola, essa redução foi mais brusca, passando de 6,22% para 2,65% (redução de 3,57 pontos percentuais, ou 57% do efeito total), e, para o nível da vizinhança do aluno, a queda de 2,81 pontos percentuais (de 3% para apenas 0,18%) representou uma redução ainda mais brusca, de 94%.

Por sua vez, no modelo de classificação cruzada que inclui apenas as duas vizinhanças (sem especificar o nível da escola) foi registrada também uma redução desproporcional a favor da vizinhança da escola. Ela manteve sua parcela de variância praticamente intacta em relação ao modelo de dois níveis (passou de 6,22% para 6,18%), enquanto a parcela da variação explicada pela vizinhança do aluno caiu de 3,0% para 0,58% – uma redução de aproximadamente 2,4 pontos percentuais, ou 82% do efeito total. Destaca-se, portanto, pelo menos em termos da variabilidade passível de ser explicada pelos níveis analíticos, o baixo potencial explicativo das vizinhanças, sobretudo da vizinhança do aluno. Cabe ressaltar que esta última mostrou um peso relativamente pequeno mesmo quando observado na ausência de outros níveis analíticos concorrentes.

Uma das hipóteses possíveis para essa baixa variabilidade explicada pela vizinhança do aluno, em relação aos demais níveis, reside no fato de que há grande superposição com a vizinhança da escola. Dos cerca de 40 mil alunos, 51% estudam em escolas localizadas nas mesmas áreas de ponderação

em que residem, e é muito difícil avaliar como essa concomitância afeta a partição da variância.

Foi interessante constatar que tal superposição entre as vizinhanças de estudo e moradia varia significativamente no território. Considerando o modelo de segregação residencial carioca, anteriormente reportado, foi possível identificar um padrão no qual, nas regiões mais abastadas da cidade (Zona Sul, Barra da Tijuca e Centro), o percentual de alunos das escolas públicas que estudam na mesma vizinhança em que residem é obviamente menor – 27,9% contra 50,6% na região da Zona Norte e Subúrbios da Central e Leopoldina, e 58% na região da Zona Oeste.

Tal distinção impacta o peso dos territórios, operacionalizado pela parcela na partição da variância. Na Tabela 2, verificamos que a parcela da variância atribuída à vizinhança de residência dos alunos é proporcionalmente superior na Zona Sul (2,5 dos 13% atribuídos ao 2º e 3º níveis) e bastante reduzida nas demais regiões da cidade. Por outro lado, na Zona Norte e Zona Oeste, onde a superposição entre vizinhança de estudo e de moradia é maior, o peso da vizinhança da escola é proporcionalmente maior (3,3 dos 11,3% e 1 dos 6,7%, respectivamente). É possível ainda observar que, na Zona Oeste, o peso dos fatores contextuais é menor, o que pode representar maior homogeneidade de contextos entre as vizinhanças e mesmo de escolas da região.

Um possível fator que pode estar associado a essa diferenciação por regiões da cidade tem a ver com a influência dos contextos na escolha dos pais (Costa e Koslinski, 2012; Alves, 2010). Pode existir, por exemplo, estigmatização de escolas localizadas em favelas, áreas pobres ou conflagradas, como apontam Penha e Figueiredo (2009). Em um contexto como esse, alguns responsáveis tenderiam a optar por escolas que, mesmo mais

distantes, oferecessem um ambiente mais seguro e a possibilidade de contatos com outras realidades, evitando, assim, escolas consideradas ruins, por conta do local em que estão inseridas.

A incorporação de níveis hierárquicos adicionais claramente representa ganhos em relação ao total de variância atribuída aos contextos nos modelos de Efeito Vizinhança. No entanto, para o modelo que possui apenas a escola como segundo nível, não fica tão claro se os ganhos em variância explicada justificam a utilização de modelos estatísticos menos parcimoniosos, dado que o percentual de variância já está em cerca de 10%.

Para testar diferenças estatísticas entre os modelos multinível⁸, bem como a inclusão e a significância de variáveis explicativas, foi utilizado o teste da razão de verossimilhança, baseado na estatística chamada *Deviance* (D). Esse teste é apropriado para comparar dois modelos estatísticos, nos casos em que as variáveis explicativas utilizadas no modelo mais simples (com menos variáveis) configuram um subconjunto do modelo mais complexo. Na medida em que os modelos são idênticos, exceto por uma ou algumas poucas variáveis adicionais, o teste da razão de verossimilhança avalia os ganhos em termos de redução da *Deviance*, obtidos pela adição das novas variáveis explicativas. Adicionalmente, foi utilizado o Critério de Informação de Akaike (AIC), que constitui uma variação da estatística D, com uma penalização devido ao aumento no número de parâmetros estimados⁹. Para ambas as estatísticas, a comparação entre os modelos é realizada com a opção pelo modelo que obtiver o menor valor e

a significância estatística do teste se baseia nas reduções dessas estatísticas em relação ao número de graus de liberdade perdidos (Gujarati, 2006). Os resultados podem ser vistos na Tabela 3.

O modelo mais completo, aquele que apresenta uma partição da variância entre escolas e vizinhanças de moradia e de estudo dos alunos, apresentou um ajuste significativamente melhor do que os modelos mais simples. Desse modo, embora o percentual da variância seja baixo para alguns níveis analíticos, considerando tanto razões teóricas como questões técnicas (de modelagem da dependência entre os dados e correção de vieses de agregação), e a evidência estatística do teste da razão de verossimilhança, optou-se pela utilização desse modelo nulo, com três níveis e classificação cruzada, como base para a modelagem dos fatores associados ao desempenho escolar dos alunos das escolas municipais do Rio de Janeiro.

A elaboração dos modelos foi iniciada com a inclusão de variáveis referentes a características pessoais dos alunos. Posteriormente, as análises de segundo nível procederam com a incorporação de indicadores territoriais, que caracterizaram as vizinhanças em que residiam os alunos. Seguindo o modelo de classificação cruzada, as análises passaram a abordar características pertinentes às escolas (práticas escolares, composição do alunado etc.), como efeitos de segundo nível paralelos à vizinhança dos alunos. Por fim, foram testados os indicadores territoriais relativos às vizinhanças das escolas. De modo transversal, a temática da violência urbana e das favelas deverá aparecer em todas essas análises.

8 Os modelos estatísticos de regressão hierárquica ou multinível foram ajustados com o uso da biblioteca *lme4*, do pacote estatístico R. Para maiores informações, ver Bates (2012).

9 Para maiores detalhes, ver Gujarati (2006) ou Ribeiro (2008).

Tabela 2
Partição da variância segundo região da cidade

Modelos	Níveis	Toda a Cidade	Zona Sul, Barra da Tijuca e Centro	Zona Norte e Subúrbio	Zona Oeste
Classificação cruzada e terceiro nível	Escola	7,3%	9,6%	7,9%	5,7%
	Vizinhança do aluno	0,18%	2,5%	0,08%	0,01%
	Vizinhança da escola	2,65%	0,9%	3,3%	1%
	3 níveis juntos	10,2%	13%	11,3%	6,7%

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.

Tabela 3
Significância estatística dos modelos nulos

Modelos	gl	Deviance (-2 Ln)	AIC	Estatíst.* X ²	Dif. gl*	Sig.*
Aluno, escola	3	422635	422641	40,10	2	0,000
Aluno, vizinhança do aluno	3	424732	424738	2137,61	2	0,000
Aluno, vizinhança da escola	3	423793	423799	1198,54	2	0,000
Aluno, escola, vizinhança do aluno	4	422629	422637	34,23	1	0,000
Aluno, vizinhanças do aluno e escola	4	423751	423759	1156,94	1	0,000
Aluno, escola, vizinhança da escola	4	422599	422607	4,78	1	0,029
Aluno, escola, vizinhanças do aluno e escola	5	422595	422605	–	–	–

* Estatísticas calculadas em relação ao modelo com todos os níveis analíticos.

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.

Características dos alunos e resultados escolares

Desde o Relatório Coleman, e mesmo após a popularização das técnicas de modelagem hierárquica, sabe-se que o nível analítico mais relevante para a compreensão de resultados educacionais é o individual, que representa aspectos dos perfis, trajetórias e histórias de vida dos alunos. Os estudos posteriores sobre Efeito Escola continuaram (e continuam até hoje) a indicar essa importância.

Conceitualmente, é possível dividir as variáveis que tratam das características individuais dos alunos em dois constructos: aquele que se refere a fatores estritamente pessoais, como características sociodemográficas, cognitivas, comportamentais ou da trajetória acadêmica; e fatores familiares, que incluem toda uma série de capitais (econômicos, sociais e culturais) disponibilizados aos alunos em seus domicílios, além de incentivos e supervisão por parte de seus responsáveis, elementos que, por sua vez, são influenciados por arranjos familiares.

As variáveis utilizadas na elaboração do modelo estatístico para o nível dos alunos foram retiradas basicamente do Cadastro de Alunos da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa base de dados saíram as informações mais básicas sobre o perfil dos indivíduos, como sexo, idade e cor, além de dados sobre as características dos pais e das famílias, e ainda sobre a trajetória escolar.

Para além do cadastro, em uma base de dados complementar do sistema da SME existiam informações sobre projetos dos quais os alunos são beneficiários. Daí foram retiradas as informações sobre a participação

em projetos relacionados à Educação Especial, e também sobre o recebimento de recursos de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Cartão Família Carioca. Em conjunto com a informação da existência para o aluno, ou seu responsável, de um NIS (Número de Identificação Social), esses dados permitiram a geração de uma variável que funcionou com o *proxy* para o nível socioeconômico da família.

No momento da realização da Prova Rio, os alunos preencheram também um questionário que trazia perguntas sobre comportamento escolar deles, opiniões sobre atividades em sala de aula, além de incentivos e supervisão dos responsáveis. Algumas dessas perguntas foram usadas na elaboração de dois indicadores sintéticos: um de incentivos educacionais dados por pais e responsáveis aos alunos, outro de compromisso e integração do próprio aluno às atividades escolares.

Finalmente, as informações provenientes do georreferenciamento dos endereços dos alunos serviram tanto para verificar alunos que residiam em favelas quanto para identificar alunos que viviam em áreas violentas da cidade. Foram traçados raios ao redor do local de moradia dos alunos e computada a existência de homicídios ou mortes de civis em confronto com a polícia em seu entorno imediato. Além disso, foi realizada uma contagem do número de mortes no setor censitário da residência dos alunos¹⁰. Essas variáveis representam uma vizinhança imediata, diferente daquela vizinhança mais ampla, representada pelas áreas de ponderação.

Os resultados desse primeiro modelo, ajustado apenas para o nível dos alunos, podem ser observados na Tabela 4.

10 Como mencionado anteriormente, para escalas mais detalhadas para áreas menores do que as áreas de ponderação, os dados utilizados se referem ao ano de 2007.

Tabela 4
Coefficientes dos efeitos fixos para o 1º nível (alunos)

Níveis, constructos e variáveis		Estimativas	Erro padrão	Estatística t
Intercepto		157,68	4,24	37,18
Nível 1: Alunos				
Características sociodemográficas				
Sexo	Feminino [ref.]			
	Homens	3,18	0,41	7,77
Cor/Raça	Branca [ref.]			
	Preta	-10,25	0,70	-14,69
	Parda	-5,17	0,44	-11,72
	Amarela	-6,68	3,99	-1,68
	Indígena	-3,53	5,31	-0,66
	Idade	-4,47	0,26	-17,03
	Trajetória escolar			
Frequentou Educação Infantil	Não [ref.]			
	Sim	2,78	0,54	5,19
Projetos de Educação Especial	Não [ref.]			
	Participa	-10,99	2,62	-4,20
Último resultado na escola	Reprovação [ref.]			
	Aprovação	34,87	0,95	36,78
Integração do aluno à vida escolar		1,23	0,06	21,63

Tabela 4 – continuação
Coefficientes dos efeitos fixos para o 1º nível (alunos)

Arranjos familiares				
Pai falecido	Não [ref.]			
	Sim	-2,45	1,23	-1,99
Nome do pai consta na certidão	Não [ref.]			
	Sim	1,76	0,78	2,25
Arranjo familiar	outro [ref.]			
	Apenas a mãe ou o pai presente	1,36	0,75	1,81
	Mora com mãe e pai	3,03	0,75	4,03
Capital cultural/social familiar				
Incentivo dos pais ou responsáveis		3,19	0,26	12,43
Escolaridade dos pais	Analfabeto [ref.]			
	Fundamental incompleto	4,05	2,60	1,56
	Fundamental completo	6,83	2,59	2,64
	Médio	14,77	2,61	5,67
	Superior	21,66	2,88	7,52
Nível socioeconômico				
Possui NIS	Não [ref.]			
	Sim	-4,43	0,43	-10,32
Aluno reside em favela	Não [ref.]			
	Mora em favela	-1,42	0,57	-2,49

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.
 Testes de significância consideraram $\alpha = 0,05$.

No que tange ao perfil sociodemográfico dos alunos, foram analisadas as variáveis sexo, cor e idade dos alunos. No modelo, as meninas corresponderam à categoria de referência, de modo que o coeficiente positivo estimado para os meninos indica que eles possuem, em média, cerca de 3 pontos a mais no teste padronizado.

Em relação à variável cor, cuja categoria de referência foram os alunos brancos, a série de coeficientes negativos aponta que eles possuem os melhores resultados nas provas de matemática. Foi interessante notar o hiato existente em relação aos alunos classificados como pretos, cujas pontuações foram, em média, 10 pontos inferiores. Pardos, amarelos e indígenas apresentaram distâncias menores em relação aos brancos, embora as estimativas dos dois últimos sejam menos confiáveis, por conta do baixo número de observações nessas categorias.

O coeficiente da idade foi negativo, indicando que cada ano adicional de idade representa uma redução média de 4,5 pontos, aproximadamente. Considerando que a série é fixa, esses resultados expressam dificuldades nas trajetórias educacionais que se traduzem em defasagem e podem levar à desmotivação e, no limite, à evasão.

Nessa linha das variáveis que tratam de fluxos e trajetórias escolares, o resultado do aluno no ano anterior representa uma diferença média de cerca de 35 pontos para os alunos aprovados em relação aos alunos que foram reprovados, por rendimento ou faltas. O fato de o aluno ter cursado a Educação Infantil (pré-escola) também foi uma das variáveis estatisticamente significativas, de modo que aqueles que tiveram essa experiência obtiveram em média 3 pontos a mais do que os que não frequentaram tais classes.

A participação em projetos de Educação Especial identifica alunos cujo processo de ensino-aprendizagem foi dificultado pela

existência de necessidades educativas especiais. Elas podem incluir déficits cognitivos, deficiências sensoriais, comportamentais ou motoras, e mesmo situações de risco social, como situação de rua, por exemplo. A existência de tais dificuldades, expressas na participação nesses projetos, reduz em 11 pontos a nota de matemática.

Como foi mencionado anteriormente, com base no questionário aplicado junto ao exame da Prova Rio, foi calculado um indicador que buscou mensurar o nível de integração e compromisso do aluno com as atividades escolares. Esse indicador sintético reúne dimensões como o interesse pelas atividades em sala de aula, o respeito aos colegas e às regras estabelecidas pelos professores, o empenho na realização dos deveres de casa e mesmo a satisfação do aluno com a escola. O acréscimo de uma unidade nesse indicador, que possui intervalo de variação que vai de 1 a 25, leva a um incremento médio de 1,2 no escore do aluno. Assim, alunos que se percebem altamente integrados e possuem atitudes positivas em relação à escola apresentam maiores desempenhos.

As variáveis associadas aos arranjos familiares e características das famílias dos alunos têm a ver com a capacidade de apoio e supervisão provida pelos adultos, bem como a questão dos modelos de papel social que o convívio cotidiano proporciona, entre outros fatores. Arranjos familiares mais estáveis e nos quais os adultos podem dividir entre si a responsabilidade pela educação e supervisão das crianças têm um efeito positivo nos resultados escolares, de modo que arranjos com dois responsáveis no domicílio (com mãe e pai residindo junto com o aluno) se traduzem em 3 pontos a mais no seu desempenho em relação a outros tipos de arranjos, com mãe e pai ausentes. Arranjos em que há pelo menos um dos dois (mãe ou pai) residindo com o aluno apresentaram efeito

intermediário, representando uma adição de 1,3 ponto no score de matemática, em relação aos alunos com outros tipos de arranjo. Esses resultados são condizentes com outras análises, como aquelas realizadas por Alves (2006) e Palermo (2011) que mostraram que alunos em famílias biparentais apresentavam melhores notas do que os que registravam outros arranjos familiares.

Alunos com pais falecidos possuem notas inferiores, em média 2,45 pontos em relação aos que possuem pais vivos; e alunos não registrados ou não reconhecidos, cujo nome do pai não consta na certidão de nascimento, têm notas menores em 1,7 ponto em média. Duas variáveis testadas nessa dimensão analítica não foram significativas, sejam elas: o fato de o aluno ter uma mãe falecida e a forma de regresso do aluno no caminho da escola para casa, sozinho ou acompanhado.

Outra variável calculada com base em questões contidas no questionário aplicado aos alunos durante a Prova Rio foi um indicador sintético para representar o nível de incentivo dos pais e responsáveis pelos alunos às atividades escolares. Três perguntas tratavam de incentivos à realização de trabalhos e deveres de casa, leitura e assiduidade discente, enquanto uma quarta pergunta questionava se os pais conversavam com os alunos sobre seu cotidiano na escola.

Esse indicador está associado ao chamado capital social (Bourdieu, 1985), que remete a um estoque imaterial de relações sociais, redes de cooperação, contatos e reconhecimento mútuo, que os indivíduos constroem no decorrer da vida e que possibilitam acesso a oportunidades e a obtenção de benefícios sociais e econômicos, além de outras vantagens comparativas. Obviamente, o capital social acumulado pelos indivíduos depende do lugar no qual estão inseridos. A desenvoltura social necessária para acessar tais benefícios dependeria, segundo

Loury (1977), do suporte oferecido pela família, sobretudo na infância e juventude.

Esse papel institucional da família pode ser expresso pelo conceito de capital social familiar, que, nas pesquisas em educação, aponta para intensidade e para a qualidade das interações entre pais e filhos, atentando para o modo como essas interações afetam os resultados dos alunos. Para diversos autores (Teachman, Paasch e Carver, 1997; Silva e Hasenbalg, 2000; Franco *et al.*, 2003), o capital social atua como um mecanismo de transferência, através do qual as famílias operam a conversão de outros tipos de capital (econômico e cultural) para as crianças.

No modelo estimado, a variação de uma unidade do indicador de incentivo dos pais (de capital social) se traduz em um aumento de 3,2 pontos nas notas médias de matemática. Considerando que o indicador tem um intervalo de variação que vai de 0 a 4, observamos que a diferença estimada entre alunos com maior e menor nível registrados chega a aproximadamente 13 pontos.

A educação dos pais pode ser analisada como um indicador socioeconômico, na medida em que está altamente correlacionada com a renda. Pode também representar todo um conjunto de bens culturais, valores e códigos de conduta, que são transferidos às crianças no contexto doméstico e familiar, remetendo assim ao conceito de capital cultural, de Bourdieu (1999). Mais especificamente, a educação dos pais está associada a um tipo de capital cultural acumulado por meio de assimilação e interiorização de padrões e conhecimentos e denominado capital cultural incorporado (Bourdieu, 1999).

Como apontam Franco *et al.* (2003), a escolaridade dos pais pode estar associada a certo “clima educacional” estabelecido pelas famílias, no qual bens imateriais são transmitidos e recursos materiais, como livros, por exemplo, são disponibilizados.

Tais bens e recursos, por sua vez, trariam benefícios ao desenvolvimento cultural e cognitivo das crianças.

O indicador analisado (a máxima escolaridade dos pais) foi pensado, sobretudo, para mensurar este capital cultural familiar, sem que se negue, contudo, seu papel como *proxy* de nível socioeconômico. Tendo como categoria de referência os alunos cuja escolaridade máxima dos pais (ou responsáveis) era a ausência de estudos, verificamos acentuado aumento das pontuações obtidas pelos alunos à medida que se elevam as etapas ou níveis de formação alcançadas pelos pais.

Alunos que possuem pelo menos um dos pais com nível superior têm, em média, 21 pontos de vantagem em relação aos alunos com pais analfabetos. Esse hiato foi de cerca de 15 pontos para pais que atingiram o Ensino Médio e foi menor para pais que galgaram apenas o Ensino Fundamental. Esse foi um dos indicadores mais significativos do modelo.

Uma variável utilizada para representar o nível socioeconômico das famílias dos alunos foi a participação de alunos ou familiares em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (PBF) ou o Cartão Família Carioca (CFC). No cadastro dos alunos existia a informação do NIS (Número de Identificação Social), tanto do aluno quanto do responsável. De uma base de dados complementar, também da SME, foi retirada a participação no PBF ou CFC.

O NIS é um código de identificação cadastral atribuído pela Caixa Econômica Federal aos indivíduos que recebem benefícios sociais ou participam de projetos sociais, sendo gerado apenas para as pessoas que não possuem cadastro no PIS (Programa de Integração Social). Ele é necessário para a candidatura a praticamente todos os programas sociais do governo, seja na esfera federal, seja nas esferas estadual e municipal.

Muitas vezes as próprias prefeituras, através de suas secretarias de assistência social, trabalho e mesmo agricultura, dado que o NIS é necessário para apoios endereçados aos agricultores familiares, são responsáveis por fazer as inscrições.

Implementado pelo governo federal, o PBF é um programa de transferência direta de renda cujo público-alvo são as famílias pobres com rendimentos domiciliares *per capita* inferiores a 140 reais mensais, ou extremamente pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a 70 reais mensais, segundo os limites estabelecidos pelo próprio governo. Outro programa de transferência direta, o CFC, é implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e visa à complementação dos recursos repassados pelo PBF.

Em suma, alunos cadastrados nesses dois projetos, assim como aqueles que possuem NIS, fazem parte de uma parcela mais pobre da população. No modelo estimado, possuir um NIS ou ser beneficiado pelo PBF ou CFC representa redução média de 4,4 pontos nas notas de matemática.

Após considerar aspectos pessoais e familiares dos alunos, além do acesso a capitais econômicos, sociais e culturais, coube testar dois tipos específicos de impactos territoriais de especial interesse para o escopo deste artigo, sejam eles: a violência que incidia no entorno imediato do endereço dos alunos, e o fato de o aluno residir em uma favela. Estes diferem dos indicadores territoriais elaborados para as áreas de ponderação, que serão tratados mais à frente, por abarcarem um entorno menos amplo, representando uma vizinhança mais próxima do endereço do aluno.

Esses indicadores espaciais foram elaborados com uso de técnicas de georreferenciamento, com as quais foi possível, utilizando a malha digital com os limites dos setores censitários do Censo 2010 (disponibilizada

pelo IBGE), identificar os setores censitários em que residiam os alunos. Por outro lado, foram traçados raios ao redor dos pontos que demarcavam esses locais de residência. Posteriormente estas duas definições de vizinhança foram cruzadas com outros planos de informação presentes em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que trazia dados espacializados sobre a localização das favelas da cidade (outro insumo do Censo 2010), e os pontos geocodificados dos locais em que ocorreram os crimes.

Duas formas de mensuração foram usadas para testar o impacto da violência urbana no entorno imediato da moradia dos alunos: o número de mortes (homicídios e mortes em intervenções legais) no setor censitário de moradia, e o número de mortes dentro de um raio de 100 metros do endereço georreferenciado do aluno. Embora o sentido da associação nos coeficientes estimados tenha sido o esperado, apontando uma relação inversamente proporcional entre o número de mortes e as notas dos alunos, nenhuma dessas quatro variáveis foi estatisticamente significativa (com $\alpha = 0,05$). Elas foram excluídas do modelo estatístico ajustado para o nível do aluno (ver Tabela 4).

Para as favelas, as estimativas do modelo corroboraram a hipótese do impacto desses territórios sobre os resultados escolares, mostrando que o fato de o aluno residir em uma favela leva a uma redução de 1,4 ponto no resultado da prova de matemática. Esse valor aparentemente pequeno deve, entretanto, levar em conta que, nesse modelo de regressão, os efeitos da situação socioeconômica, as diferenças de capitais culturais e sociais, da educação dos pais, assim como outras características individuais, já estão controladas. Existe, portanto, alguma variação nos resultados educacionais que não decorre apenas das condições de infraestrutura e renda individuais, familiares e locais,

e que pode justificar uma inclusão da categoria favela para além do nível socioeconômico das vizinhanças.

Além disso, cabe lembrar que essa é uma variável territorial que descreve um Efeito de Vizinhança imediato, diferente daquele representado pelas áreas de ponderação, para as quais o indicador que representa as favelas corresponde ao percentual de população na vizinhança (área de ponderação) que reside em favelas.

Território de moradia e territórios das escolas

O passo seguinte na modelagem dos efeitos do desempenho dos alunos consistiu em considerar a possibilidade de que esses resultados escolares variem também entre as diferentes vizinhanças, no que se refere tanto aos locais de residência dos alunos quanto aos seus locais de estudo. No primeiro caso, o efeito da vizinhança pode ser considerado um efeito de 2º nível no modelo estatístico hierárquico, paralelo ao efeito do nível da escola. No segundo caso, essa vizinhança (na qual a escola está localizada) corresponde a um efeito de 3º nível.

Para representar as características das vizinhanças, foram computados indicadores territoriais para as áreas de ponderação, com base nos dados do Questionário da Amostra do último Censo Demográfico, de 2010. Os indicadores criados, para vizinhanças de escolas e alunos, tiveram o intuito de representar as dimensões apresentadas na Tabela 5.

Uma primeira dimensão a ser testada dizia respeito ao acesso das populações das vizinhanças a serviços urbanos regulares, com indicadores de cobertura de esgotamento sanitário na rede coletora geral e coleta direta de lixo por serviços de limpeza. Considerando que o território habitado carioca pode ser considerado, em sua gran-

Tabela 5
Indicadores territoriais

Dimensão	Indicadores
Acesso a serviços urbanos	% de domicílios sem esgotamento sanitário da rede geral % de domicílios sem coleta direta de lixo por serviço de limpeza
Pobreza	% de domicílios com até 1/2 SM per capita % de domicílios com até 1/4 SM per capita
Desigualdade	Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres
Trabalho	Taxa de participação Taxa de desocupação (14 a 65 anos) Taxa de informalidade (informais sobre ocupados)
Composição racial	% de população negra (pretos e pardos)
Educação	Nº médio de estudos das pessoas com 25 anos ou mais
Precarização habitacional	Percentual de população em favelas
Violência	Taxa de mortalidade em confrontos policiais em 2007 Taxa de mortalidade em confrontos policiais em 2010 Taxa de homicídios em 2007

de maioria, urbanizado, a precariedade do acesso a esses serviços expressa desvantagens socioeconômicas das populações residentes nesses espaços, além de limitação na oferta de serviços urbanos básicos, condizente com a hipótese de um efeito do território baseado em um modelo institucional¹¹.

Esse indicador pode apontar territórios semiurbanos, existentes sobretudo na Zona Oeste da cidade, além de assentamentos humanos precários, como loteamentos irregulares, cortiços, favelas e conjuntos habitacionais deteriorados. Teoricamente, quanto

maiores esses indicadores, piores seriam as ofertas de serviços públicos, inclusive escolas e, por conseguinte, menores seriam as notas dos alunos.

Considerando o valor do salário mínimo (SM) no período de referência do Censo, igual a 510 reais, foram elaborados dois indicadores de pobreza, com cortes de metade do SM *per capita* (255 reais) e um quarto do SM *per capita* (127,50 reais). Os indicadores consistiam no percentual dos domicílios nas vizinhanças com rendimentos mensais *per capita* dentro desses dois limites. Além das me-

11 Essa hipótese é tratada neste artigo na seção “Territórios e interações espaciais”.

didadas de pobreza absoluta, foi calculado um indicador de pobreza relativa, com a razão entre a renda média dos 20% mais ricos da vizinhança e a renda dos 20% mais pobres.

Pobreza e desigualdade de renda funcionam em muitos contextos como variáveis estruturais, associadas a uma vasta gama de fenômenos com consequências em diferentes setores. Por isso mesmo, constituem variáveis que precisam ser controladas. Estas, porém, justamente por estarem correlacionadas simultaneamente com vários outros indicadores, trazem como questão metodológica aos ajustes dos modelos estatísticos um problema conhecido como multicolinearidade, no qual a existência de uma forte relação linear entre duas ou mais variáveis explicativas prejudica a estimação dos coeficientes do modelo de regressão (Gujarati, 2006).

As taxas de participação, desocupação e informalidade foram os três indicadores calculados sobre trabalho. A taxa de participação identifica a parcela da população em idade ativa (neste caso, com mais de 14 anos) que participa do mercado de trabalho, integrando a população economicamente ativa (PEA), somando a população ocupada e a desocupada. A taxa de desocupação indica o percentual de população desocupada na PEA, ou seja, a parcela de pessoas sem trabalho, mas que tomou alguma providência efetiva na procura de trabalho. Já a taxa de informalidade corresponde ao percentual de população ocupada na vizinhança que possui um emprego informal, isto é, sem carteira assinada.

Esses indicadores podem estar mais próximos dos esquemas explicativos que fazem alusão aos modelos de papel social. Altas taxas de participação indicam que os moradores de determinada vizinhança estão ocupados trabalhando ou procurando trabalho (Ribeiro, 2008). Por outro lado, desalento e

não ocupação oferecem modelos de conduta e estilos de vida que poderiam desmotivar trajetórias de escolarização regulares, o que estaria negativamente associado aos resultados educacionais. Além disso, a desocupação diminui a renda das famílias, podendo condicionar o acesso das crianças a bens materiais e culturais.

Já os níveis de informalidade poderiam ser vistos, do ponto de vista educacional, por diferentes ângulos. A informalidade impõe ao trabalhador piores condições de trabalho (ausência de benefícios, menores salários, maiores jornadas), o que poderia funcionar como fator de desmotivação para crianças e jovens que não conseguissem ver no investimento em educação uma alternativa condizente com a estrutura de oportunidades disponível em sua vizinhança.

No entanto, nesses mesmos territórios empobrecidos, onde as posições laborais são restritas, em termos de *status* das atividades e renda auferida, a informalidade pode ser a regra e não a exceção, e os modelos de papel social disponíveis podem ser praticamente binários: informal ou não ocupado. Nesses contextos, e considerando o peso da renda no apoio à escolarização, poderíamos esperar uma relação diretamente proporcional entre informalidade e os rendimentos escolares.

Outros indicadores territoriais elaborados foram o percentual de negros (pretos e pardos) na vizinhança, o nível médio de anos de estudo das pessoas com mais de 25 anos, o percentual de população da vizinhança que vivia em favelas e as taxas de vitimização. Estas últimas divididas entre homicídios e mortes de civis em confronto com a polícia.

O percentual de população negra é um indicador de composição sociodemográfica capaz de refletir uma série de condições socioeconômicas, políticas e culturais desfavoráveis, pelas quais passam e historicamente passaram tais contingentes populacionais.

Tais limitações de direitos, recursos e oportunidades, obviamente, se estendem ao campo da educação, e por isso esse indicador pode ser relevante.

O número médio de anos de estudo das pessoas com mais de 25 anos remete ao conceito de clima educativo domiciliar, e reflete a ideia de um “montante de capital escolar a que estão expostos crianças e os jovens do domicílio por meio da influência dos adultos que ali residem” (Corrêa e Rodrigues, 2010, p. 298). Esse indicador, sobretudo em modelos estatísticos nos quais já estejam inseridos variáveis de controle para a situação socioeconômica dos domicílios e a escolaridade dos responsáveis pelos alunos, deve captar um efeito mais difuso do contato entre os alunos e os adultos nas vizinhanças em que habitam.

O percentual de população da vizinhança residente em favelas visa representar um efeito mais amplo, que não apenas abarque os moradores dessas localidades, mas também as áreas do entorno. Pode mostrar também certo nível de isolamento socioterritorial sofrido por pequenas favelas localizadas em áreas abastadas ou de classe média da cidade.

Para representar a violência urbana nas vizinhanças, foram calculadas taxas de vitimização por homicídios e por intervenção legal, para o ano de 2007, e, no caso dos confrontos com policiais, também para o ano 2010. Este último indicador se refere a um tipo bastante específico de violência, já que identifica áreas conflagradas, onde a polícia precisa intervir recorrentemente.

Além desses indicadores territoriais, outra variável utilizada nas análises foi uma classificação das vizinhanças por regiões da cidade do Rio de Janeiro, dividindo o ter-

ritório em: (a) Zona Sul, Centro e Barra da Tijuca; (b) Zona Norte, Jacarepaguá e Subúrbios da Central e Leopoldina; e (c) Zona Oeste. Essa variável visava identificar variações nos resultados escolares relacionadas à organização social do território carioca, representando assim efeitos de segregação.

Partindo do modelo que continha as variáveis dos alunos, foram ajustados dois modelos, considerando primeiramente os indicadores das vizinhanças dos alunos e, em seguida, os indicadores territoriais das vizinhanças das escolas. Nos modelos hierárquicos, a inclusão de variáveis de níveis superiores (agregações) muito raramente altera significativamente as estimativas e coeficientes dos níveis analíticos inferiores, no caso o nível dos alunos. Nessa análise não foi diferente. Por esse motivo, optou-se, na Tabela 6, por apresentar apenas resultados relativos ao nível adicional, das vizinhanças, omitindo os resultados dos alunos que foram praticamente os mesmos. A exceção foi a variável de residência em favela, que será comentada¹².

Com o intuito de verificar o impacto do modelo de segregação carioca destacado por diversos autores (Ribeiro, 2008; Ribeiro e Koslinski, 2010; Alves, Lange e Bonamigo, 2010), sobre o desempenho dos alunos, modelo que conjuga proximidade espacial e distanciamento social, foi inserido na análise um termo interativo entre a região de residência do aluno e a variável que indicava residência em favela.

Na Zona Sul, o desempenho dos alunos parece, de modo geral, ser maior do que nas demais regiões da cidade, sobretudo na Zona Norte. O mais interessante, entretanto, ocorre quando observamos os resultados da interação.

12 O modelo final, com todos os níveis consta no Anexo Tabela 10, ao final deste artigo.

Tabela 6
Coefficientes dos efeitos fixos para o 2º nível (vizinhança do aluno)

Níveis, constructos e variáveis		Estimativas	Erro padrão	Estatística t
Intercepto		164,50	4,46	36,90
Nível 1: Alunos				
Aluno reside em favela	Não [ref.]			
	Mora em favela	-5,53	1,91	-2,89
Nível 2b: Vizinhança do Aluno				
Região da cidade	Zona Sul, Centro e Barra da Tijuca [ref.]			
	Zona Norte, Jacarepaguá, Subúrbios	-5,71	1,50	-3,81
	Zona Oeste	-6,19	1,64	-3,77
Interação entre região e moradia em favela	Alunos que moram em favelas/ Zona Sul [ref.]			
	Alunos que moram em favelas/ Zona Norte	5,23	2,04	2,56
	Alunos que moram em favelas/ Zona Oeste	3,30	2,22	1,49
Acesso a serviços urbanos	% de domicílios sem esgotamento da rede geral	-0,10	0,03	-3,38
Violência urbana	Tx. de Mortal. em confrontos policiais em 2007	-0,04	0,02	-2,01

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.
Testes de significância consideraram $\alpha = 0,05$.

Tomando como referência os alunos da Zona Sul que residem fora de favelas, vemos, na Tabela 7, que é na Zona Sul que os efeitos de morar nas favelas têm maior impacto sobre as notas dos alunos, representando uma redução de 5,53 pontos. Por outro lado, na Zona Norte os resultados de alunos em favelas e fora delas são mui-

to mais próximos, e indicam uma redução de apenas 0,3 ponto. Embora com menor magnitude, os resultados para a Zona Oeste mostram também um distanciamento entre favela e asfalto, na medida em que as notas dos alunos das favelas são, em média, 2,2 pontos menores do que as registradas para os alunos fora das áreas de favela.

De todos os demais indicadores territoriais testados para a vizinhança dos alunos, apenas o percentual de domicílios sem esgotamento sanitário da rede geral e a taxa de mortes por intervenção legal em 2007 foram significativos. No primeiro caso, cada incremento de 1 ponto percentual neste indicador de precariedade no acesso a serviços urbanos leva a uma redução de 0,1 nas notas dos alunos. Com uma variação de 0 a 59,4%, o efeito máximo provocado pelo indicador foi de 5,9 pontos.

Já para a taxa de mortes por intervenção legal, cada variação de 1 ponto no indicador produzia efeito ainda mais moderado, de 0,044. As taxas de vitimização variaram muito entre as vizinhanças, oscilando entre 0 e 83,4 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes. Assim, no limite, a maior distância entre uma área calma e uma área violenta seria estimada em 3,62 pontos aproximadamente.

Os mesmos indicadores elencados anteriormente foram testados para as vizinhanças das escolas onde os alunos estudavam. As variáveis das vizinhanças das escolas foram, de modo geral, mais significativas do que aquelas pertinentes às vizinhanças dos alunos. Entretanto, como ocorrera com o modelo anterior, apenas duas variáveis foram significativas: o percentual de população negra na vizinhança e, novamente, taxa de mortes por intervenção legal em 2007. Tais resultados podem ser observados na Tabela 8.

Cada variação de 1 ponto percentual na população negra se traduz, segundo os resultados do modelo estimado, em redução média na nota dos alunos de 0,23. Considerando o intervalo de variação do indicador, que vai de 6,3% até 51,4%, observamos que os efeitos da composição ra-

cial atingem, no cenário educacional mais grave, redução de 16,7 pontos.

Como visto, a taxa de mortes por intervenção legal nas vizinhanças varia entre 0 e 83,4 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes. Os efeitos sobre as vizinhanças das escolas, entretanto, foram mais intensos, indicando redução nas notas na ordem de 0,13 para cada incremento de uma unidade na taxa. O efeito máximo estimado, portanto, foi de 10,7 pontos de distância a área mais calma e a área mais violenta – o valor para as vizinhanças dos alunos ficou em apenas 3,62 pontos. Desses modelos, constatamos maior impacto das vizinhanças das escolas, mesmo porque, com a introdução dos indicadores socioeconômicos das vizinhanças das escolas, a taxa de vitimização registrada para a vizinhança dos alunos deixou de ser estatisticamente significativa no modelo estimado.

Por outro lado, os indicadores de violência de 2007 foram mais relevantes do que os calculados para 2010, ano em que foi realizada a Prova Rio. Isso pode indicar um efeito persistente ou inercial da violência sobre os resultados escolares, em um cenário em que as taxas de vitimização e conflito vêm mostrando quedas, inclusive nas favelas, após a implementação das UPPs.

Finalmente, cabe ressaltar que outras variáveis da vizinhança das escolas foram significativas em modelos intermediários. Entre elas, a variável de pobreza e o clima educativo domiciliar. No entanto, o efeito da composição racial foi muito elevado e o indicador está altamente correlacionado com outros indicadores, trazendo em si uma forte componente socioeconômica.

O percentual de negros apresentou altas correlações¹³ com as taxas de desocupação

13 Mensuradas com o uso do coeficiente de correlação de Pearson.

Tabela 7
Resumo dos efeitos da interação entre região e favela

		Região	Favela	Interação	Total
Zona Sul	Fora da favela	-	-	-	-
Zona Sul	Favela	-	-5,53	-	-5,53
Zona Norte	Favela	-5,71	-5,53	5,23	-6,00
Zona Norte	Fora da favela	-5,71	-	-	-5,71
Zona Oeste	Favela	-6,19	-5,53	3,30	-8,41
Zona Oeste	Fora da favela	-6,19	-	-	-6,19

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio.

Tabela 8
Coefficientes dos efeitos fixos para o 3º nível (vizinhança da escola)

Níveis, constructos e variáveis	Estimativas	Erro padrão	Estatística t
Intercepto	173,75	4,68	37,17

Nível 3: Vizinhança da escola

Composição sociodemográfica

% de População negra (pretos e pardos)	-0,23	0,04	-5,29
--	-------	------	-------

Violência urbana

Tx. de mortal. em confrontos policiais em 2007	-0,13	0,05	-2,56
--	-------	------	-------

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.
Testes de significância consideraram $\alpha = 0,05$.

(0,700) e informalidade (0,664), com o percentual de domicílios com menos de meio SM *per capita* (0,747) e, principalmente, com o clima educacional (-0,935). Assim, o acúmulo de desvantagens comparativas que determinados territórios e as populações que os habitam apresentam torna muito difícil a distinção entre diferentes efeitos dessas variáveis socioeconômicas.

Incorporando os efeitos das escolas

A partir do modelo ajustado para o nível dos alunos e das vizinhanças, podemos prosseguir com a incorporação das características das escolas. Os dados sobre essas características foram coletados basicamente do Censo Escolar da Educação Básica, do Inep, para o ano 2010, do qual provêm informações sobre a infraestrutura das escolas, desde o provimento de serviços urbanos (abastecimento de água, energia elétrica etc.) à existência de dependências físicas, disponibilidade de equipamentos e recursos didático-pedagógicos e oferta de atendimento educacional especializado, entre outras. É possível também, a partir dessa fonte, levantar dados sobre o número de matrículas, turmas e professores, inclusive por série.

Outra fonte utilizada foi uma base cadastral da própria SME, na qual constavam dados sobre outras características das escolas: se eram CIEPs ou escolas municipais, qual era seu regime de atendimento (turnos em que ocorriam as aulas), além de informações sobre a existência de práticas organizacionais, como rodízio de atividades e rodízio de salas.

Além dessas características institucionais, foram calculados, com base na agregação de características individuais dos alunos, dois indicadores de composição do alunado da escola: o percentual de alunos que possuíam Número de Identificação Social (NIS) e o percentual de alunos em favelas.

Como indicadores territoriais, assim como fora realizado em relação aos alunos, foram incorporadas informações sobre violência e favelas. No primeiro caso, registraram-se as mortes no entorno das escolas (em raios de 100 metros), e o número de mortes em seus setores censitários. No segundo caso, computou-se a distância da escola à favela mais próxima. Quando a escola estava dentro de uma favela, esse valor era zero.

Em suma, foram testadas basicamente variáveis relacionadas a características físicas da escola, ao seu tamanho (em termo do número de matrículas e turmas) e ao tamanho médio das turmas, bem como algumas das práticas organizacionais e variáveis de composição e território (violência e proximidade às favelas). Novamente, serão apresentados apenas os resultados das variáveis adicionais desse novo nível analítico, conforme Tabela 9.

Em termos de infraestrutura física e acesso a serviços urbanos, as escolas do Município do Rio de Janeiro estão muito próximas entre si. Talvez este seja o motivo pelo qual as variáveis que procuraram representar a infraestrutura da escola, com exceção de uma, não foram significativas.

Foram testados indicadores sobre abastecimento de água e serviços de coleta de lixo e esgotamento sanitário; aspectos físicos, como o compartilhamento do espaço da escola com outras escolas, a existência de equipamentos; e indicadores que mensuravam a existência de espaços pedagógicos e administrativos.

De todas essas variáveis, apenas a existência de internet com banda larga foi estatisticamente significativa. Alunos em escolas que possuem tal recurso tiveram, em média, 2,59 pontos a mais do que alunos em escolas sem esse serviço. Em um cenário com grande homogeneidade entre os recursos disponíveis, este talvez configure um indicador capaz de diferenciar as escolas em termos de

Tabela 9
Coeficientes dos efeitos fixos para o 2º nível (escolas)

Níveis, constructos e variáveis		Estimativas	Erro padrão	Estatística t
Intercepto		173,02	4,98	34,75
Nível 2a: Escola				
Infraestrutura				
Possui internet banda larga	Não [ref.]			
	Sim	2,59	0,89	2,91
Tamanho da escola (centenas de matrículas)		-0,52	0,12	-4,33
Composição do alunado	% alunos com NIS	-0,19	0,05	-3,99
Território da escola	Distância até a favela (raiz quadrada)	0,16	0,05	2,89

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.
Testes de significância consideraram $\alpha = 0,05$.

competências adicionais em matéria de gestão e prestígio na rede.

O tamanho da escola, mensurado em termos de seu número total de matrículas, foi outra das variáveis significativas. Encontrou-se uma associação negativa entre o número de alunos e os resultados obtidos nas provas, de modo que a cada centena de alunos há redução de 0,52 nas notas dos alunos. No limite, para a maior escola, com 2.735 alunos, isso representa uma redução estimada em cerca de 14 pontos. As escolas têm, em média, 780 alunos, o que implica uma redução de 4 pontos. Cabe ressaltar que o tamanho médio das turmas não se mostrou significativo.

Em termos de composição do alunado, as escolas com alunos mais pobres apresentaram também piores resultados. Para cada incremento de um ponto percentual na parcela de alunos pobres, que possuem NIS ou recebem auxílio financeiro de programas de transferência de renda, houve redução média de 0,19 na nota dos alunos. A escola com menor percentual registrado tinha apenas 2,44% de alunos pobres entre seus estudantes, o que significa uma redução média das notas na ordem de 0,45, contra uma redução de 12,9 pontos, da escola que registrou o maior número de estudantes pobres: 68,5%.

É importante frisar que a inclusão dessa variável enfraqueceu o efeito da taxa de mortalidade por intervenções legais na vizinhança do aluno. Seu novo nível de significância sobe para 0,058 (maior do que $\alpha = 0,05$), tornando o efeito da violência não significativo nesse nível.

As variáveis que mensuravam a questão da violência urbana nesse nível também não se mostraram significativas. Foram testados os números de homicídios e de mortes em intervenções policiais nos setores censitários das escolas, e também dentro do alcance de 100 metros da escola.

No que tange à relação com o fenômeno das favelas, foi testada a distância das escolas para a favela mais próxima. A relação entre as variáveis foi diretamente proporcional, de modo que quanto mais longe das favelas está a escola, maior é o incremento médio estimado para as notas de matemática.

Foi interessante notar que o uso de uma transformação que operava a raiz quadrada da distância foi mais eficiente na modelagem da associação entre as duas variáveis. Isto quer dizer que a relação entre ambas não é linear, mas assume a forma de uma curva que cresce mais rápido em um primeiro momento e, posteriormente, tem seu efeito arrefecido com a distância. O efeito é mais intenso nas proximidades das favelas e vai se tornando mais estável a partir de mais ou menos 400 metros.

Considerações finais: evidências empíricas sobre resultados escolares

Este artigo tratou das formas como efeitos territoriais, os chamados Efeitos de Vizinhaça, podem influenciar o cotidiano das pessoas, conformando desfechos individuais, condicionando ações e escolhas, limitando ou proporcionando oportunidades. Particularmente, tratou do impacto do território

sobre um tipo específico de resultado escolar: o desempenho dos alunos em um teste padronizado de matemática – a Prova Rio.

Tal impacto foi definido como uma parcela do que a sociologia da educação denomina Efeito Escola. Nesse sentido, esses Efeitos de Vizinhaça são vistos como fatores exógenos às escolas, mas que interferem na vida de alunos, professores e instituições de ensino.

O artigo testou os impactos educacionais de fatores específicos da realidade social e da distribuição das desigualdades na cidade do Rio de Janeiro, como a violência urbana e um modelo de segregação residencial que conjuga proximidade espacial com distanciamento social, fenômenos nos quais as favelas estão no cerne da discussão.

As análises utilizam modelos de regressão multinível com classificação cruzada para testar concomitantemente efeitos das escolas e das vizinhanças nas quais os alunos residem e estudam. Os resultados para o modelo nulo, modelo estimado apenas com interceptos, sem qualquer variável explicativa, apontaram a significância da incorporação dessa estrutura mais complexa de dados, com alunos dentro de vizinhanças e escolas e, por sua vez, escolas dentro de suas próprias vizinhanças, enquanto um terceiro nível hierárquico.

Entretanto, a partição da variância por cada nível mostrou que o percentual da variabilidade explicada pelos níveis superiores é relativamente baixo, cerca de 10%, dos quais as escolas retêm grande parte (pouco mais de 7%) e os demais 3% são atribuídos quase majoritariamente para a vizinhança das escolas, cujos efeitos se mostraram mais relevantes do que os registrados para a vizinhança dos alunos.

Foram criados diversos indicadores territoriais para as vizinhanças, representadas pelas áreas de ponderação, muitos dos quais

apresentaram altas correlações entre si, gerando problemas de multicolinearidade. De fato, o nível educacional das vizinhanças, o percentual de pessoas pobres, índices de desigualdade e a composição racial das áreas de ponderação estavam fortemente associados.

O percentual de domicílios nas vizinhanças dos alunos que não tinham acesso a esgotamento sanitário na rede geral e o percentual de população negra na vizinhança das escolas foram os únicos indicadores socioeconômicos territoriais, calculados com base no Censo de 2010, que sobreviveram às análises multivariadas. Ambos mostraram associação negativa, relação inversamente proporcional, com o rendimento escolar.

As evidências de impacto da violência urbana, representada pela vitimização letal e pelos conflitos com a polícia, foram relativamente frágeis. A taxa de mortalidade por intervenções legais foi significativa, sobretudo para a vizinhança da escola, de modo que uma maior taxa de conflitos na vizinhança está associada à redução das notas dos alunos. Sua significância, entretanto, caiu bastante com a introdução do nível socioeconômico dos alunos, uma variável do nível da escola.

Os indicadores mais locais e imediatos de vitimização, como mortes no entorno das escolas e da residência dos alunos, não se mostraram significativos, de modo que uma vizinhança mais ampla, a vizinhança do bairro, representada pelas áreas de ponderação, se mostraram mais relevantes. Outro ponto interessante está no fato de que as taxas de vitimização significativas foram as de 2007 e não as de 2010, ano da Prova Rio. Além disso, foram os conflitos armados contra a polícia que importaram, e não os homicídios de modo geral.

As variáveis que identificavam a vinculação aos territórios denominados favelas foram significativas em diferentes níveis, mesmo com o controle pelo nível socioeconômico dos alunos e das escolas. O fato de o aluno residir em favela reduz seu desempenho, assim como o fato de estudar em uma escola próxima ou dentro de uma favela. Foi encontrada ainda uma interação entre a moradia em favela e a região da cidade. Na Zona Sul, a diferença entre morar ou não em favelas é maior, em termos de seus efeitos educacionais, do que nas Zonas Norte e Oeste, o que evidencia o supracitado o impacto do modelo de segregação carioca.

Anexo

Tabela 10

Coefficientes dos efeitos fixos para Modelo Final

Níveis, constructos e variáveis		Estimativas	Erro padrão	Estatística t
Intercepto		173,02	4,98	34,75
Nível 1: Alunos				
Características sociodemográficas				
Sexo	Feminino [ref.]			
	Homens	3,11	0,41	7,60

Cor/Raça	Branca [ref.]			
	Preta	-10,13	0,70	-14,54
	Parda	-5,06	0,44	-11,46
	Amarela	-6,77	3,99	-1,70
	Indígena	-3,47	5,31	-0,65
Idade		-4,45	0,26	-16,97

Trajetória escolar

Frequentou Educação Infantil	Não [ref.]			
	Sim	2,80	0,53	5,24
Projetos de Educação Especial	Não [ref.]			
	Participa	-11,28	2,62	-4,31
Último resultado na escola	Reprovação [ref.]			
	Aprovação	34,84	0,95	36,77
Integração do aluno à vida escolar		1,22	0,06	21,54

Arranjos familiares

Pai falecido	Não [ref.]			
	Sim	-2,46	1,23	-1,99
Nome do pai consta na certidão	Não [ref.]			
	Sim	1,77	0,78	2,26
Arranjo familiar	outro [ref.]			
	Apenas a mãe ou o pai presente	1,31	0,75	1,76
	Mora com mãe e pai	2,98	0,75	3,97

Capital cultural/social familiar

Incentivo dos pais ou responsáveis		3,15	0,26	12,31
Escolaridade dos pais	Analfabeto [ref.]			
	Fundamental incompleto	4,04	2,60	1,56
	Fundamental completo	6,74	2,59	2,60
	Médio	14,57	2,61	5,59
	Superior	21,19	2,88	7,36

Nível socioeconômico

Possui NIS	Não [ref.]			
	Sim	-4,20	0,43	-9,76
Aluno reside em favela	Não [ref.]			
	Mora em favela	-6,01	1,92	-3,14

Tabela 10 – continuação
Coeficientes dos efeitos fixos para Modelo Final

Níveis, constructos e variáveis		Estimativas	Erro padrão	Estatística t
Nível 2a: Vizinhança do aluno				
Região da cidade	Zona Sul, Centro e Barra da Tijuca [ref.]			
	Zona Norte, Jacarepaguá, Subúrbios	-3,10	1,52	-2,04
	Zona Oeste	-1,97	1,82	-1,08
Interação entre região e moradia em favela	Alunos que moram em favelas/Zona Sul [ref.]			
	Alunos que moram em favelas/Zona Norte	5,84	2,04	2,86
	Alunos que moram em favelas/Zona Oeste	4,06	2,22	1,83
Acesso a serviços urbanos	% de domicílios sem esgotamento sanitário da rede geral	-0,09	0,03	-3,06
Nível 2b: Escola				
Infraestrutura				
Possui internet banda larga	Não [ref.]			
	Sim	2,59	0,89	2,91
Características das escolas	Tamanho da escola (centenas de matrículas)	-0,52	0,12	-4,33
Composição do alunado	% alunos com NIS	-0,19	0,05	-3,99
Território da escola	Distância até a favela (termo quadrático)	0,16	0,05	2,89
Nível 3: Vizinhança da escola				
Composição sociodemográfica	% de população negra (pretos e pardos)	-0,11	0,05	-2,36
Violência urbana	Tx. de mortal. em confrontos policiais em 2007	-0,09	0,05	-1,89

Variável resposta: notas de matemática na Prova Rio, 4º ano EF – SME-Prefeitura do Rio de Janeiro.
Testes de significância consideraram $\alpha = 0,05$.

Coeficientes aleatórios

Nível	Variância	Desvio padrão
Escola	82,26	9,07
Vizinhança do aluno	1,10	1,05
Vizinhança da escola	10,69	3,27
Residual (alunos)	1628,82	40,36

N= 40.718 alunos. Grupos: 731 escolas; 200 APs do Aluno; 189 APs da Escola.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. (2002), *Violência nas escolas*. Brasília, Unesco.
- AINSWORTH, James W. (2002), "Why does it take a village? The mediation of neighbourhood effects on educational achievement". *Social Forces*, 81, (1): 117-52.
- ALVES, Fátima (2010), "Escolhas familiares, estratificação educacional e desempenho escolar: quais as relações?". *Dados*, 53: 447-68.
- ALVES, Fátima; CRESO, Francisco; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (2008), "Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro", in *A cidade contra a escola: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*, Rio de Janeiro, Letra Capital.
- ALVES, Fátima; LANGE, Wolfram; BONAMIGO, Alicia. (2010), "A geografia objetiva de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro", in Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro *et al*, *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles-Ippur-UFRJ.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga. (2006), "O efeito das escolas para a aprendizagem de seus alunos: Um estudo longitudinal no ensino fundamental", trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Anpocs.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. (2008), "A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: Evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar", in N. Brooks; J. F. Soares, *Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias*, Belo Horizonte, UFMG.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. (2007a), "Efeito-escola e estratificação escolar: O impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos". *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 45: 25-58.
- _____. (2007b), "As pesquisas sobre o efeito das escolas: Contribuições metodológicas para a sociologia da educação". *Sociedade e Estado*, 22, (2): 435-73.
- ANDRADE, Renato Júdice de; SOARES, José Francisco. (2008), "O efeito da escola básica brasileira". *Estudos em Avaliação Educacional*, 19, (41).
- BATES, Douglas M. (2012), *lme4: Mixed-Effects Modelling with R*. Springer, New York. Disponível em: <<http://lme4.r-forge.r-project.org/IMMwR/lrgpr.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. (1985), "The forms of capital", in J. G. Richardson (org.), *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York, Greenwood.
- _____. (1999), "Os três estados do capital cultural", in Maria Alice; Afrânio Catani (orgs.), *Escritos de educação*, 2ª edição, Petrópolis (RJ), Vozes.

- _____. (2011). “Efeitos de lugar”, in P. Bourdieu (ed.), *A miséria do mundo*, 8ª edição, Petrópolis (RJ), Vozes.
- BRANDÃO, Marcela. (2010), *Fatores de proteção às experiências de violência e à vitimização de jovens: A influência do clima escolar*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
- BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. (2008), *Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias*. Belo Horizonte, UFMG.
- BRYK, Anthony S.; RAUDENBUSH, Stephen W. (1992), *Hierarchical Linear Models: Applications and Data Analysis Methods*. Newbury Park (EUA), Sage. (Advanced Quantitative Techniques in the Social Sciences 1).
- BURGOS, Marcelo Baumann. (2009), “Escola e projetos sociais: Uma análise do efeito-favela”, in A. R. Paiva; M. B. Burgos (orgs.), *A escola e a favela*, Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/Pallas.
- CANO, Ignacio; RIBEIRO, Eduardo. (2007), “Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: Dados, políticas públicas e perspectivas”, in M. V. G. D. Cruz; E. C. Batistucci (orgs.), *Homicídios no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____. (2012), *Análise espacial da vitimização letal de adolescentes e jovens na cidade do Rio de Janeiro*. (mimeo).
- CENPEC. (2011), *Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole*. São Paulo, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).
- COLEMAN, James S. et al. (1966), *Equality of Educational Opportunity*. Washington DC, US Government Printing Office.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (1995), “Espaço: Um conceito-chave da Geografia”, in I. E. Castro; P. C. C. Gomes; R. L. Corrêa, *Geografia: Conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CORRÊA, Felipe Souza; RODRIGUES, Juciano Martins. (2010), “Conceituando o clima educativo”, in Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro et al, *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles-Ippur-UFRJ.
- COSTA, Márcio; KOSLINSKI, Mariane C. (2012), “Escolha, estratégia e competição por escolas públicas”. *Pro-Posições*, Campinas, 23, (2): 195-213.
- DOWDNEY, Luke. (2003), *Crianças do tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- ELLEN, Ingrid Gould; TURNER, Margery Austin. (1997), “Does neighbourhood matter? Assessing recent evidence”. *Housing Policy Debate*, 8, (4).
- FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. (2007), *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (Edição eletrônica).
- FERRÃO, Aline de Araujo. (2011), *A violência na escola e o seu papel de socialização*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj.
- FIELDING, Antony; GOLDSTEIN, Harvey. (2006), *Cross-Classified and Multiple Membership Structures in Multilevel Models: An Introduction and Review*. Birmingham (Reino Unido), Department for Education and Skills, University of Birmingham. (Research Report RR791.)
- FLÓRES, Carolina. (2008), “Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile”, in L. C. Ribeiro; R. Kaztman (eds.), *A cidade contra a escola: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*, Rio de Janeiro, Letra Capital.

- FRANCO, Creso *et al.* (2003), O referencial teórico na construção dos questionários contextuais do SAEB 2001. *Estudos em Avaliação Educacional*, 28, jul.-dez.
- GIDDENS, Anthony. (1989), *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GOLDSTEIN, Harvey I. (1995), *Multilevel statistical models*. London, Edward Arnold.
- GUJARATI, Damodar N. (2006), *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HAESBAERT, Rogério. (2006), “Concepções de território para entender a desterritorialização”, in M. Santos *et al.* (orgs.), *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*, 2ª edição, Rio de Janeiro, DP&A.
- IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO 2010. (2010a), *Censo demográfico 2010: Notas metodológicas*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2010b), *Censo demográfico 2010: Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.
- KAZTMAN, Ruben. (1999), “El vecindario importa”, in R. Kaztman (coord.), *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*, Montevideo, Pnud/Cepal.
- _____. (2000), *Aislamiento social de los pobres urbanos: Reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias*. Buenos Aires, Siempro/Unesco.
- _____. (2001), “Seucidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanos”. *Revista de la CEPAL*, 75.
- KAZTMAN, Ruben; RETAMOSO, Alejandro. (2005), “Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo”. *Revista de la Cepal*, 85.
- _____. (2007), “Efectos de la segregación urbana sobre la educación en Montevideo”. *Revista de la Cepal*, 91.
- KOSLINSKI, Mariane C.; ALVES, Fátima. (2012), “Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: A segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca”. *Educação e Sociedade*, 33: 120.
- KOSLINSKI, Mariane C.; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (2009), “A cidade contra a escola? O caso do Município do Rio de Janeiro”. *Revista Contemporânea de Educação*, 4: 351-78.
- KOSLINSKI, Mariane C.; LASMAR, Cristiane; ALVES, Fátima. (2012), “Observatório Educação e Cidade: Algumas hipóteses sobre a relação entre território e oportunidades educacionais”. *Revista e-metropolis*, 8: 8-20.
- LEAL, Adílio Alves; FONSECA, Gildete Soares. (2008), “Território: Categoria geográfica das múltiplas perspectivas”, trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo.
- LECKIE, George. (2013), *Module 12 (Concepts): Cross-Classified Multilevel Models*. Bristol (Reino Unido), Centre for Multilevel Modelling.
- LEEDS, Elizabeth. (2006), “Cocafna e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: Ameaças à democratização em nível local”, in A. Zaluar; M. Alvito (orgs.), *Um século de favela*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- LOURY, Glenn C. (1977), “A Dynamic Theory of Racial Income Differences”, in P. A. Wallace; A. M. La Mond (orgs.), *Women, Minorities, and Employment Discrimination*, Lexington (EUA), Heath.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MAFRA, Clara. (2006), “Drogas e símbolos: Redes de solidariedade em contextos de violência”, in A. Zaluar; M. Alvito (orgs.), *Um século de favela*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

- MAMBRINI, Juliana; CESAR, Cibele C.; SOARES, José F. (1999), “Fatores determinantes do desempenho dos alunos mineiros no SAEB de 1995”, trabalho apresentado na 1ª Jornada Latino-Americana de Estatística Aplicada, São Carlos. (Livro de Resumos.)
- MASSEY, Dooren (1993), “Power-Geometry and a Progressive Sense of Place”, in J. Bird *et al.* (eds.), *Mapping the Futures, Local Cultures, Global Change*, Lonres/Nova York, Routledge.
- MISSE, Michel. (2003), “O movimento: A constituição e reprodução de redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência”, in Marcos Baptista; Marcelo Santos Cruz; Regina Matias (orgs.), *Drogas e modernidade: Faces de um tema proscrito*, Rio de Janeiro, EdUERJ. 2.v.
- PALERMO, Gabrielle A. (2011), *Fatores associados ao desempenho escolar: Uma análise da proficiência em matemática dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Ence-IBGE.
- PENHA, Ana Cláudia de Souza; FIGUEIREDO, Maria das Dores. (2009), “O impacto do tráfico de drogas na rotina escolar”, in A. R. Paiva; M. B. Burgos (orgs.), *A escola e a favela*, Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/Pallas.
- PINHEIRO, José C.; BATES, Douglas. (2000), *Mixed-Effects Models in S and S-Plus*. New York, Springer.
- RAUDENBUSH, Stephen W.; WILLMS, J. Douglas. (1995), “The Estimation of School Effects”. *Journal of Educational and Behavioral Statistics*, 20, (4): 307-35.
- RIBEIRO, Eduardo. (2008), *Configuração espacial e fatores associados ao risco de vitimização por homicídio nos municípios brasileiros*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Ence-IBGE.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (2005), “Segregação residencial e segmentação social: O ‘efeito vizinhança’ na reprodução da pobreza na metrópole brasileiras”, in L. C. Q. Ribeiro; L. Bógus (orgs.), *Desigualdade e governança*, São Paulo, Educ/Fapesp/Pronex. (Cadernos Metrôpole, n. 13.)
- _____. (2008). “Proximidade territorial e distância social: Reflexões sobre o ‘efeito do lugar’ a partir de um enclave urbano”. *Revista VeraCidade*, IV, (7): 113-27.
- _____. (2010). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles-Ippur-UFRJ.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. (2008), “Introdução”, in *A cidade contra a escola: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*, Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane C. (2010), “Fronteiras urbanas e oportunidades educacionais: O caso do município do Rio de Janeiro”, in Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro *et al.*, *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles-Ippur-UFRJ.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, L.C.A. (2001), “A oposição favela-bairro no Rio de Janeiro”. *São Paulo em Perspectiva*, 14, (1): 144-54.
- ROBERTS, J. Kyle; BATES, Douglas. (2010), “Cross-Classified Models in the Context of Value-Added Modelling”, trabalho apresentado em The Annual Meeting of the Society for Research on Educational Effectiveness, Washington DC.
- RUTTER, Michael *et al.* (2008), “Resultados escolares”, in N. Brooke; J. F. Soares, *Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias*, Belo Horizonte, UFMG.
- SALATA, André Ricardo; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel. (2009), “Espaço urbano e desigualdade social: Efeito vizinhança e oportunidades educacionais”, trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro.

- SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey; GANNON-ROWLEY, Thomas. (2002), "Assessing 'Neighbourhood Effects': Social Processes and New Directions in Research". *Annual Review of Sociology*, 28: 443-78.
- SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSCH, Stephen W.; EARLS, Felton. (1997), "Neighbourhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy". *Science*, 277.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. (2009), "O papel do território na configuração das oportunidades educativas: Efeito escola e efeito vizinhança", in Sandra Maria de Sá Carneiro (org.), *Cidade: Olhares e trajetórias*, Rio de Janeiro, Garamond.
- SANTOS, Milton. (1988), *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec.
- SEAMON, David. (1980), *Body-Subject, Time-Space Routines and Place-Ballets*. New York, St. Martin's Press.
- SILVA, Jailson de Souza e; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. (2008), "Grupos criminosos armados com domínio de território. Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro", in Justiça Global (org.), *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. (2000), "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". *Dados*, 43, (3).
- SOARES, José Francisco. (2004), "Qualidade e equidade na educação básica brasileira: A evidência do SAEB-2001". *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 12.
- SOARES, José Francisco; ANDRADE, Renato Júdice de. (2006), "Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte". *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14, (50): 107-26.
- SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. (2008), *O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005*. Rio de Janeiro, Ipea. (Texto para Discussão, n. 1338.)
- SOUZA, Leandro Gomes. (2012), "Preparação da base espacial do Censo Demográfico IBGE 2010 para o município do Rio de Janeiro", trabalho apresentado no IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, Recife.
- TEACHMAN, Jay D.; PAASCH, Kathleen; CARVER Karen. (1997), "Social Capital and the Generation of Human Capital". *Social Forces*, 75, (4): 1343-59.
- TEDDLIE, Charles; REYNOLDS, David. (2000), "The Process of School Effectiveness", in C. Teddlie; D. Reynolds (eds.), *The International Handbook of School Effectiveness Research*, Londres/Nova York, Falmer.
- WILLMS, J. Douglas. (1992), *Monitoring School Performance: A Guide for Educators*. Washington DC, Falmer.
- _____. (2008). "A estimação do Efeito Escola", in Nigel Brooke; José F. Soares (orgs.), *Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias*, Belo Horizonte, UFMG.

Resumo

Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: Efeitos territoriais e resultados escolares

O artigo trata das formas como efeitos territoriais, os chamados Efeitos de Vizinhança, podem influenciar o cotidiano das pessoas, conformando desfechos individuais e, mais especificamente, afetando resultados escolares. Esse impacto do território representa uma parcela do que a sociologia da educação denomina Efeito Escola, como fatores exógenos às escolas, mas que interferem na vida de alunos, professores e instituições de ensino. O artigo testa os impactos educacionais de fatores específicos da realidade social e da distribuição das desigualdades na cidade do Rio de Janeiro, como a violência urbana e um modelo de segregação residencial que conjuga proximidade espacial com distanciamento social, fenômenos nos quais as favelas estão no cerne da discussão.

Palavras-chave: Resultados escolares; Impactos da violência urbana; Efeito Vizinhança; Efeito Escola; Segregação residencial.

Abstract

Neighbourhood, Urban Violence and Education in Rio de Janeiro: Territorial Effects and School Outcomes

The paper deals with the ways in which territorial effects, the so-called neighborhood-effects, may influence people's day-to-day life, conforming individual outcomes and, more specifically, affecting performances in school. The impact of territory represents part of the exogenous factors affecting the lives of students, teachers, and educational institutions, factors that are included in what the sociology of education calls the School-Effect. The study tests the educational impacts of particular factors of the social reality and the distribution of the inequalities in the city of Rio de Janeiro, as the urban violence and the model of residential segregation that puts together spatial proximity and social distance, phenomena in which the slums are at the heart of the discussion.

Keywords: School outcomes; Impacts of urban violence; Neighborhood-effect; School-Effect; Residential segregation.

Résumé

Voisinage, violence urbaine et éducation à Rio de Janeiro : effets territoriaux et résultats scolaires

L'article étudie l'influence des effets territoriaux, ou effets de voisinage, sur la vie quotidienne des personnes et, plus particulièrement, sur les résultats scolaires. L'impact du territoire correspond en partie à ce que la sociologie de l'éducation nomme l'effet-école, des facteurs extérieurs aux écoles qui interfèrent sur la vie des élèves, des enseignants et des établissements scolaires. L'analyse porte sur les conséquences éducatives de facteurs spécifiques de la réalité sociale et de la distribution des inégalités dans la ville de Rio de Janeiro, parmi lesquels la violence urbaine et un modèle de ségrégation résidentielle alliant proximité spatiale et distanciation sociale – des phénomènes qui placent les bidonvilles au cœur du débat.

Mots-clés: Résultats scolaires ; Impacts de la violence urbaine ; Effet voisinage ; Effet-école ; Ségrégation résidentielle.

Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010

Marcel Hazeu^{1}
Lucia Isabel Silva^{2**}*

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir as especificidades da migração internacional de mulheres, situando essa discussão em termos da realidade no lugar de origem (as periferias da cidade de Belém-PA) e das conexões que essa realidade mantém ou estabelece com diversos aspectos da experiência migratória, quer dizer, como essa realidade determina ou ajuda a configurar a própria experiência migratória até as condições de retorno ou finalização da experiência. A discussão se fundamenta em pesquisas realizadas com mulheres migrantes nas periferias de Belém, nos dados do Censo demográfico 2010 sobre essa migração e nas realidades migratórias de outras cidades, assim como no contexto amazônico.

De acordo com Oliveira (2011), a migração torna-se objeto de interesse das ciências sociais por volta da segunda metade do século XX, ocupando lugar de destaque entre as produções das primeiras escolas de ciências sociais brasileiras que “tomaram como objeto de estudo os mais diversos grupos sociais – dentre eles as comunidades de imigrantes” (Oliveira, 2011, p. 2). Obviamente, as perspectivas analíticas sofreram transfor-

mações ao longo das décadas. O autor destaca ainda que, apesar da pertinência e importância desse campo de estudo para a área e, em especial, para o desenvolvimento dos estudos raciais, indígenas e de comunidades, ele permanece como uma das dimensões “insuficientemente trabalhadas” nas pesquisas e estudos (Oliveira, 2011). Haesbaert e Santa Bárbara (2001), por sua vez, incluem a compreensão da dinâmica migratória como um dos processos sociais mais relevantes para o estudo e compreensão dos processos de construção/transformação das identidades culturais. Essas afirmações parecem destacar a relevância do tema no campo das ciências sociais, ao mesmo tempo em que se firmam como campo de investigação de interesse interdisciplinar. Dessa forma, pensa-se que o presente estudo pode contribuir para a compreensão do fenômeno migratório dentro da especificidade amazônica, percebendo-o não apenas como reflexo, mas principalmente como elemento integrante da dinâmica social da região, podendo assim revelar elementos da similaridades e diferenças que marcam ou permeiam esse fenômeno nesse contexto, o que, por sua vez, lança luzes para compreender os processos de (re)construção das identidades e territorialidades brasileiras.

1 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará/Doutorando/ Bolsista do CNPq. Telefone: (91) 3249 8916 ou (91) 8850 5838. E-mail: celzeu@gmail.com

2 **Universidade Federal do Pará/ Instituto de Ciências da Educação. Professora Adjunto II. Telefone: (91) 3233 0606 ou (91) 8875 9546. E-mail: luciibel@yahoo.com.br

Nessa perspectiva, o estudo se propõe a discutir e tentar responder o seguinte conjunto de questões: Quem é a população que migra? Como ela migra? Que relações existem ou podem existir entre origem e destino? Qual o lugar da mulher nessa movimentação? Quais são as diferenças, em termos de origem e destino, entre a migração de mulheres e a de homens? Por que migram para certos destinos? Como essa migração é organizada? Quais são suas especificidades? Como as relações de gênero e de classe social influenciam nessa migração? O que tem invisibilizado a dinâmica dessa migração nos estudos acadêmicos e nas políticas públicas? O que a experiência da migração revela sobre o lugar chamado origem e sobre a condição de gênero?

Questões metodológicas

A parte empírica deste estudo é baseada em três pesquisas realizadas durante os últimos cinco anos sobre a migração de mulheres das periferias de Belém (Hazeu e Silva, 2008; Hazeu, 2011; Hazeu e Silva, 2011), inicialmente no contexto da atenção ao tráfico internacional de mulheres, em seguida em relação aos bairros de periferia e, por último, uma pesquisa-ação sobre a migração internacional de mulheres, tendo elas mesmas como agentes da própria pesquisa. A primeira e a terceira pesquisas foram publicadas pela Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos) – uma ONG em Belém que atua na luta pela garantia dos direitos sexuais e migratórios na Amazônia – e a segunda foi uma dissertação de Mestrado apresentada no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O primeiro estudo foi trinacional e tratou especificamente do tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o

Suriname (Hazeu e Silva, 2008). Pesquisou-se, entre outras questões, a experiência de migração de 17 mulheres de periferia da Região Metropolitana de Belém para o Suriname. Na dissertação de mestrado Migração internacional de mulheres na periferia de Belém, 32 pessoas foram entrevistadas, membros de 27 famílias com mulheres migrantes de periferias de Belém, com o objetivo de investigar uma rede que envolvia 75 pessoas dessas famílias que migraram para o exterior (Hazeu, 2011). Por fim, A pesquisa-ação Mulheres em movimento: migração, trabalho e gênero em Belém (Hazeu e Silva, 2011) envolveu 11 mulheres brasileiras migrantes de periferia da cidade de Belém que retornaram à cidade.

As análises e as informações reunidas a partir dessas três pesquisas fundamentaram os questionamentos iniciais e a leitura e o diálogo com os dados do Censo 2010 a respeito da migração e.

Para este artigo, analisamos as informações sobre migrações internacionais de Belém e de outras dez capitais das cinco regiões brasileiras (três no Norte, três no Sudeste, duas no Nordeste, uma no Sul e uma no Centro-Oeste), com IDH entre 0,768 (Porto Velho) e 0,856 (Porto Alegre). As capitais analisadas foram, por ordem decrescente de IDH: Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campo Grande, Recife, Fortaleza, Manaus, Boa Vista e Porto Velho.

Para todas as capitais procederam-se análises dos dados de migração por bairros categorizados como de classe média e de periferia (classes D e E). Para identificar esses bairros, foram utilizadas diversas fontes e referências, de anos diferentes, uma vez que não encontramos um indicador ou conjunto de indicadores uniformes disponíveis para os bairros de todas as cidades em foco. Sobre duas outras capitais, São Luís e Goiânia, anteriormente selecionadas para as compara-

ções, não conseguimos os dados sobre a emigração dos bairros e, dessa forma, não foram inseridas na análise.

A seleção de bairros de cada cidade foi feita a partir de fontes disponíveis, escolhendo os bairros com os mais baixos e mais altos índices por indicador escolhido. Cada cidade tem realidades específicas e, portanto, o valor de um indicador de diferenciação dos bairros numa cidade pode ser diferente para a realidade de outra cidade, ainda que seja o mesmo indicador, como o IDH. Muitas fontes apresentaram indicadores próprios sobre a realidade dos bairros de certas cidades e em alguns casos precisamos nos contentar com informações menos precisas, como indicações de bairros de periferia e de classe média por parte de pesquisadores ou representantes do governo local.

Existem estudos que aplicaram metodologias próprias para classificar os bairros em algumas cidades e outros que apresentam indicadores sem chegar a uma classificação. Neste último caso aplicamos fórmulas de classificação, conforme apresentado no Quadro 1.

Após a categorização dos bairros, elaborou-se tabelas com os dados do Censo 2010 (IBGE, 2012a) por destinos de migração, a partir dos dois conjuntos de bairros de cada cidade, considerando a identificação por sexo dos migrantes. De forma a complementar os dados foram, geradas tabelas dos destinos migratórios dos estados e da imigração para as capitais, construindo um mapa da complexidade migratória de cada cidade.

Para saber o tamanho da população, por sexo, dos estados, cidades e bairros, organizou-se tabelas a partir da tabela 1378: “População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento pelo domicílio”, parte dos resultados do universo no item “Características da população e dos domicílios”. Os destinos, por sexo, dos estados, ci-

dades e bairros foram sistematizados a partir da tabela 3173: “Emigrantes internacionais, por sexo, segundo os continentes e países estrangeiros de destino” (IBGE, 2010).

Referências teóricas e conceituais

Os estudos sobre migração são pródigos em afirmar o aumento e diversificação dos fluxos migratórios como marca do século XX, na mesma medida em que cresce sua relevância nos estudos nacionais e internacionais (Hazeu, 2011; Hazeu e Silva 2011; Sassen, 2010; Braga, 2011; Patarra, 2005). Essa relevância parece retratada na diversidade de estudos e análises sobre a migração, de forma a compreender, por exemplo, os fatores relacionados à formação dos espaços transnacionais (Faist, 1999; Sassen, 2010); a compreensão do lugar e do papel das migrações no contexto da reestruturação geopolítica, socioeconômica e cultural global (Braga, 2011); ou a compreensão dos novos padrões, significados e movimentos migratórios com a inclusão de novos elementos, grupos ou atores sociais (Patarra, 2005), entre outros.

Braga (2011) destaca a importância da migração na “compreensão das formas de conexão territorial, já que a razão fundamental da existência destas conexões é interligar as pessoas. O ato de *estar em movimento*, não apenas como uma condição fisiológica vital, mas também como ação socialmente orientada no sentido de estabelecer determinados vínculos sociais é, então, fator essencial para produzir a integração dos espaços, mesmo em tempos de conexões virtuais” (p. 17). O autor destaca, assim, o papel da migração na construção do território como espaço categorizado a partir dos vínculos de sujeitos e grupos e das interações que constroem.

Nessa busca de compreensão, as contribuições metodológicas para análise das migrações e seus significados também ganham

Quadro 1
Síntese dos indicadores de categorização dos bairros

Capital	Indicadores de categorização de bairros utilizados
Rio de Janeiro	Tabela “1172 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupo de bairros – 2000” do plano diretor de 2009 do Rio de Janeiro (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2013). Categorização: periferia – IDH menor que 0,800; classe média – IDH maior que 0,900.
São Paulo	IDH/2000 dos distritos de São Paulo (disponível em Wikipédia, 2013. acesso em 15/04/2013 e oriunda do <i>Atlas do Trabalho de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. 2007</i> . Categorização: Periferia – IDH menor que 0,800; classe média – IDH maior que 0,900.
Boa Vista	Baseado na Nova Morfologia Urbana (Almeida, Rocha e Silva, 2009), que elaborou tabelas com indicadores sociodemográficos por região urbana. Utilizou-se a combinação da taxa de analfabetismo e a renda média como indicador para classificar os bairros: periferia – taxa de analfabetismo superior a 20% da população do bairro e renda média abaixo de R\$ 500,00; classe média – taxa de analfabetismo inferior a 6,5% e renda media superior a R\$ 1200,00.
Recife	Baseado no <i>Atlas do desenvolvimento humano no Recife 2005</i> para elaboração de um mapa do IDH-M. Este indicador é uma síntese de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Os bairros identificados no mapa como de IDH-M abaixo de 0,700 foram considerados como periferia e aqueles identificados como de IDH-M acima de 0,865 como de classe média (Prefeitura de Recife, 2005).
Porto Alegre	Dagnino, Guadagnin e Snel (2006) elaboraram uma aproximação de IDH de 2000 para os bairros de Porto Alegre, uma vez que não tiveram os dados necessários em relação aos bairros para elaborar a IDH conforme a sua definição completa. No cálculo do IDH estimado foram atribuídas notas de 0 a 100 para cada um dos bairros de Porto Alegre. Os Bairros que alcançaram uma pontuação acima de 40 foram identificados como de classe média e com pontuação abaixo de 15 como periferia.
Manaus	Baseado em listagem fornecida pela Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (2013). A lista de periferia foi comparada com informação do censo sobre os bairros que contém aglomerados subnormais (IBGE, 2012a).
Porto Velho	Baseado em listagem fornecida por Denise Campos, assistente social do Poder Judiciário em Porto Velho e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Os bairros indicados como periferia foram comparados com as informações sobre o aglomerados subnormais no município, segundo o IBGE (2012a).
Belo Horizonte	Baseado na elaboração de indicadores de pobreza e desigualdade das áreas de ponderação do município de Belo Horizonte referente ao ano 2000 em um trabalho coordenado por Ana Flavia Machado (2004). Levou-se em conta o indicador de pobreza calculado (IPC). Os bairros com IPC inferior a 0,1 foram considerados como de classe média e aqueles com IPC maior que 0,14, como periferia, o que corresponde com a classificação dos bairros de Belo Horizonte pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead, 2005) a partir da renda média do chefe de família, conforme o censo de 2000.
Campo Grande	Com base no censo de 2010, o Instituto Municipal de Planejamento Urbano do Campo Grande elaborou o índice de qualidade de vida urbana (IQVU) para todos os bairros da cidade, disponibilizada no <i>site</i> do sistema municipal de Indicadores georreferenciados para o planejamento e a gestão de Campo Grande. O índice é composto por índices de educação, renda e pobreza, sustentabilidade ambiental e moradia (Sisgran, s/d). Os bairros com um IQVU maior que 0,75 foram considerados de classe média e aqueles com um IQVU menor que 0,55, de periferia.

Quadro 1 – continuação
Síntese dos indicadores de categorização dos bairros

Fortaleza	O Laboratório de Estudos de População da Universidade Estadual do Ceará publicou no seu site uma lista de Índice de desenvolvimento humano municipal por bairro de Fortaleza pautada no censo de 2000 (Lepop, s/d). Os bairros com o IDHM maior que 0,8 foram considerados de classe média e os bairros com IDH-M menor que 0,4, de periferia.
Belém	Baseada nos indicadores de renda do <i>Anuário estatístico de Belém 2012</i> (Prefeitura de Belém, 2012). Os bairros em que o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes era menor que R\$ 600,00 foram considerados de periferia e aqueles bairros onde o rendimento médio é maior que R\$ 1300,00 de classe média.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das referências mencionados no quadro.

relevância e contribuem sobremaneira para ampliar o conhecimento dos processos.

Para os estudos aqui empreendidos diante do conjunto de dados agregados, importa ressaltar duas perspectivas fundamentais de análise: uma é compreender as migrações pela via da análise de redes, sistemas e fluxos; outra é a inclusão da categoria gênero e a compreensão de como ela e as possíveis interseções com outros marcadores de diferenças podem situar os deslocamentos e a configuração dos espaços transnacionais. Pensa-se que vale a pena uma rápida exploração de cada uma delas.

Redes e sistemas migratórios

A perspectiva de redes tem-se constituído em importante referência para o entendimento das migrações devido à possibilidade de compreensão relacional dos processos migratórios em sua estrutura, composição e dinâmica de conexões (indivíduos, grupos, padrões de movimentação, estratégias comunicacionais etc.) (Braga, 2011; Fazito, 2009; Braga; Fazito, 2010).

A importância das teorias das redes também se dá pela possibilidade de focar a ação (*agency*) coletiva dos migrantes e comunida-

des na organização de processos migratórios e de integração. As redes informais proporcionam recursos vitais a indivíduos e grupos, como mecanismos de transmissão de capital cultural – especialmente informação sobre oportunidades de migração, redes e rotas – e capital social – relações pessoais, família e padrões domésticos, amizade e laços comunitários e ajuda mútua em assuntos econômicos e sociais (Castles, 2010).

A teoria das redes também possibilita analisar as relações de poder entre os atores, e tentar “identificar nas relações em rede as lutas, estratégias e táticas” (Foucault, 2011, p. 5) e como as próprias redes “são utilizadas para direcionar, regular, influenciar, controlar” (Saquet; Mondardo, 2008).

Embora o interesse sobre as redes tenha crescido no campo dos estudos de migração, especialmente a partir dos trabalhos de Douglas Massey (Massey *et al.*, 1993), parece que o debate ainda se limita aos aspectos metafóricos das redes sociais, isto é, as análises não avançam para além da simples descrição e, na maioria das vezes, apenas a sugestão de sua existência.

Peixoto (2004) apresenta a ideia de sistemas migratórios que podem basear o olhar das redes migratórias:

Migrações devem ser concebidas como resultados de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema como um conjunto de países ou regiões que alimentam fluxos migratórios importantes entre si, redes macrorregionais que unem uma região central a uma série de países emissores de migrantes e a interligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbio (político, comercial, cultural e econômico) (p. 27).

São fluxos migratórios dentro de sistemas migratórios, como escreve Sassen:

Os fluxos de imigração ocorrem dentro de sistemas e que esses sistemas podem ser especificados em uma variedade de maneiras [...]. A especificação econômica aqui desenvolvida é uma entre várias possibilidades. Em outros casos, o sistema em que ocorre imigração pode ser especificado em termos políticos ou culturais (2010, p. 119-120).

Saskia Sassen (2010) considera como condições atuais que “estruturam” fluxos migratórios entre dois espaços os antigos laços coloniais, a dominância econômica e espaços transnacionais, a atividade militar, a exportação organizada de trabalhadores e os efeitos devastadores da globalização das economias nos países pobres e o desenvolvimento de complexos turísticos de massa (Sassen, 2010, p. 116).

Fazito (2010, p. 97) entende que, articulado a outros sistemas, será possível identificar sistemas migratórios propriamente ditos:

Pela associação e sobreposição de diferentes ‘redes migratórias’: especificamente ‘redes de fluxos’ e ‘redes sociais’. Enquanto a rede de fluxos representa a estrutura topológica bruta e abstrata de um sistema, a rede social representa a topologia sensível e correspondente ao contexto histórico-social do que faz parte.

Segundo Soares (2004), no debate em relação às correntes teóricas sobre a migração internacional (neoclássica, estruturalista, institucionalista e sistemas mundiais),

a análise de redes sociais parece permitir o trânsito entre a perspectiva “estruturalista” e a “subjativista”:

A análise de redes admite o constrangimento formal e a racionalidade relativa, o que significa, metodologicamente, trabalhar com uma rigorosa representação algébrica da configuração estabelecida entre as relações sociais e ter em conta o contexto social no qual os atores tomam decisões (p. 101).

Soares (2004, p. 107) defende que uma rede migratória “não se confunde com redes pessoais; estas precedem a migração e são adaptadas a um fim específico, a ação de migrar”, que uma rede migratória “cujas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é também um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e ensaja a criação de outras” e que uma rede migratória implica origem e destino e a compreensão do retorno como elemento constitutivo da condição de migrante. Através da migração as pessoas constroem novos territórios, territórios-redes, uma vez que:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 7-8).

É importante olhar as migrações a partir de redes migratórias de articulação de processos, pessoas e lugares (Assis, 2007; Peixoto, 2004; Sasaki e Assis, 2000). As decisões das pessoas em migrar ocorrem num contexto de pressões, expectativas, sonhos, mercados complexos e em crise, no qual o migrante atua com racionalidade limitada que advém da informação disponível das mais diversas redes migratórias.

As redes migratórias podem ser pensadas como um “conjunto de laços sociais que ligam pessoas e comunidades de origem a cer-

tas pessoas e pontos nas sociedades receptoras, formando uma teia de lugares e pessoas” (Peixoto, 2004, p. 30). Esses laços podem unir migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos.

Segundo Assis (2007) as relações em rede mais importantes são as baseadas em parentesco, amizade e origem comum, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias.

As redes são também permeadas por relações de poder e podem implicar em migrações não esperadas (ou diferentes) nas análises pautadas nos sistemas migratórios. Nos sistemas e redes migratórios, as pessoas que migram participam e tomam decisões dentro de processos de “desreterritorialização”, de conflitos, de produção de identidades e do espaço onde a vivência multiterritorial e transnacional está cada vez mais presente (Hall, 2009; Canclini, 2009; Haesbaert, 2010, Castles, 2010).

O papel do gênero

A perspectiva processual e relacional da abordagem de redes, bem como a potencialidade de identificação de novos elementos e significados nos padrões migratórios mais recentes, aludem diretamente à necessidade de incluir o gênero como uma categoria fundamental de análise em tais processos. Conforme afirmado anteriormente, importa aqui identificar como o gênero pode atravessar e marcar os deslocamentos e a configuração dos espaços transnacionais e, ainda, quais outros marcadores de diferença medeiam esses processos e como. A variável gênero é, portanto, tomada como importante prenunciador de papéis e de expectativas de papéis sociais e de inserção social, colocando-se

como central na organização de todo o processo migratório e configurando especificidades na origem, no destino e no retorno (Piscitelli *et al.* 2011; Assis, 2011; Hazeu e Silva, 2011).

Vários estudos sobre migração têm produzido um rico e diversificado conjunto de conhecimentos sobre como o gênero, articulado, por exemplo, à “raça”, à etnicidade ou à nacionalidade, afeta as trajetórias migratórias. No bojo desses estudos podemos destacar a ferramenta teórica denominada de “geografias de poder marcadas por gênero” (Mahler e Pessar, 2001), que demonstra a centralidade desse conceito na organização das migrações, uma vez que localiza as mulheres migrantes em hierarquias de poder. Dessa forma, o gênero, nas diferentes experiências ou histórias de migração, atua como o grande marcador e definidor das situações e experiências, sendo fundamental para o posicionamento das mulheres nas dinâmicas das redes tanto na origem como no destino e retorno (Piscitelli, 2011; Hazeu e Silva, 2011; 2013).

Estudos sobre migração de mulheres na Amazônia demonstram que a migração internacional de mulheres das periferias de Belém passou a assumir grande relevância na produção e organização da forma de vida da periferia (produção da periferia), contribuindo para compreender como as mulheres pagam altos preços por sua opção e participação ativa no projeto migratório, impondo sua presença em contextos distintos, na origem – onde em geral é invisibilizada – e no destino – onde sua presença é incomoda e ameaçadora (Hazeu e Silva, 2011; 2013).

O olhar do gênero no processo migratório assume significado tanto metodológico como político, uma vez que aponta para a ampliação do debate sobre as diferenças para incluir as questões e a condição da mulher, provocando uma redefinição nos para-

digmas tradicionais de pesquisa, ao tomar a “experiência pessoal e subjetiva das mulheres” (Scott, 1990) como categoria de análise do fenômeno migratório, chamando a atenção para que essa experiência subjetiva, como produtora de identidades, se constrói no confronto cotidiano dentro de contextos específicos, não sendo, portanto, nem estável nem genuína, mas “efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (Butler, 2008, p. 09).

Nos limites deste trabalho, interessa descobrir e discutir o lugar das migrantes na conformação dos fluxos migratórios, conferindo singularidades a esses fluxos, submetendo, questionando ou reconstruindo os padrões recentes de migração.

Identificando tendências migratórias

Esse diálogo teórico-conceitual permite identificar pelo menos quatro tendências migratórias no contexto da globalização econômica e política, articuladas, e às vezes coerentes e contraditórias, que tomamos como referência para interpretar os dados sobre emigração do *Censo 2010* e especialmente sobre a migração das periferias de Belém.

Em primeiro lugar, pode-se observar que a migração de mão de obra (tanto a pouco ou não qualificada como a qualificada), decorrente da permanente redivisão internacional do trabalho e (re)alocação da produção, continua, principalmente dentro dos próprios países ou entre países em uma mesma região, especialmente na Ásia e na América Latina. Essas permanentes realocações das atividades vinculadas à produção se somam à desregulação dos direitos trabalhistas, que ocorre no mundo todo, estimulada ou exigida pelas instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e reforçada pela própria tendência neoliberal de muitos governos.

Observa-se uma crescente tendência de subcontratação e terceirização de serviços e obrigações para empreiteiros. Não há mais nenhum vínculo direto com a empresa mãe nem uma identificação do trabalhador com a empresa, o local e a produção, avançando a alienação. Entretanto, há trabalhadores vinculados a empreiteiros e empresas especializadas em certo tipo de serviços, que começam a levar seus trabalhadores de uma obra para outra criando uma mobilidade extrema e, ao mesmo tempo, um estranhamento com os locais, reorganizando a família o tempo todo e conferindo lugar de destaque para as redes que se organizam – pessoais, institucionais, econômicas e culturais.

Além do setor de produção, cada vez mais mundializado, cresce a demanda por mão de obra no setor de serviços, principalmente nos países e centros onde se concentram as populações com maior renda. Para esse mercado, identificado nas metrópoles (entendidas tanto no sentido de grandes centros urbanos como no sentido de países ricos, ou seja, “desenvolvidos” ou produtores de petróleo), há uma migração das periferias (internas e internacionais), com prevalência de migrantes femininas.

Nessas migrações, encontram-se práticas de trabalho escravo e tráfico de pessoas, pois essa migração com diversas formas de recrutamento se insere na lógica do mercado, na qual até as formas mais extremas de exploração do trabalhador fazem parte, o que leva à aparente contradição de estimular a mobilidade de trabalhadores para imobilizá-los. Essa imobilização se faz através de dívidas (adquiridas no processo migratório e no local de moradia e trabalho), isolamento, cárcere privado, ameaças, violência física ou uma combinação desses métodos.

Também observa-se uma movimentação acelerada de mão de obra qualificada em termos tecnológicos (informática, engenharia

e administração) e de gestão (empresários e dirigentes). Essa migração se caracteriza pela internacionalidade ou transnacionalidade, envolvendo pessoas qualificadas de todos os cantos do mundo. É a elite trabalhadora que é posta em movimento pela mobilidade do próprio capital. Para esse fluxo de migrações, a ocidentalização e padronização dos sistemas educacionais e a globalização acadêmica hegemônica são importantes catalisadores, pois o currículo unificado possibilita a inserção dos trabalhadores formados em qualquer lugar do mundo na produção e especulação com as mesmas lógicas, pressupostos, concepções e conhecimentos técnicos (Sassen, 2010), o que faz das metrópoles territórios por excelência deste tipo de migração.

Uma segunda questão migratória se refere à disputa permanente pelo *acesso e domínio sobre os recursos naturais* e tem envolvido estratégias extremas, provocando consequências sociais e migratórias abrangentes. Nesse campo estão incluídos:

- guerras pelo acesso e domínio dos recursos (Iraque, Líbia, Afeganistão), provocando o deslocamento de milhares pessoas de suas terras (desterritorialização) – às vezes chamadas de refugiadas –, a destruição (parcial) da base produtiva do país e a chegada de militares, administradores e engenheiros das economias invasoras;
- cerceamento de áreas de recursos naturais, como a criação de parques naturais, florestais, minerais e extrativistas, expulsando a população ou limitando sua permanência, usufruto e direito sobre as riquezas naturais ou utilizando novos mecanismos de mercado, como a economia verde, para conseguir títulos de posse;
- agricultura comercial em larga escala, obras de infraestrutura e de produção

energética para garantir acesso e exploração de recursos naturais, mas que desestruturam economias locais (com inundações, abertura ou isolamento de certas áreas, ou com extinção ou escassez de recursos para sobrevivência), levando pessoas a serem forçadas a sair, enquanto se estimula, ao mesmo tempo, outro fluxo de mão de obra em direção às obras. Aqui aparecem duas condições diferentes que podem induzir à migração: o favorecimento do acesso à migração para trabalhadores em melhor situação (renda, qualificação) ou a desterritorialização de trabalhadores desprivilegiados (menos qualificados) que precisam buscar alternativas de sobrevivência, que pode ser a emigração também (Sassen, 2010).

Esses processos criaram, desde a década de 1970, uma grande massa de trabalhadores desterritorializados nos países periféricos, que se somaram ao contingente populacional urbano – o que pode ser chamado de proletarização urbana da população (Cohen, 2006) –, criando condições para o capital começar sua distribuição mundial das atividades de produção. Essas condições podem estar relacionadas com a migração transfronteiriça, por exemplo.

Uma terceira questão migratória se refere aos desdobramentos e contradições das migrações consideradas de mão de obra. Obviamente, não se trata de migração de mão de obra estritamente, mas a mobilidade de sujeitos complexos, membros de *redes familiares* e comunitárias e que estimulam, com sua migração, migrações de familiares, vizinhos, colegas etc. que, sem a migração pioneira, não teriam se inserido nos movimentos migratórios, que assumem a forma de redes e formam muitas vezes famílias e comunidades transnacionais, possibilitadas

pelo avanço tecnológico de comunicação e transporte e que assumem dinâmicas migratórias às vezes diferentes daquelas que originaram a migração inicial ou que outros fatores poderiam induzir. Essa questão aduz a pensar em diferentes sujeitos ou grupos de migrantes (perfis diferenciados de gênero ou classe, por exemplo), nas configurações diferenciadas de fluxos e nos novos significados que tais sujeitos conferem ao fenômeno migratório.

A quarta tendência migratória se constitui a partir da *metropolização* da economia global e da *globalização* cultural, na qual os grandes centros urbanos se tornam centros de serviços, de comércio, de poder político e de consumo, com consumidores permanentemente informados sobre os produtos do mercado globalizado. A consequência é, de um lado, uma migração em direção às cidades para fazer parte deste mundo global, e ao mesmo tempo uma nova concepção cosmopolita entre os habitantes urbanos de fazer parte do mundo e de poder (ter direito a) viajar, uma vez que o “outro mundo” não parece tão diferente e distante. Esta migração, apesar de se misturar com as migrações de mão de obra, deve, principalmente, ser entendida como uma migração de sujeitos em busca de sua cidadania moderna, o que engloba o direito de consumir (inclusive de viajar, acessar outros países, casar com pessoas de outros países etc.). Não se trata somente de uma classe elitista, mas todas as classes sociais nos grandes centros urbanos. Não migrar como “mão de obra” parece contestar a razão que lhe servia de alibi, o trabalho, segundo Sayad a única razão aceita de ser do imigrante: “Na falta deste motivo estaria confinado ao absurdo aos olhos da razão nacional, pois a presença imigrante não poderia conter em si mesma seu próprio fim” (Sayad, 2000, p. 21).

Essas questões indicam a necessidade de articular, na compreensão da migração, uma diversidade de fatores ou aspectos que vão desde dinâmicas político-econômicas mais amplas até fatores aparentemente individuais que envolvem a decisão de migrar. Aponta-se, assim, para o reconhecimento de que um migrante é um sujeito completo e complexo, muito além de “mão de obra”, como pensado nas teorias e sistemas que analisam e se organizam a partir da definição dos sujeitos sociais como grupos, classes ou categorias homogêneas. Cada sujeito que migra articula histórias, culturas, religiões, crenças, interpretações e concepções particulares, construídas em contextos diferentes e que não se apagam nem no momento de emigrar nem quando se torna imigrante num outro lugar. A migração, portanto, não é a simples redistribuição de mão de obra, mas um processo de intercâmbios, conflitos, articulações e encontros culturais junto com os processos vinculados a divisão internacional do trabalho.

A globalização por sua vez, não é um processo unilateral ou a imposição completa de uma sociedade, um modelo, uma cultura sobre outras. A globalização também significa uma hibridização cultural que produz, reafirma, resgata ou ressignifica novas realidades e identidades. Estudos culturais chegam a analisar essas novas realidades que acompanham a globalização econômica e mostram que as migrações e os migrantes contribuem, por meio dos encontros, das diásporas e da vivência transnacional, para essas mudanças contra-hegemônicas, muito além da ocidentalização do mundo.

A globalização econômica é articulada a vários movimentos migratórios que parecem às vezes funcionais ou seguidores de lógicas econômicas e geopolíticas, mas assumem, ao mesmo tempo, características contraditórias, pois trata-se de sujeitos em migração, se-

guindo e transformando as rotas migratórias e realidades sociais por onde passam e das quais participam. Respondem aos estímulos da globalização econômica e formam forças de resistência à mesma globalização. Questionam a hegemonia dos Estados-nações e, ao mesmo tempo, a reforçam. Fazem parte da mão de obra disponibilizada ou empregada na economia globalizada e são presença incômoda nos centros do sistema mundial. São movidos pela lógica da divisão mundial do trabalho e tecem suas próprias redes e lógicas de migração ao mesmo tempo.

Contextualização do debate: a Amazônia e o Brasil

Para dar início ao debate sobre a migração de mulheres oriundas de periferias de grandes cidades, especificamente Belém, considera-se necessário situar o lugar de Belém e da Amazônia no cenário brasileiro, por considerarmos que pesquisar a migração internacional no Brasil sem considerar sua imensa diversidade esconderia mais que revelaria.

Como em todas as relações geopolíticas, na ciência também existem disputas em torno de pontos de vista e referências e assim é possível imaginar certo etnocentrismo nos estudos migratórios no Brasil, nos quais as regiões Sul e Sudeste ocupam um lugar hegemônico na produção do conhecimento acadêmico, inclusive sobre a Amazônia, tomando como referência a realidade do Sul e Sudeste e até confundindo, por vezes, o Norte com o Nordeste. O que significa quando outras realidades dentro do Brasil, como na Amazônia, divergem radicalmente daquelas consideradas como referência?

A Amazônia se diferencia mais da região Sul do que esta da Argentina. O Suriname tem mais em comum com a Amazônia brasileira do que esta com o Sudeste brasileiro. Dentro da própria região há tantas diferen-

ças que a Amazônia como unidade praticamente não existe.

A formação social e econômica da Amazônia percorreu caminhos muito particulares dentro do Brasil, ao qual foi fisicamente integrada somente nos anos 1960, o que causou impactos e mudanças radicais para a região. A Amazônia cobre mais que a metade do território brasileiro, faz fronteira com sete países sul-americanos e um território (Guiana Francesa) pertencente a um país europeu e possui características naturais sem igual (maior floresta tropical, maior biodiversidade, maior quantidade de água doce, maior rio do mundo). É uma região de planos de desenvolvimento e estrondosos investimentos em atividades como a construção de hidrelétricas, mineração e monoculturas de dendê, soja e eucalipto. Mas também é moradia de uma imensa diversidade populacional (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população urbana) e palco de intensos conflitos pela posse e uso da terra, governada, em grande parte, por atores de fora da região (governo federal, empresas transnacionais e nacionais). Sua história é marcada por migrações internacionais e internas (Forline, 2000).

Antes de olhar com mais profundidade a migração feminina da periferia de Belém em relação à migração masculina, migração dos bairros de classe média e a migração de outras cidades, considera-se útil apresentar algumas diferenças nos padrões regionais de migração internacional, uma vez que Belém se localiza na região Norte, estatisticamente invisibilizada devido à baixa quantidade populacional e o peso correspondente nas migrações.

A região Sudeste é responsável por 49% das migrações registradas pelo censo no Brasil. Distante deste número, do Sul migram 17%, do Nordeste 15%, do Centro-Oeste 12% e do Norte apenas 7%.

Tabela 1
Migrações oriundas dos estados da região Norte

Total de migrantes internacionais por estado da região Norte							
Norte	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
33966	7785	1276	3582	1181	13649	2310	4183
Percentual de migrantes do total de migrantes na região Norte							
100	23	4	11	3	40	7	12
Total de migrantes por mil habitantes							
2,1	5,0	1,7	1,0	2,6	1,8	3,5	3,0
Percentual de mulheres migrantes							
59	50	53	65	48	62	58	66
Principais destinos em ordem decrescente de migrantes							
% de migrantes							
Espanha 16	Espanha 27	Bolívia 68	Estados Unidos 13	Venezuela 35	Estados Unidos 14	Guiana Francesa 47	Espanha 30
Estados Unidos 14	Portugal 23	Estados Unidos 7	Japão 10	Suriname 8	Espanha 11	França 31	Portugal 22
Portugal 12	Estados Unidos 21	Espanha 4	Suíça 10	Guiana Francesa 4	Suriname 9	Suriname 6	Estados Unidos 9
Bolívia 8	Bolívia 12	Portugal 4	Espanha 8	Estados Unidos 4	Portugal 9	Itália 2	Suíça 5
Guiana Francesa 7	Itália 3	Itália 3	Itália 7	Espanha 3	Guiana Francesa 9	Bolívia 2	Itália 4
França 7	Reino Unido 2	Japão 3	Venezuela 5	Bolívia 2	França 9		Reino Unido 4
Japão 5	Japão 2		Portugal 5	França 1	Japão 8		Bolívia 4
Suriname 5	França 2		Bolívia 5		Holanda 4		França 4

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

Enquanto do Brasil como um todo as mulheres migram mais que os homens, 54% *versus* 46%, essa diferença é muito mais acentuada no Nordeste (63% *versus* 37%) e no Norte (59% *versus* 41%) do que no Centro-Oeste (56% *versus* 44%), Sul (48% *versus* 52%) e Sudeste (49% *versus* 51%). Ou seja, as mulheres das duas regiões mais pobres do país migram internacionalmente muito mais do que os homens dessas regiões.

Em relação aos destinos principais da migração a partir do Brasil e das cinco regiões, a Bolívia, a Guiana Francesa e o Suriname se destacam entre os dez principais destinos na região Norte, mas que são irrelevantes para as outras regiões (com exceção do Suriname, que aparece como destino para a migração masculina do Nordeste).

Dentro da região Norte, chamada de forma genérica de “Amazônia”, há uma diversidade imensa, o que se reflete nos destinos internacionais de migração, diferenciados também de acordo com os estados de origem (conforme Tabelas 1 e 2).

Os estados de Rondônia e do Pará são origem de 63% de toda a migração internacional da Amazônia, enquanto Amapá, Acre e Roraima juntos representam menos que 15% das migrações. Porém, proporcionalmente ao tamanho da população, Rondônia se destaca com 0,50% de migrantes, seguida por Amapá (0,35%), Tocantins (0,30%) e Roraima (0,26%), enquanto Pará (0,18%), Acre (0,17%) e Amazonas (0,10%) fecham a fila com menores percentuais de migrantes em relação a sua população total.

Essa observação é importante, pois mostra que territórios com uma população relativamente pequena em comparação aos demais podem se configurar como territórios de migração dinâmicos.

Mesmo que a região Norte apresente uma maioria de migrantes femininas (59%), dentro da região esse não é sempre o padrão.

O estado de Roraima tem mais homens (52%) migrando que mulheres (48%), o estado de Rondônia apresenta um equilíbrio (50% *versus* 50%) e no Acre só há uma tímida diferença (53% mulheres e 47% homens).

Um olhar mais detido sobre os destinos

Os dados do censo de 2010 ainda permitem identificar peculiaridades na relação de origem e destino de homens e mulheres por Estado. O estado de Roraima é caracterizado pela história de garimpagem e com países vizinhos com atividades garimpeiras, atividade que envolve sempre um contingente maior de migrantes masculinos, o que parcialmente pode explicar a predominância da migração masculina. Rondônia apresenta uma situação curiosa, pois é o único estado na região no qual há quase duas vezes mais homens migrando para os Estados Unidos do que mulheres (14% *versus* 8% da população migrante total), enquanto para os outros destinos as mulheres predominam ou há certo equilíbrio. No Acre há uma situação simular, neste caso só há uma pequena maioria de homens migrando para a Bolívia (35% *versus* 33%), o principal destino de migração (68%).

A relação entre a migração feminina e masculina para um mesmo destino pode influenciar na visão geral da migração de homens e mulheres, caso se trate de um destino relativamente importante. A migração para destinos diversos pode, porém, apresentar realidades muito diferentes em termos de divisão de sexo, sistemas e lógicas de migração implicadas.

Nos outros estados, as mulheres representam a maioria absoluta de migrantes: Amapá (58%), Pará (62%), Amazonas (65%) e Tocantins (66%), nos quais só a migração para Bolívia, com pouca expressão relativa, é predominantemente masculina.

A migração internacional dos estados de Roraima, Acre e Amapá se destaca pelo percentual expressivo da migração destinada a países específicos (Venezuela, Bolívia e Guiana Francesa, respectivamente). Roraima apresenta ainda um percentual alto de destino para “outros países da América Latina”, que neste caso provavelmente se refere à República Cooperativista da Guiana, que faz fronteira com o estado e faz parte do cinturão pan-amazônico de países com atividade garimpeira.

Espanha e Portugal juntos são os destinos europeus mais expressivos na região Norte (28% das migrações), com destaque para Tocantins (52%) e Rondônia (50%), os quais tiveram um crescimento populacional recente com migrantes do Sul e Centro-Oeste do país, dos quais Espanha e Portugal tradicionalmente são importantes destinos de migração. No Pará, 20% da migração se dirige a esses dois países, enquanto nos demais estados a importância é bem menor: Amazonas (13%), Acre (8%), Roraima (3%), Amapá (2%).

Os Estados Unidos, principal país de destino da migração internacional brasileira (24%), na região Norte representa 14% das migrações. Rondônia apresenta o maior percentual de migrantes para os Estados Unidos, com 21%, embora atrás de Espanha e Portugal como destinos principais. Há ainda o fato destoante de ser o único estado na região com (duas vezes!) mais homens do que mulheres migrando para os Estados Unidos. Para Amazonas e Pará, os EUA são o principal destino (13% e 14%), ainda que longe da média brasileira; nos demais estados é um destino menos relevante (Tocantins 9%, Acre 7%, Roraima 4%, Amapá 1%). Essa baixa procura pelos Estados Unidos por parte dos migrantes da região Norte parece refletir uma tendência geral na qual os Estados Unidos são o des-

tino de regiões, estados, cidades e bairros com maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Essas diferenças indicam sistemas migratórios variados e fatores específicos que organizam e estruturam a migração, que vão além ou se relacionam com as motivações pessoais individuais para migrar. Sassen (2010) mostra que relações migratórias entre diferentes países se sustentam em outras relações (políticas, históricas, econômicas, culturais) bi ou internacionais anteriores, o que pode ser uma forma de analisar as diferenças dos sistemas e dinâmicas migratórios que se configuram nos diferentes estados. Porém, além disso, ela sugere também que a migração internacional na contemporaneidade pode ser analisada a partir das questões que estruturam hoje os fluxos migratórios, como recrutamentos diretos por empresas e governos, redes migratórias e tráfico de pessoas (Sassen, 2010).

Uma comparação entre as tendências migratórias gerais dos estados da Amazônia mostra as seguintes características:

Os estados de Acre, Amapá e Roraima estão em sistemas migratórios que envolvem entre dois e três destinos principais (mais que 75% da migração); são os três estados de menor população, nos três extremos da Amazônia brasileira.

Os destinos dos estados amazônicos se dividem entre os Estados Unidos, Europa (principalmente Portugal e Espanha) e os países pan-amazônicos. Neste último caso se confirma a importância das migrações transfronteiriças, com uma provável relação com as permanentes disputas por recursos naturais, grandes projetos de infraestrutura e os processos de “desreterritorialização” a eles associados. O único estado considerado amazônico sem nenhuma fronteira internacional, Tocantins, não possui migração significativa para qualquer país sul-americano.

Os estados com fronteiras internacionais conectadas por estradas apresentam migrações transfronteiriças mais significantes e diretamente ligadas ao país vizinho (Amapá-Guiana Francesa; Acre-Bolívia; Roraima-Venezuela e Roraima-Guiana; Rondônia-Bolívia), enquanto em Pará e Amazonas, sem fronteiras internacionais conectadas por estradas, a migração com os países vizinhos seguem lógicas mais diversas.

Há sistemas migratórios entre os países que se pautam no comércio transfronteiriço, o que inclusive se traduz em uma imigração também dos países vizinhos para os estados em questão. Outro sistema migratório relacionado é estruturado na garimpagem, principalmente de ouro, que se estende para outros estados e países com histórico de garimpagem.

Ser fronteira internacional na Amazônia também significa estar geograficamente distante do mercado central e do sul do Brasil, e da convivência econômica e cultural dos estados mais distantes.

Qual é o lugar de Belém neste contexto migratório?

Belém: metrópole amazônica de migrações

A atual cidade de Belém surgiu no contexto da colonização da Amazônia, como lugar de defesa dos interesses dos portugueses contra outras forças colonizadoras e contra a população em geral, indígena principalmente. Sua posição dentro da dinâmica da ocupação, exploração, domínio e organização da Amazônia influenciou a formação da cidade e da sua população, ora como centro de poder, ora como refúgio de pessoas expulsas do interior da Amazônia; um centro com especulação imobiliária e uma periferia densa, ambos se expandindo na região metropolitana.

A cidade, em seu processo de urbanização, reflete o mesmo processo de integração das demais cidades da região, com muitas especificidades em termos de dinâmicas socioeconômicas e espaciais em relação às demais cidades de outras regiões do país. A despeito de a capital ter experimentado um médio crescimento populacional nas últimas décadas –1.244.690 habitantes em 1991; 1.144.312 em 1996; 1.280.614 em 2000; 1.393.399 em 2010 (IBGE, 2010) –, o acirramento dos problemas sociais é extremo. Belém concentra 63,3% da população da Região Metropolitana, e figura como a 8ª capital mais violenta do país (Waiselfisz, 2012). A região metropolitana concentra 28,4% e 30,7% dos domicílios que vivem com renda de até ½ salário mínimo e de ½ a 1 salário mínimo respectivamente; 68,8% dos domicílios não têm rede de esgotamento sanitário. As gerações mais jovens são fortemente impactadas: o Pará tem a menor taxa líquida de jovens frequentando a escola (31,6%), sendo que na Região Metropolitana cerca de 59% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola; além disso, 10,4% dos adolescentes de 10 a 15 anos estão trabalhando. O estado tem apresentado os piores desempenhos nos instrumentos de avaliação da educação, ainda tem mais de 10% da população analfabeta e mais de 50% dos professores sem a escolaridade mínima exigida para a atuação docente; por outro lado, a taxa de homicídios em faixa etária jovem chega a 43,7% (IBGE, 2012b; MEC/INEP, 2011).

Na Região Metropolitana de Belém, o processo de periferização aparece como importante forma de expansão do tecido urbano, refletindo significativa segregação socioespacial, com um inchaço das periferias caracterizadas por grande densidade populacional e pelo não acesso ou acesso precário a diversos equipamentos e serviços públicos (condições de moradia, saúde, lazer, esgoto, segurança pública etc.).

A configuração é de uma cidade dividida tanto do ponto de vista geográfico como social, em especial quanto ao acesso a renda, direitos básicos e possibilidades de inserção social. Essa forma de composição do tecido urbano lança vários desafios para entender o significado dessa organização socioespacial, inclusive a organização de uma hierarquia urbana e das redes e fluxos que se constroem dentro da cidade.

Não há como negar que a migração está relacionada com essa dinâmica das redes urbanas. Tampouco há como negar que, a despeito da notória segregação espacial e social, também o desenvolvimento tecnológico e comunicacional impacta (ainda que de forma diferenciada) os diferentes espaços e sujeitos dessa rede urbana. Neste sentido, o avanço da globalização parece exercer um papel fundamental nas possibilidades de conformação de fluxos, sem esquecer que eles têm forte viés econômico e espacial.

A cidade aparece como o espaço onde os fluxos e as redes se estruturam e se materializam, incluindo aí os fluxos simbólicos ou representacionais. O desenvolvimento tecnológico e de comunicação potencializa as possibilidades de interação e aumenta a mobilidade das pessoas, mas não da mesma forma nem para todos os sujeitos. Nesse sentido ainda, as conformações de fluxo tendem a repetir a mesma forma de organização socioespacial da cidade, onde as possibilidades de mobilidade e circulação aparecem diferenciadas e, em geral, relacionadas ao acesso a recursos materiais e capital social que podem ser decisivos para a inserção social.

Esses são alguns dos aspectos que podem ajudar a compreender a existência de territórios diferenciados de migração internacional de mulheres em Belém.

A pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil apontou a re-

gião Norte como uma das principais regiões de ocorrência do tráfico (Leal e Leal, 2002), com destaque para o estado do Pará. Compartilhando as críticas em relação à metodologia (Davida, 2005), que apontam para o problema de denominação de situações de migração e prostituição em jornais e processos judiciais como tráfico de pessoas, as rotas identificadas apontam, pelo menos, para a existência de certos fluxos migratórios.

Um levantamento feito com 96 mulheres que solicitaram um novo passaporte na Polícia Federal do Pará durante os meses de abril, maio e junho de 2010 mostra uma acentuada procura por parte de mulheres das periferias de Belém (64%), apontando três grupos de destinos: Suriname/Holanda (24%), Guiana Francesa/França (22%) e Portugal/Espanha (26%) (Hazeu, 2011).

As pesquisas sobre tráfico de mulheres e migração feminina em Belém (Hazeu e Silva, 2008; Hazeu e Silva, 2011; Hazeu, 2011) apontam para destinos específicos, com trajetórias diferenciadas de outros lugares do Brasil. As histórias reveladas nos estudos citados são muito parecidas entre si na origem e no retorno, o que fortalece a hipótese de pensar a periferia de grandes cidades na Amazônia, como Belém, como territórios diferenciados de migração internacional feminina, inseridos em sistemas e redes migratórias particulares, induzindo a questionar o que faz essa diferenciação.

Conforme dito anteriormente, a configuração de Belém (a exemplo de outras cidades brasileiras) é de uma cidade dividida geográfica e socialmente. Uma divisão que reflete ou revela condições diferenciadas de acesso a renda, serviços básicos e oportunidades de inserção e participação na dinâmica social. Uma das suposições básicas deste artigo é a de que a migração, por tratar-se de um fenômeno (processo) social intrinsecamente relacionado à dinâmica de vida e produção das

pessoas e dos grupos, está relacionada com essa dinâmica socioespacial das redes urbanas.

A continuidade do diálogo com os dados do censo de 2010 (IBGE, 2012a) sobre emigração, parece confirmar essa hipótese, apontando os destinos diferenciados em relação às diversas origens e ainda a diferença entre destinos e (possivelmente) inserção entre homens e mulheres.

De início parece possível afirmar a existência de padrões característicos semelhantes entre Belém e o Pará como um todo em relação à migração internacional, especialmente em relação à maior incidência de mulheres, ainda que Belém revele diferença de aproximadamente cinco pontos percentuais em relação ao estado. Belém contribui com 30% do total de migrantes do estado, sendo que concentra 18% da população paraense.

Nos dois casos, a lista dos principais destinos envolve EUA, Suriname e Portugal, com diferença apenas na segunda posição (Espanha no estado, França na capital). Um aspecto importante diz respeito a outros países da América do Sul (Bolívia, Venezuela e Argentina) como destinos consideráveis no estado (5% dos migrantes), mas que não são oriundos de Belém.

As Tabelas 3 e 4 permitem observar também que há certa coincidência de destinos com atração semelhante por gênero (EUA, Guiana Francesa e Japão) e destinos com atração desigual – sendo que nestes há forte atração de mulheres (Suriname, Espanha, Portugal e Alemanha). O Suriname revela diferenças na comparação entre Pará e Belém: enquanto no estado a atração é mais aproximada entre homens e mulheres, em Belém a diferença é bastante evidente, com nítido predomínio das mulheres atraídas.

Acredita-se que, para a compreensão do fenômeno migratório, as questões de “por quê”, “como” e “quem” migra se encontram estreitamente imbricadas, o que justifica investigar um pouco mais detalhadamente os diversos fatores que contribuem para construir o perfil da população migrante.

O recorte de gênero se constituiu como um dos elementos fundamentais, já que se pode pensar em motivações e impactos diferenciados, principalmente quando atravessados por relações distintas de gênero, classe, raça e território de origem. Como os grupos (gênero e classe) não são homogêneos, explorar diferenças pode fazer diferença na compreensão. Dessa forma, a análise por origem sociogeográfica parece reveladora, como parecem confirmar os detalhes das migrações por bairros: classe média e periferia.

Antes de observar esses dados (classe média versus periferia por gênero), vale ressaltar que a migração dos bairros de classe média é relativamente maior do que dos bairros de periferia: 5,5 por mil versus 3,0 por mil moradores.³

Na análise das Tabelas 5 e 6 alguns aspectos chamam a atenção:

- 30% de todos os migrantes de Belém são mulheres das periferias e 17% são mulheres do centro (total de migrantes de Belém: 4135 pessoas; migrantes mulheres da periferia: 1239; migrantes mulheres do centro: 701; o restante, 855 mulheres, são de bairros intermediários). Obviamente que este fato está relacionado a maior concentração de população nas áreas periféricas, entretanto, proporcionalmente a migração de mulheres da periferia é também maior.

3 Belém – classe média: 10 bairros; total de migrantes: 1104; população total dos bairros: 200.389 pessoas.
Belém – periferia: 28 bairros; total de migrantes: 1770; população total dos bairros: 590.863 pessoas.

Tabela 3 – Principais destinos migratórios do Pará (geral)

Pará	Total	% Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Total	13649	100	5159	8490	37,8	62,2
Eua	1974	14,5	851	1123	6,23	8,23
Espanha	1538	11,3	347	1191	2,54	8,73
Suriname	1288	9,4	537	751	3,93	5,5
Portugal	1209	8,8	355	854	2,6	6,26
Guiana Francesa	1186	8,7	597	589	4,37	4,32
França	1169	8,5	393	776	2,88	5,69
Japão	1133	8,3	536	597	3,93	4,37
Holanda	578	4,2	120	458	0,88	3,36
Itália	435	3,1	106	329	0,78	2,41
Suíça	410	3	68	342	0,5	2,51
Alemanha	391	2,9	82	309	0,6	2,26
Bolívia	338	2,4	201	137	1,47	1
Reino Unido	306	2,2	117	189	0,86	1,38
Venezuela	226	1,6	122	104	0,89	0,76
Argentina	161	1,1	86	75	0,63	0,55

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

Tabela 4 – Principais destinos migratórios de Belém

Belém	Total	% Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Total	4135	100	1340	2795	32,41	67,59
Eua	477	11,5	170	307	4,11	7,42
França	461	11	126	335	3,05	8,1
Suriname	390	9,4	112	278	2,71	6,72
Portugal	354	8,5	113	241	2,73	5,83
Espanha	330	8	75	255	1,81	6,17
Japão	300	7,2	146	154	3,53	3,72
Guiana Francesa	291	7	115	176	2,78	4,26
Holanda	271	6,5	44	227	1,06	5,49
Alemanha	209	5	42	167	1,02	4,04
Suíça	142	3,4	23	119	0,56	2,88
Reino Unido	111	2,6	34	77	0,82	1,86

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

Tabela 5 – Principais destinos das migrações de Belém por bairros: classe média

Belém classe média (%)			
Destinos	Total	Homens	Mulheres
Total	100	36,5	63,5
Estados Unidos	21,6	9	13
Portugal	11,8	4,7	7
França	8	2,4	5,6
Japão	7	3,6	3,3
Espanha	7	1,9	5
Alemanha	5	0,9	4,3
Itália	5	1	3,9
Reino Unido	4,8	1,7	3
Argentina	3	2	0,9
Holanda	2,8	0,8	2
Canadá	2,8	0,6	2
Guiana Francesa	2,2	0,7	1,5
Suíça	2,1	0,3	1,8
Suriname	1,4	0,3	1

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

Tabela 6 – Principais destinos das migrações de Belém: periferia

Belém periferia (%)			
Destinos	Total	Homens	Mulheres
Total	100	30	70
Suriname	18	5	13
França	13	3	10
Guiana Francesa	12	5	7
Holanda	10	1	9
Espanha	8	2	6
Portugal	7	2	5
Japão	5	2	3
Estados Unidos	4	1	3
Suíça	4	1	3
Alemanha	4	1	3

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

- Há maior disparidade na relação entre homens e mulheres na periferia (classe média: aproximadamente 26% mais mulheres que homens; periferia: 40% mais mulheres). Significa dizer que nos bairros de classe média homens e mulheres migram mais igualmente, enquanto na periferia a migração é predominantemente feminina. Por que muda essa relação?
- Os destinos também diferem: os bairros de classe média tendem a refletir o mesmo movimento evidenciado no estado para os dois primeiros destinos (EUA e Europa); entretanto, a periferia de Belém traz como primeiro destino, o país que aparece em terceiro lugar no estado e na cidade de Belém: o Suriname. Ou seja, a periferia de Belém é responsável por colocar o Suriname na lista dos principais destinos da cidade de Belém; já que este destino é inexpressivo em relação ao centro.
- EUA e Portugal aparecem como os principais destinos da classe média, com 33%, enquanto que representam apenas 11% em relação à periferia.
- Por outro lado, Suriname e Guiana Francesa são destinos de 30% da periferia e de apenas 3,5% da classe média.
- Marcador importante já referido é que o Suriname é um destino expressivo de mulheres na capital, embora o primeiro destino de mulheres seja a França.
- Pode-se afirmar serem França e Suriname os principais destinos de mulheres migrantes na capital paraense. Vale uma observação, pois o destino “Guiana Francesa”, apresentado separadamente, é de fato um território francês, o que pode induzir a resposta “França” à pergunta sobre países onde moram membros da família. Guiana Francesa e França juntos são responsáveis por 25% das migrações das periferias e 10% das migrações dos bairros de classe média.

Esse conjunto de dados permite evidenciar fluxos específicos ligando a cidade de Belém a países específicos. Isso nos leva a indagar quem são esses migrantes e o que pode explicar ou justificar essas conexões e, ainda, o que elas significam do ponto de vista das dinâmicas relacionais entre os países.

A predominância de mulheres para todos os destinos nos leva a discutir o lugar e o papel delas na dinâmica migratória, já que estudos têm evidenciado que elas viajam sozinhas (Piscitelli, 2011; Hazeu, 2011; Hazeu e Silva, 2011), destacando a variável gênero como importante na discussão. A identificação de um padrão diferenciado por gênero na atração de homens e mulheres (o Japão atrai mais igualmente, enquanto que para países como Holanda, Espanha, Suriname e França o percentual de mulheres ultrapassa os 70%), parece corroborar esta importância.

Nossos estudos anteriores (Hazeu e Silva, 2008; Hazeu, 2011; Hazeu e Silva, 2011) permitem inferir que os movimentos migratórios se organizam a partir da organização socioespacial da cidade, resultando daí que origens diferenciadas, em termos de território – e conseqüentemente de acesso a recursos materiais, educacionais e de informações – podem determinar ou condicionar formas diferenciadas de mobilidade, não apenas no sentido do destino (país estrangeiro), mas fundamentalmente de possibilidades de inserção no exterior.

A migração de Belém em relação a outras capitais brasileiras

A análise da migração internacional de Belém apresenta algumas questões que podem ser aprofundadas a partir de um olhar sobre as migrações internacionais oriundas de outras capitais.

A tendência observada em Belém de que moradores de bairros da classe média

migram relativamente mais do que pessoas nas periferias se confirma também em outras cidades, com diferença semelhante?

A grande diferença observada em Belém entre os destinos ligados pela migração oriunda de bairros de classe média (Estados Unidos e Portugal) e aquela que articula bairros de periferia com outros destinos (França/Guiana Francesa e Suriname/Holanda), cada uma fundamentada em sistemas e redes migratórias distintas, se repete em outras capitais? Ou seja, a organização

e segregação espacial e sua relação com os destinos (sistemas e redes) migratórios observadas em Belém ocorrem também nas outras capitais, e, se ocorrer, quais são suas características?

A predominância da migração feminina na migração internacional nos bairros de periferia é um fenômeno específico de Belém ou se repete nas outras capitais? Se sim, como? O olhar comparativo entre Belém e outras capitais brasileiras revela aspectos importantes para discutir essas questões:

Tabela 7

Emigrantes, homens e mulheres, de 11 capitais brasileiras por ordem de IDH decrescente

Capitais	População	Migrantes	% homens migrantes	% mulheres migrantes	migrantes por mil hab.	migrantes por mil hab. (bairros classe média)	migrantes por mil hab. (bairros de periferia)
Porto Alegre	1.409.351	7.126	47,35	52,65	5,06	12,8	1,48
Rio de Janeiro	6.320.446	20.299	43,3	56,7	3,21	10,37	1,01
São Paulo	11.253.503	36.019	46,67	53,33	3,20	8,23	1,02
Belo Horizonte	2.375.151	13.805	53,23	46,77	5,81	12,93	4,46
Campo Grande	786.797	3.532	46,00	54,00	4,49	7,52	2,8
Belém	1.393.399	4.135	32,41	67,59	2,97	5,51	1,98
Recife	1.537.704	6.279	36,85	63,15	4,08	10,08	1,25
Fortaleza	2.452.185	6.752	30,35	69,65	2,75	9,43	1,27
Manaus	1.802.014	2.546	33,27	66,73	1,41	3,34	1,08
Boa Vista	284.313	972	51,13	48,87	3,42	2,7	4,6
Porto Velho	428.527	917	46,24	53,76	2,14	3,7	1,2

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

Incidência de migração nos bairros de classe média e nas periferias

Em primeiro lugar, observou-se que, percentualmente, moradores dos bairros de classe média em Belém migram quase três vezes mais que moradores da periferia, fato que se relaciona provavelmente com maiores recursos financeiros disponíveis para custear a migração, maior acesso às redes sociais internacionais vinculadas à dinâmica da própria migração da classe média (intercâmbios de estudo, recrutamento de profissionais com grau elevado de instrução, domínio de línguas etc.), o capital social e cultural e as políticas seletivas de migração dos países de destino reprimindo a migração de classes populares.

Nas periferias, a parte dos moradores que migra não ultrapassa dois migrantes por mil habitantes com exceção de Belo Horizonte (4,46 por mil), Boa Vista (4,6 por mil) e Campo Grande (2,8 por mil). A classe média das cidades migra proporcionalmente entre três vezes mais (Belém, Campo Grande, Porto Velho, Manaus, Belo Horizonte) e até 10 vezes mais (Rio de Janeiro) do que os moradores das periferias.

A mais baixa incidência de migração oriunda de periferias é no Rio de Janeiro, o que parece indicar um isolamento dos bairros de periferia dos territórios dinâmicos de migração da classe média, visitados por milhares de turistas e vivendo trocas e possibilidades internacionais constantes.

A única exceção é a capital Boa Vista, na qual as pessoas das periferias migram relativamente mais do que as pessoas dos bairros de classe média. Boa Vista tem uma história de crescimento recente vinculada à migração garimpeira para o estado e o fechamento de várias áreas de garimpo em seguida. Muitos desses garimpeiros foram morar nas periferias da cidade e se envolvem com

migrações para áreas de garimpo nos países vizinhos (Guiana, Suriname e Venezuela), o que pode explicar essa situação diferenciada.

Observa-se ainda que as capitais da região Norte têm o menor índice de migrantes de bairros de classe média em relação às demais capitais, sugerindo um outro perfil da classe média amazônica, diferente daquelas nas outras regiões, com outra realidade urbana. Considerando que parte da migração de classe média se dá por meio de sistemas de intercâmbio acadêmico, territórios de turismo, intercâmbio com imigrantes e laços históricos, a classe média urbana amazônica se insere precariamente nesses sistemas devido a carência acadêmica, setor turístico pouco desenvolvido, imigração inexpressiva de países de interesse de classe média e laços históricos com poucos países de destino (com exceção do Japão).

Destinos diferenciados da migração oriunda de bairros de classe média e das periferias

Os destinos gerais (países), vinculados a sua origem mais detalhada (cidade, bairros de classe média e periferia), junto com um conhecimento de relações econômicas, políticas e culturais nos e entre os países e cidades, podem levar a ensaios e ideias sobre os sistemas migratórios envolvidos e formados por estes fluxos e migrantes.

A análise dos principais destinos das migrações das 11 capitais (Tabela 8) mostra que só três capitais (Porto Velho, Campo Grande e Boa Vista) não têm os Estados Unidos como principal destino, e nessas capitais este país nem aparece entre os três principais destinos. Em todas as demais capitais, os Estados Unidos são o principal destino das migrações, sendo que nas duas outras capitais da região norte os EUA não chega a mais que 15% dos destinos dos migrantes, enquanto

Tabela 8
Principais destinos das 11 capitais pesquisadas

Capitais	Destinos principais					
	Destinos	%	Destinos	%	Destinos	%
Porto Alegre	Estados Unidos	24	Austrália	10	Reino Unido	10
Rio de Janeiro	Estados Unidos	31	Portugal	8	Reino Unido	6
São Paulo	Estados Unidos	23	Japão	13	Reino Unido	8
Belo Horizonte	Estados Unidos	34	Portugal	17	Reino Unido	7
Campo Grande	Portugal	21	Japão	21	Espanha	13
Recife	Estados Unidos	25	Portugal	11	Espanha	10
Fortaleza	Estados Unidos	18	Itália	18	Portugal	13
Boa Vista	Venezuela	35	Guiana	31	Suriname	9
Porto Velho	Espanha	20	Portugal	16	Bolívia	15
Manaus	Estados Unidos	15	Suíça	11	Espanha	9
Belém	Estados Unidos	12	França	11	Suriname	9

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

no nordeste, sul e sudeste todas as capitais tem EUA como destino principal variando essa preferência entre 18% (Fortaleza) e 34% (Belo Horizonte).

Um segundo grupo de destinos pode ser identificado englobando Portugal e Espanha. Mesmo ambos tendo fluxos e redes específicas, as relações diplomáticas com o Brasil em relação às migrações dialogam muito, havendo um intenso fluxo de brasileiros entrando em Portugal e seguindo para Espanha. Ademais, a barreira da língua para esses dois países é obviamente menor do que em relação aos países anglo-saxões, por exemplo. Há também extensas comunidades brasileiras presentes, além

de algumas áreas de trabalho com recrutamentos ativos até pouco tempo atrás.

O Japão apresenta uma história de migração importante no Brasil, que se traduz em um sistema migratório pautado em facilitação de migrantes brasileiros descendentes de japoneses, comunidades japonesas no Brasil e de brasileiros no Japão, intercâmbios comerciais e culturais e a inserção facilitada de brasileiros no mercado de trabalho. Com a crise econômica no Japão, já se constatou um refluxo migratório do Japão para o Brasil. Cidades com uma presença histórica de japoneses apresentam os maiores índices de migrantes para o Japão, como São Paulo, Campo Grande

Tabela 9

**Principais destinos de migração internacional oriunda de bairros
de classe média e de bairros de periferia de onze capitais brasileiras**

Capitais	Classe média						Periferia					
	Destinos	%	Destinos	%	Destinos	%	Destinos	%	Destinos	%	Destinos	%
Porto Alegre	Estados Unidos	26	Reino Unido	11	Austrália	11	Estados Unidos	23	Itália	9	Reino Unido	9
Rio de Janeiro	Estados Unidos	35	Reino Unido	8	França	7	Estados Unidos	23	Portugal	11	Espanha	10
São Paulo	Estados Unidos	27	Reino Unido	10	Austrália	7	Japão	20	Estados Unidos	18	Espanha	10
Belo Horizonte	Estados Unidos	31	Reino Unido	9	França	7	Portugal	32	Estados Unidos	28	Espanha	9
Campo Grande	Estados Unidos	23	Japão	17	Portugal	11	Portugal	32	Japão	16	Espanha	15
Recife	Estados Unidos	32	Canadá	8	Portugal	8	Portugal	16	Alemanha	16	Estados Unidos	14
Fortaleza	Estados Unidos	34	Portugal	9	Espanha	8	Itália	26	Portugal	12	Alemanha	8
Boa Vista	Venezuela	30	Guiana	17	Estados Unidos	12	Guiana	36	Venezuela	33	Suriname	12
Porto Velho	Espanha	16	Portugal	14	Bolívia	13	Espanha	25	Bolívia	16	Outros Países A. Latina (Peru?)	11
Manaus	Estados Unidos	22	Japão	8	Portugal	7	Suíça	12	Estados Unidos	11	Espanha	8
Belém	Estados Unidos	22	Portugal	12	França	8	Suriname	18	França	13	G. Francesa	12

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

e, em menor proporção, cidades na Amazônia, como Belém, Manaus e Boa Vista.

Chama atenção ainda a importância da migração transfronteiriça a partir das capitais da Amazônia, que apresentam destinos como Venezuela, Suriname, Guiana e Bolívia, de um lado vinculada com a atividade garimpeira e de outro com o comércio transfronteiriço.

Um olhar detalhado da origem (bairro de classe média ou de periferia) da migração dentro das capitais é revelador para entender o perfil da migração urbana para os Estados Unidos (ver Tabela 9).

Somente em duas capitais os Estados Unidos são o destino principal das migrações da periferia, Porto Alegre e Rio de Janeiro, justamente as capitais pesquisadas com as

maiores IDH gerais e os mais altos percentuais de migrantes nos bairros de classe média.

O percentual das migrações para os Estados Unidos das periferias das cidades pesquisadas varia de 1% (Boa Vista) até 28% (Belo Horizonte). Por outro lado, em 10 das 12 capitais os EUA são o destino principal da classe média, tendo entre 22% a 34% dos seus migrantes dirigindo-se para lá. As duas capitais que divergem desta tendência e cuja classe média não migra em massa para os Estados Unidos são Porto Velho e Boa Vista, ambas capitais amazônicas, com a menor população total e o mais baixo IDH de todas as capitais analisadas. São duas cidades não consideradas como metrópoles, mas como centros urbanos periféricos, tanto pelo IDH quanto pela sua localização, o que reforça a tese de que os Estados Unidos são destino prioritariamente da classe média metropolitana brasileira das capitais com maiores IDH.

Os Estados Unidos representam possibilidades diferentes para cada classe social. Em primeiro lugar, existe uma política migratória seletiva que exige a obtenção de visto, tanto para visitação quanto para migração. Isso exige que se vá pessoalmente até o consulado dos Estados Unidos em Recife, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro. Na Amazônia só há consulados em Manaus e Belém, que não atendem a demanda por vistos, mas representam as duas capitais da região com relevante migração para os Estados Unidos.

A classe média das capitais pesquisadas no Sul e no Sudeste migra, além dos Estados Unidos, para outros destinos de língua inglesa, como Reino Unido e Austrália, o que sugere um sistema e redes migratórios que envolvem desde recursos financeiros até certa familiaridade com a língua. São países que investem na busca de brasileiros de classe média por meio de intercâmbios, manutenção de escolas de língua inglesa no Brasil por

parte dos governos desses países, programas de bolsas para estudantes e pesquisadores e divulgação da cultura. Além disso, exercem uma rígida seleção na entrada dos seus territórios, separando quem tem recursos para visitá-los e quem não tem. Nessa lógica, o censo mostra que nas periferias o Reino Unido só aparece em uma cidade (Porto Alegre, com o maior IDH das cidades pesquisadas) como um dos destinos principais, e Austrália nenhuma vez.

Em Belém, os destinos principais da classe média são os Estados Unidos, Portugal e França, enquanto para a periferia o destino principal é Suriname (18%), preferência de somente 2% de migrantes dos bairros de classe média. Isso significa que há destinos, sistemas e redes migratórios diferentes. Uma comparação com as outras capitais analisadas mostra que essa divisão se repete, conforme a Tabela 9, com mais ou menos intensidade. O destino principal das periferias em todas as cidades tem uma preferência pelo menos duas vezes maior do que o mesmo destino para migrantes dos bairros de classe média, com exceção de Porto Velho.

Em São Paulo, o principal destino das periferias é o Japão (20%) enquanto somente 6% da migração de classe média se direcionam para lá. É uma migração conhecida pelo seu vínculo com o trabalho nas fábricas e com a relação histórica com a imigração japonesa.

Em Campo Grande, Recife e Belo Horizonte o principal destino das periferias é Portugal (32%, 16%, 32%, respectivamente), enquanto sua preferência como destino pela classe média é bem inferior (11%, 8%, 5%). Portugal, apesar de ser destino também de classe média, configura-se muito mais como destino de classes populares, considerando tanto a facilidade da língua, as facilidades (relativas) de entrada (visto de turismo na fronteira) e o mercado de trabalho por

meio das redes sociais de migrantes brasileiros. É notória a preocupação do governo português (por meio de controles nas fronteiras, novos acordos com o Brasil e investimento em congressos binacionais sobre essa “problemática”) para inibir a chegada desse fluxo migratório.

Em Fortaleza, a Itália é o principal destino da migração das periferias (26%) enquanto para os bairros de classe média só 5% dos migrantes visam o país. É uma migração claramente vinculada à presença do grande número de turistas italianos e composto majoritariamente por mulheres (4% homens, 22% mulheres) (IBGE, 2010).

De Manaus, curiosamente, o principal destino das periferias é a Suíça (12%), enquanto para os bairros de classe média apenas 6% migram para este país (IBGE, 2010). O que será que vincula esse país do centro da Europa com as periferias de uma cidade no coração da Amazônia?

De Boa Vista, o destino principal das periferias é a Guiana (36%), importante destino também dos bairros de classe média (17%), mas mesmo assim com a metade da preferência. É um destino, como o Suriname para Belém, caracterizado pela atividade garimpeira, que envolve na sua maioria pessoas de classes populares.

Tabela 10
Emigração das capitais por gênero e classe

Capitais	Geral (%)			Classe média (%)		Periferia (%)		
	homens	mulheres	mulheres – homens	homens	mulheres	homens	Mulheres	diferença classe média e periferia na migração de mulheres
Porto Alegre	47	53	5	47	53	46	54	-1
Rio de Janeiro	43	57	13	44	56	42	58	-2
São Paulo	47	53	7	46	54	47	53	1
Belo Horizonte	44	56	-6	42	58	47	53	5
Campo Grande	46	54	8	46	54	45	55	-1
Belém	32	68	35	37	63	30	70	-7
Recife	37	63	26	40	60	28	72	-12
Fortaleza	30	70	39	38	62	22	78	-16
Manaus	33	67	33	29	71	31	69	2
Boa Vista	51	49	-2	35	65	57	43	22
Porto Velho	46	54	8	48	52	44	56	-4
Brasil	46	54	5					

Fonte: Elaborada pelos autores com base em, IBGE Censo demográfico 2010.

Homens e mulheres têm destinos diferenciados

Em todas as cidades, com exceção de Boa Vista, as mulheres migram mais que os homens, o que coincide com a realidade pesquisada em Belém. As maiores diferenças se apresentam nas metrópoles do Nordeste e do Norte, com entre 29 a 39 pontos percentuais a mais de mulheres migrando.

Em Recife e Fortaleza as mulheres da periferia migram relativamente muito mais (12 e 16 pontos percentuais a mais, respectivamente) que as mulheres dos bairros de classe média, seguidas por Belém com 7 pontos percentuais a mais de mulheres migrando das periferias do que dos bairros da classe média. O contrário se percebe em Boa Vista, onde a migração de mulheres dos bairros de classe média é 22 pontos percentuais maior que a das periferias, situação que se repete em um grau menor (5 pontos), em Belo Horizonte.

O destino Suriname ou o sistema migratório garimpeiro nas “Guianas”

O Suriname, principal destino das periferias de Belém, é aparentemente também o mais “exótico”, uma vez que só configura também como destino de relevância em uma única outra capital, Boa Vista.

O Suriname e a Guiana, e parcialmente a Guiana Francesa, que fazem parte de um cinturão de garimpos na fronteira norte da Amazônia brasileira, são países com baixa densidade populacional. A Amazônia brasileira tem figurado como território de garimpagem, principalmente a partir da década de 1960. Os estados do Pará, Amapá, Roraima e Rondônia vivenciaram enormes fluxos migratórios de garimpeiros, principalmente oriundos do Maranhão. Em alguns casos, as áreas garimpeiras foram fechadas e os ga-

rimpeiros expulsos (Serra Pelada, território ianomâmi, Oiapoque); outras áreas foram esgotadas ou deixaram de ser lucrativas devido à diferença entre preço de insumos e o preço do ouro.

Parte da comunidade garimpeira migrou para os países vizinhos, onde se abriram inúmeros garimpos e para onde levaram suas redes migratórias que sustentaram os garimpos na Amazônia brasileira. Os garimpeiros na Amazônia são na sua maioria de origem do estado de Maranhão (Corbin, 2007) e circulam entre as diferentes frentes garimpeiras. Para o Suriname e as Guianas há fluxos de garimpeiros de Roraima, Pará e Maranhão, sendo que aqueles oriundos do Pará e Roraima geralmente nasceram no Maranhão (Corbin, 2007). Há porém, uma importante informação em estudos como o de Corbin (2007) e o de Hazeu (1997) que mostra que uma parte significativa das mulheres que migram para os garimpos nasceu no Pará.

No Pará, a maioria de migrantes para o Suriname são mulheres, e um número considerável de migrantes para o país saem de Belém, especificamente das periferias de Belém, mas com diferenças em relação ao gênero. Só 20% dos homens que migram do estado do Pará para o Suriname são de Belém, enquanto para as mulheres o número sobe para 37%. Os garimpeiros provavelmente migram mais de áreas garimpeiras no Pará diretamente para o Suriname.

Do Maranhão, a principal origem de migração para o Suriname, migram muito mais homens que mulheres, confirmando a observação das duas pesquisas citadas, mas há ainda uma grande diferencial: os migrantes não saem da capital São Luis. Dos 1588 migrantes maranhenses para o Suriname, somente 26 saíram de São Luis, menos que 2%, e com maioria de mulheres, contrariando a tendência do estado. De Boa Vista, cidade pautada pela atividade garimpeira no

Tabela 11
Migrantes para o Suriname, por sexo e estados de origem

	Números absolutos			% da população migrante brasileira		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	3.416	2.014	1.402	0,69	0,41	0,29
Maranhão	1.588	1.150	438	18,23	13,2	5,03
Pará	1.288	537	751	9,44	3,93	5,5
Amapá	130	72	58	5,63	3,12	2,51
Roraima	94	53	41	7,96	4,49	3,47
Piauí	78	67	11	3,79	3,25	0,53
Tocantins	64	38	26	1,53	0,91	0,62
Mato Grosso	36	30	6	0,44	0,36	0,07
Amazonas	30	17	13	0,84	0,47	0,36

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

Tabela 12
Belém, Boa Vista e São Luís como origens de migração para o Suriname

	Emigrantes internacionais (pessoas)			Emigrantes internacionais (percentual da população migrante da cidade)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belém	390	112	278	9,43	2,71	6,72
Boa Vista	83	48	35	8,54	4,94	3,6
São Luís	26	22	15	1,63	0,69	0,94

Fonte: Elaborada pelos autores com base em: IBGE, Censo demográfico 2010.

estado e nos países vizinhos, saíram 83 dos 94 migrantes do estado.

Pode-se supor uma relação entre esse migração acentuada para o Suriname e as políticas de integração e desenvolvimento pensadas historicamente para a região, que envolvem disputa contínua pelo acesso e domínio dos recursos naturais na Amazônia (minérios em especial). Esse processo tem tido consequências extremas (conflitos por terra, desapropriações, deslocamentos forçados, assassinatos, miséria, entre outras) para as populações, aí incluídos os estímulos à migração.

É possível identificar uma conexão específica entre Belém e Suriname, localizando um fluxo forte de mulheres. A migração de mulheres para os garimpos tem evidenciado, em geral, origens diferentes da dos homens, a não ser quando se migra de certas áreas garimpeiras para outras, quando tanto homens como mulheres migram através da mesma rota.

A migração de mulheres para os garimpos faz parte do sistema garimpeiro, que desloca grandes quantidades de homens do interior do Maranhão, cujas mulheres e filhas ficam na terra original. A demanda por mulheres nos garimpos, para as atividades de cozinheira e de prostituta ou companhia é organizada por outras redes, outros recrutadores e outras origens em relação à migração dos homens do Maranhão. São geralmente homens e mulheres que trabalham com bares, restaurantes e boates que acessam suas redes de contatos e recrutadores. Assim, parece que Belém também entrou na rota de migração de mulheres para o Suriname, dentro mas separada do sistema de migração de garimpeiros.

O fato de que a migração de mulheres para o Suriname ocorre a partir das periferias parece relacionar-se com alguns marcadores das suas histórias: a história recente

de migração da maioria das famílias dessas mulheres do interior para a cidade e a migração de mulheres para a Amazônia. Não se trata tanto da migração metropolitana, como apresentada anteriormente, pois esta se vincula à migração entre metrópoles, tanto em termos urbanos como de países. Trata-se de uma migração que se relaciona com as precárias territorializações nas periferias de Belém, as redes de recrutamento presentes nessas periferias e as histórias de sucesso, que aliás se referem tanto à migração para a capital do Suriname, Paramaribo, quanto para os garimpos.

Tem-se assim configuradas as condições sociais para a migração, que envolvem um conjunto de condições estruturais relacionadas à internacionalização, mais o recrutamento direto de trabalhadores imigrantes por empregadores ou redes de imigrantes (Sassen, 2010), sendo uma destas as redes de recrutamento de mulheres para alguns setores específicos desse “mercado”.

De volta ao começo: o lugar e o papel das mulheres na dinâmica migratória

O conjunto de dados disponibilizado até aqui dá conta da existência de uma diversidade de fluxos migratórios e permite identificar similaridades e disparidades entre eles. Uma intenção colocada desde o início neste trabalho diz respeito à tentativa de procurar entender o que esse conjunto de dados pode dizer sobre as especificidades de gênero, classe e localização geográfica de sistemas e redes migratórios no Brasil e na Amazônia, permitindo identificar as singularidades de cada fluxo e as condições específicas que os produzem. Busca-se nessa perspectiva focar especificidades das informações envolvendo movimentos populacionais também específicos (grupos, sujeitos e contextos), entendendo com Sassen (2010) que

cada país é singular, e cada fluxo migratório é produzido por condições específicas de momento e lugar [...]. Porém, se quisermos entender os efeitos possíveis de condições mais amplas, como a globalização econômica e cultural, na formação e reprodução de fluxos migratórios, devemos abstrair, essas particularidades para analisar tendências gerais. A ênfase deve ser na especificidade e complexidade das migrações, distintas de abordagens gerais e simplificadas. Essa ênfase implica juntar as variáveis que contribuem para uma explicação das características de fluxos migratórios específicos, ao invés de generalizar para todos os momentos e lugares ou particularizar cada história de migração (p. 115).

A afirmação de Sassen (2010) soa interessante na medida em que aponta para a necessidade de estabelecer o diálogo entre questões macroeconômicas e políticas e variáveis subjetivas e sociológicas na compreensão da migração e as condições que “facilitam a decisão de migrar e induzem os indivíduos a tomar tal decisão” (Sassen, 2010, p. 137).

Tráfico de mulheres e migração feminina

O debate sobre migração de mulheres de classes populares é muitas vezes vinculado à discussão sobre tráfico de mulheres (Piscitelli, 2008a) principalmente quando se trata da região amazônica (Hazeu, 2011). Essa vinculação parece uma simplificação da realidade que dificulta a compreensão da complexidade dos processos que envolvem a migração dessas mulheres e a realidade amazônica, por desconsiderar suas especificidades e particularidades. É conhecido que as redes de tráfico de mulheres operam como, e dentro de, outras redes migratórias, mas a migração não se resume a isso. No caso das migrações de mulheres das periferias de Belém, as redes de tráfico de pessoas foram importantes para as migrantes pioneiras (as primeiras mulheres da família que migraram), uma vez que nem recursos para financiar a migração nem uma rede familiar no destino (para conseguir moradia ou trabalho) estavam garantidos.

Nossas pesquisas demonstram que, das 27 famílias pesquisadas, somente uma teve alguma conexão direta com o exterior que serviu de referência na articulação da emigração de sua filha. As mulheres pioneiras encaram praticamente sozinhas, como primeiro membro de suas famílias, o desafio de sair do Brasil por meio de redes que organizaram e estruturaram os processos migratórios e nas quais se inseriram através de laços e contatos fracos. O tráfico de mulheres aparece, em alguma forma e com graus diferentes, nas várias situações das mulheres migrantes pioneiras, principalmente ligado às condições de trabalho na prostituição, mas também em uma situação de trabalho doméstico.

Em Hazeu e Silva (2011) encontra-se a informação de que a maioria das mulheres foi informada sobre o destino e ajudada para a viagem por uma amiga, vizinha, colega, mãe ou irmã. As mulheres, em geral, contaram antes de viajar para poucas pessoas sobre seu plano de viagem. A maioria contou apenas para a mãe (mas duas nem contaram ou só o fizeram na última hora, saindo fugidas ou informando sobre outro destino). A proposta do trabalho no exterior se mostrou depois enganosa para algumas delas, que acabaram tendo que trabalhar na prostituição em um clube. Aquelas que foram convidadas para o trabalho que realmente foram exercer não tinham noção do que significava trabalhar naquela profissão (prostituição) ou esperavam uma relação de trabalho que as garantisse liberdade de locomoção e bom pagamento, mas encontraram uma realidade exploradora que não tinham imaginado.

A pesquisa trinacional sobre tráfico de mulheres para o Suriname (Hazeu e Silva, 2008) demonstra que se fala de diferentes sujeitos e diferentes formas de violência a que foram submetidos. Há várias garotas que nunca fizeram programa no Brasil, sendo convidadas para outras atividades (trabalho em restau-

te ou como babás) e forçadas à prostituição pela rede do tráfico. Outras já faziam programa e foram enganadas quanto às condições de trabalho a que seriam submetidas.

A origem socioespacial (periferias da cidade) apresenta-se como elemento comum nas diversas situações estudadas. Mesmo reconhecendo que as periferias não são espaços homogêneos, elas se diferenciam de outras áreas da cidade, com predominância de moradores de classes D e E, precárias condições infraestruturais e estigmatização da sua população.

A origem não remete somente ao recorte espacial, mas à formação histórica desse espaço e às relações sociais existentes. Belém é uma metrópole na Amazônia, o que a diferencia muito de outros lugares e até de outras metrópoles, e precisa, portanto, ser abordada nas suas singularidades, mesmo considerando que na dinâmica migratória internacional as mulheres de qualquer lugar do Brasil serão genericamente enquadradas como brasileiras.

Relevando a importância destas categorias, podemos perguntar como a origem e a classe social são consideradas como categorias de análise importantes nas pesquisas sobre migração feminina, lembrando o alerta de Paula Togni (2011) e Assis (2003) em relação a sua investigação sobre mulheres brasileiras em Portugal, de que a não consideração dessas variáveis pode acabar por

obscurecer o fato da não existência de um sistema de gênero homogêneo, nem no Brasil nem em Portugal, como também a não articulação do gênero com outras categorias de diferenciação como geração, classe, cor da pele/raça e origem regional (Togni, 2011, p. 390).

Com a preocupação de dar visibilidade à participação das mulheres nos fluxos migratórios, muitas vezes a mulher retratada parecia ser uma mulher universal, branca e

pertencente à classe média. Assim, se os estudos étnicos ignoravam as diferenças entre homens e mulheres, os estudos de gênero ignoravam as diferenças de classe e etnia entre as mulheres (Assis, 2003).

Como as diferenças de origem e classe social influenciam na experiência migratória e na produção das identidades das mulheres e famílias nas comunidades envolvidas?

Outro risco de estudos que focam destinos específicos é a escolha desses destinos como objeto de estudo e a importância que isso implica para as análises e compreensões sobre a complexidade da migração internacional de mulheres envolvendo o Brasil. A migração de mulheres para a Europa é vinculada às ideias e estigmas em relação à prostituição e tráfico de mulheres, algo que não se repete para os outros destinos, como Estados Unidos ou Japão (Togni, 2011; Piscitelli, 2008b). Isso indicaria algum traço histórico, cultural e colonial em relação à imagem e mercado de trabalho envolvendo mulheres brasileiras? Essa pergunta encontra uma reflexão ainda mais complexa quando se expande o olhar para outros destinos, como outros países sul-americanos e a África.

As redes migratórias atuais que envolvem a Amazônia brasileira e a Europa parecem estar baseadas em, além de antigos laços da imigração e colonização, novas relações entre os diversos lugares, a partir da relação econômica no mundo globalizado, por meio do turismo internacional, do espalhamento global e hegemônico da cultura ocidental e da nova organização do mercado mundial de trabalho (Sassen, 2010).

Entre a periferia de Belém e o mundo

Analisar migração internacional de periferias de Belém apresenta mais dois desafios para o estudo e pesquisa, invisibilidades acadêmicas que precisam ser consideradas. A

primeira é a invisibilidade urbana (Becker, 1992; Steinbrenner, 2009) na Amazônia, sob a qual por muito tempo predominaram os olhares e pesquisas sobre a região. Aos poucos as cidades estão ocupando espaço também na pesquisa como destino de migrações internas (e internacionais de Colômbia, Haiti, Bolívia e Guiana), mas ainda pouco como territórios de migração internacional de brasileiros. A segunda invisibilidade são as mulheres amazônicas de classes pobres urbanas e seu envolvimento nas redes migratórias.

A migração de mulheres oriundas das periferias de Belém apresenta particularidades devido a suas especificidades de origem e das redes migratórias tecidas a partir da cidade. Tais particularidades se expressam na produção das identidades coletivas das mulheres migrantes e de suas famílias e nas relações transnacionais que se formam: origem interiorana, realidade periférica urbana, busca de identidade (adolescentes e jovens), imaginário dos destinos (Suriname e Europa), prostituição, casamentos transnacionais, o retorno (com e sem “sucesso”), inserção social precária no retorno.

A população nas periferias de Belém se formou nas décadas de 1970 e 1980 a partir de trajetórias de migração oriundas do interior amazônico, principalmente do Pará (Hazeu, 2011; Trindade Jr., 1997). Trata-se de uma população pobre que ocupou áreas, inicialmente próximas ao centro da cidade e ao longo das últimas décadas espalhou-se, construindo habitações simples como tinham no interior (de madeira, sem divisões, com cobertura de telhas de cimento-amianto) e aos poucos as adaptando ou substituindo por casas de alvenaria (em permanente construção). Geralmente chegaram extensas famílias, em cadeia, formando comunidades densamente habitadas, sem infraestrutura básica, cuja implantação se torna foco de múltiplas lutas sociais.

A chegada das famílias é uma fase paralela à migração que a abertura da Amazônia provoca por meio de várias estradas e da implementação de grandes projetos. Fatores que levaram a permanentes conflitos pela terra e seu uso e poucas possibilidades de permanência com qualidade para os migrantes. Alguns continuaram migrando atrás de novas frentes de expansão, outros procuraram sobreviver nas margens das estradas e grandes projetos e muitos procuraram os centros urbanos, onde os serviços públicos, a vida “moderna”, o mercado informal e as redes sociais garantiram uma nova e precária forma de sobrevivência.

Nascer, crescer e ser mulher jovem nessas periferias significa se posicionar e se relacionar com a posição social e imagem construída em torno dessa realidade: originária do interior, vivendo a periferia urbana amazônica, poucas referências de projetos de vida na família no contexto urbano, o mercado informal e pouco acesso à vida urbana da classe média. No bairro se encontram escolas públicas de baixa qualidade; poucas perspectivas de emprego, estigma de ser da periferia; cultura de festas de aparelhagem e vida sexual ativa na adolescência, na qual a imagem de mulher sensual ou sexual é valorizada e negociada nos espaços de rua, escola, trabalho, festas e relacionamentos; e, mais recentemente, a convivência muito próxima com as drogas ou com o tráfico de drogas.

Viver na periferia urbana também significa ter contato com outros mundos, presentes através dos *shopping centers*, centros culturais, viajantes, meios de comunicação, redes sociais e migrantes. Ser três vezes periferia (mundial, nacional e local) não significa, no mundo globalizado, isolamento, mas sim tríplices (ou mais) barreiras para transitar no espaço global. Barreiras culturais (não falar outras línguas, baixo nível de educação, ser considerado e rotulado como parte da pe-

riferia), sociais (redes familiares e sociais de certa classe social, sem transição com redes sociais de outras classes, acesso a limitados nichos de mercado) e econômicas (sem recursos para comprar acesso e ingresso), além de limites no acesso aos direitos básicos.

A migração internacional não se apresenta na periferia como uma presença ou oportunidade explícita, uma cultura visível, mas está presente nas realidades de muitas famílias, silenciada ou comentada somente dentro delas. Não se manifesta como uma cultura migratória compartilhada como em Governador Valadares (MG) ou Criciúma (SC). Não são famílias que migram, mas indivíduos das famílias; não viajam em grandes grupos, mas sozinhas ou com algumas colegas e são principalmente mulheres jovens (Hazeu, 2011; IBGE, 2012a). Essa realidade se aproxima das observações sobre mudanças na migração internacional oriunda da América Latina:

[...] condições agravadas e muito mais precárias de inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho português no período recente, revelando as mudanças significativas em seu perfil: mais pobres, com menor escolaridade, menor nível profissional e, portanto, menos oportunidades para alcançar seu sonho de ascensão social por meio de sua incorporação ao mercado de trabalho de um país europeu (Bogus apud Pellegrino, 2004, p. 36, tradução dos autores).

[...] O que realmente mudou nas últimas décadas é o fato de que mais mulheres estão migrando de forma independente em busca de emprego, em vez de viajar como "dependentes da família" com seus maridos ou se juntar a eles no exterior (Instraw, 2007, p. 2, tradução dos autores).

O perfil traçado das mulheres quando elas migraram, construído a partir das três pesquisas que realizamos, é o seguinte: foram 43 mulheres migrantes; 32 tinham um ou mais filhos; tinham entre 16 e 29 anos quando migraram; com escolaridade entre o ensino fundamental incompleto e o

ensino médio incompleto, somente uma cursou nível superior (Turismo); a maioria morava com pais ou parentes; quase todas migraram solteiras, algumas amigadas com um homem europeu; tinham experiência no mercado de trabalho informal ou formal em funções de baixa qualificação, que pagavam até um salário mínimo. As principais ocupações eram doméstica, babá, caixa de supermercado, trabalhadora em fábrica de peixe, vendedora etc. Somente duas mulheres, antes de migrar, trabalharam na prostituição, e uma como *stripper*.

A condição de mulher solteira, em muitos casos mãe, remete a uma trajetória na qual muitas das mulheres engravidaram ainda na adolescência ou logo depois (aos 18 anos) e experimentaram a responsabilidade da maternidade junto com um parceiro ou sem parceiro, em um contexto de vida precária e com algum ou nenhum apoio da própria família.

As histórias são recheadas de relatos de conflitos com os parceiros, de busca de alternativas (trabalho, lazer, outra relação) para poder sair somente dos cuidados dos filhos e das cobranças da família. Talvez ainda dentro da cultura familiar interiorana (família extensa), o cuidado com os filhos podia ser dividido com outros membros da família (geralmente mulheres: mãe, avó, tia, irmã) ou, em uma atitude mais "politizada" (ou algumas vezes desesperada) o pai biológico dos filhos foi responsabilizado para os cuidados (quando isso aconteceu, ele, via de regra, transferiu a responsabilidade para outras mulheres na sua família, suas mães ou novas parceiras).

As redes ou experiências migratórias presentes na família ou comunidade têm papel relevante em apresentar a migração como possibilidade, deixando-a sempre presente de forma latente por meio de contatos com outras mulheres que migraram e voltaram (definitivamente ou de passagem), ou com as

famílias das que estão fora. Pode-se dizer que essa “vivência transnacional”, concreta ou imaginada, passa a se constituir como expectativa de futuro (ou presente) para as jovens, diante das poucas perspectivas que a periferia lhes apresenta. Um estudo sobre a realidade dos jovens na periferia de Belém demonstra que eles enfrentam grandes dificuldades de inserção em termos de trabalho, educação, saúde e acesso a cultura e lazer, sendo que essas dificuldades são maiores para as mulheres que tiveram filhos ainda na adolescência e abandonaram a escola mais cedo que os rapazes e as outras meninas (Silva, 2011).

Diante dessa realidade, viver o dia a dia, conquistando e se afirmando no seu território (periferia) parece uma exigência para os jovens, a que eles respondem de forma imediata e diversa.

Conclusões: migração como estratégia e modo de vida nas periferias urbanas na Amazônia

Ser jovem na periferia de Belém (e da Amazônia), para além das questões de exclusão econômica, configura processos de identidade distintos, de confinamento em uma realidade periférica de exclusão de direitos básicos, mas também de não possibilidade de acesso a experiências diversificadas e negociação de novos processos identitários, pautados, por exemplo, em maior *status* e poder na família e comunidade; de valorização cultural e autonomia, já que a negação de direitos condiciona as possibilidades ou impossibilidades de buscar esse acesso; e de trabalhar condições de melhoria da vida em geral, de realização de sonhos ou expectativas.

Sabe-se que quando se fala de vulnerabilidades na juventude, se está, na verdade, referindo a sentidos diversos, mas complementares, que incluem a ausência ou escassez de recursos ou renda e que resultam em

inserção precária ou não inserção tanto no mercado de trabalho quanto em outras esferas da dinâmica social. Essa negação se completa quando impede ou nega a construção de capacidades individuais ou coletivas de se movimentar e operar no meio social. Significa, portanto, dizer que no caso da juventude, e dessa juventude em especial, as vulnerabilidades tomam lugar não apenas em função de carências de recursos ou capacidades, mas também se integram e se inter-relacionam com os contextos simbólico, social, geográfico e econômico que caracterizam a vida da população em bairros periféricos.

Outros estudos citados que tratam da migração feminina no Brasil apresentaram importantes debates e categorias para pensar a migração de mulheres das periferias de Belém. Porém, pelas especificidades de cada lugar de origem, suas realidades e conclusões não parecem representativas para essa realidade migratória.

Na comparação dos estudos citados, a migração ocupou um lugar de destaque na história de vida das mulheres, uma vez que afirmou seu protagonismo na produção de sua identidade. Essas mulheres, consciente ou inconscientemente, tomaram a decisão de romper com o contexto no qual se produzia sua identidade até então e partiram para outro lugar onde se tornaram, explicitamente, “a outra” e onde a nova realidade e as novas relações sociais entraram em choque com as experiências e contextos anteriores, o que se configurou como uma nova fase de produção de identidade.

Esta “busca”, porém, não pode ser interpretada simplesmente como uma opção livre, em um momento de “crise de identidade”, pois tanto a própria crise quanto a saída encontrada se inseriram em realidades de desigualdades de classe, gênero e raça, em contextos internacionais que influenciaram no próprio fenômeno migratório e nas relações

de poder que permearam todas as relações envolvidas na trajetória das mulheres migrantes.

Em termos de destino, as relações político-econômicas e socioculturais que articulam Belém a outros cantos no mundo definiram estruturas migratórias nas quais os fluxos migratórios se determinaram a partir de três categorias: classe, gênero e geração. Como as relações de classe, gênero e geração influenciaram na migração transnacional de mulheres das periferias de Belém? Quais são as relações de poder nas quais as mulheres estão situadas dentro deste contexto específico?

Todo aquele que migra sabe de onde parte, mas não sabe onde chega; sabe o caminho que deixa mas não sabe qual encontra. Lança-se em uma travessia sem fim, acreditando-se sempre o mesmo, mas poucas vezes dando-se conta de que se preserva e se transforma, reafirma e transfigura, afina e desafina. Lá longe, em outro lugar, país ou continente, continua a rememorar a partida e o caminho percorrido, recriando situações, pessoas, vivências, imagens, diálogos, sentimentos, memórias, fragmentos, esquecimentos. É assim, com recordações e esquecimentos, que o migrante nutre a nova situação, seja ela de êxito, seja de frustração (Ianni, 2004, p. 1).

Obviamente, a produção da identidade das mulheres se inicia antes de seu projeto migratório, na periferia de Belém, com características de pobre, mãe solteira, “de periferia”, ex-esposa, trabalhadora temporária em serviços precários, filha e irmã de família numerosa, oriunda do interior do estado do Pará.

São mulheres, e mulheres pobres. Sobre elas recaíram expectativas e normas referentes ao papel de mulher que elas deveriam assumir, tanto a partir da cultura interiorana trazida com a família quanto a partir das normas machistas que ainda dominam a vida na periferia. São papéis que se referem a cuidados com filhos e assumir o lugar de uma dona de lar, esposa e trabalhadora no âmbito doméstico.

São esses papéis que as mulheres referem como sua responsabilidade quando justificam sua opção pela migração, em uma tentativa ambígua de assumir identidades impostas e de quebrar com elas ao mesmo tempo.

Migrar significou, de fato, a possibilidade de colocar em cheque identidades produzidas em um certo contexto, neste caso periferias de Belém, por meio de confronto com novos contextos e sujeitos. A insatisfação com a identidade de uma mulher segregada em uma periferia de Belém poderia ser alterada, por exemplo, em novas realidades sociais que pediriam novos posicionamentos, possibilitando novas leituras de ser mulher e ser brasileira.

Ser brasileira no exterior parece ter um significado diferente do que ser brasileira em uma periferia de Belém, inclusive para a família ou comunidade que fica, denotando às vezes maiores possibilidades de negociação e mobilidade social e espacial. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, migrar significou carregar um novo olhar e preconceito que recaí sobre as mulheres de classes populares quando saem dos papéis femininos tradicionais, de mães e esposas, de donas de casa e dependentes financeiramente de seus maridos. Aqui se inclui a necessidade de conviver e negociar com os estigmas da prostituição que em geral têm sido colados às mulheres que migram para o exterior.

Na periferia, elas pareciam ser condenadas a viverem e serem mulheres com acesso precário a emprego, trabalho e moradia, empenharem-se no papel de mãe, parte de uma família que na periferia encontrou sua estação final, no meio da violência urbana, com estratégias precárias de sobrevivência e a pressão social de serem boas mães, filhas e irmãs.

Sair para outro espaço e inserir-se em outras redes sociais se mostrou uma estratégia que, na periferia, apresentou-se a partir de contatos com outras pessoas que já viajaram e por meio das redes virtuais de relacionamen-

tos. Essa mudança significou não “ser uma mulher da periferia”, mas se tornar “uma mulher do mundo” e procurar transformar com essa nova identidade a história de sua família. Essas expectativas parecem compor o pano de fundo da experiência migratória, independentemente das possibilidades de concretização que possam encontrar no destino.

Todas as mulheres que migraram das periferias de Belém para o exterior, encontradas nas três pesquisas realizadas, tiveram nas suas histórias familiares movimentos migratórios que as trouxeram de cidades e comunidades interioranas da Amazônia para as periferias de Belém. Tais experiências envolveram a migração de vários membros da família ao mesmo tempo ou em cadeia, mantendo vínculos no interior, mas com a necessidade de sobreviver e se inserir na dinâmica urbana. Os movimentos migratórios, até chegarem à cidade, envolveram experiências de mulheres e homens sozinhos que buscaram e viajaram atrás de obras de construção, garimpos, prostituição, extrativismo etc. e se mantiveram na Amazônia, apresentada como fronteira, uma terra do futuro e de possibilidades, e nela constituíram famílias.

A migração pode envolver vários ou todos os momentos das famílias, lançando mão, inclusive, de familiares que migrem para novas frentes de trabalho e expansão na Amazônia. Esse movimento às vezes é contínuo e não termina com a chegada na periferia de Belém. As frentes de trabalho e possibilidades, porém, mudam o tempo todo, sendo que das periferias de Belém migraram nas últimas décadas principalmente mulheres, solteiras, muitas mães solteiras.

A afirmação (suposição) aqui é de que diversos fatores importantes se inter-relacionam para explicar a migração internacional de mulheres da periferia da Amazônia. Para além dos fatores de flutuação do mercado de trabalho ou disparidade de renda, estão as redes sociais e a presença de uma experiência familiar e histórica de migração e os processos simbólicos de negociação e construção de identidades dos sujeitos amazônidas, particularmente as mulheres. Esses processos são mesclados pelas questões de gênero, raça e classe social. Nesse contexto, o tipo e as condições de inserção no mercado de trabalho no destino têm papel importante.

Bibliografia

- ALMEIDA, M.; ROCHA, R.; SILVA, P. (2009), “A segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista”. *Acta Geográfica*, 3, (6): 47-53.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. (2011), “Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos”, in Adriana Piscitelli; Gláucia de Oliveira Assis, José Miguel Nieto Olivar (orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: Mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Pagu-Unicamp.
- _____. (2007), “Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional”. *Estudos Feministas*, 15, (3): 745-772.
- _____. (2003), “De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração”. *Campos*, 3: 33-49.
- BECKER, B. K. (1992), “Desfazendo mitos: Amazônia uma selva urbanizada”, in Luis E. Aragón. *Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos*. Belém, UNAMAZ/UFPA.
- BRAGA, F. (2011), *Conexões territoriais e redes migratórias: Uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

- BRAGA, Fernando; FAZITO, Dimitri. (2010), “Análise de redes sociais e as conexões territoriais da migração no Brasil: padrões estruturais da migração interna entre 1980 e 2000”, trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais..., Caxambu, Abep.
- BUTLER, J. (2008), Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Plano diretor do Rio de Janeiro: Anexo 3. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/saudepd/Anexo3_IDH.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013
- CANCLINI, N. G. (2009), Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CASTLES, S. (2010), “Entendendo a migração global: Uma perspectiva desde a transformação social”. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 18, (35): 11-43.
- COHEN, R. Migration and its Enemies: Global Capital, Migrant Labor and the Nation-State. Aldershot (Reino Unido), Ashgate.
- CORBIN, H. P. (2007), Brazilian Migration to Guyana as a Livelihood Strategy: A Case Study Approach. Dissertação de mestrado, Belém, Universidade Federal do Pará, UFPA.
- DAGNINO, R; GUADAGNIN, F, SNEL, G. (2006), “Índice de desenvolvimento humano dos bairros de Porto Alegre/RS”, trabalho apresentado no V Simpósio de Qualidade Ambiental, Anais..., Porto Alegre, ABES.
- DAVIDA, Grupo. (2005), “Prostitutas, ‘traficadas’ e pãnicos morais: Uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o ‘tráfico de seres humanos’”. Cadernos Pagu, 25: p.153-184.
- FAIST, Thomas. (1999), Transnationalization in International Migration: Implications for the Study of Citizenship and Culture. Oxford, ESRC Transnational Communities Programme. (Working Paper WPTC, 99-08.) Disponível em: <www.transcomm.ox.ac.uk>. Acesso em: 04 abr. 2013.
- FAZITO, Dimitri. (2009), “The role of social networks in human migration”. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 17, (32): 5-23.
- _____. (2010), “Análise de redes sociais e migração: Dois aspectos fundamentais do ‘retorno’”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 25, (72): 89-100.
- FORLINE, L. (2000), “As várias faces da Amazônia: Migrações, deslocamentos e mobilidade social na região Norte”. Amazônia: Interesses e Conflitos. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz8.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2009.
- FOUCAULT, Michel. (2011), Microfísica do poder. 29 ed. São Paulo, Graal.
- HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, R. J. (2001), “Identidade e migração em áreas transfronteiriças”. GEOgraphia, 3, (5).
- HAESBAERT, Rogério. (2010), O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HALL, Stuart. (2009), Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- HAZEU, Marcel. (1997), Prostituição e adolescência: Prostituição juvenil no interior do Pará, Trombetas e os garimpos do vale do Tapajós. Belém, Cejup.
- _____. (2011), Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia. Dissertação de mestrado, Belém, Universidade Federal do Pará, UFPA.

- HAZEU, Marcel; SILVA, Lucia Isabel (Orgs.). (2008), Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname. Belém, Sodireitos.
- _____. (Coords.) (2011),. Mulheres em movimento: Migração, trabalho e gênero em Belém do Pará. Belém, Sodireitos.
- _____. (2013), “Mulheres em movimento na Pan-Amazônia”, in L. E. Aragón (Org.), Migração interna na Pan-Amazônia, Belém, Naea-UFPA.
- IANNI, Octavio. Uma longa viagem. Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 153-166, 2004.
- IBGE. Aglomerados subnormais. (2011), Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>>. Acesso em: 10 abr. 2013
- _____. Censo demográfico e contagem da população: Demográfico 2010. (2012), Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- _____. (2011), Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo.
- _____. (2012a), Censo Demográfico 2010: Fecundidade, nupcialidade e migração. Resultado da amostra.
- _____. (2012b), Síntese dos indicadores sócias: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro.
- INSTRAW. (2007), Feminization of migration. Santo Domingo, United Nations Instraw.
- IPead. (2005), Classificação dos bairros de Belo Horizonte. Belo Horizonte, UFMG. Disponível em: <http://www.ipead.face.ufmg.br/site/siteipead/downloads/Classes_Bairros_BH_com_mapa.pdf>. Acesso em: 24 abr 2013.
- LEAL, M.; LEAL, F. (2002), Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil. Brasília, Cecria.
- LEPOP. (s/d), Cidadania: Índice de desenvolvimento humano (IDH) por bairro - 2000. Fortaleza, Lepop-Uece. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/pub?id=1QstmI27gq29JUAXKWT-8guLEZQAnsqt2f91R4a8yjU>>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- MACHADO, A. F. (2004), “Economia social – mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e criminalidade”, in Projeto Belo Horizonte no Século XXI: Relatório final. Belo Horizonte, UFMG. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/cedeplar/site/index.php?option=com_content&view=article&id=347&catid=189&Itemid=369>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- MAHLER, Sarah J.; PESSAR, Patricia. (2001), “Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender Across Transnacional Spaces”. *Identities*, 7, (4): 441-459.
- MASSEY, D et al. (1993), “Theories of international migration a review and appraisal”. *Population and Development Review*, 19, (3): 431-466.
- MEC/INEP. (2011), Indicadores educacionais. Brasília, Inep-Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- OLIVEIRA, Márcio. (2011), “Estado, políticas e imigração e ciências sociais”, trabalho apresentado no 35o Encontro Anual da Anpocs, Anais..., Caxambu, ANPOCS.
- PATARRA, N.L. (2005), “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: Volumes, fluxos, significados e políticas”. *São Paulo em Perspectiva*, 19, (3): 23-33.
- PEIXOTO, J. (2004), As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS Working Papers, 11. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

- PELLEGRINO, A. (2004), Migration from Latin America to Europe: trends and policy challenges. IOM Migration Research Series, 16.
- PISCITELLI, Adriana. (2008a), “Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”. *Cadernos Pagu*, 31: 29-63.
- _____. (2008b), “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, 11, (2): 263-274.
- _____. (2011), “Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais”, in, Adriana Piscitelli; Gláucia de Oliveira Assis; José Miguel Nieto Olivar (orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Pagu-Unicamp.
- PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (orgs.). (2011), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Pagu-Unicamp.
- PNUD (s/d). Atlas Brasil 2013: Rankings e recortes principais para avaliação do IDHM. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3749>>. Acesso em: 30 set. 2013
- PREFEITURA DE BELÉM. (2012), Anuário Estatístico de Belém 2012. Belém.
- PREFEITURA DE RECIFE. (2005), Atlas do desenvolvimento humano no Recife 2005: IDH-M dentro do Recife vai da África à Noruega. Recife. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/>>. Acesso em: 10 mar. 2013
- RAFFESTIN, Claude. (1993), *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. (2008), “A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais”. *Revista NERA*, 11, (13): 118-127.
- SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. (2000), “Teorias das migrações internacionais”, trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da Abep 2000, Anais..., Caixambu, Abep.
- SASSEN, Saskia. (2010), “A criação das migrações internacionais”, in Saskia Sassen, *Sociologia da globalização*, Porto Alegre, Artmed.
- SAYAD, A. (2000), “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia: Revista do migrante*, 13 (número especial).
- SCOTT, J. (1990), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, 20, (2): 5-22.
- SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO AMAZONAS. (2013), Listagem periferias de Manaus. Manaus. Texto não publicado.
- SILVA, Lucia Isabel. (2011), *Juventude e resistência: Significados e alternativas de participação de jovens em processos organizativos*. Relatório final de pesquisa. Belém, UFPA. Não publicado.
- SISGRAN. (s/d), Índice de Qualidade de Vida Urbana de Campo Grande. Campo Grande. Disponível em: <<http://apl01.pmcg.ms.gov.br/indweb/indicadores.jsp?seqind=616>>. Acesso em: 24 abr. 2013
- SOARES, Weber. (2004), “Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 21, (1): 101-116.
- STEINBRENNER, Rosana Albino. (2009), “Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos ‘fantasmas’ da Amazônia)”, in Luis E. Aragón; José Aldemir de Oliveira (orgs.), *Amazônia no cenário sul-americano*, Manaus, Edua.

- TOGNI, Paula Cristofeletti. (2011), “Que ‘brasileiras/os’ Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo”, in Adriana Piscitelli; Gláucia de Oliveira Assis; José Miguel Nieto Olivar (orgs.), Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, Pagu-Unicamp.
- TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. (1997), Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém. Belém, Naea-UFPA.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. (2012), Mapa da Violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro, Flacso Brasil.
- WIKIPÉDIA. “Lista dos distritos de São Paulo por índice de desenvolvimento humano”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_dos_distritos_de_S%C3%A3o_Paulo_por_%C3%8Dndice_de_Developolvimento_Humano>. Acesso em: 19 abr. 2013.

Resumo

Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010

A migração internacional de mulheres da periferia de Belém é discutida tomando como base dados de pesquisas sobre e com essas mulheres, em comparação com os dados de censo de 2010. Para compreender as especificidades dos fluxos, toma-se como referência a migração por bairros (classe média e periferia), com olhar sobre gênero e classe, realizando-se análises comparativas entre os diversos fluxos identificados em Belém e em outras 12 capitais amazônicas e brasileiras. Os dados permitem identificar uma diversidade de países de destinos e determinar quais as similaridades e as diferenças entre eles. Aponta-se a necessidade de procurar entender o que esse conjunto de dados do censo pode dizer sobre as especificidades de gênero, classe e localização geográfica de sistemas e redes migratórios no Brasil e na Amazônia, que permitem afirmar as singularidades de cada fluxo e as condições específicas que o produzem em cada momento e lugar. O artigo pretende contribuir com o entendimento da migração a partir de contextos específicos, ajudando a superar o risco de etnocentrismo nas pesquisas e análises sobre migração de mulheres no Brasil, que tem provocado certa invisibilidade do significado da migração internacional de mulheres das periferias das cidades amazônicas.

Palavras-chave: Migração internacional; Censo 2010; Mulheres; Periferia urbana; Amazônia.

Abstract

International migrations of women from the peripheries of Belem and their relations with other cities: gender identities and class origin in the 2010 census.

The discussion presented in this article, on the international migration of women from the peripheries of Belem, is based on data from observational and participatory researches with those women, compared with the data provided by the 2010 census. In order to understand the specificities of the flows, the migration from different neighborhoods (middle class and periphery) is considered with a special view to gender and class, and comparative analyses are made between the various flows identified in Belem and other 12 major Amazonian and Brazilian cities. The data allows for the identification of a diversity of destination countries and the determination of their similarities and differences. The article points to the need of understanding what can the data set of the census say about the specificities of gender, class, and geographic localization of migration systems and networks in Brazil and the Amazonian region, which could confirm the singularity of each flow and the specific conditions it produces at each time and place. On the whole, the article intends to provide a contribution to the understanding of migration from specific contexts, trying to overcome the risk of ethnocentrism in researches and analyses on the theme, ethnocentrism that has led to a certain invisibility of the meaning of the international migration of women from the peripheries of the Amazonian cities.

Keywords: International migration; 2010 census; Women; Urban periphery; Amazon.

Résumé

Migration internationale de femmes de la banlieue de Belém et relations avec d'autres villes : identités de genre et de classe à partir du recensement démographique de 2010

L'analyse de la migration internationale de femmes de la banlieue de Belém repose sur une étude comparative entre des données recueillies sur/avec ces femmes et les données du recensement de 2010. Pour comprendre les spécificités des flux migratoires, le travail procède à des analyses comparatives entre Belém et 12 autres villes d'Amazonie et du Brésil, en prenant comme référence la migration par quartiers (classe moyenne et périphérie) et plus particulièrement le genre et la classe sociale. Les données permettent d'identifier une grande variété de pays de destination et d'en déterminer les similitudes et les différences. Elles indiquent également la nécessité de comprendre le sens de cet ensemble de données du recensement sur les questions de genre, de classe sociale et de localisation géographique de systèmes et de réseaux migratoires au Brésil et en Amazonie, qui soulignent les singularités de chaque flux selon le lieu et le moment. L'objectif est de comprendre la migration à partir de contextes spécifiques pour aller au-delà de l'ethnocentrisme qui imprègne des recherches et des analyses sur la migration de femmes au Brésil, rendant invisible la signification de la migration internationale de femmes des banlieues des villes d'Amazonie.

Mots-clés: Migration internationale; Recensement de 2010; Femmes; Banlieues, Amazonie.

Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza*

Introdução

Depois de longo período de estagnação econômica e de persistência de altos níveis de desigualdade de renda, diversos países da América Latina viveram na primeira década dos anos 2000 um período de crescimento pró-pobre muitas vezes inédito, ao mesmo tempo em que boa parte do mundo, especialmente os países desenvolvidos, registra aumentos expressivos da desigualdade (Kenworthy, Pontusson, 2005; Heyns, 2005; López-Calva, Lustig, 2010; Atkinson, Piketty, Saez, 2011). O Brasil acompanhou essa tendência latino-americana: a desigualdade de renda recuou para seu menor patamar em três décadas e a extrema pobreza diminuiu significativamente, embora o país continue muito desigual para padrões internacionais (Barros, Henriques, Mendonça, 2000; Soares, 2006; Hoffmann, Ney, 2008; Wang, Caminada, 2011).

Dado esse contexto, a reavaliação da estrutura da desigualdade brasileira ganha um interesse especial. O objetivo deste trabalho é contribuir para isso a partir de um enfoque muito caro às ciências sociais, o das desigualdades regionais. Mais especificamente, trata-se de investigar, com base nos dados

do Censo 2010, os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda domiciliar *per capita*. Afinal, qual a importância dessas desigualdades – definidas em vários níveis, desde recortes macrorregionais até submunicipais – na estruturação do alto nível de concentração de renda no Brasil?

Para isso, cinco hipóteses não mutuamente excludentes serão testadas. A primeira é a de que ainda hoje um percentual significativo da desigualdade interpessoal de renda no Brasil decorre de diferenças na renda média *per capita* entre recortes regionais pouco detalhados. Ou seja, a primeira hipótese prevê que, não obstante as mudanças recentes, as disparidades entre macrorregiões, Unidades da Federação (UFs) e mesorregiões permanecem fundamentais para explicar por que o Brasil é tão desigual. A segunda hipótese é a de que a estruturação regional das desigualdades não se esgota nesses recortes amplos, pelo contrário: no limite, é possível identificar recortes geográficos municipais e submunicipais capazes de explicar a maior parte da desigualdade de renda no Brasil. A terceira hipótese é a de que, em comparação internacional, não só a desigualdade total

* Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília; técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc-Ipea); contato pelos e-mails pedrosouza@gmail.com e pedro.ferreira@ipea.gov.br. O autor agradece os excelentes comentários de Fabio Veras, Leonardo Monasterio, Lucas Mation, Marcelo Medeiros, Rafael Pereira e Rodolfo Hoffmann.

no Brasil é alta, mas também a regional, de modo que apenas mudanças no nosso nível de desigualdade regional seriam suficientes para aproximar a desigualdade interpessoal de renda no Brasil ao patamar dos países desenvolvidos.

Essas três primeiras hipóteses estão relacionadas à concepção mais tradicional da expressão “desigualdade regional”, isto é, à desigualdade gerada pelo fato de que as regiões possuem diferentes níveis de renda média *per capita*. A quarta e quinta hipóteses se vinculam a outra definição de desigualdade regional, em geral menos explorada: o fato de que as regiões também possuem diferentes níveis de desigualdade interna. Mais especificamente, essas hipóteses postulam que a grande variação na desigualdade interna entre regiões definidas de modo amplo é tão importante para explicar a desigualdade interpessoal de renda quanto a desigualdade nas rendas médias entre essas regiões (hipótese #4) e que isso é uma característica peculiar da desigualdade brasileira (hipótese #5).

Este trabalho, portanto, tem como objetivo discutir não as causas das desigualdades regionais, mas suas consequências, ou seja, o componente espacial por trás da desigualdade de renda. Com efeito, o debate acadêmico sobre o assunto, surgido no bojo das discussões clássicas sobre desenvolvimento, sempre se preocupou mais com o comportamento e as causas das disparidades regionais do que com suas consequências para a distribuição interpessoal de rendimentos.

Assim, de modo geral, o debate que remonta à controvérsia entre Myrdal (1957) e Williamson (1965), entre outros, sobre a convergência regional tem como pano de fundo a natureza do processo de crescimento econômico. Contra a noção de equilíbrio, Myrdal argumentou que a desigualdade regional não resultava de falhas, mas do próprio funcionamento dos mercados,

devido a processos circulares de causalidade cumulativa em que os chamados *backwash effects* dominariam os *spread effects*, pelo menos até que fosse alcançado um alto nível de desenvolvimento. Nesse contexto, apenas a ação do poder público poderia romper o círculo vicioso.

Williamson, por sua vez, interpretou o aperfeiçoamento dos mercados como solução, e não como o problema. Amparado em modelos neoclássicos, com os pressupostos fundamentais de retornos decrescentes ao capital e tecnologia exógena, o autor propôs uma espécie de curva de Kuznets da desigualdade regional: o crescimento inicialmente promoveria maior desigualdade, mas a continuação do processo, com o subsequente aperfeiçoamento dos mercados, resultaria em convergência dos Produtos Internos Brutos (PIB) *per capita*.

O pensamento social latino-americano sempre esteve mais próximo da primeira corrente, chegando inclusive a problematizar o efeito das desigualdades regionais sobre a distribuição interpessoal de renda. Tomando como modelo a relação centro-periferia, cepalinos e desenvolvimentistas sempre consideraram as desigualdades regionais constitutivas do subdesenvolvimento. Costa Pinto (1965), Furtado (1974; 2003), Frank (1973), Lopes (1978), Sunkel e Paz (1974), Pinto (2000), entre outros, adotaram como referência, de forma implícita ou explícita, o modelo da “modernidade organizada” europeia (Wagner, 1996), orientado em torno de um ideal homogeneizante: o desenvolvimento seria a homogeneização técnico-produtiva por meio da industrialização generalizada e a homogeneização social pela redistribuição da terra e da renda. Os dois objetivos passariam necessariamente pela convergência regional e, portanto, seria impossível falar em desenvolvimento sem a superação das desigualdades existentes.

Embora os termos do debate tenham mudado, a controvérsia sobre a convergência regional persiste. Empiricamente, os trabalhos de Barro e Sala-i-Martin (1991; 1992), entre outros, reacenderam o interesse sobre a questão ao defender as previsões dos modelos neoclássicos, despertando críticas subsequentes (Friedman, 1992; Quah, 1993; 1997). Teoricamente, a Nova Geografia Econômica (Krugman, Venables, 1995) e a teoria do crescimento endógeno (Romer, 1986) questionaram a inevitabilidade da convergência da produção – mas não necessariamente da produção *per capita*, dependendo das barreiras à migração, entre outras – ao destacar o papel de economias de aglomeração e desenvolvimento tecnológico endógeno, entre outros fatores.

Na esteira dessas tendências, a maior parte da literatura brasileira recente procura documentar os padrões de convergência ou divergência regional e as causas gerais desse tipo de desigualdade. No primeiro caso, os resultados apresentam alguma variação de acordo com o período, a unidade, o conceito de convergência e as técnicas de análise¹, mas é possível delinear consensos gerais: o atraso relativo do Nordeste é de longa data, sem grandes rupturas ao longo do tempo (Azzoni, 1997a; Barros, 2011); pelo menos entre o início dos anos 1970 e meados dos anos 1980 houve um processo de convergência dos PIB *per capita* entre estados e macrorregiões, com flutuações indefinidas posteriormente (Ferreira, Diniz, 1995; Azzoni, 1997b; Hoffmann, 1997;

Ferreira, 2000); no período mais recente, as evidências mais fortes sugerem convergência em clubes, com os municípios do Norte/Nordeste e do Sul/Sudeste/Centro-Oeste formando dois clubes distintos, com maior crescimento para o último, mais rico (Laurini, Andrade, Pereira, 2005; Mata *et al.*, 2006; Gondim, Barreto, Carvalho, 2007; Magalhães, Miranda, 2009).

A investigação recente das causas desses fenômenos enfatiza muito as diferenças de capital humano (Gondim, Barreto, Carvalho, 2007; Barros, 2011) e, em menor grau, o papel dos recursos naturais e variáveis geográficas (Azzoni *et al.*, 2000; Barros, 2008), fatores demográficos (Menezes, Silveira Neto, Azzoni, 2012), entre outros, enquanto a eficiência e a eficácia das políticas regionais implementadas nas últimas décadas têm sido questionadas (Ferreira, 2004). Com isso, alguns autores passaram a criticar a própria ideia de que o Brasil tem um “problema regional”, uma vez que a principal causa das diferenças de renda *per capita* seria “social”, isto é, resultante de diferenças nas características dos trabalhadores de cada região, e não de diferenças embutidas nas próprias regiões (Pessôa, 2001).

A literatura sobre as consequências das desigualdades regionais – sejam lá quais forem suas causas – é bem menos numerosa. Internacionalmente, a maior parte dos trabalhos com esse enfoque trata dos efeitos das desigualdades entre países sobre a desigualdade interpessoal de renda global. As principais conclusões são de que a Revolu-

1 O debate sobre desigualdade regional distingue dois tipos gerais de convergência: a chamada convergência beta, que existe quando as regiões mais pobres crescem mais rapidamente do que as mais ricas, e a convergência sigma, que diz respeito à redução na dispersão da renda ou PIB *per capita* entre regiões em dados transversais. A convergência beta é condição necessária, mas não suficiente para a convergência sigma, uma vez que choques aleatórios podem aumentar a dispersão entre regiões, mesmo se o coeficiente estimado em equações de crescimento favorecer as regiões mais pobres. A convergência beta, por sua vez, pode ser tanto absoluta quanto condicional. Para mais detalhes, ver Sala-i-Martin (1996). Essas distinções foram evitadas ao longo do texto para simplificar a exposição.

ção Industrial engendrou grande aumento não só da renda *per capita* mas também da desigualdade global, mudando a estrutura dessa desigualdade: se no início do século XIX a maior parte da desigualdade estava dentro dos países, em meados do século XX a desigualdade global passou a ser majoritariamente decorrente de diferenças na renda média entre países. Mais recentemente, a ascensão principalmente da China e da Índia provocou alguma reversão nessa tendência, com pequena queda na desigualdade total e grande queda no percentual dessa desigualdade decorrente das diferenças entre países (Firebaugh, 2000; Goesling, 2001; Bourguignon, Morrisson, 2002; Milanovic, 2012).

No Brasil, até mesmo em função da ausência de dados representativos para recortes geográficos detalhados, a literatura correspondente ou se limita a períodos já distantes (Azzoni, 1997b) ou é obrigada a trabalhar com recortes muito abrangentes, como o efeito de diferenças entre macrorregiões, Unidades da Federação e afins sobre a desigualdade total (Barros, Mendonça, 1995; Hoffmann, 2007; Barros, Franco, Mendonça, 2007; Ulyseia, 2007; Cacciamaali, Camillo, 2009; Souza, Osorio, 2011). Mesmo nesse último grupo, por sinal, são poucos os que cobrem o período 2005-2010, quando o crescimento pró-pobre tornou-se mais forte. De qualquer modo, as evidências indicam que as desigualdades entre regiões, entre agregados de municípios de diferentes portes e entre regiões metropolitanas e não metropolitanas caíram em ritmo um pouco mais rápido do que a desigualdade total. A análise desenvolvida nas próximas seções complementa essa literatura recente ao examinar os efeitos de diferentes recortes geográficos, dos macrorregionais aos submunicipais, e comparar os números brasileiros com os de outros países.

Definição dos conceitos: qual desigualdade?

Duas das dificuldades na literatura sobre a questão regional são a própria polissemia do termo “região” e a multiplicidade de critérios utilizados para definir o que é um “problema regional” (Monasterio, 2009). Ao longo de todo o texto, o termo “região” e suas derivações serão utilizados de forma genérica como sinônimos de “recorte geográfico” ou “recorte espacial”, isto é, como qualquer forma de partição exaustiva do território nacional em unidades geográficas mutuamente excludentes. Para evitar confusão, as cinco regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste – serão sempre chamadas de “macrorregiões”. Dessa forma, as macrorregiões, Unidades da Federação, municípios e afins constituem formas alternativas de recortes regionais que diferem no grau de detalhamento, ou seja, no número e tamanho médio dos grupos resultantes. A expressão “problema regional” não será utilizada, porque induz a uma discussão sobre causas que ultrapassa o escopo deste texto.

Já a definição do que são “desigualdades regionais” constitui uma questão-chave para este texto, pois seu sentido tampouco é unívoco. Embora não seja exaustiva, a tipologia elaborada por Milanovic (2005; 2012) para tratar dos estudos sobre desigualdade global ajuda a organizar a discussão. Para ele, podem-se distinguir três conceitos de desigualdade. O “conceito 1” tem como foco as diferenças nas rendas (ou produtos) *per capita* entre países (ou regiões subnacionais), mas atribui a cada país ou região o mesmo peso, não levando em consideração as diferenças no tamanho de suas populações. A maior parte da literatura sobre convergência econômica discutida anteriormente trabalha com esse conceito. O “conceito 2” também gira em torno das rendas (ou produtos) *per capita*, mas pondera cada país ou

região pela sua população. Por fim, o “conceito 3” estende o anterior ao se preocupar com a desigualdade interpessoal de renda. Em Milanovic, trata-se da desigualdade global entre indivíduos, mas o mesmo raciocínio pode ser aplicado a países tomados individualmente. Se todos os países ou regiões tiverem populações com o mesmo tamanho, os conceitos 1 e 2 se tornam idênticos; se todos os países ou regiões forem perfeitamente igualitários, os conceitos 2 e 3 passam a ser equivalentes.

O objetivo deste trabalho é investigar os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda domiciliar *per capita*. Logo, o objeto de estudo equivale ao “conceito 3”. No entanto, as cinco hipóteses enunciadas na introdução trabalham com dois conceitos distintos de desigualdade regional. As hipóteses 1, 2 e 3 pressupõem o “conceito 2”, relacionando-se à influência da desigualdade nas rendas médias *per capita* entre regiões sobre a desigualdade interpessoal total. Essa influência é medida de acordo com o componente “entre grupos” da decomposição do índice GE(0) (ver próxima seção), com o peso de cada região sendo proporcional à sua população. No texto, essa definição é chamada de “efeitos das desigualdades regionais de primeira ordem sobre a desigualdade total”.

As hipóteses 4 e 5 partem de outro conceito de desigualdade regional, os “efeitos de segunda ordem”. Nesse caso, o que importa não são as diferenças na renda média entre regiões, mas sim as diferenças nas desigualdades internas às regiões. Assim, se todas as regiões analisadas tiverem exatamente o mesmo nível de desigualdade interna – ou se a desigualdade interna variar aleatoriamente no espaço –, então esses efeitos de segunda ordem são nulos. No entanto, se as subunidades de determinada região forem significativamente mais desiguais do que as de outra região, então esses efeitos podem ser consideráveis.

Metodologia

Decomposição da desigualdade

Uma vez escolhida a medida de bem-estar ou de condições de vida – no caso, a renda domiciliar *per capita* –, há ampla gama de medidas de desigualdade disponíveis que obedecem aos axiomas canônicos do campo e que trazem em si (implicitamente ou não) determinada função de bem-estar social (Atkinson, 1970).

Quando o objetivo é analisar as desigualdades regionais – ou qualquer forma de desigualdade entre grupos populacionais mutuamente exclusivos –, uma restrição adicional desejável é que a medida seja aditivamente decomponível em subgrupos, mesmo que haja sobreposição na distribuição de rendimentos entre subgrupos. Essa restrição faz com que o índice de Gini seja descartado, pois com ele só é possível decompor perfeitamente a desigualdade em um componente “entre grupos” e outro “intragrupos” se não houver sobreposição; caso contrário, além desses dois termos, a decomposição incluirá um terceiro, o resíduo ou interação, de difícil interpretação.

Em função disso, as medidas de desigualdade mais utilizadas para decomposições regionais ou espaciais são os índices de entropia desenvolvidos por Theil, inspirados pelo conceito de redundância da teoria da informação e generalizados pelas seguintes fórmulas (Theil, 1967; Shorrocks, 1980; ver também Hoffmann, 1997):

$$GE(\alpha) = \frac{1}{\alpha(\alpha-1)n} \left[\sum_{i=1}^n \left(\frac{y_i}{\mu} \right)^\alpha - 1 \right], \text{ para } \alpha \neq 0, 1 \quad (1)$$

$$GE(0) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \left(\frac{\mu}{y_i} \right), \text{ para } \alpha = 0 \quad (2)$$

$$GE(1) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\mu} \ln \left(\frac{y_i}{\mu} \right), \text{ para } \alpha = 1 \quad (3)$$

Onde n é o número de casos, y_i é a renda do indivíduo i , μ é a renda média, e α é o parâmetro que especifica o peso dado às distâncias entre rendimentos em diferentes partes da distribuição – quanto mais baixo, maior o peso dado à cauda inferior da distribuição (os mais pobres); quanto mais alto, maior o peso dado à cauda superior (os mais ricos). A medida $GE(0)$ é conhecida como o L de Theil, ou desvio médio dos logs (*mean log deviation*), e a medida $GE(1)$ é o T de Theil. Caso haja perfeita igualdade, as duas medidas atingem o valor mínimo de zero. O $GE(0)$ e o $GE(1)$ são aditivamente decomponíveis em subgrupos, de modo que a desigualdade total (D) pode ser expressa como a soma da desigualdade entre grupos (E) e da desigualdade intragrupos (I), ou seja: $D = E + I$. As fórmulas para o $GE(0)$ e $GE(1)$ com K subgrupos são:

$$(4) \quad GE(0) = \sum_{k=1}^K p_k \ln\left(\frac{\mu}{\mu_k}\right) + \sum_{k=1}^K p_k GE(0)_k = E + I$$

$$(5) \quad GE(1) = \sum_{k=1}^K s_k \ln\left(\frac{\mu_k}{\mu}\right) + \sum_{k=1}^K s_k GE(1)_k = E + I$$

Onde p_k é a fração da população no grupo k , s_k é a fração da renda apropriada pelo grupo k , μ_k é a renda média do grupo k , e $GE(0)_k$ e $GE(1)_k$ são a desigualdade interna ao grupo k .

Uma vantagem da medida $GE(0)$ sobre o $GE(1)$, como se pode depreender das fórmulas (4) e (5), é que a primeira pode ser interpretada contrafactualmente, uma vez que os fatores de ponderação são as frações de população, e não de renda (Shorrocks, 1980). Em outras palavras, ao contrário do $GE(1)$, no caso do $GE(0)$, podemos dizer que o valor do componente entre grupos é idêntico à queda da desigualdade total que seria observada se todos os grupos tivessem a mesma renda média, pois nesse caso o componente entre grupos (E) cairia para zero e o intragrupos (I) permaneceria idên-

tico. Analogamente, a soma ponderada das desigualdades internas corresponde à queda que seria observada na desigualdade total se a distribuição de renda fosse perfeitamente igualitária dentro de todos os grupos.

Essa característica é desejável porque permite interpretações mais intuitivas dos componentes da desigualdade e, portanto, todas as análises a seguir usam a medida $GE(0)$, que, de resto, compartilha com o $GE(1)$ outra característica essencial para esta investigação: permitir a decomposição da desigualdade em múltiplos níveis. As fórmulas (4) e (5) deixam claro que é trivial fazer esse tipo de decomposição, caso os níveis inferiores sejam perfeitamente aninhados nos superiores (Cowell, 1985).

De todo modo, na prática, a escolha do $GE(0)$, em vez do $GE(1)$, tem poucas consequências substantivas: apesar de o primeiro apresentar maior sensibilidade aos mais pobres, empiricamente a correlação entre eles é normalmente bastante elevada (Shorrocks, Wan, 2005).

Cabe observar que um atributo ainda não completamente formalizado da decomposição das medidas de entropia generalizada diz respeito à relação entre o número de grupos (k) e o tamanho absoluto e relativo do componente entre grupos (E). Teoricamente, pode-se postular que, quanto mais alto o valor de k , maior o valor esperado de E (contribuição absoluta) e de E/D (contribuição relativa) (Novotný, 2007). Empiricamente, a meta-análise de Shorrocks e Wan (2005) confirma que a elasticidade é positiva e estatisticamente significativa, mas é difícil precisar em termos formais as relações esperadas, dada a heterogeneidade de definições e recortes espaciais. De qualquer modo, um resultado bem estabelecido é que o componente E sempre se mantém no mínimo constante, caso os k grupos sejam desagregados de forma aninhada.

Preparação dos dados brasileiros

Todos os dados relativos ao Brasil utilizados neste texto são provenientes dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2010, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As análises levam em consideração apenas os moradores de domicílios particulares permanentes (exceto pensionistas, empregados domésticos e afins), e a principal variável de interesse é a renda bruta domiciliar *per capita*.

O questionário da amostra do Censo 2010 continha perguntas relativas a três fontes de rendimentos: trabalho principal, outros trabalhos e outros rendimentos. O IBGE faz a crítica e eventual imputação dos dados antes de sua divulgação, de modo que não há indivíduos com rendimentos ignorados ou não declarados na amostra do Censo. No entanto, em comparação com as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), há um número excessivo de domicílios com renda total igual a zero. De acordo com o IBGE, isso está relacionado à tecnologia empregada para registrar os dados: em 2010, a coleta foi realizada com o auxílio de computadores de mão cujo sistema restringia a possibilidade de os entrevistados se recusarem a declarar qual o valor dos seus rendimentos. Com isso, o IBGE desconfia que “a opção ‘não tem rendimento’ serviu no Censo, em um número significativo de situações, como alternativa para a categoria ‘ignorado’” (IBGE, 2012b), uma vez que o número de domicílios com renda zero no Censo 2010 é semelhante ao encontrado na PNAD quando somados aos domicílios com renda ignorada.

Para os propósitos deste texto, essa questão ganha relevo especial porque a medida

de desigualdade utilizada – o GE(0) – opera com logaritmos e, portanto, não leva em consideração casos com renda igual a zero. Para não descartar nenhuma informação, optou-se por imputar rendimentos a todos os domicílios com renda igual a zero.

A imputação segue modelo semelhante ao empregado pelo próprio IBGE na crítica dos dados, sendo feita pelo método de *hot deck*: as famílias são classificadas em grupos tão homogêneos quanto possível e, em seguida, cada família com renda igual a zero “recebe” a renda domiciliar *per capita* de alguma outra família aleatória do seu grupo. A classificação em grupos começou com a combinação de sete variáveis²:

1. município de residência (5.565 grupos);
2. faixa de educação do membro mais educado do domicílio (cinco faixas: sem escolaridade/ensino fundamental incompleto; fundamental completo/ensino médio incompleto; médio completo/superior incompleto; superior completo/pós-graduação incompleta; e pós-graduação completa);
3. índice socioeconômico do domicílio (em quintos; ver Anexo 1 para o cálculo do índice);
4. faixa de idade da pessoa de referência do domicílio (zero a 19 anos; 20 a 29 anos; 30 a 49 anos; 50 a 59 anos; 60 a 69 anos; e 70 anos ou mais);
5. sexo da pessoa de referência (homem ou mulher);
6. presença de cônjuge para a pessoa de referência (sim ou não);
7. presença de crianças de até 15 anos de idade (sim ou não).

2 Várias combinações alternativas de características foram testadas, sem que os resultados diferissem significativamente. A escolha das sete variáveis finais foi guiada tanto pela sua capacidade de discriminar grupos homogêneos quanto pela possibilidade de replicar os procedimentos nos dados internacionais.

Inicialmente, o *hot deck* realizou dez sorteios aleatórios para atribuir os rendimentos dentro dos grupos definidos por essas sete variáveis, o que permitiu a imputação a mais de 90% dos domicílios com renda igual a zero. Para dar conta dos demais, foram feitas novas rodadas de imputação, suprimindo a cada passo uma variável utilizada na definição dos grupos, começando pela última (presença de crianças) e retrocedendo até a primeira.

O segundo tratamento aplicado aos dados da amostra do Censo diz respeito aos rendimentos mais altos. Mesmo após a crítica feita pelo IBGE, permanecem no Censo 2010 – assim como já aconteceu com o Censo 2000 (Hoffmann, Ney, 2008) – alguns indivíduos e domicílios com rendimentos extraordinariamente altos. Esses poucos casos afetam até os agregados nacionais, mas não há como saber se se trata de erros de registro ou de rendimentos efetivamente recebidos.

O procedimento mais comum nessas situações é descartar tais casos ou truncar a distribuição em um valor máximo (*top-coding*). Neste trabalho, a opção foi pelo truncamento dos dados, por um motivo principal: se esses rendimentos muito elevados não forem apenas erros, ambos os procedimentos levam à subestimação da desigualdade total, embora o problema seja bem mais agudo se os dados forem simplesmente descartados.

O truncamento foi aplicado à renda domiciliar *per capita*, tomando como referência a renda do percentil 99 da distribuição multiplicada por dez. Ou seja, todos os

indivíduos com renda *per capita* superior a dez vezes a do percentil 99 – o equivalente a R\$ 65.000 – tiveram sua renda reajustada para esse valor.

A Tabela 1 traz números gerais sobre os dois procedimentos, a imputação a quem tem renda domiciliar *per capita* igual a zero e o *topcoding* para os rendimentos muito elevados. Menos de 4% da população é afetada, sendo que quase todos são pertencentes ao primeiro grupo. Os efeitos sobre os indicadores de renda e desigualdade são bem modestos: a renda cresce e a desigualdade cai, mas ambas as variações são inferiores a 2%.

Seleção e preparação dos dados internacionais

São muito poucos os países com dados comparáveis aos do Censo brasileiro. Apenas as pesquisas censitárias se aproximam do tamanho da amostra e do grau de representatividade regional do Censo 2010, mas quase nunca elas coletam informações sobre rendimentos. Excluindo o Brasil, somente sete dos outros 67 países – pouco mais de 10% – com microdados de amostras de censos populacionais disponíveis no *IPUMS-International* (Minnesota Population Center, 2011)³ coletam ou coletaram em algum momento informações que permitam construir a renda bruta domiciliar *per capita* dos indivíduos. Mais ainda, apenas cinco dos sete possuem dados recentes, isto é, coletados a partir de 2000.

Considerando tanto a qualidade dos dados quanto o interesse substantivo da comparação, foram escolhidos apenas dois

3 O *Integrated Public Use Microdata Series (IPUMS) – International* é o maior repositório público de microdados de censos populacionais no mundo. Mantido pelo Minnesota Population Center, da University of Minnesota, o *IPUMS-International* oferece acesso a mais de 210 censos de quase 68 países, cobrindo o período de 1960 a 2010. Até março de 2013, o Censo brasileiro de 2010 ainda não estava disponível no site. Ver <<http://international.ipums.org/international/index.shtml>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

Tabela 1
Informações gerais sobre o Censo Demográfico 2010

	Censo 2010
Amostra	
Domicílios (mil)	6.113,9
Domicílios, expandido (mil)	57.620,6
Fração amostral (%)	10,7
Pessoas (mil)	20.498,3
Pessoas, expandido (mil)	189.467,3
Fração amostral (%)	10,8
População expandida	
Com renda <i>per capita</i> igual a zero (mil)	7.003,0
Com renda <i>per capita</i> igual a zero (%)	3,70
Com renda <i>per capita</i> truncada (mil)	30,5
Com renda <i>per capita</i> truncada (%)	0,02
Renda domiciliar <i>per capita</i> média	
Original (R\$ 2010)	767
Após imputação e truncamento (R\$ 2010)	781
Variação (%)	+1,8%
Desigualdade da renda domiciliar <i>per capita</i>	
GE(0) original*	0,680
GE(0) após imputação e truncamento	0,669
Variação (%)	-1,7%

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

* Exclusive indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual a zero.

dos cinco países: Estados Unidos e México⁴. Felizmente, os dois são possivelmente os países cuja comparação com o Brasil é a mais interessante. Afinal, Estados Unidos, Brasil e México são os três países mais populosos das Américas, somando mais de dois terços

da população e mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) com paridade de poder de compra (PPP) da região. Mais ainda, os três países são repúblicas federativas constitucionais, com organizações político-administrativas relativamente similares.

⁴ Os outros três países são África do Sul (Censos 2001 e 2007), Porto Rico (2000 e 2005) e Venezuela (2001). Os dados sul-africanos foram descartados porque as variáveis de renda são categóricas (por faixas), e não contínuas. Porto Rico foi descartado por não ser politicamente independente, uma vez que se trata de um território dos Estados Unidos. Os dados venezuelanos foram desconsiderados em função do alto percentual de indivíduos com rendimentos ignorados em alguma fonte de renda.

Em termos socioeconômicos, o México é obviamente o mais parecido com o Brasil, seja no que diz respeito ao PIB *per capita* – em 2010, respectivamente, \$13.977 e \$11.314, em dólares internacionais PPP⁵ –, seja no que se refere aos altos níveis históricos de desigualdade e à tendência recente de queda da desigualdade e da pobreza e de expansão de programas de transferências de renda condicionadas (Soares *et al.*, 2009; López-Calva, Lustig, 2010). As desigualdades entre regiões e entre estados são elevadas, sem que haja evidências de convergência quando se toma como referência o PIB *per capita*: pelo contrário, a literatura recente mostra alguma tendência de divergência – beta e sigma – desde meados dos anos 1980 (Rodríguez-Oreggia, 2005; García-Verdú, 2005; Baylis, Garduño-Rivera, Piras, 2012).

Já os Estados Unidos são um país muito mais rico, com PIB *per capita* cerca de quatro vezes maior do que o de Brasil e México. A maior parte da literatura aponta para significativa convergência entre estados ao longo do século XX, de modo que a desigualdade regional americana é baixa mesmo se comparada a outros países desenvolvidos (Barro, Sala-i-Martin, 1991; Rey, Montouri, 1999; Shankar, Shah, 2003; Milanovic, 2011). Os estudos sobre desigualdade interpessoal de rendimentos colocam os Estados Unidos como um dos mais desiguais – ou mesmo o mais desigual – dos países desenvolvidos: embora o aumento da desigualdade de renda desde meados dos anos 1970 tenha ocorrido em vários países, a trajetória americana foi particularmente negativa, e hoje os Estados Unidos têm níveis de desigualdades mais próximos de alguns países em desenvolvimento do que dos países desenvolvidos mais igualitá-

rios (Kenworthy, Pontusson, 2005; Atkinson, Piketty, Saez, 2011; Wang, Caminada, 2011).

As informações principais sobre os dados americanos e mexicanos estão na Tabela 2. Nos dois casos, foram utilizadas as amostras dos Censos conduzidos em 2000, ao contrário do Brasil. Tanto os Estados Unidos quanto o México possuem Censos mais recentes, cujo uso foi descartado por diferentes motivos. No caso americano, a fração amostral dos dados mais recentes é bem menor do que os 5% registrados em 2000. Como a amostra do Censo brasileiro é ainda maior, cobrindo mais de 10% da população, optamos por maximizar o tamanho da amostra em nome da comparabilidade. No caso mexicano, nem os dados de 2005 nem os de 2010 disponíveis no *IPUMS-International* continham informações sobre rendimentos.

As únicas outras características que afetam em algum grau a comparabilidade dos dados dizem respeito aos períodos de referência para a coleta dos rendimentos e o tratamento das informações. No México e no Brasil, a pergunta é sobre renda no último mês, enquanto nos Estados Unidos a referência é o ano-calendário anterior. Além disso, nos Estados Unidos os empreendedores e proprietários podem declarar rendimentos negativos quando obtêm prejuízos com seus negócios, o que não ocorre nem no Brasil nem no México. Finalmente, os microdados do Censo mexicano são os únicos que contêm indivíduos com rendimentos não declarados ou ignorados.

De qualquer modo, embora a comparabilidade não seja perfeita, nenhuma das diferenças entre as três pesquisas parece drástica o suficiente para inviabilizar a análise. Pelo contrário, a replicação dos mesmos procedi-

5 Informações do World Economic Outlook – October 2012, do Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Tabela 2
Informações gerais sobre os Censos dos Estados Unidos e México

	Estados Unidos	México
Informações básicas		
Nome oficial	Census of Population and Housing	XII Censo de Población y Vivienda
Ano do Censo	2000	2000
Responsável	United States Census Bureau	Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (Inegi)
Amostra*		
Domicílios (mil)	5.273,8	2.312,0
Domicílios, expandido (mil)	105.553,6	22.639,8
Fração amostral (%)	5,0	10,2
Pessoas (mil)	13.614,8	10.057,8
Pessoas, expandido (mil)	272.053,1	96.590,1
Fração amostral (%)	5,0	10,4
Captação da renda individual		
Definição	Renda bruta	Renda bruta
Universo	Pessoas de 15 anos ou mais	Pessoas de 12 anos ou mais
Período de referência	Anual	Mensal
Grau de detalhe	8 fontes de rendimento**	6 fontes de rendimento***
Rendimentos negativos?	Sim, 0,29% da população total	Não
Rendimentos ignorados?	Não	Sim, 2,4% da população total
Renda domiciliar per capita		
Pessoas em domicílios com renda zero ou com membros com renda negativa (%)	1,30	5,20
Pessoas com renda acima da linha de truncamento (%)	0,00	0,06

Fonte: microdados do US Census of Population and Housing 2000 e do XII Censo de Población y Vivienda.

* Apenas moradores de domicílios particulares permanentes, exclusive pensionistas, empregados domésticos e afins.

** As oito fontes são: renda do trabalho para assalariados; renda de negócios para os empreendedores e proprietários; juros, dividendos, aluguéis e royalties; aposentadorias e pensões da Seguridade Social; pensões por morte ou incapacidade exceto da Seguridade Social; benefícios para idosos ou portadores de deficiência pobres (Supplemental Security Income); outros benefícios assistenciais estatais; outros rendimentos.

*** As seis fontes são: trabalho; aposentadorias e pensões; remessas de parentes no exterior; doações de parentes no próprio país; assistência social (Procampo ou Progresa); outros rendimentos.

mentos, com pequenas adaptações, é capaz de aproximar substancialmente os três Censos.

No caso do Censo americano, em primeiro lugar, todas as rendas negativas foram substituídas por zero e, em seguida, foi feito o *hot deck* para imputação de rendimentos a domicílios com renda total igual a zero. Esse *hot deck* foi basicamente idêntico ao aplicado aos dados brasileiros, com uma única diferença: a variável índice socioeconômico foi excluída em virtude da ausência de informações necessárias para sua construção. Como não havia pessoas com renda *per capita* mais de dez vezes maior do que a do percentil 99, não foi necessário fazer o truncamento⁶.

No Censo mexicano, uma etapa preliminar se fez necessária: a imputação dos rendimentos individuais às pessoas com renda ignorada. A imputação foi feita por *hot deck* nos mesmos moldes do utilizado para os domicílios com renda zero. As únicas diferenças foram as unidades de imputação (pessoas, em vez de domicílios) e as variáveis escolhidas para delimitar os grupos: estados (32 estados), faixas de educação (10 faixas), posição na ocupação (5 posições, inclusive “não trabalha”), código ocupacional (11 códigos, inclusive “não trabalha”), faixas de idade (8 faixas), sexo (dois grupos) e indicação de pessoa portadora de deficiência (dois grupos). As rodadas sucessivas do *hot deck* descartaram variáveis de trás para frente, isto é, começando pela *dummy* para portadores de deficiência. Mais de 90% dos casos com renda ignorada tiveram imputação bem-sucedida na primeira rodada.

As demais etapas foram as mesmas aplicadas ao Censo brasileiro: *hot deck* para imputar renda aos domicílios com renda zero

e truncamento dos rendimentos *per capita* extraordinariamente altos. O conjunto de variáveis utilizado no *hot deck* foi relativamente semelhante, mas não idêntico, ao empregado no Censo brasileiro. De todo modo, os resultados são robustos em relação a especificações alternativas.

Assim como no caso brasileiro, os procedimentos de preparação dos dados têm impactos muito pequenos sobre as rendas médias e a desigualdade medida pelo GE(0). Nos Estados Unidos, a renda cresce 0,35% e a desigualdade, 0,86%. No México, a renda cai 0,63% e a desigualdade diminui 4,1%.

Recortes regionais para a decomposição

O Censo 2010 permite detalhamento regional maior do que os Censos americano e mexicano, até mesmo em função da inexistência de determinadas divisões nos outros países. Logo, os dados brasileiros foram analisados em dois diferentes níveis de agregação: uma decomposição detalhada e outra resumida.

A decomposição detalhada aproveita todas as informações existentes no Censo 2010 em uma estrutura hierárquica aninhada com sete níveis: no mais alto, estão as macrorregiões agregadas (dois grupos: Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste); macrorregiões (cinco: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste); Unidades da Federação (27, inclusive o Distrito Federal); mesorregiões (137); microrregiões (558); municípios (5.565) e áreas de ponderação (10.184). Cada nível da hierarquia está perfeitamente aninhado no nível anterior, isto é, cada nível corresponde simplesmente à divisão interna das unidades do nível anterior.

6 Em nome da confidencialidade, o Census Bureau americano faz o *topcoding* prévio individual de cada fonte de rendimento. O valor de corte é arbitrário e varia tanto em função da fonte quanto do Estado de moradia; para os indivíduos com renda acima do corte, a informação declarada é substituída pela renda mediana dos indivíduos nesta situação em cada estado. Ver <<https://usa.ipums.org/usa/volii/00topcode.shtml#5person>>.

Os diferentes níveis dessa hierarquia possuem graus distintos de institucionalização. Três dos sete níveis representam recortes reconhecidos pela divisão administrativa brasileira. As macrorregiões não são entes federativos, mas contam com instituições formais específicas, como os fundos constitucionais e autarquias como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Já as UFs e os municípios são as entidades subnacionais autônomas constituintes da República Federativa do Brasil.

Os outros quatro níveis representam recortes puramente socioeconômicos. A definição das macrorregiões agregadas é motivada não só por critérios históricos e econômicos, mas também pelos trabalhos que apontam para a formação de “clubes de convergência” entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste (Laurini, Andrade, Pereira, 2005; Mata *et al.*, 2006; Gondim, Barreto, Carvalho, 2007; Magalhães, Miranda, 2009). As mesorregiões são agregados de municípios dentro de uma mesma UF e foram definidas pelo IBGE no final dos anos 1980 a partir de critérios sociais e naturais, com a ambição de ser mais do que um recorte geográfico meramente nominal:

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990, p. 8).

As microrregiões foram definidas na mesma ocasião e são constituídas por subdivisões das mesorregiões que levam em consideração sobretudo a estrutura da pro-

dução e a interação espacial dos municípios (IBGE, 1990, p. 10).

Por fim, as áreas de ponderação são os menores recortes geográficos para os quais os microdados do Censo 2010 produzem informações representativas: trata-se de agregados de setores censitários dentro de um mesmo município, definidos para atender demandas dos governos locais por dados intramunicipais.

Apenas 1.041 dos 5.565 municípios brasileiros foram subdivididos em áreas de ponderação. *Grosso modo*, esses são os maiores municípios do Brasil. Nesses casos, foram utilizados dois critérios distintos: para os cerca de 120 maiores municípios, a definição das áreas de ponderação foi feita pelos governos locais, sendo restrita apenas pelos critérios de contiguidade de setores censitários e tamanho mínimo de 400 domicílios particulares ocupados por área de ponderação na amostra. Os outros municípios foram subdivididos por métodos automáticos que tomavam como critério o tamanho mínimo, contiguidade e homogeneidade socioeconômica dos setores censitários (IBGE, 2012a). As áreas de ponderação nos demais 4.524 municípios do Brasil são idênticas aos próprios municípios.

Para a comparação com Estados Unidos e México, a decomposição resumida dos dados brasileiros lança mão apenas de macrorregiões agregadas, macrorregiões, estados e municípios. Com isso, é possível aproximar sensivelmente os recortes regionais dos três países.

Nos Estados Unidos, as macrorregiões agregadas e macrorregiões são as *regions* e *divisions* definidas pelo US Census Bureau. Os estados americanos – incluindo o Distrito Federal – são o equivalente das UFs no Brasil. A maior diferença entre os dois países está no nível municipal: por um lado, os Estados Unidos possuem grande variedade de arranjos locais, como condados, municípios, cidades

independentes e afins; por outro, em nome da confidencialidade, o US Census Bureau só permite a identificação nos microdados dos condados, cidades e afins mais populosos.

Para suprir essa lacuna, desde os anos 1960 os estados são divididos também em *Public Use Microdata Areas* (PUMAs), partições exaustivas e não sobrepostas com população entre 100 e 400 mil moradores. Definidas principalmente pelos governos estaduais, as PUMAs não correspondem necessariamente a divisões político-administrativas, mas consistem, de modo geral, em territórios contíguos que, na medida do possível, seguem os contornos dessas divisões, como condados, áreas metropolitanas e afins (US Census Bureau, 2008). Dessa forma, a análise adiante toma essas regiões como o equivalente funcional dos municípios brasileiros na decomposição.

O caso mexicano é mais simples: as oito macrorregiões convencionais, estabelecidas a partir de critérios naturais e históricos, podem ser agrupadas em três macrorregiões agregadas. Abaixo de ambas, os 32 estados – incluindo o Distrito Federal – ocupam a mesma posição na hierarquia político-administrativa que no Brasil e nos Estados Unidos. Finalmente, o menor recorte geográfico é composto pelos 2.443 municípios mexicanos (inclusive as *delegaciones* do Distrito Federal).

A Tabela 3 apresenta informações básicas sobre os recortes regionais no Brasil, Estados Unidos e México. Nos três casos, é possível chegar até níveis bastante detalhados, especialmente nas áreas de ponderação brasileiras.

Efeitos das desigualdades regionais de primeira ordem sobre a desigualdade interpessoal de renda

As desigualdades regionais de primeira ordem estão relacionadas às diferenças na renda média *per capita* entre regiões, seja como forem definidas, e, portanto, podem

ser captadas empiricamente pelo componente “entre grupos” da decomposição do GE(0).

A Tabela 4 traz a decomposição detalhada da desigualdade para o Brasil em 2010. Como os recortes geográficos são aninhados, a coluna “contribuição marginal absoluta” mostra a variação do componente “entre grupos” quando se passa do nível imediatamente superior para um nível abaixo. Assim, por exemplo, a contribuição marginal das macrorregiões em relação ao nível anterior (macrorregiões agregadas) é quase nula, o que significa que a diferenciação entre macrorregiões dentro das macrorregiões agregadas praticamente não contribui em nada para explicar a desigualdade de renda domiciliar *per capita* no Brasil. O resíduo é a desigualdade intragrupos remanescente, ou seja, a desigualdade dentro das áreas de ponderação.

Os dados corroboram a primeira hipótese, que estipula que mesmo recortes regionais pouco detalhados explicam um percentual significativo da desigualdade total. A desigualdade entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste – ou seja, apenas dois grupos – corresponde a quase 8% da desigualdade total, o que é compatível com a literatura recente.

Mesmo após uma década de melhora contínua dos indicadores econômicos e sociais, as disparidades entre as duas macrorregiões agregadas permanecem enormes. Juntas, as regiões Norte e Nordeste concentram 36% da população brasileira, mas apenas 22% da renda total, o que faz com que a sua renda domiciliar *per capita* seja basicamente a metade da registrada no Sul, Sudeste e Centro-Oeste (R\$ 479 contra R\$ 952).

O efeito, no entanto, não se estende aos recortes imediatamente posteriores. As diferenciações entre macrorregiões dentro das macrorregiões agregadas e entre UFs dentro das macrorregiões têm pouco peso na explicação da desigualdade total (menos de 2%).

Tabela 3

Informações gerais sobre os recortes regionais utilizados na decomposição da desigualdade – Brasil (2010), Estados Unidos (2000) e México (2000)

Regiões equivalentes	Brasil		Estados Unidos		México	
	#	Pop. média (mil)	#	Pop. média (mil)	#	Pop. média (mil)
Macrorregiões agregadas	2	94.734	4	68.013	3	32.197
Macrorregiões	5	37.893	9	30.228	8	12.074
Unidades da Federação	27	7.017	51	5.334	32	3.018
Mesorregiões	137	1.383	–	–	–	–
Microrregiões	558	340	–	–	–	–
Municípios	5.565	34	2.071	131	2.443	40
Áreas de ponderação	10.184	19	–	–	–	–

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010, do Census of Population and Housing 2000 e do XII Censo de Población y Vivienda.

A segunda hipótese, que prevê que desigualdades entre recortes mais detalhados explicariam a maior parte da desigualdade de renda no Brasil, não se sustenta. A desigualdade brasileira é majoritariamente local: quase 80% é intramunicipal e não intermunicipal. Mesmo quando se desce para grupos tão pequenos e supostamente homogêneos quanto as áreas de ponderação, quase dois terços da desigualdade total permanecem não explicados.

Trata-se de uma desigualdade entre vizinhos, vale dizer, entre indivíduos e famílias que moram em uma mesma área de ponderação e que muito provavelmente se esbarram em sua vida cotidiana. Isso não significa que as desigualdades regionais de primeira ordem devam ser ignoradas, mas aponta os limites de sua influência sobre a distribuição interpessoal de renda.

Em outras palavras, a desigualdade vai muito além de diferenças nos rendimentos médios entre regiões, sejam elas macrorregiões agregadas ou áreas de ponderação. No entanto, não se podem desconsiderar totalmente essas disparidades regionais, especialmente porque estão ligadas ao que antigamente seria chamado de “problema no padrão de desenvolvimento”, fundado em uma grande oposição entre duas macrorregiões agregadas. As contribuições marginais de partições mais detalhadas, pelo menos até o nível dos municípios, são bem menos consequentes para a desigualdade como um todo quando comparadas à contribuição do nível mais agregado. Essa conclusão se torna ainda mais forte quando se leva em conta o número de grupos: nem mesmo a passagem de 558 microrregiões para 5.565 municípios gera uma contribuição marginal tão alta.

Tabela 4
Decomposição da desigualdade de renda domiciliar per capita
por recortes regionais detalhados – Brasil (2010)

Regiões	Contribuição marginal absoluta	Contribuição acumulada absoluta	Contribuição marginal relativa (%)	Contribuição acumulada relativa (%)
Macrorregiões agregadas	0,050	0,050	7,5	7,5
Macrorregiões	0,001	0,051	0,1	7,6
Unidades da Federação	0,011	0,062	1,6	9,2
Mesorregiões	0,034	0,096	5,1	14,3
Microrregiões	0,021	0,117	3,2	17,5
Municípios	0,034	0,151	5,1	22,6
Áreas de ponderação	0,085	0,236	12,7	35,3
Resíduo	0,432		64,7	100
Desigualdade total	0,669		100	100

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 5 apresenta a comparação com os Estados Unidos e o México, que reforça esses pontos e permite a avaliação da terceira hipótese, que sugere que a desigualdade regional brasileira é particularmente alta e que, portanto, apenas mudanças nesse componente já seriam suficientes para aproximar nossa desigualdade total dos níveis observados em países desenvolvidos.

Os resultados refutam essa hipótese. Embora sejam mais desiguais do que boa parte dos países desenvolvidos, os Estados Unidos permanecem muito mais igualitários do que o Brasil ou o México, de modo que mudanças nos componentes “entre grupos” não seriam suficientes. O índice GE(0) brasileiro é mais de 60% mais alto que o americano; já o mexicano, um pouco mais baixo do que o nosso, é 46% maior.

Esse abismo é tão grande que, mesmo que o Brasil fosse o único país do mundo que conseguisse igualar a renda *per capita* de todos os seus municípios (sem alterar a desigualdade interna a eles), nossa desigualdade de renda permaneceria muito elevada, com um índice GE(0) equivalente a 0,517, valor mais próximo do mexicano do que do americano.

Isso não significa que as desigualdades regionais brasileiras sejam comparáveis às americanas. Nos Estados Unidos, os valores absolutos são bem mais baixos para todos os recortes e a contribuição relativa do resíduo é muito maior: quase 90% da desigualdade é intramunicipal. Apesar disso, nem mesmo a erradicação da desigualdade regional de primeira ordem seria suficiente para aproximar os dois países, porque mais de 60% da diferença entre os níveis de

Tabela 5

Decomposição da desigualdade de renda domiciliar per capita por recortes regionais resumidos – Brasil (2010), Estados Unidos (2000) e México (2000)

A) Contribuições absolutas para a desigualdade total						
Regiões equivalentes	Brasil		Estados Unidos		México	
	Contrib. marginal	Contrib. acumulada	Contrib. marginal	Contrib. acumulada	Contrib. marginal	Contrib. acumulada
Macrorregiões agregadas	0,050	0,050	0,002	0,002	0,022	0,022
Macrorregiões	0,001	0,051	0,001	0,003	0,015	0,037
Unidades da Federação	0,011	0,062	0,003	0,006	0,014	0,051
Municípios	0,090	0,151	0,043	0,049	0,075	0,127
Resíduo	0,517		0,362		0,472	
Desigualdade total	0,669		0,411		0,599	

B) Contribuições relativas para a desigualdade total (%)						
Regiões equivalentes	Brasil		Estados Unidos		México	
	Contrib. marginal	Contrib. acumulada	Contrib. marginal	Contrib. acumulada	Contrib. marginal	Contrib. acumulada
Macrorregiões agregadas	7,5	7,5	0,4	0,4	3,6	3,6
Macrorregiões	0,1	7,6	0,4	0,8	2,5	6,2
Unidades da Federação	1,6	9,2	0,7	1,6	2,4	8,6
Municípios	13,4	22,6	10,4	12,0	12,6	21,2
Resíduo	77,4	100	88,0	100	78,8	100
Desigualdade total	100		100		100	

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010, do Census of Population and Housing 2000 e do XII Censo de Población y Vivienda.

desigualdade no Brasil e nos Estados Unidos decorre do resíduo, isto é, da desigualdade ponderada intramunicipal.

A comparação com o México mostra, inclusive, que as desigualdades regionais brasileiras não são excepcionais se comparadas a

outros países em desenvolvimento, o que já havia sido encontrado pela literatura que usa o “conceito 1” de desigualdade e analisa as diferenças na renda *per capita* entre regiões, sem ponderar pelos seus tamanhos relativos (Shankar, Shah, 2003).

A diferença entre Brasil e México está mais na estrutura do que nos níveis dos componentes “entre regiões”. Especialmente em termos relativos, a contribuição acumulada até o nível municipal é semelhante, mas no Brasil as disparidades entre macrorregiões agregadas têm o dobro do peso em pontos percentuais.

Efeitos das desigualdades regionais de segunda ordem sobre a desigualdade interpessoal de renda

As desigualdades regionais de segunda ordem recebem muito menos atenção na literatura sobre o tema, mas os resultados encontrados neste estudo sugerem que sua importância não deve ser minimizada. Essas desigualdades decorrem do fato de que os próprios resíduos – isto é, a desigualdade intragrupos remanescente – não se distribuem aleatoriamente pelo espaço. Ou seja: os próprios níveis da desigualdade não explicada muitas vezes seguem padrões regionais muito claros, como mostra a Tabela 6, que traz a decomposição, separadamente, para as duas macrorregiões agregadas brasileiras.

Os resultados confirmam amplamente a quarta hipótese, que estabelece que os efeitos das desigualdades regionais de segunda ordem são tão importantes para explicar a desigualdade total quanto os das desigualdades de primeira ordem. O fato de que o GE(0) no Norte/Nordeste é quase 30% maior do que o do Sul/Sudeste/Centro-Oeste é decisivo: se esse GE(0) caísse de 0,720 para os 0,561 observados na outra macrorregião agregada, a desigualdade brasileira total diminuiria de 0,669 para 0,611, uma queda de 8,6%.

Isso significa que os efeitos de segunda ordem das desigualdades regionais brasileiras estão longe de ser uma preocupação menor se o objetivo for diminuir a desigualdade interpessoal de renda no país como um todo.

Pelo contrário, eles precisam ser levados em consideração até mesmo para evitar que intervenções que visam reduzir os efeitos de primeira ordem tenham como efeito colateral aumentar os efeitos de segunda ordem, o que pode ocorrer caso beneficiem principalmente os indivíduos mais ricos que vivem nas regiões mais pobres.

A conclusão não muda se mantivermos constantes as desigualdades regionais internas às duas macrorregiões agregadas, que seguem mais ou menos o mesmo padrão, apenas com mais peso para as diferenças entre mesorregiões no Norte/Nordeste: 75% das diferenças entre os GE(0) decorre dos resíduos, isto é, do fato que a desigualdade média dentro das áreas de ponderação do Norte/Nordeste é 31% maior do que no Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Se somente a desigualdade média ponderada interna às áreas de ponderação do Norte/Nordeste fosse igualada à do Sul/Sudeste/Centro-Oeste, a queda da desigualdade seria apenas um pouco menor, de 0,669 para 0,625 (6,5%).

Três objeções principais podem ser feitas e descartadas. Primeiro, pode-se especular que a desigualdade interna do Sul/Sudeste/Centro-Oeste já é muito baixa e que, portanto, se trataria de um parâmetro de referência muito exigente. Essa objeção não se sustenta, porque o GE(0) dessa macrorregião agregada (0,561) é quase tão alto quanto o do México como um todo. Isso se aplica também às desigualdades internas a municípios e áreas de ponderação – respectivamente, 0,481 e 0,389 –, que são comparáveis à dos Estados Unidos como um todo, muito embora se trate de recortes regionais muito mais finos.

Segundo, pode-se objetar que as diferenças entre macrorregiões agregadas decorrem da incomparabilidade da população dos grupos. No entanto, não há diferenças óbvias de tamanho: por exemplo, tanto a população média quanto a mediana das áreas

Tabela 6
Decomposição da desigualdade de renda domiciliar per capita por recortes regionais detalhados para as macrorregiões agregadas – Brasil (2010)

Regiões	Norte/Nordeste			Sul/Sudeste/Centro-Oeste		
	Contrib. marginal absoluta	Contrib. marginal relativa (%)	Contrib. acumulada (%)	Contrib. marginal absoluta	Contrib. marginal relativa (%)	Contrib. acumulada (%)
Macrorregiões	0,001	0,1	0,1	0,000	0,0	0,0
Unidades da Federação	0,007	1,0	1,1	0,013	2,4	2,4
Mesorregiões	0,062	8,6	9,7	0,018	3,2	5,6
Microrregiões	0,035	4,8	14,5	0,014	2,5	8,1
Municípios	0,035	4,8	19,3	0,034	6,1	14,2
Áreas de ponderação	0,072	10,0	29,4	0,092	16,4	30,6
Resíduo	0,509	70,6	100	0,389	69,4	100
Desigualdade total	0,720	100		0,561	100	

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

de ponderação são quase idênticas no Norte/Nordeste e no Sul/Sudeste/Centro-Oeste.

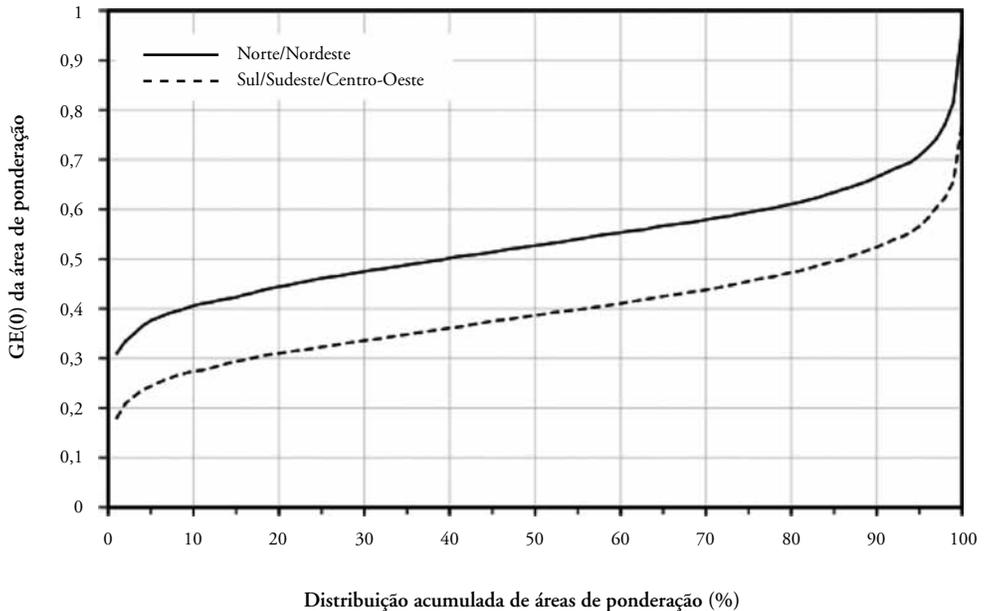
Terceiro, tampouco se pode afirmar que esses efeitos de segunda ordem decorrem de *outliers*. Como mostra a Figura 1, as diferenças são proeminentes ao longo de toda a distribuição, e os números do Sul/Sudeste/Centro-Oeste são consideravelmente mais baixos⁷. Por exemplo, enquanto pouco mais de 90% dos municípios e áreas de ponderação desta última macrorregião agregada possuem desigualdade interna de até 0,500, apenas cerca de 40% dos municípios e áreas de ponderação do Norte/Nordeste estão abaixo desse valor.

A Tabela 7 complementa a análise com números relativos às desigualdades internas às macrorregiões agregadas e à desigualdade residual (intramunicipal) nas decomposições para o Brasil (decomposição resumida), Estados Unidos e México.

A partir dela, é possível refutar a quinta e última hipótese, que prevê que os efeitos de segunda ordem são especialmente altos no Brasil. No México, a macrorregião agregada mais pobre – o Sul – é também substancialmente mais desigual do que as demais. O contraste é até mais extremo do que no caso brasileiro, uma vez que as regiões Norte

⁷ Como a distribuição acumulada de acordo com sua desigualdade é muito parecida para municípios ou áreas de ponderação, optamos, para poupar espaço, por apresentar apenas o gráfico destas últimas.

Figura 1
Distribuição acumulada dos índices GE(0) das áreas de ponderação,
por macrorregião agregada – Brasil (2010)



Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

e Central são menos desiguais do que o Sul/Sudeste/Centro-Oeste e a renda no sul mexicano é ainda mais concentrada do que no Norte/Nordeste.

O efeito de segunda ordem é atenuado pelo fato de o Sul compreender apenas 16% da população mexicana. Ainda assim, caso o GE(0) dessa macrorregião agregada caísse para a média entre Norte e Central – ou seja, de 0,786 para 0,525 –, o GE(0) mexicano cairia 7%. Se apenas as desigualdades intramunicipais, que explicam a maior parte do “excesso” de desigualdade no Sul, fossem equalizadas, a queda seria de 5%. Esses dois

percentuais são inferiores aos calculados para o Brasil, mas não muito.

É difícil sustentar, portanto, que o padrão brasileiro seja excepcional. No máximo, pode-se postular uma possível clivagem entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, uma vez que, como mostra a Tabela 7, esses efeitos de segunda ordem são pequenos nos Estados Unidos. Nenhuma das macrorregiões agregadas desse país é marcadamente mais desigual do que outras; pelo contrário, apenas o Meio-Oeste é um pouco mais igualitário.

Tabela 7

Decomposição regional da renda domiciliar per capita: desigualdade total e resíduo intramunicipal – Brasil (2010), Estados Unidos (2000) e México (2000)

Países e macrorregiões agregadas		Desigualdade absoluta		Desigualdade relativa
		Total	Resíduo (intramunicipal)	Resíduo (intramunicipal) (%)
Brasil	Norte/Nordeste	0,720	0,581	80,7
	Sul/Sudeste/ Centro-Oeste	0,561	0,481	85,8
Estados Unidos	Nordeste	0,415	0,354	85,3
	Meio-Oeste	0,352	0,319	90,7
	Sul	0,423	0,383	90,4
	Oeste	0,439	0,377	85,9
México	Norte	0,501	0,457	91,1
	Central	0,550	0,481	87,6
	Sul	0,786	0,640	81,5

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010, do Census of Population and Housing 2000 e do XII Censo de Población y Vivienda.

Conclusões

O objetivo deste texto foi investigar os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda domiciliar *per capita* no Brasil. A partir dos microdados do Censo 2010 e de comparações internacionais, o trabalho buscou avaliar quais importantes são essas desigualdades para a explicação dos ainda elevados níveis de concentração de renda em nosso país. Dessa forma, as causas dessas desigualdades não foram abordadas, apenas suas consequências para a distribuição de renda.

Dois tipos distintos de desigualdades regionais foram definidos: os chamados “efeitos das desigualdades regionais de primeira ordem” são os mais estudados pela literatura e correspondem à influência das diferenças nas rendas *per capita* entre regiões sobre a desigualdade interpessoal total. Os “efeitos de segunda ordem” dizem respeito às diferenças nas desigualdades internas às regiões.

Três das cinco hipóteses testadas estão relacionadas aos efeitos de primeira ordem. A primeira hipótese foi confirmada: mesmo recortes regionais pouco detalhados – no caso, macrorregiões agregadas – explicam

um percentual significativo da desigualdade total no Brasil. A diferença na renda média entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste responde por quase 8% da desigualdade. Esse efeito, no entanto, não é constante para recortes regionais mais finos: a contribuição marginal da partição em macrorregiões e Unidades da Federação é relativamente pequena.

A segunda hipótese postulava que a decomposição desagregada em nível municipal e submunicipal seria capaz de explicar a maior parte da desigualdade no Brasil, o que não foi confirmado pelos dados. A maior parte – cerca de dois terços – da desigualdade brasileira é local, ou seja, entre indivíduos que moram dentro das mesmas áreas de ponderação. Trata-se, vale dizer, de uma desigualdade entre vizinhos, com uma característica quase fractal: por mais que se desça para recortes menores, continuamos a encontrar níveis elevados de desigualdade.

A terceira hipótese também foi refutada: com efeito, a desigualdade regional no Brasil é bem maior do que nos Estados Unidos, mas, mesmo que todos os municípios do país tivessem exatamente a mesma renda *per capita*, a distribuição de renda no Brasil continuaria muito mais concentrada do que a americana, que, por sua vez, já é bem mais desigual do que a de outros países desenvolvidos. O índice GE(0) brasileiro só vai se aproximar dos padrões desses países se a desigualdade local – dentro dos municípios e das áreas de ponderação – for substancialmente reduzida.

Em comparação com o México, o Brasil é um pouco mais desigual, em termos absolutos, tanto no que diz respeito à desigualdade regional quanto total. Os efeitos de primeira ordem, portanto, são anormalmente elevados quando comparados aos países desenvolvidos, mas apenas médios ou medianos quando outros países em desen-

volvimento são tomados como referência. Vale notar, no entanto, que a estrutura desses efeitos varia: uma peculiaridade brasileira é o grande peso das diferenças entre macrorregiões agregadas.

A quarta hipótese, ao contrário das anteriores, foi amplamente confirmada: os efeitos de segunda ordem das desigualdades regionais são tão importantes para a desigualdade total quanto os de primeira ordem. Reduzir a desigualdade local no Norte/Nordeste para os níveis ainda elevados encontrados no Sul/Sudeste/Centro-Oeste derrubaria a desigualdade de renda no Brasil entre 6,5% (caso apenas a desigualdade dentro das áreas de ponderação fosse alterada) e 8,6% (caso a desigualdade interna total fosse alterada), valores comparáveis à diminuição que ocorreria caso as rendas *per capita* fossem igualadas nas duas macrorregiões agregadas (7,5%).

A quinta e última hipótese, contudo, não se sustentou. Na contramão do que foi previsto, os efeitos das desigualdades regionais de segunda ordem são quase tão importantes no México quanto no Brasil, embora nos Estados Unidos eles tenham de fato menor importância. Mais uma vez, portanto, não é possível afirmar que a desigualdade regional brasileira tenha um caráter único ou inédito. Um fator importante que explica por que diversos países em desenvolvimento são muito desiguais é o fato de que algumas de suas regiões, em geral as mais pobres, apresentam desigualdade interna muito maior do que outras.

Em conjunto, esses resultados refinam nosso entendimento da relação entre desigualdade regional e desigualdade interpessoal de renda no Brasil. Por um lado, a maior parte da desigualdade é local, seja no Brasil como um todo ou em cada macrorregião agregada separadamente. Nesse sentido, de um ponto de vista igualitarista, o problema é muito mais profundo do que a superação de

quaisquer supostas dicotomias entre o moderno e arcaico – ou entre o centro e a periferia – e permanece constitutivo da experiência brasileira, apesar dos avanços recentes.

Por outro lado, as desigualdades regionais não devem ser ignoradas, mas sim reinterpretadas com algumas nuances fundamentais. Primeiro, a clivagem principal continua sendo entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Diferenças entre recortes regionais mais detalhados têm papel apenas secundário, pelo menos até os níveis mais locais. Esse padrão indica a persistência de um problema estrutural de desenvolvimento, por assim dizer, que, *ceteris paribus*, deverá persistir por longo tempo. Segundo, quase tão importante quanto as diferenças de renda média

entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste são as diferenças nas desigualdades internas dessas macrorregiões agregadas, mesmo quando consideramos grupos tão pequenos quanto as áreas de ponderação. Diminuir a desigualdade local no Norte/Nordeste pode ser uma contribuição fundamental para reduzir a desigualdade de renda brasileira. No entanto, esses efeitos de segunda ordem da desigualdade regional costumam ter pouca visibilidade e é razoável especular que muitas intervenções cujo objetivo é “promover o desenvolvimento” das macrorregiões Norte e Nordeste podem acabar tendo efeitos contraditórios sobre a desigualdade de renda, na medida em que podem contribuir para aumentar a desigualdade local.

Anexo 1 Índice socioeconômico dos domicílios

A) Brasil

Tabela A1
Informações gerais sobre as variáveis na criação do índice socioeconômico dos domicílios – Brasil (2010)

Variável	Valor médio
Esgotamento sanitário (%)	67,2
Coleta direta ou indireta de lixo (%)	87,4
Água de rede geral ou poço (%)	92,8
Mais de dois moradores por dormitório (%)	18,1
Banheiro de uso exclusivo (%)	93,7
Geladeira (%)	93,7
Televisão (%)	95,1
Telefone celular (%)	83,2
Telefone fixo (%)	40,8

Tabela A1 – continuação
Informações gerais sobre as variáveis na criação do índice socioeconômico dos domicílios – Brasil (2010)

Variável	Valor médio
Máquina de lavar roupas (%)	47,3
Microcomputador (%)	38,3
Acesso à internet (%)	30,7
Automóvel (%)	39,5

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

Tabela A2
Análise de componentes principais – Brasil (2010)

Fator	<i>Eigenvalue</i>	Variância explicada (%)	Variância explicada acumulada (%)
1	4,174	32,1	32,1
2	1,704	13,1	45,2
3	1,066	8,2	53,4
4	0,976	7,5	60,9
5	0,830	6,4	67,3
6	0,714	5,5	72,8
7	0,671	5,2	78,0
8	0,601	4,6	82,6
9	0,577	4,4	87,0
10	0,539	4,2	91,2
11	0,512	3,9	95,1
12	0,483	3,7	98,8
13	0,152	1,2	100

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

Tabela A3

Pesos no fator 1, coeficientes de pontuação e variância específica das variáveis na análise de componentes principais – Brasil (2010)

Variável	Peso no fator 1 (<i>factor loading</i>)	Coeficiente de pontuação (<i>scoring</i>)	Variância específica (<i>uniqueness</i>)
Esgotamento sanitário	0,592	0,142	0,473
Coleta direta ou indireta de lixo	0,601	0,144	0,372
Água de rede geral ou poço	0,476	0,114	0,476
Mais de dois moradores por dormitório	-0,241	-0,058	0,899
Banheiro de uso exclusivo	0,555	0,133	0,458
Geladeira	0,509	0,122	0,406
Televisão	0,415	0,100	0,420
Telefone celular	0,486	0,116	0,549
Telefone fixo	0,634	0,152	0,486
Máquina de lavar roupas	0,660	0,158	0,506
Microcomputador	0,727	0,174	0,238
Acesso à internet	0,706	0,169	0,240
Automóvel	0,580	0,139	0,533

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

Tabela A4

Índice socioeconômico, por quintos dos domicílios – Brasil (2010)

Distribuição dos domicílios (%)	Índice socioeconômico
0-20	-1,483
20-40	-0,439
40-60	0,017
60-80	0,644
80-100	1,262
Total	0,000

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

Tabela B1
Informações gerais sobre as variáveis na criação do índice socioeconômico dos domicílios – México (2000)

Variável	Percentual dos domicílios (%)
Eletricidade	94,7
Água canalizada	88,5
Esgotamento sanitário	74,6
Coleta direta ou indireta de lixo	71,9
Banheiro de uso exclusivo	89,6
Paredes em material durável	96,3
Moradores por dormitório*	2,42
Telefone fixo ou celular	36,2
Automóvel	32,2
Microcomputador	9,2
Videocassete	38,5

Fonte: microdados do XII Censo de Población y Vivienda.

* O número de moradores por dormitório foi truncado para o limite inferior de 0,1 e para o limite superior de 5.

Tabela B2
Análise de componentes principais – México (2000)

Fator	<i>Eigenvalue</i>	Variância explicada (%)	Variância explicada acumulada (%)
1	3,711	33,7	33,7
2	1,474	13,4	47,1
3	0,925	8,4	55,6
4	0,812	7,4	62,9
5	0,748	6,8	69,7

Tabela B2 – continuação
Análise de componentes principais – México (2000)

Fator	<i>Eigenvalue</i>	Variância explicada (%)	Variância explicada acumulada (%)
6	0,685	6,2	76,0
7	0,672	6,1	82,1
8	0,591	5,4	87,4
9	0,539	4,9	92,3
10	0,490	4,5	96,8
11	0,353	3,2	100,0

Fonte: microdados do XII Censo de Población y Vivienda.

Tabela B3
Pesos no fator 1, coeficientes de pontuação e variância específica das variáveis na análise de componentes principais – México (2000)

Variável	Peso no fator 1 (<i>factor loading</i>)	Coefficiente de pontuação (<i>scoring</i>)	Variância específica (<i>uniqueness</i>)
Eletricidade	0,504	0,136	0,564
Água canalizada	0,558	0,150	0,553
Esgotamento sanitário	0,747	0,201	0,371
Coleta direta ou indireta de lixo	0,737	0,199	0,407
Banheiro de uso exclusivo	0,601	0,162	0,512
Paredes em material durável	0,327	0,088	0,836
Moradores por dormitório	-0,504	-0,136	0,717
Telefone fixo ou celular	0,673	0,181	0,400
Automóvel	0,545	0,147	0,461
Microcomputador	0,433	0,117	0,518
Videocassete	0,620	0,167	0,476

Fonte: microdados do XII Censo de Población y Vivienda.

Tabela B4
Índice socioeconômico, por quintos dos domicílios – México (2000)

Distribuição dos domicílios (%)	Índice socioeconômico
0-20	-1,586
20-40	-0,382
40-60	0,145
60-80	0,608
80-100	1,216
Total	0,000

Fonte: microdados do Censo Demográfico 2010.

Bibliografia

- ATKINSON, A. B. (1970), “On the Measurement of Inequality”. *Journal of Economic Theory*, 2, (3): 244–63.
- ATKINSON, A. B.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. (2011), “Top Incomes in the Long Run of History”. *Journal of Economic Literature*, 49, (1): 3–71.
- AZZONI, C. R. (1997a), “Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: Análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995”. *Estudos Econômicos*, 27, (2): 341–93.
- _____. (1997b), “Distribuição pessoal de renda nos estados e desigualdade de renda entre estados no Brasil – 1960, 1970, 1980 e 1991”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 27, (2): 251–78.
- AZZONI, C. R. *et al.* (2000), “Geografia e convergência de renda entre os estados brasileiros”, in R. Henriques (ed.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Ipea.
- BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. (1991), “Convergence Across States and Regions”. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1991, (1): 107–82.
- _____. (1992), “Convergence”. *Journal of Political Economy*, 100, (2): 223–51.
- BARROS, A. R. (2008), “The Role of Non-Moving Factors of Production in Brazilian Regional Disparities”. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 2, (2): 80–103.
- _____. (2011). *Desigualdades regionais no Brasil: Natureza, causas, origens e soluções*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- BARROS, R. P. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. (2007), “Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil”, in R. P. de Barros; M. N. Foguel; G. Ulysses (eds.), *Desigualdade de renda no Brasil: Uma análise da queda recente*, Brasília, Ipea, v. 2.
- BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000), “Desigualdade e pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, (42): 123–42.

- BARROS, R. P. DE; MENDONÇA, R. (1995), *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea. (Texto para Discussão, n. 377).
- BAYLIS, K.; GARDUÑO-RIVERA, R.; PIRAS, G. (2012), "The Distributional Effects of NAFTA in Mexico: Evidence from a Panel of Municipalities". *Regional Science and Urban Economics*, 42, (1-2): 286–302.
- BOURGUIGNON, F.; MORRISSON, C. (2002), "Inequality Among World Citizens: 1820-1992". *The American Economic Review*, 92, (4): 727–44.
- CACCIAMALI, M. C.; CAMILLO, V. S. (2009), "Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: Tendência ou fenômeno transitório?". *Economia e Sociedade*, 18, (2).
- COSTA PINTO, L. DE A. (1965), *Sociologia e desenvolvimento: Temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COWELL, F. (1985), "Multilevel Decomposition of Theil's Index of Inequality". *Review of Income and Wealth*, 31, (2): 201–05.
- FERREIRA, A. H. B. (2000), "Convergence in Brazil: Recent Trends and Long-Run Prospects". *Applied Economics*, 32, (4): 479–89.
- FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. (1995), "Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil". *Revista de Economia Política*, 15, (4): 38–56.
- FERREIRA, P. C. (2004), *Regional Policy in Brazil: A Review*. World Bank. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/ferreira/RegionalPolicyFerreira.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2013.
- FIREBAUGH, G. (2000), "The Trend in Between-Nation Income Inequality". *Annual Review of Sociology*, 26: 323–39.
- FRANK, A. G. (1973), "Desenvolvimento do subdesenvolvimento latinoamericano", in L. Pereira (Ed.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FRIEDMAN, M. (1992), "Do Old Fallacies Ever Die?". *Journal of Economic Literature*, 30, (4): 2129–32.
- FURTADO, C. (1974), *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2003), *Razes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GARCÍA-VERDÚ, R. (2005), "Income, Mortality, and Literacy Distribution Dynamics Across States in Mexico: 1940-2000". *Cuadernos de Economía*, 42, (125).
- GOESLING, B. (2001), "Changing Income Inequalities Within and Between Nations: New Evidence". *American Sociological Review*, 66, (5): 745–61.
- GONDIM, J. L. B.; BARRETO, F. A.; CARVALHO, J. R. (2007), "Condicionalistas de clubes de convergência no Brasil". *Estudos Econômicos*, 37, (1): 71–100.
- HEYNS, B. (2005), "Emerging Inequalities in Central and Eastern Europe". *Annual Review of Sociology*, 31, (1): 163–97.
- HOFFMANN, R. (1997), "Desigualdade entre estados na distribuição da renda no Brasil". *Economia Aplicada*, 1, (2)
- _____. (2007). "Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005", in R. P. de Barros; M. N. Foguel; G. Ulyssea (eds.), *Desigualdade de renda no Brasil: Uma análise da queda recente*, Brasília, Ipea, v. 2.

- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. (2008), “A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: Análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais”. *Econômica*, 10, (1): 7–39.
- IBGE (1990), *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 1
- _____. (2012a), *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2012b), *Estudos e tratamento da variável rendimento no Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.
- KENWORTHY, L.; PONTUSSON, J. (2005), “Rising Inequality and the Politics of Redistribution in Affluent Countries”. *Perspectives on Politics*, 3, (3).
- KRUGMAN, P.; VENABLES, A. (1995), “Globalization and the Inequality of Nations”. *Quarterly Journal of Economics*, 110, (4): 857–80.
- LAURINI, M.; ANDRADE, E.; PEREIRA, P. L. V. (2005), “Income Convergence Clubs for Brazilian Municipalities: A Non-Parametric Analysis”. *Applied Economics*, 37, (18): 2099–118.
- LOPES, J. R. B. (1978), *Desenvolvimento e mudança social*. 4ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- LÓPEZ-CALVA, L. F.; LUSTIG, N. (eds.) (2010), *Inequality in Latin America: A Decade of Progress?* Nova York/Washington DC, Brookings Institution Press, United Nations Development Programme.
- MAGALHÃES, J. C. R.; MIRANDA, R. B. (2009), “Dinâmica da renda per capita, longevidade e educação nos municípios brasileiros”. *Estudos Econômicos*, 39, (3).
- MATA, D. DA *et al.* (2006), *Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras*. Brasília, Ipea. (Texto para Discussão, n. 1155).
- MENEZES, T.; SILVEIRA NETO, R.; AZZONI, C. R. (2012), “Demography and the evolution of regional inequality”. *The Annals of Regional Science*, 49, (3): 643–55.
- MILANOVIĆ, B. (2005), *Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality*. Princeton (EUA), Princeton University Press.
- _____. (2011), *The Haves and the Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*. Nova York, Basic Books.
- _____. (2012), “Global Inequality: From Class to Location, from Proletarians to Migrants”. *Global Policy*, 3, (2): 125–34.
- MINNESOTA POPULATION CENTER. (2011), *Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.1* [Machine-readable database]. Minneapolis, University of Minnesota.
- MONASTERIO, L. M. (2009), “O que é um problema regional? Uma nota preliminar”. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 3: 7–13.
- MYRDAL, G. (1957), *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. Londres, Gerald Duckworth & Company Ltd..
- NOVOTNÝ, J. (2007), “On the Measurement of Regional Inequality: Does Spatial Dimension of Income Inequality Matter?”. *The Annals of Regional Science*, 41, (3): 563–80.
- PESSÔA, S. (2001), “Existe um problema de desigualdade regional no Brasil?”. *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia*, 1.
- PINTO, A. (2000), “Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina”, in R. Bielschowsky (ed.), *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, Rio de Janeiro, Editora Record. v. 1.

- QUAH, D. T. (1993), "Galton's Fallacy and the Tests of Convergence". *Scandinavian Journal of Economics*, 95: 427–43.
- _____. (1997). "Empirics for Growth and Distribution: Stratification, Polarization, and Convergence Clubs". *Journal of Economic Growth*, 2, (1): 27–59.
- REY, S. J.; MONTOURI, B. D. (1999), "US Regional Income Convergence: A Spatial Econometric Perspective". *Regional Studies*, 33, (2): 143–56.
- RODRÍGUEZ-OREGGIA, E. (2005), "Regional Disparities and Determinants of Growth in Mexico". *The Annals of Regional Science*, 39, (2): 207–20.
- ROMER, P. (1986), "Increasing Returns and Long-Run Growth". *Journal of Political Economy*, 94, (5): 1002–37.
- SALA-I-MARTIN, X. (1996), "Regional Cohesion: Evidence and Theories of Regional Growth and Convergence". *European Economic Review*, 40, (6): 1325–52.
- SHANKAR, R.; SHAH, A. (2003), "Bridging the Economic Divide Within Countries: A Scorecard on the Performance of Regional Policies in Reducing Regional Income Disparities". *World Development*, 31, (8): 1421–41.
- SHORROCKS, A. (1980), "The Class of Additively Decomposable Inequality Measures". *Econometrica*, 48, (3): 613–25.
- SHORROCKS, A.; WAN, G. (2005), "Spatial Decomposition of Inequality". *Journal of Economic Geography*, 5, (1): 59–81.
- SOARES, S. [s.d.], *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. [S.l: s.n.]. (Texto para Discussão, n. 1166).
- SOARES, S. *et al.* (2009), "Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts Upon Inequality". *Estudios Económicos*, número extraordinário: 207–24.
- SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G. (2011), *A redução das disparidades regionais e a queda da desigualdade nacional de renda (1981-2009)*. Brasília, Ipea. (Texto para Discussão, n. 1648).
- SUNKEL, O.; PAZ, P. (1974), *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fórum.
- THEIL, H. (1967), *Economics and Information Theory*. Amsterdam, North Holland.
- ULYSSEA, G. (2007), "Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: Uma análise empírica", in R. P. de Barros; M. N. Foguel; G. Ulyssea (eds.), *Desigualdade de renda no Brasil: Uma análise da queda recente*, Brasília, Ipea, v. 2.
- US CENSUS BUREAU. (2008), *Public Use Microdata Sample: 2000 Census of Population and Housing Technical Documentation*. Washington DC, US Census Bureau.
- WAGNER, P. (1996), "A crise da modernidade: A sociologia política no contexto histórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11, (31).
- WANG, C.; CAMINADA, K. (2011), *Disentangling Income Inequality and the Redistributive Effect of Social Transfers and Taxes in 36 LIS Countries*. Luxemburgo, LIS Cross-National Data Center.
- WILLIAMSON, J. (1965), "Regional Inequality and the Process of National Development: A Description of the Patterns". *Economic Development and Cultural Change*, 13, (4): 1–65.

Resumo

Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México

O objetivo deste texto é investigar os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda domiciliar *per capita* no Brasil e comparar os resultados com os encontrados nos Estados Unidos e no México. Cinco hipóteses são testadas a partir de decomposições aninhadas do índice de desigualdade GE(0) para diversos recortes geográficos. Os dados são provenientes dos Censos Demográficos dos três países. Os resultados sugerem que a maior parte da desigualdade de renda no Brasil, assim como nos Estados Unidos e no México, é local, entre vizinhos, não sendo captada nem mesmo por decomposições espaciais submunicipais. Assim, mesmo que todos os municípios do Brasil tivessem exatamente a mesma renda *per capita*, nossa desigualdade total continuaria superior à observada nos Estados Unidos. No entanto, as desigualdades regionais não devem ser ignoradas, até porque são muito mais elevadas no Brasil e no México. A principal diferença entre esses países e os Estados Unidos está na existência de grandes regiões que possuem simultaneamente rendas médias muito inferiores e desigualdades internas muito superiores às demais regiões de cada país. A magnitude desses dois efeitos é semelhante, de modo que, para reduzir a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, diminuir a desigualdade local no Norte/Nordeste é tão importante quanto elevar a renda média nessa macrorregião agregada.

Palavras-chave: Desigualdade regional; Desigualdade de renda.

Abstract

The effects of regional inequalities upon interpersonal income inequality in Brazil, the United States, and Mexico

The paper examines the effects of regional inequalities upon the interpersonal distribution of household per capita income in Brazil, comparing the results with those found for the United States and Mexico. Five hypotheses are tested from decompositions of the GE(0) inequality index applied to census micro data for all the three countries. The results suggest that income inequality is mostly local in Brazil as well in the United States and Mexico, i.e., it occurs among neighbors, and thus remains unaccounted for even in spatial decompositions on the level of sub-municipalities. Even if all Brazilian municipalities had exactly the same income per capita, our total inequality would be superior to that found in the United States. This does not mean, however, that regional inequalities are of no consequence for income inequality, as they are also much more pronounced in Brazil and Mexico. The main difference between these two countries and the United States lies in the existence of macro regions with lower average incomes and higher internal inequality than the rest of the regions of each country. Both effects are of similar magnitude, so that, in the Brazilian case, lowering local inequality in the North/Northeast is as important as raising the average income of that region in order to reduce interpersonal income inequality.

Keywords: Regional inequality; Income inequality.

Résumé

Les effets des inégalités régionales sur l'inégalité de revenu au Brésil, aux États-Unis et au Mexique

Ce travail analyse les effets des inégalités régionales sur l'inégalité de revenu des ménages par habitant au Brésil, aux États-Unis et au Mexique. Cinq hypothèses sont testées à partir de décompositions de l'indice d'inégalité GE(0) pour différents recoupements géographiques. Les données proviennent des recensements démographiques des trois pays. Les résultats suggèrent qu'une grande partie de l'inégalité de revenu au Brésil, aux États-Unis et au Mexique est locale, entre voisins et non pas en termes d'espaces sub-municipaux. Même si toutes les villes du Brésil avaient le même revenu par habitant, l'inégalité totale continuerait d'être supérieure à celle des États-Unis. Ce nonobstant, les inégalités régionales ne doivent pas être ignorées parce qu'elles sont beaucoup plus élevées au Brésil et au Mexique. La différence principale entre ces pays et les États-Unis réside dans l'existence de grandes régions qui affichent simultanément des revenus moyens très inférieurs et des inégalités internes très supérieures aux autres régions de chaque pays. L'ampleur de ces deux effets étant similaire, pour réduire l'inégalité de revenu au Brésil il faudrait à la fois diminuer l'inégalité locale dans la région nord/nord-est et élever le revenu moyen dans cette microrégion réunie.

Mots-clés: Inégalité régionale; Inégalité de revenu.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa – COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento – CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea – CEDEC
www.cecdec.org.br

Centro de Estudos da Religião – CER – USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea – CPDOC –
FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais – FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião – ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepec/depto/iri

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi – UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA – UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural – UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia
[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.mestradosociais,ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pgsc.ufma.br

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prgp.ufpb.br

UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio

UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museu hp/pesq.htm

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br

UFRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br

UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ppgs.ufscar.br

UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ;
www.unicamp.br/santiagodantassp;
www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/

arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodiam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/ Unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.apee.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.apec.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèqure Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (Graduação em Ciência da Informa-
ção)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
cação e Semiótica – área: Tecnologias da
Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ciências da Informação/Depto. de
História (Graduação em Arquivologia;
Especialização em Gerência de Unidades e
Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documentação (Graduação em Arqui-
vologia, Especialização em Planejamento,
Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
mentação – área: Planejamento de Proces-
sos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/postgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnthome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (Scielo
Brazil)
www.scielo.br/

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Mesiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais* e *Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro* e *Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira* e *Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna*, *Maria Alice Rezende de Carvalho* e *Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo* e *Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estadais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuzza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “*Path dependency* e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação *versus* Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jaquet e Lúvia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Aparentamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrizio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica na Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertonecelo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, “De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: Uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: Quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: Um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

BIB 69

Gabriel Cepaluni, “Coalizões Internacionais: Revisão da Literatura e Propostas para uma Agenda de Pesquisa”; *Odaci Luiz Coradini*, “Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman”; *Aline G. Hellmann*, “Análise de Redes e Desigualdade Social: a Abordagem Relacional de Charles Tilly à Luz da Lei de Potência de Barabási”; *Ricardo Fabrino Mendonça*, “Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano”; *Juliana Mezzomo Allain e Julia S. Guivant*, “O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa”.

BIB 70

Marcelo de Almeida Medeiros, Augusto Wagner M. Teixeira Jr. e Elton Gomes dos Reis, “O Mercosul na Agenda de Pesquisa contemporânea da Política Internacional”; *Renato Perissinotto e Adriano Codato*, “Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista”; *Gilmar Rocha*, “O Circo no Brasil – Estado da Arte”; *Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro*, “Determinantes do Tempo da Justiça Criminal: Perspectiva Comparada entre Brasil, Portugal e Estados Unidos”; *Cleber da Silva Lopes e Andrei Koerner*, “As Tensões entre Segurança Doméstica e Direitos Cívicos nos EUA pós-11 de Setembro”; *Wagner de Melo Romão*, “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo”.

BIB 71

Patrice Schuch, “A vida social ativa da ética na Antropologia”; *André Filipe Pereira Reid dos Santos*, “Principais abordagens sociológicas para análises das profissões”; *Raquel Andrade Weiss*, “Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim”; *Aureo de Toledo Gomes*, “Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica”; *Edison Ricardo Emiliano Bertonecelo*, “Revisitando os estudos do desenvolvimento”; *Lucas Coelho Brandão*, “A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional”.

BIB72

Claudia Fonseca, “Tecnologias de Governo, Família e Humanitarismo em um Mundo Globalizado”; *Amâncio Jorge de Oliveira, Janina Onuki e Wagner Pralon Mancuso*, “Política Comercial, Instituições e Grupos de Interesse”; *Elaine Meire Vilela e Livia Beatriz Ferreira Lopes*, “Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil”; *Nuno Oliveira*, “Três Grandes Súmulas de Teoria Social para o Século XXI”; *Elisa Klüger*, “As Sociologias da Ciência Econômica”; *Maurício Hoelz*, “O Sertão & a Cidade: Maria Sylvia de Carvalho Franco e a Sociologia da Violência Contemporânea”.

BIB73

Luiz Inácio Gaiger, “Práticas Sociais e Conhecimento Acadêmico no Campo da Economia Solidária”; *Patricio Tierno*, “Teoria Política Grega da Democracia: Demarcação e Métodos de um Cânone Histórico e Intelectual”; *João Paulo Bachur*, “Inclusão e Exclusão na Teoria de Sistemas Sociais: um balanço crítico”; *Gustavo Batista Araujo*, “Contribuições de Campanha: Problemas e Dificuldades da Agenda de Pesquisa Quantitativa”; *Renato Sérgio de Lima*, “A Influência da Trajetória Intelectual de Sérgio Adorno nos Estudos sobre Violência no Brasil”; *Angelita Matos Souza*, “*Marxismo como ciência social*, de Adriano Codato e Renato Perissinotto”.

BIB74

Thiago Botelho Azeredo, Vera Lúcia Luiza e Tatiana Vargas de Faria Baptista, “Políticas públicas e avaliação de implementação”; *Leonardo Mangialavori*, “Revisitando os estudos de agenda-setting, 40 anos depois”; *Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira*, “O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica”; *Cristina Pompa*, “Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro”; *Lucas Correia Carvalho*, “Estado, território e imaginação espacial, de João Marcelo Ehlert Maia”.

BIB75

Duval Fernandes, “O Brasil que Sai do Censo: Apresentação das monografias aprovadas no concurso da Fundação Ford/Anpocs”; *Arnaldo Mont’Alvão*, “Desigualdades de progressão educacional no Brasil: Interação entre características familiares e contextuais”; *Eduardo Ribeiro*, “Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: Efeitos territoriais e resultados escolares”; *Marcel Hazeu e Lucia Isabel Silva*, “Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: Identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010”; *Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza*, “Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México”.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À *BIB*

As resenhas e balanços bibliográficos devem ser encaminhados para análise pelo e-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Os textos aprovados para publicação deverão ser entregues para edição organizados da seguinte maneira:

- em programa Word for Windows, em fonte Times New Roman, corpo 12, em espaço 1,5, com margens superior e inferior, 2,5; direita e esquerda, 3,0; parágrafo com recuo de 1ª linha padrão; páginas numeradas;
- o título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços, em corpo 14, fonte Times New Roman, negrito, alinhado à direita; nome do autor logo abaixo, em itálico, corpo 12, letra clara;
- se uma versão do artigo já houver sido publicada, esses dados (publicação, data, título) deverão entrar no rodapé, com asterisco vinculado ao título atual;
- se houver agradecimento, este entrará no rodapé, com um ou mais asteriscos vinculados ao(s) nome(s) do(s) autor(es);
- o artigo integral não deve ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas por página) ou cerca de 6 mil palavras;
- o texto deve ser acompanhado de um resumo em português (se possível, também em inglês, *abstract*, e francês, *resume* – com seus respectivos títulos) e de 5 palavras-chave (*keywords*, *mots-clés*), bem como de uma minibiografia do(s) autor(es) (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e 2 últimos livros ou artigos publicados, se for o caso);
- é preferível que quadros, mapas, tabelas etc. já estejam inseridos no corpo do texto. Mas, se em arquivo separado, devem ter

indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos;

- as menções a autores, no decorrer do texto, seguem a forma (Autor, data) – se apenas referência – ou (Autor, data, página) – em caso de citação. Exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, diferenciar com letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc. Fazer esta marcação também na bibliografia;
- checar se constam corretamente TODAS as referências a autores na bibliografia;
- nas notas de rodapé entram apenas informações sintéticas, complementares e de natureza substantiva, procurando não ultrapassar 6 linhas. O texto das notas de rodapé é em corpo 10;
- as citações devem sempre ser acompanhadas de sua fonte (Autor, data, página). As citações que ultrapassem 5 linhas no corpo do texto do artigo devem ser destacadas (separadas) em corpo 10, com recuo à esquerda de 1,25 e texto justificado à direita. Se em língua estrangeira, devem ser traduzidas. Se tradução livre, o texto original deve entrar no rodapé;
- a bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, conforme os exemplos abaixo.

1) Livros

SEITENFUS, Ricardo (1991). *Mercosul: impasses e alternativas*. São Paulo: IEA/ USP. (coleção Documentos – série Internacional, 14).

2) Parte de livros

Mesma autoria

BENJAMIN, Walter (1983). “O narrador”. In: *Textos escolhidos*:

Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. 2. ed. Trad. José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural. p. 57-74.

Autoria diferente

ALTVATER, Elmar (1976). “Notas sobre alguns problemas del intervencionismo de Estado”. In: SONNTAG, Heinz R.; VALLECILLOS, Hector (eds.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI. p. 88-133.

3) Artigos em periódicos

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006), “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.

MILNER, Helen V. (1992), “International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses”. *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.

4) Dissertações e teses

DIAS, João M. (2006). *O orçamento participativo na cidade de São Paulo: confrontos e enfrentamentos no circuito do poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

RIBEIRO, L. M. L. (2009). *Administração da justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise dos casos de homicídio*. Tese de doutorado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

5) Outros

Congressos, seminários, publicação eletrônica:

FOLMER, Raquel; YOUNG, Maycke (2008). “Análise de redes sociais: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS. Disponível em: <http://www.redeapasul.com.br/publicacoes/analise_de_redes_sociais_elementos_para_uma_discussao_teorico-metodologica_2008.pdf>. Acesso em: 6 out. 2011.

BATTUCCI, E. C.; CRUZ, M. V.; SILVA, B. I. (2006). Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais. In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (Anpocs), Caxambu, MG.

Mais de 3 autores

CRISHTI, M. A. *et al.* (2003). *America's security, civil liberties*

and national unity after September 11. Washington: Migration Policy Institute (MPI).

Várias obras de mesmo autor, data em ordem crescente

ROCHA, Gilmar (2007). “O maior espetáculo da terra! – circos, monstros, fronteiras e ‘self’ na sociedade moderna”. *Transit Circle*, UFF, n. 6, p. 10-31.

_____. (2008). “A cidade em festa” – evocações do circo de infância na arte moderna brasileira”. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, UFMG.

_____. (2009a). “Cultura popular: do folclore ao patrimônio”. *Mediações*, v. 14, n. 1, p. 218-236.

_____. (2009b). “Fazer a praça’ – a montagem do circo como processo ritual”. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo. *As festas e os dias – ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa. p. 142-168.

Sem autoria declarada, entidade ou documento como um todo

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, 1996-

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO (1987). *Circo – tradição e arte*. Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional do Folclore.

BID/INTAL – Instituto para Integração da América Latina e do Caribe. *Informe Mercosul*, n. 13 (2007-2008) [on-line]. Disponível em: <www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/p_Informe_MERCOSUL_13.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Anpocs.

Endereço: EDITORIA BIB

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Cidade Universitária – CEP 05508-900 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3091-4664
Email: bib@anpocs.org.br